

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

MATEUS RIBEIRO DE SANT'ANA

De social à socialista:

Publicação e recepção do romance Os Mistérios de Paris, de Eugène Sue, na imprensa
fluminense (1844-1857)

Uberlândia

2022

MATEUS RIBEIRO DE SANT'ÁNA

De social à socialista:

Publicação e recepção do romance *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, na imprensa fluminense (1844-1857)

Trabalho de Conclusão de Curso ou Dissertação ou Tese apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em história.

Orientador: Alexandre de Sá Avelar

Uberlândia

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A532 Ana, Mateus Ribeiro de Sant', 1997-
2022 De social à socialista [recurso eletrônico] :
Publicação e recepção do romance Os Mistérios de Paris, de
Eugène Sue, na imprensa fluminense (1844-1857) / Mateus
Ribeiro de Sant' Ana. - 2022.

Orientador: Alexandre de Sá Avelar.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.

Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.568>
Inclui bibliografia.

1 . História. I. Avelar, Alexandre de Sá,1975-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em História. III. Título. CDU: 930



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 12, PPGHI				
Data:	Nove de novembro de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	17:30
Matrícula do Discente:	12012HIS011				
Nome do Discente:	Mateus Ribeiro de Sant' Ana				
Título do Trabalho:	De social à socialista: Publicação e recepção do romance Os mistérios de Paris, de Eugène Sue, na imprensa fluminense (1844-1857)				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	História e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Tradição ou ventos modernos? O IHGB e a questão biográfica (1910-1940)				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Professores Doutores: [Ana Flávia Cernic Ramos - PPGHI/UFU](#); [Nelson Schapochnik - USP](#) e [Alexandre de Sá Avelar](#) orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr. Alexandre de Sá Avelar, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Sá Avelar, Membro de Comissão**, em



09/11/2022, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Cernic Ramos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/11/2022, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Schapochnik, Usuário Externo**, em 09/11/2022, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4021473** e o código CRC **9D22E2D1**.

Agradecimentos

Escrever é um trabalho solitário. É claro, temos os leitores finais, e também temos aqueles que leem o trabalho ainda em desenvolvimento. Mas os momentos a sós, diante de um computador, martelando contra um teclado, esses pertencem somente a nós. Nos últimos três anos, porém, essa solidão se acentuou. Antes tínhamos uma solidão compartilhada. Falávamos sobre ela nos corredores do H, aguardando uma reunião, nas filas do RU, nas salas do LEAH, na biblioteca ou nos intervalos entre as poucas disciplinas. Esses espaços nos foram tirados. Aqueles que, sem sobreaviso, entraram em uma pós-graduação no início de 2020, não tiveram escolha a não ser sentar-se diante de um computador por horas a fio. Vendo os colegas, professores e as palavras por meio de uma tela, quando muito. Se o trabalho já era solitário, agora se tornara cruel. Parecia delirante todo aquele espaço físico ter se tornado virtual, sem que pudéssemos fazer nada. Não que o virtual (que tem muito de real) seja completamente condenável, mas a surpresa, e sejamos sinceros, o imprevisto, tornaram quase impossíveis tarefas que jamais foram fáceis. Por um momento, tive dificuldade em decidir o que escrever aqui. Parecia ser um trabalho tão solitário, que foi difícil agradecer, confesso. Mas ao sentar-me, e deixar que meus dedos fossem sozinhos para as teclas, logo vieram os nomes daqueles que direta ou indiretamente tornaram esse trabalho possível. Além dos nomes dos especialistas citados ao fim do trabalho, muitos dos quais nunca saberão o quão importante foram, outros tantos não especialistas foram fundamentais. Quando escrevi os agradecimentos de minha monografia, no final de 2019, disse que meu trabalho não havia sido feito sozinho. Foi feito pensado pelo passado, naqueles que tornaram possível o que hoje aqui está, mas também no futuro, aqueles que motivam esse trabalho. Este texto não é diferente.

Agradeço a aqueles que me acompanham desde o princípio. Meus pais, Gerson e Cléria que, por mais que tenham se distanciado cada vez mais da minha vida profissional por causa das mudanças que a vida adulta trás, não deixam de indispensáveis na realização do mesmo. Agradeço à Amanda, com que convivi intensamente no primeiro ano desse projeto. Aos meus amigos e colegas da velha 42 que a pandemia levou para longe, Mariana, Luís Otávio, Geovan, João Pedro e Márcio, com quem dividi (e divido) as angústias de mestrando e de jovem professor. Agradeço à professora Ana Flávia, sem a qual esse trabalho não seria possível, que sempre apostou na importância de uma dissertação sobre Eugène Sue, contribuindo nas disciplinas e também na banca de qualificação. À professora Daniela, que me auxiliou desde a

graduação, que me viu ir pra longe durante a escrita do projeto, mas também acompanhou meu caminho de volta para casa. À professora Carla Miucci, que em sua disciplina na pós em muito contribuiu com suas leituras de um projeto desconhecido para ela. Ao professor Alexandre, que com sua leitura atenta auxiliou a moldar melhor o trabalho. Ao professor Nelson Schapochnik, autor do primeiro texto sobre Sue que li, motivando assim o trabalho do início ao fim. É um grande prazer tê-lo no banca. Por último, mas definitivamente não menos importante à Kathleen, que me acompanha desde 2016, que me aguentou nos momentos de maior desespero, mas também nos de maior alegria. Que me motivou, que me fez crer ser capaz, que dividiu comigo e com a tela alguns momentos sem os quais tudo seria ainda mais difícil.

RESUMO

Este trabalho busca analisar a publicação e recepção do folhetim *Os Mistérios de Paris* (1842-1844), do francês Eugène Sue, no *Jornal do Commercio*, onde foi inicialmente publicado em 1844-45, e em outros periódicos fluminenses nas décadas de 1840 e 1850. O romance, que já havia apresentado sucesso relevante em seu país natal, trazia uma série de críticas sociais típicas dos grandes centros urbanos europeus, além de fazer um forte diálogo com os autores socialistas do período. Ao longo da dissertação, veremos em que medida o romance de Sue realmente se aproxima ou se distancia da ideia de socialismo em um sentido amplo, apropriado por correntes políticas diferentes que muitas vezes estavam em conflito. Essa análise é feita para compreender como um romance que tratava de problemas das capitais europeias havia impactado a sociedade agrária e escravista do Império do Brasil. A partir da leitura e análise do romance e de publicações na imprensa fluminense, veremos que o texto de Sue se situa justamente em um momento em que a própria percepção do termo ‘socialismo’ passa por uma severa alteração, o que impacta diretamente na própria associação do autor e sua obra com o termo e conseqüentemente na sua leitura.

ABSTRACT

This paper analyzes the publication and reception of the French novel *The Mysteries of Paris* (1842-1844), by Eugène Sue, in the newspaper *Jornal do Commercio*, where it was initially published in 1844-45, and in other Rio de Janeiro newspapers in the 1840s and 1850s. The novel, which had already presented relevant success in its native country, brought a series of social criticisms typical of the great European urban centers, besides making a strong dialogue with the socialist authors of the period. Throughout the dissertation, we will see to what extent Sue's novel actually approaches or distances itself from the idea of socialism in a broad sense, appropriated by different political movements that were often in conflict. This analysis is done to understand how a novel that dealt with problems of European capitals had impacted the agrarian and slave society of the Empire of Brazil. Through the reading and analysis of the novel and publications in the Rio de Janeiro press, we will see that Sue's text is situated precisely in a moment in which the very perception of the term 'socialism' undergoes a severe alteration, which directly impacts on the very association of the author and his work with the term and consequently on its reading.

SUMÁRIO

Introdução	9
1 – O Grão-Duque de Gerolstein chega ao Brasil (<i>Le Feuilleton</i> torna-se o Folhetim: publicação de romances nas décadas de 1830 e 1840)	19
1.1 – <i>Le Feuilleton</i> , ou o Folhetim	19
1.2 – Eugène Sue torna-se Eugênio Sue: escolhas editoriais em <i>Os Mistérios de Paris</i>	42
2 - Social(ismo?) nas páginas de <i>Os Mistérios de Paris</i>	53
2.1 – <i>Os Mistérios de...</i> enquanto fórmula: o romance urbano	55
2.2 - Da pena à tribuna	59
2.3 – Divórcio, monarquia, igreja e justiça: o pensamento social de Sue	63
2.4 – Sue, Fourier e Marx: distanciamentos, mais do que diálogos.	86
3 – Antes e depois da primavera: a transformação do romancista pela imprensa.	94
3.1 - O que era o socialismo no Rio de Janeiro? (Socialismo utópico, romântico, colonial, homeopata.).....	98
3.2 – Antes da primavera.....	105
3.3 - O florescer dos povos	123
3.4 - 18 Brumário	142
CONCLUSÃO	150
BIBLIOGRAFIA	154

Introdução

Essa dissertação, embora redigida em alguns meses, é resultado de um desenvolvimento que levou pelo menos uma década. É evidente que, há uma década atrás, não existia um projeto que visava pesquisar e escrever uma espécie de trajetória de Eugène Sue na imprensa brasileira nas décadas de 1840 e 1850, mas ainda assim os acontecimentos que se desenrolaram nesses anos nos levaram ao texto que agora se encontra à disposição dos leitores.

Em 2012, no início dessa década que agora se encerra, o que vos escreve sequer conhecia Eugène Sue, mas assim como os muitos personagens românticos escritos no século XIX, olhava com admiração a figura de Napoleão Bonaparte. As histórias sobre como um homem, nascido no meio das movimentações da revolução francesa, havia tomado para si o trono da Europa, encantavam esse adolescente que estava prestes a viver uma convulsão social à brasileira, em 2013. Essa imaginação era alimentada por muitas fontes. O primeiro campo era o dos livros didáticos e das professoras de história. Dotado de uma certa arrogância que muitos adolescentes interessados por história têm, esse espaço logo se esgotou e o levou para outros lugares. Páginas da Wikipédia e livros da biblioteca da escola logo se tornaram alvo de suas visitas, mas sua vez de serem substituídos também não tardou, dando lugar a livros encarecidamente pedidos aos pais.

Assim como os literatos e historiadores caminhavam juntos nos anúncios dos jornais oitocentistas, eles habitavam a mente desse estudante. Alexandre Dumas era o favorito, e o cinema baseado em sua obra não ficou para trás. Essas leituras, aliadas ao desejo de falar e saber mais sobre elas, o levaram ao campus da universidade. Lá se deu uma grande virada. Conheceu outros protagonistas da história, que iam além daqueles homens fardados que decoravam as praças do Brasil e do mundo. Como é comum nos primeiros anos, viu que a palavra História tinha muito mais significados do que imaginava, e que às vezes o escapavam. Aquele que sabia muito sobre as campanhas de Napoleão ou a transformação romana de República para Império, que conhecia muito bem César, Washington, Pedro II e os Luíses do I ao XVIII, de repente viu que esses nomes pareciam importar menos que os Blochs, Febvres, Hobsbawms ou Thompsons. Felizmente, essa mudança não o decepcionou, mas o fez perceber que a história, que antes parecia uma coleção de romances prazerosos, tinha um papel e uma complexidade muito mais interessante.

Dumas e Napoleão sentiram o fim desse romantismo. Se viram transformados em objetos de estudo, sapos a serem dissecados. Não inspiravam mais tanta confiança e suas histórias não pareciam mais tão impressionantes. Mesmo assim, ainda que desrespeitados, não

puderam se queixar de abandono. Descobriu-se que Dumas era muito lido no Brasil há muito tempo, e que essa leitura poderia nos dizer coisas interessantes sobre o próprio país. Daí a primeiro mergulho nessa história dita científica, em uma iniciação científica que justamente buscava entender o que se falava desse romancista no Rio de Janeiro da época¹. Mais tarde, Dumas continuou a assombrá-lo, e nas centenas de páginas de *O Conde de Monte Cristo*, viu que Napoleão ainda se fazia notar, décadas depois de suas conquistas militares, nos debates da França da década de 1840.

Esses anos de formação, agora mais próximos do nosso tempo do que do já longínquo ano de 2012, haviam despertado também o desejo de voltar-se para o Brasil. Estudar a França pela França, ainda que com um olhar brasileiro, não parecia mais suficiente. Talvez fosse necessária uma atitude mais incendiária. Talvez fosse melhor questionar toda essa ideia de nação, abandonar os franceses de vez. Voltar-se para o presente, para as questões que pareciam mais urgentes: os conservadorismos e os usos dos passados pelo neofascismo que se desenhava. Não poderia ser diferente. Afinal, se 2013 tivera seus efeitos, 2018 também teria. Por fim, chegou-se a um acordo: nos voltamos mais ao Brasil, mas não abandonamos a França nem o século XIX, afinal, este passado é tão presente quanto o tempo que nos rodeia. Nesse momento surge o projeto que daria origem a esse trabalho.

Ao ler Dumas e a bibliografia que dele tratava, constantemente víamos outro nome: Eugène Sue. Suas duas obras principais, *Os Mistérios de Paris* e *O Judeu Errante*, pareciam não dever nada em grandeza aos *Os Três Mosqueteiros* ou *O Conde de Monte Cristo* de Dumas. Todos haviam sido lidos primeiro no rodapé do jornal, todos possuíam centenas de páginas, personagens e núcleos, todos haviam se tornado uma parte importante do jornal em que se encontravam. Por meio de Schapochnik² e Meyer³, víamos que Eugène Sue, embora hoje um desconhecido da maioria, com exceção de alguns acadêmicos que encontraram seu nome nos séculos anteriores, havia encontrado tanta glória quanto imortais como Victor Hugo ou Balzac. E Sue parecia mais interessante. Enquanto Dumas simpatizava com o general Bonaparte, toda a bibliografia me indicava que Sue encontrava outras respostas para os problemas sociais. Era socialista, diziam, essa palavra perigosa. A primeira versão desse projeto surgiu com o intuito de compará-los, de entender melhor como autores tão semelhantes, mas politicamente opostos,

¹ O resultado dessa iniciação, orientada pela professora Daniela Magalhães da Silveira, resultou na publicação do seguinte artigo: SANT'ANA, Mateus Ribeiro de. **O Brasil de Alexandre Dumas: Crítica, recepção e circulação de O Conde de Monte-Christo no Jornal do Commercio. A MARGem, Uberlândia, v. 17, ed. 1, jan/jun 2020.** Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/amargem/article/view/56338/29508>. Acesso em: 15 dez. 2020;

² SCHAPOCHNIK, Nelson. **Edição, recepção e mobilidade do romance Les Mystères de Paris no Brasil oitocentista.** VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 591-617, jul. 2010;

³ MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

poderiam ter sido publicados no mesmo *Jornal do Commercio*, no mesmo período, na capital do recém-nascido império brasileiro.

Com o tempo e a devida orientação, percebi que este era um plano ambicioso demais. Foi necessário abandonar a comparação e selecionar um dos autores. Dessa vez, Dumas e Napoleão finalmente teriam a chance de descansar. A escolha por Eugène Sue se deu por alguns motivos. Seus textos, com teor presumidamente socialistas, mas que haviam feito tanto sucesso no Brasil dos anos 1840, pareciam merecer uma análise mais detalhada para entender o que de fato estava sendo chamado de socialismo, trabalho que ainda não parecia ter sido feito por aqui. Embora Sue constantemente aparecesse nos textos de muitos pesquisadores que trabalharam o romance-folhetim do período, ele parecia pouco lido, e esses textos pareciam orbitar *Os Mistérios de Paris*, mas não ataca-lo.

Outra razão foi seu desaparecimento. Apesar de tão bem sucedido, ou até mais, quanto seus contemporâneos que sobreviveram à corrosão das décadas, *Os Mistérios de Paris* havia desaparecido quase por completo. Em francês é possível encontrar algumas edições mais recentes (inclusive em áudio-livro). Em inglês, há uma recente edição da Penguin Classics de *The Mysteries of Paris*, para citar um exemplo. Na língua alemã a situação é semelhante, mas quando vamos ao português ou ao espanhol, a história é outra. Ler qualquer edição de *Os Mistérios de Paris* em português requer certo esforço. Quem desejar adquirir para si uma cópia, deverá escavar sites como Estante Virtual ou Mercado Livre em busca de tomos perdidos com precificação típica dos livros raros. Talvez consiga encontrar o Tomo V em uma loja, o Tomo IX em outra, e eventualmente, com ajuda de muita paciência e alguns milhares de reais⁴, consiga completar todo o quebra-cabeça. Outra alternativa seriam bibliotecas, mas elas também não nos levaram para muito longe. As bibliotecas da USP somente possuem algumas cópias em francês e uma versão dramatizada do romance, o que ocorre também no acervo da UFRJ e da Biblioteca Nacional. Apenas o Real Gabinete Português de Leitura disponibiliza uma edição lisboeta do romance, publicada em 1892. As únicas versões digitalizadas do romance estão na Hemeroteca Digital, não em forma de livro, mas nos folhetins dos jornais disponibilizados no acervo. A leitura no *Jornal do Commercio*, aquele que trouxe o romance para o Brasil, não é fácil: alguns suplementos com trechos do romance não se encontram no acervo e a parte inferior da página, justamente onde o romance é publicado, é também a parte em que a digitalização tem a menor qualidade, tornando a leitura muitas vezes impossível. Um desafio para um historiador, quem dirá para o leitor casual. Quais motivos poderiam ter levado à esse desaparecimento? Uma

⁴ Recursos que, nesses dois últimos anos, não foram especialmente abundantes.

resposta fácil viria do caráter folhetinesco do romance, interessante para seus contemporâneos, mas que talvez não desperte o mesmo entusiasmo na posteridade. Essa resposta parece, porém, preguiçosa, já que Dumas, tão folhetinesco quanto Sue, é constantemente reeditado em português nos nossos dias. Outra hipótese seria sua posição política, mas ainda assim seria necessário buscar entender as razões pelas quais essa posição se tornou limitadora pela posteridade, mas não impediu o êxito do romance no momento de sua publicação.

A última razão, e talvez a mais interessante, é a visão política atribuída a Sue. Muitas vezes descrito como socialista, ou pelo menos social, a literatura recente sobre o autor tende a concordar que *Os Mistérios de Paris* era um romance que tratava, sobretudo, do povo. Que lia e interpretava o submundo parisiense com a intenção de contar aos leitores as misérias das quais eles se escondiam. Era como se eu houvesse descoberto que uma versão mais radical de *Os Miseráveis* já havia sido publicado décadas antes de Victor Hugo fazê-lo. Sue, que fora deputado na Segunda República, aparecia volta e meia nos jornais fluminenses, não só como romancista, mas como político propriamente dito. Posteriormente, já com a leitura do romance e dos jornais que o circundam, vimos que era difícil desvincular Sue do socialismo da década de 1840, que pareciam ter chegado ao Brasil quase ao mesmo tempo. Ainda hoje, confesso, parece que estudar a chegada de Eugène Sue é estudar a chegada do socialismo ao Brasil.

A primeira etapa da realização do trabalho, após amadurecido o projeto, foi a leitura intensiva do romance no seu meio de publicação inicial no Brasil, o *Jornal do Commercio*. Ao contrário do que se poderia esperar, o texto que se encontrava no rodapé do jornal não era meramente uma tradução, o que já renderia material suficiente para analisar os cruzamentos entre França e Brasil, mas sim um texto repleto de alterações em relação ao original, em diversas dimensões. Cortes de capítulos foram alterados, nomes de personagens traduzidos e notas explicativas foram inseridas, para citar alguns exemplos. Das alterações, a principal se encontra no ritmo de publicação do romance. Estudiosos do folhetim, de Jesús Martín-Barbero⁵, passando por Marlyse Meyer⁶, Walburga Hülk⁷, Judith Lyon-Caen⁸, e muitos outros autores e autoras de diversas nacionalidades, que analisaram o fenômeno a partir de diversos prismas,

⁵ BARBERO, Jesus M. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003;

⁶ MEYER, Marlyse. *Op. Cit.* ;

⁷ HÜLK, Walburga. *Spectacular, Spectacular: Early Paris Mysteries and Dramas*. In: STEIN, Daniel; WIELE, Lisanna. **Nineteenth-Century Serial Narrative in Transnational Perspective**, 1830s–1860s: Popular Culture – Serial Culture. Londres: Palgrave Macmillan, 2019. cap. 3, p. 49-64.

⁸ LYON-CAEN, Judith. UN MAGISTÈRE SOCIAL: EUGÈNE SUE ET LE POUVOIR DE REPRÉSENTER. *Le Mouvement Social*, [s. l.], n. 224, p. 75 - 88, 2008. DOI <https://doi.org/10.3917/lms.224.0075>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-mouvement-social1-2008-3-page-75.htm>. Acesso em: 6 out. 2021;

concordam: o corte do capítulo é fundamental na criação do suspense. A perspectiva diária do texto, de que a cada final de capítulo seria criado um gancho, um *Cliffhanger*, nos termos Anaïs Goudmand⁹, é fundamental na estratégia folhetinesca que tem como objetivo a criação de expectativa no leitor, que deverá buscar satisfazê-la no número seguinte, onde encontrará também um novo gancho. Essa dinâmica foi completamente desrespeitada pela tipografia do *Jornal do Commercio*.

Inicialmente publicado em Paris pelo *Journal des Débats*, *Os Mistérios de Paris* aparece bem aos pedaços, capítulo por capítulo, um a cada dia, e com eventuais pausas de semanas entre uma parte e outra. Quando termina, após mais de um ano ocupando o *Feuilleton* do jornal, sua fama já havia deixado a Europa rumo às Américas. Já era conhecido, pelo menos no Rio de Janeiro, o impacto do texto de Sue. Assim, a tipografia do jornal, com pouco apreço aos cortes originais, publicou o romance diariamente, com pouquíssimas pausas, cobrindo grandes porcentagens da folha com o texto, ultrapassando muito o espaço inicial do folhetim, que transbordou o rodapé e passou a ocupar até mesmo primeiras páginas inteiras. Nesse ritmo frenético, em cinco meses os leitores cariocas já haviam conhecido todos os segredos de Paris.

Os autores citados, além de considerarem importantes os cortes do capítulo, indicam também a importância da simultaneidade entre escrita e publicação. Em outras palavras, Sue escrevia seu romance a medida em que os leitores o consumiam. Assim, era sempre possível alterar a história enquanto ela se desenrolava, aumentando o suspense quando desejável, acrescentando novas personagens ou sumindo com aquelas que não pareciam despertar interesse. A partir das cartas enviadas pelos leitores ao autor, Sue era diretamente influenciado pela recepção que o romance tinha. No caso de *Os Mistérios de Paris*, não só o lado das aventuras no romance disfrutou dessa troca, mas principalmente sua dimensão política. Sue, vendo que seu romance chegava às mãos (ou aos ouvidos) de trabalhadores e grupos socialistas, refez a representação dos personagens pobres: aos poucos deixavam de ser assassinos e prostitutas, tomando dimensões mais complexas, o que ajudou o autor a denunciar problemas sociais e ser cada vez mais aclamado pelo público.

Essa troca instantânea não se deu no Brasil. O *Jornal do Commercio* só havia iniciado a publicação dos mistérios após seus últimos capítulos já terem saído no *Journal des Débats*, e mesmo que o texto fosse publicado simultaneamente nos dois países, é difícil imaginar alguma influência tão rápida dos leitores cariocas sobre o romancista francês. Esse simples fato pareceu

⁹ GOUDMAND, Anaïs. Le roman-feuilleton ou l'écriture mercenaire: l'exemple des Mystères de Paris. *Cahiers de Narratologie*, [s. l.], v. 31, 2016. DOI 10.4000/narratologie.7589. Disponível em: <http://journals.openedition.org/narratologie/7589>. Acesso em: 6 out. 2021, p. 5;

dificultar uma análise da publicação do romance que tentasse enxergar algum poder direto do público brasileiro sobre a publicação, visto que este não tinha controle algum sobre Sue. Felizmente, ao analisar esse processo, vimos que a situação era mais complexa. De fato não havia uma influência direta entre os leitores do *Jornal do Commercio* e o autor, mas a troca entre esses mesmos leitores e o próprio periódico não podem ser ignoradas. O objetivo do primeiro capítulo será ver como os leitores e editores podem ter influenciado as já citadas mudanças nos cortes feitos pelo jornal e seu ritmo de publicação.

Antes da redação de qualquer página dessa dissertação, a leitura do romance, do jornal que o envolve e da bibliografia já existente nos levaram a outra questão que se tornou crucial para compreender o romance de Sue: o socialismo. Antes mesmo de termos a chance de ler o próprio, os estudiosos do autor haviam nos convencido sobre seu caráter socialista. Vera Maria Charmels¹⁰, Judith Lyon-Caen¹¹, Claudine Grossir¹², Umberto Eco¹³, Anne Marie-Thiesse¹⁴ o caracterizavam como tal, ou no mínimo, como um autor que dava certa atenção às questões sociais da classe trabalhadora. Lendo o romance, no entanto, percebemos que Sue dificilmente seria rotulado como socialista nos nossos termos. Aquele que ler Sue em busca de um romance que promove a revolução, o fim da propriedade privada, do capitalismo, do imperialismo e do estado, sairá certamente decepcionado. Aquele que procurar críticas ao imperialismo colonial, encontrará heróis do romance sendo celebrados em sua luta contra os árabes na Argélia. Quem buscar críticas incendiárias às monarquias ou à democracia burguesa encontrará um herói que nada mais é do que um príncipe que cria, em seu reino, uma utopia. O que partir em busca de uma crítica ao sistema prisional até a encontrará, mas talvez se espante com a proposta de Sue de acabar com as prisões coletivas em prol do encarceramento de todos em celas solitárias.

O romance apresenta certas críticas ao tecido social de seu tempo: identifica a miséria como causa da violência, e tira dos trabalhadores um pouco da responsabilidade sobre a própria pobreza. A tarefa de reorganizar a sociedade, porém, não cabe a eles, e não deve ser feita através de um processo revolucionário, mas sim por um movimento voluntário capitaneado pela

¹⁰ CHALMERS, Vera Maria. A literatura fora da lei: um estudo do folhetim. Coleção remate de males, n. 5, 1985;

¹¹ LYON-CAEN, Judith. UN MAGISTÈRE SOCIAL: EUGÈNE SUE ET LE POUVOIR DE REPRÉSENTER. *Le Mouvement Social*, [s. l.], n. 224, p. 75 - 88, 2008. DOI <https://doi.org/10.3917/lms.224.0075>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-mouvement-social1-2008-3-page-75.htm>. Acesso em: 6 out. 2021;

¹² GROSSIR, Claudine. DU FEUILLETON À L'ASSEMBLÉE NATIONALE: EUGÈNE SUE ET LES MYSTÈRES DE PARIS. *Romantisme*, [s. l.], ed. 141, p. 107- 118, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-romantisme-2008-3-page-107.htm>. Acesso em: 6 out. 2021;

¹³ ECO, Umberto. El lector modelo. In: ECO, Umberto. *Lector in Fabula: La cooperacion interpretativa en el texto narrativo*. 3. ed. Barcelona: Lumen, 1993. cap. 3, p. 73-95;

¹⁴ THIESSE, Anne-Marie. L'éducation sociale d'un romancier. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 32-33, avril/juin, 1980. Paternalisme et maternage. pp. 51-63;

burguesia e nobreza. Descobrimos que Sue bebia da fonte de um movimento que antecedia as grandes teses revolucionárias de nomes como Marx. Charles Fourier, um dos principais teóricos desse movimento, pejorativamente classificado por seus sucessores como “utópico”, previa que a fundação de colônias modelo pelo mundo todo convenceriam os demais a superar o modelo econômico e social vigente¹⁵. Rodolpho de Gerolstein, o príncipe protagonista de *Os Mistérios de Paris*, é justamente um desses fidalgos bem intencionados que construiu, nos arredores de Paris, uma herdade onde trabalhadores de bom coração viviam em harmonia.

Esse socialismo de Fourier, tão influente no romance de Sue, já havia chegado no Brasil alguns anos antes. Não somente em forma de palavras, mas também na prática. Na década de 1840 algumas colônias francesas de inspiração socialista foram fundadas no Brasil. A experiência de uma das mais expressivas dessas colônias, o Falanstério do Saí, construída na província de Santa Catarina, havia sido relatada e anunciada constantemente no *Jornal do Commercio*. Benoît Mure, seu fundador, participou posteriormente de periódicos fourieristas no Rio de Janeiro, além de contribuir na disseminação da homeopatia no país. Quando o leitor do *Jornal do Commercio* vira a herdade do Rodolpho, não era a primeira vez que tinha contato com essas ideias, e até então elas pareciam pouco problemáticas.

Analisar a relação entre o texto de Sue, o socialismo de Fourier, a colonização fourierista no Brasil e os debates acerca de importantes temas tratados no romance é justamente o objetivo do segundo capítulo deste trabalho, motivado principalmente pelo aparente conflito entre esse ideário socialista e o caráter conservador do *Jornal do Commercio*. Fundado por um bonapartista exilado pelo antigo regime, o *Jornal* sempre manteve uma posição conservadora, ao lado do governo imperial. Mesmo assim, nenhuma barreira parece ter impedido a promoção desse autor supostamente socialista em suas próprias páginas. Da mesma forma, a colônia de Mure não recebia nenhum impedimento por parte do império, pelo contrário, havia sido recebida com entusiasmo e apoio financeiro por Pedro II e pela presidência da província em que se instalara. Após analisar o que de fato significava o socialismo de Sue, é que se realizou o trabalho do terceiro e último capítulo para entender como isso se traduzia no Brasil.

Sue, extremamente popular após a publicação de seus dois principais romances, teve a oportunidade de entrar na política após a Revolução de 1848 fundar a Segunda República na França. Em 1850, provocara uma poderosa derrota aos conservadores, elegendo-se deputado na

¹⁵ Ver BEECHER, Jonathan. Charles Fourier: The visionary and his world. London: University of California Press, 1986; e BUBER, Martin. O socialismo utópico. São Paulo: Perspectiva, 1971. 201 p.;

Assembleia Nacional. O autor não era um político eloquente, como alguns de seus colegas¹⁶. Victor Hugo, do lado da ordem, discursava com frequência, o que o rendia algum espaço na seção internacional dos jornais brasileiros, enquanto Sue pouco se pronunciava. Mesmo rendendo pouco enquanto político em prol de seus ideais, Sue parece ter caído em desgraça aos olhos de parte da imprensa brasileira mesmo assim. Os correspondentes internacionais do *Jornal do Commercio* esperneavam ao anunciar sua vitória. O socialismo, antes associado às inocentes ideias fourieristas, parecia também ter sido envenenado. Até então inofensivo ou até mesmo desejável, a palavra passara a ser associada aos piores males que tomavam o poder na França. A Revolução de 1848, ao que parecia, tinha transformado essas ideias inocentes em perigosas, capazes de revirar o *status quo*: haviam provocado uma revolução, derrubado um rei. Já não eram mais toleráveis. Na visão de Umberto Eco, as barricadas de 1848 haviam sido levantadas enquanto pensava-se nos mistérios.

Para a felicidade dos redatores de Villeneuve, o golpe de 1852 havia colocado um fim na república francesa, reinstaurando um império. Como consequência, Sue fugira para a Suíça, onde escreveria seu último romance, *Os Mistérios do Povo*. Esse romance, proibido em vários países da Europa, havia sido publicado no Brasil pelo *Correio Mercantil* entre 1850 e 1852. Os demais periódicos, ainda ressentidos com o autor, denunciaram a publicação de um romance tão incendiário. Mesmo assim, o *Mercantil* continuou, e graças a relativa liberdade de imprensa, não teve grandes problemas, exceto por ocasião da proibição do romance na Europa, o que impediu a publicação da conclusão do romance no Brasil. Aqui, novamente, Sue parece se confundir com o socialismo. Junto com a palavra, a obra do autor passa a ser vista com outros olhos. Com o tempo, ambos de fato mudaram. 1848 ajudou a substituir o socialismo de Fourier por visões mais revolucionárias. O próprio Sue havia mudado: *Os Mistérios do Povo* dava mais protagonismo à população trabalhadora, colocando na mão destes a responsabilidade da mudança através da revolução.¹⁷ O mais interessante é que *Os Mistérios de Paris* original, aquele romance de 1842, embora permanecesse o mesmo em seu conteúdo, viu contorno social dos anos que o sucederam parecem o levar à uma demonização. Poucas décadas depois, o tão popular romance pouco aparecia nos jornais. O objetivo deste último capítulo é verificar como se deu (se ela se deu) essa mudança em vários periódicos cariocas, ou seja, verificar se o socialismo e Eugène Sue de fato andavam de mão dadas aos olhos de seus opositores e

¹⁶ THÉRENTY, Marie-Ève. Misteriomania: difusão e limites da globalização cultural no século XIX. Escritos, Rio de Janeiro, ed. 8, p. 27- 43, 2014. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero08/artigo02.php>. Acesso em: 6 out. 2021.

¹⁷ OLIVEIRA, T. M.. Eugène Sue, o esquecido rei do romance-folhetim. LETTRES FRANCAISES (UNESP ARARAQUARA), v. n.º18(2), p. 263-276, 2017.

simpatizantes, nos momentos de glória de 1848, mas também nas derrotas em 1852. Para tal, tivemos que optar por uma busca seletiva por termos no acervo da Hemeroteca Digital, de modo a contemplar um variado e extenso *corpus* documental que possibilitasse visualizar essa mudança.

Por fim, o que objetivamos com esta dissertação é contribuir na construção de uma trajetória da obra *Os Mistérios de Paris* - e talvez em um sentido mais amplo, do próprio autor - na imprensa do Rio de Janeiro entre os anos de 1842, quando se inicia a publicação do romance em Paris, e 1857, quando morre Eugène Sue em seu exílio. Assim, partimos de vários elementos que parecem ser chave para a compreensão desse romance: seu estilo folhetinesco e seu caráter político, ambos duramente criticados e aclamados no decorrer das décadas selecionadas. Essa análise, acompanhada do próprio romance publicado no jornal, em conjunto com os textos que o rodeiam (que incluem anúncios, críticas, comentários e transcrições de citações em câmaras legislativas e outras ocasiões), nos possibilitam ter uma visão ampla do diálogo estabelecido entre o texto e seu contexto.

Odiado pela crítica conservadora por seu caráter, parecia pouco revolucionário para os radicais da década seguinte. Essa posição fronteira, aliada ao caráter folhetinesco muito característico de sua época, talvez seja a grande responsável pelo desaparecimento do autor e sua obra. Sue sempre tivera pouco controle sobre seu trabalho. Os mistérios haviam recebido uma leitura que não esperava, e suas adaptações pelo mundo todo também fugiram em muito de suas rédeas. Quase vinte anos depois, *Os Miseráveis* tomaria o trono de grande romance sobre a condição social do povo francês. Já os mistérios, duramente criticado por Marx em *A Sagrada Família*, permanecera muito radical para os conservadores, e muito conservador para os radicais.

1 – O Grão-Duque de Gerolstein chega ao Brasil (*Le Feuilleton* torna-se o Folhetim: publicação de romances nas décadas de 1830 e 1840)

1.1 – *Le Feuilleton*, ou o Folhetim.

Neste ano de 2021, no início de uma década, o consumo de cultura seriada parece alcançar mais um de seus auge. A pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, parece ter ajudado a acelerar um processo que já estava em andamento há alguns anos: o cada vez maior consumo de séries de TV através de plataforma de streaming, como Netflix ou Prime Video, para nomear duas das maiores.¹⁸ As séries, como são chamadas, apesar de produzidas e divididas em episódios que podem variar de vinte minutos até mais de uma hora, são frequentemente consumidas de uma vez só, ou para usar o neologismo que nomeia esse hábito, “maratonadas”. Mas o anterior uso da palavra “auge”, em sua forma plural, tem lá seus motivos. Durante as últimas décadas do século passado, os países latino-americanos passaram a produzir e exportar as famosas novelas, longas narrativas repletas de personagens e núcleos que levam meses para se desenrolar, sendo exibidas diariamente na TV aberta. As novelas se tornaram tão poderosas que modificaram até mesmo o vocabulário de outros países, ensinando aos então soviéticos, que assistiam religiosamente cada episódio de *A Escrava Isaura* (1977) o conceito de ‘fazenda’, palavra que passou a fazer parte do léxico russo. Já no século XXI, novelas como *Avenida Brasil* (2012) pararam o país, com todos atentos ao desenrolar do episódio final.

Mas as telenovelas também não foram o primeiro auge da narrativa seriada. Mais de século antes, na França, iniciava-se algo que mudaria o modo de produzir e consumir narrativas: o folhetim. Antes das plataformas de *streaming*, da TV ou do rádio, o rodapé do jornal, ou seja, as últimas linhas de cada folha eram usadas pelos editores para publicar histórias seriadas, divididas em pedaços, que poderiam ser aos poucos lidas por seus assinantes ou por outras pessoas que acabavam tendo acesso a esse conteúdo. A esse espaço e ao mesmo tempo modo de publicar literatura nomeou-se *Feuilleton*. Como sugere o nome, o folhetim, como foi

¹⁸ Mesmo sendo algo que ainda nos toca diretamente, trabalhos que analisam a relação entre a pandemia e os serviços de *streaming* vêm sendo desenvolvidos e apresentados, provenientes principalmente por parte de discentes de diversas áreas, como: Silva, A. C. M. da ., & Von Sucro, L. . (2021). Quarentena no sofá: o crescimento dos serviços de streaming durante a pandemia. Anais Do Congresso Nacional Universidade, EAD E Software Livre, 2(12). Disponível em: <https://nasnuv.com/ojs2/index.php/UEADSL/article/view/671>. Acesso em 08/03/2022; Soares da Silva, T., Moritz da Silva, F. ., Oliveira Rodrigues, T. ., & Sigounas Muhammad, H. . (2021). ALTERAÇÃO DO COMPORTAMENTO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) EM RELAÇÃO AO CONSUMO DE SERVIÇOS DE STREAMING APÓS O INÍCIO DA PANDEMIA. Revista Gestão E Desenvolvimento, 18(3), 51–79. Já o crescimento de serviços como Netflix vem sendo analisando a mais tempo, como em LEMOS DA SILVA, D.. Netflix: o serviço que mudou a forma de produzir e consumir entretenimento audiovisual. COMMUNICARE (SÃO PAULO), v. 18, p. 30-44, 2018.

traduzido para o português, aparece primeiro na França. Émile de Girardin fundou em 1836 o inovador *La Presse*, que em muitos aspectos se distinguia dos demais. Girardin buscou o lucro no volume de vendas e na publicação de anúncios, o que possibilitou uma diminuição no preço do periódico e a comercialização individual de números em quiosques. Além disso, o editor passou a publicar obras literárias no rodapé do periódico, de autores que se tornaram consagrados, como Alexandre Dumas e Balzac.¹⁹

Em breve, a fórmula de Girardin deixaria de ser exclusividade do *La Presse*, sendo copiada por outros jornais franceses e estrangeiros. O Brasil não demorou muito para incorporar a novidade. Ainda em 1836, o periódico *O Chronista* passou também a publicar literatura em seu rodapé, abertamente inspirado no novo hábito da imprensa francesa. A princípio, *O Chronista* tinha como alvo o público que já acompanhava os periódicos franceses e já esperava encontrar neles um texto ao fim da página, e logo ficou claro que não só o modo de publicação foi importado da França, como também a literatura. Maria Eulália Ramicelli nos mostra que mesmo a literatura inglesa chega na imprensa brasileira através da *Revue Britannique*, periódico francês que tinha como objetivo a publicação de textos britânicos na França. É através da imprensa francesa que os editores de *O Chronista* leem e reproduzem textos europeus nas primeiras décadas do segundo reinado.²⁰ Ao final desse período, a situação não é muito distinta: se os cariocas em 1880 leem o húngaro Mór Jokai, é somente após a publicação do *Le livre vert* no periódico francês *Gil Blas*.²¹

Os exemplos acima demonstram uma ampla e importante relação que a cultura e os hábitos franceses mantiveram no Brasil oitocentista. Mario Carelli, em importante trabalho sobre a troca cultural em França e Brasil, indica que a influência que o primeiro exerce sobre o segundo não é colonial no sentido populacional, visto as tentativas fracassadas de ocupação francesa da América Portuguesa, mas sim por meio das ideias.²² Ainda assim, houve certo fluxo de franceses para o Brasil na primeira metade do século. Segundo Thalita Maria Barbosa, esse contato se intensificou principalmente após a derrota de Napoleão Bonaparte e a restauração do

¹⁹ HÜLK, Walburga. Spectacular, Spectacular: Early Paris Mysteries and Dramas. In: STEIN, Daniel; WIELE, Lisanna. **Nineteenth-Century Serial Narrative in Transnational Perspective, 1830s–1860s: Popular Culture –Serial Culture**. Londres: Palgrave Macmillan, 2019. cap. 3, p. 50;

²⁰ RAMICELLI, Maria Eulália. Folhetim: espaço de intermediação cultural e literária no século XIX. *Miscelânea*, Assis, v. 18, p. 81-104, 2015. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/77>. Acesso em: 5 jun. 2021. P. 83;

²¹ RAMOS, Ana Flávia Cernic. Barricadas em rodapés de jornais: Revolta popular e cidadania política na gazeta de notícias. **Revista de História**, São Paulo, ano 2020, n. 179, p. 1-33, 11 fev. 2020. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.150983>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/150983>. Acesso em: 5 jun. 2021, p. 14;

²² CARELLI, Mario. **Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil**. Campinas: Papirus, 1994. P. 18;

antigo regime na França, o que aproximaria o mundo lusófono do francófono em detrimento da forte aliança luso-britânica que se estreitou durante as guerras do início do século. Já em 1816, o regente D. João, que desde 1808 havia transferido a capital do império português de Lisboa para o Rio de Janeiro, incentivava a vinda de franceses para a nova corte, com o objetivo de criar uma estética mais rica e opulenta, em um movimento de caráter civilizatório.²³ Além de receber vários exilados franceses descontentes com o retorno do absolutismo, a coroa portuguesa estabeleceu também instituições de inspiração francesa, como a Guarda Nacional, a Escola de Minas e o Jornal das Famílias.

Dentre os exilados franceses estava Pierre Plancher, simpatizante do bonapartismo que encontrou dificuldades em atuar como livreiro graças à sua filiação política. Marco Morel traz importantes dados desse indivíduo, posteriormente responsável pela fundação do *Jornal do Commercio*, onde *Os Mistérios de Paris* foi publicado pela primeira vez. Segundo o autor, embora Plancher conseguisse circular bem entre os meios bonapartistas e ainda assim conseguir licença de impressor no regime de Luís XVIII, a transformação do Brasil em um monarquia constitucional motivou a migração do livreiro. Nesse processo, Plancher deixou de ser apenas mais um no concorrido mercado francês, tornando-se uma peça importante na construção do Brasil imperial. Sua defesa do liberalismo, o rechaço a ideia de revolução e de revolta de escravos, aliados à sua simpatia pelo regime imperial de inspiração napoleônica, tornaram-no ideal para contribuir na construção de um estado nacional brasileiro. Se na França Plancher era atacado pelos mais conservadores, no Rio de Janeiro era protegido pelo regime imperial e rejeitado pelos liberais mais inflamados.²⁴

Na sua tipografia e em seus periódicos dominavam elementos da cultura francesa. 81% de seu catálogo encontrava-se em francês, em oposição aos 6% em português. Trazia para o público carioca livros iluministas que passavam pelo filtro da restauração, além de ter na história um dos temas centrais em seus acervo. Morel indica que a revolução é o tema histórico preferido de seu catálogo, relatada principalmente através de obras de emigrados²⁵ e revolucionários arrependidos. Esses elementos casam com os anseios da elite brasileira, que rejeitavam o antigo regime mas temiam a revolução: desejavam um estado forte, centralizador

²³ BARBOSA, Thalita Moreira. RELAÇÃO BRASIL - FRANÇA NO OITOCENTOS:: FRUTO DE UMA EMPATIA CULTURAL OU DE UM PROJETO DE HEGEMÔNIA?. *Faces de Clio*: REVISTA DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – UFJF, Juiz de Fora, v. 4, ed. 8, p. 232, Jul./Dez. 2018. Disponível em: https://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/8_L5_Thalita_227-_240.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

²⁴ MOREL, M. **Revoluciones y libros**: el comercio político de la cultura en el imperio de Brasil. *Istor Revista de Historia Internacional*, Cidade do México, v. 9, 2002 . p. 18.

²⁵ Membros da aristocracia francesa que deixaram o país com o desenrolar da revolução de 1789.

e capaz de manter a ordem social. Desse modo, títulos de nomes como François Guizot eram frequentemente anunciados por Plancher.

Em outro texto, Morel compara periódicos franceses e brasileiros nos anos de 1830/31 e nos mostra também os diálogos entre França e Brasil em relação ao liberalismo. O autor rejeita a ideia de influência, preferindo o uso do termo metamorfose, visto que o segundo termo presume um diálogo que se dá à revelia dos desejos franceses, tomando suas próprias dimensões e questões no contexto brasileiro. A abdicação do imperador Pedro I, no ano seguinte à abdicação de Carlos X na França, seriam eventos relacionados em que os usos de termos sensíveis ao liberalismo tomariam significados diversos e muitas vezes opostos.²⁶

Com a queda de D. Pedro I, seu protetor no Brasil, e com a ascensão do assim chamado “rei burguês”, Luiz Felipe, na França, Plancher retornou à sua terra natal. Isso não significaria um esfriamento nas aproximações culturais entre França e Brasil. A tipografia de Plancher seria repassada para outros franceses, e Barbosa indica que, à medida em que o século avançava, a França buscava, de forma cada vez mais ativa, estender sua influência abaixo do equador, fundando a Aliança Francesa em 1883, em busca de difundir ainda mais o idioma francês, já tão querido pelas elites do dezenove. Citando Karl Doka, Barbosa indica que este seria um movimento pioneiro, que tornaria a França um dos primeiros países a instrumentalizar sua própria cultura como veículo de propaganda e influência.²⁷

Os falanstérios, colônias rurais organizadas no interior do país, também fizeram parte da imigração francesa para o Brasil. Colônias como o Falanstério do Saí, sobre o qual veremos com mais detalhes adiante, surgiram no país durante a década de 1840, porém com pouco êxito. Mario Carelli indica que, embora haja um certo fluxo de franceses para o interior do país, essa foi bem menos numerosa do que suas equivalentes alemãs ou italianas. Os franceses que chegavam ao Brasil atuavam, em boa parte dos casos, dentro das cidades, como o caso dos já citados Plancher e Villeneuve.²⁸

Ainda assim, a principal atividade francesa no Brasil do Segundo Reinado não se daria pelo movimento físico de franceses pelo território imperial, mas por meio das ideias, que se modificaram com o passar do tempo. Carelli identifica que, participando de um movimento nacionalista provocado pelo movimento de independência, intelectuais como Nísia Floresta e Araújo Porto-Alegre teceram críticas à visão estereotipada que os viajantes franceses criavam

²⁶ LE roi, le peuple et la nation: métamorphoses du libéralisme politique en France et au Brésil (1830-1831). *Cahiers du Brésil Contemporain*, [s. l.], n. 23, 24, p. 70, 1994.

²⁷ BARBOSA, op. cit., p. 238;

²⁸ CARELLI, op. cit., p. 130;

do Brasil²⁹. Ainda assim, nas décadas seguintes, com a chegada do romantismo, Victor Hugo, célebre folhetinista e autor de *Os Miseráveis* em 1862, torna-se uma importante referência nos debates literários e políticos no Brasil a partir de 1860, beirando à idolatria.³⁰ Na nossa análise, não podemos dizer que esse movimento já se fazia na década de 1840, mas o romancista certamente já era celebrado pelo público brasileiro. Aliado à Sue e Dumas, Victor Hugo aparece constantemente na imprensa carioca, mesmo antes da publicação da que se tornaria sua obra prima. Em 1848, com a proclamação da república, seus discursos como deputado na Assembleia Nacional foram frequentemente reproduzidos nas páginas da imprensa carioca.³¹ Carelli afirma que o pensamento de Hugo teria posteriormente influenciado a abolição da pena de morte no Brasil, além de frear o socialismo romântico representado por nomes como Saint-Simon e Fourier, que se mantiveram relevantes somente antes de 1848. Ao avançar do século, Carelli destaca também a importância do positivismo de Auguste Comte entre os republicanos brasileiros, o que transformou a filosofia do francês em uma religião de estado nas décadas finais do oitocentos³², tornando os dois autores, Comte e Hugo, os principais pensadores franceses a ter lastro no Brasil.

O Chronista foi o primeiro impresso brasileiro a trazer a nova invenção francesa, o *Feuilleton*, para o Rio de Janeiro, mas ele não seria aquele que tornaria o romance fatiado um sucesso também no império brasileiro. Embora o jornal tenha iniciado a publicação de textos no pé da página, ainda levaria um tempo para que a fórmula tomasse corpo. Um importante jornal nesse contexto foi o *Jornal do Commercio*, periódico quase bicentenário fundado no Rio de Janeiro. Embora de acordo com o *jus solis* o jornal seja brasileiro, o *jus sanguini* aponta para sua origem francesa. O já citado Plancher, fundador do *Jornal do Commercio*, foi um dos vários franceses que, após a derrota e consequente deposição de Napoleão Bonaparte em 1815, vieram para o Brasil fugindo do regime menos amigável dos Bourbon. Ativamente político na França, Plancher fundou seu primeiro periódico no Brasil em 1824 sob o nome *O Spectador*. Em 1827 esse jornal já teria saído de circulação e sido substituído por seu empreendimento de maior sucesso, o *Jornal do Commercio*.³³

²⁹ Ibidem, p. 117;

³⁰ Ibidem, p. 144;

³¹ Para exemplos, ver: CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 16/09/1843, p.2; DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 21/05/1847 p.3; JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 23/03/1850 p. 1;

³² CARELLI, op. cit., p. 150;

³³ GRANJA, LÚCIA; SANTANA Jr., O. D. **Aquém e além-mar**: agentes, textos e estratégias na publicação de romances--folhetim do jornal do commercio (1827-1863). REVISTA INTERFACES (UFRJ), v. 1, p. 31-46-46, 2018, p. 34;

Contrastando com o seu antecessor, o *Jornal do Commercio* se propunha um periódico mais prático e menos político. Se *O Spectador* falava abertamente de temas políticos e polêmicos, o *Jornal do Commercio* começou, como o nome sugere, como uma folha comercial, de acordo Matias Molina.³⁴ Essa visão vai mudando com o passar dos anos, e aos poucos o jornal passa a apresentar também críticas de teatro, textos literários e discussões políticas. Mesmo que ainda fosse partidário de D. Pedro I, desta vez Plancher era mais sutil em suas opiniões, imprimindo um jornal menos inflamado que o seu antecessor e outros contemporâneos. Segundo Molina, foi assim que este periódico se consolidou como empresa, sobrevivendo à muitas das publicações efêmeras e panfletárias do período.³⁵

Com a queda de Carlos X e a instauração da monarquia mais liberal de Luis Felipe, Plancher voltou para sua terra natal, deixando sua tipografia na mão de dois de seus conterrâneos: Junius Villeneuve e Reól Mougnot, sendo que o segundo em breve venderia sua parte do jornal para o parceiro, tornando-o o único dono da antiga tipografia de Plancher ainda em 1834. Villeneuve foi extremamente importante para o desenvolvimento da imprensa francesa no Brasil, adotando não só equipamento de sua terra natal como também as técnicas e estratégias de publicação. Em breve a tipografia de Villeneuve produziria outras publicações além do jornal inicial, notadamente o *Museo Universal* e o *Archivo Theatral*, ambos com foco na publicação de literatura.³⁶ Os jornais de Villeneuve haviam se tornado importantes espaços de propagação das letras francesas no Brasil e também de debates políticos.

Outro importante francês na história do jornal é Francisco Antônio Picot, que tomou a direção do jornal e fez questão de sempre dirigi-lo por perto. Foi na década de 1830 que o *Jornal do Commercio* adquiriu posições cada vez melhores na corrida da imprensa carioca, ultrapassando concorrentes como o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Correio Mercantil*, e o *Despertador*, que precisou fechar as portas ao enfrentar diretamente a tipografia de Villeneuve. Gradativamente, o jornal ia se pareando aos melhores periódicos da Europa em termos de qualidade de impressão.³⁷ Para melhor compreendê-lo, três espaços merecem nossa atenção, sendo o primeiro deles, o rodapé. Inicialmente, apesar de parecer apenas um detalhe, o rodapé se tornou cada vez mais importante no espaço do periódico, e foi usado para posteriormente publicar romances, como *O Conde de Monte Cristo* (1845), *Os Três Mosqueteiros*, *Os Miseráveis* (1862) e o nosso *Os Mistérios de Paris* (1844). O segundo espaço é a seção “À

³⁴ MOLINA, Matias M. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1., p. 228;

³⁵ Idem, op. cit., p. 232;

³⁶ GRANJA, Lúcia; SANTANA Jr., Odair. Op; cit., p. 36;

³⁷ MOLINA, op. cit., p. 238;

Pedidos”. Segundo Molina, esta coluna, característica da imprensa brasileira, seria um dos principais locais por onde muitos se faziam ouvir politicamente. Não era raro encontrar ofensas e ameaças pessoais, mas também intrigas políticas entre os grupos liberais e conservadores, abolicionistas e escravagistas, de modo que nem o imperador ficaria isento de críticas, tornando o espaço tão liberal à ponto de assustar europeus em visita. Isso tudo, é claro, com um valor em troca. Aliado aos anúncios (principalmente aqueles que se referem à compra e venda de escravizados), o *À pedidos* foi importante contribuinte ao lucro do jornal.³⁸

A terceira parte que escolhemos enumerar é a seção *Exterior*, publicada quase diariamente na primeira página. Alternando entre reproduções de jornais estrangeiros e relatos de correspondentes atuando principalmente na França e Portugal, o *Jornal do Commercio* buscava atualizar seu público sobre as questões da Europa (principalmente a França) e das Américas, com eventuais aparições de África e Ásia. Durante a Segunda República Francesa, não era raro que o jornal publicasse atas e comentários da Assembleia Nacional Francesa, e é daí que justamente tiramos boa parte das fontes utilizadas neste trabalho.

Guido Guimarães Santos, ao analisar as seções *Exterior* do *Jornal do Commercio* e do *Diário do Rio de Janeiro* a respeito de disputas políticas internacionais caras aos primeiros anos do Segundo Reinado, nos indica que é justamente nesse espaço onde ambos os jornais expressam seu posicionamento político de maneira mais velada. Santos amplia a discussão proposta por Molina e Morel, que interpretaram ambos como conservadores, mas que evitavam tornar seu posicionamento explícito em suas páginas. Segundo Santos, seria justamente esta pretensa imparcialidade que daria aos dois periódicos uma força política especial, e justamente através da leitura da seção *Exterior*, seria possível compreender os posicionamentos tomados pelos periódicos, já que através da seleção dos textos publicados na seção, há uma tentativa de pautar o modo em que os debates chegariam ao Rio de Janeiro.³⁹ Esta perspectiva nos será importante especialmente no terceiro capítulo desta dissertação, onde buscaremos analisar como a Revolução de 1848 e a eleição de Eugène Sue para a Assembleia Nacional influenciaram na leitura dos periódicos sobre a biografia e obra do romancista, o que foi expressado justamente nas correspondências do exterior.

Os jornais, com seus anúncios e folhetins, foram de fato uma das principais fontes de renda das tipografias, mas outras formas de publicação não podem ser ignoradas, dentre elas,

³⁸ Ibidem, p. 256;

³⁹ SANTOS, Guido Guimarães. "**Comerciais e acidentalmente políticos**"?: o *Jornal do Commercio*, o *Diário do Rio de Janeiro* e a política internacional do Império (1845-1852). 2019. 1 recurso online (184 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637019>. Acesso em: 17 ago. 2022.

livros encadernados, principalmente do trio que ainda será muito citado neste trabalho: Alexandre Dumas, Eugène Sue e Victor Hugo. Segundo Hallewell, em monumental obra sobre o livro no Brasil, tanto Plancher quanto Villeneuve foram personagens chaves das letras francesas no Brasil ao tornarem seu jornal o maior do país até meados do século XX. Assim como Plancher, Villeneuve eventualmente retornou à França em 1844, deixando, desta vez, o empreendimento na mão de seu filho mais novo, o que garantiu a permanência do negócio nas mãos da família até 1890.⁴⁰ Picot, o diretor, também voltou para a França posteriormente, mas permaneceu comandando o jornal por correspondência até sua morte. Assim, vemos que o periódico que consolidara o folhetim no Brasil era fundado por franceses que, embora pudessem parecer subversivos em sua terra natal, foram apoiados pelo *status quo* ao desembarcar no Brasil, fundando um jornal que se manteria abertamente conservador, mas que ao mesmo tempo não se fecharia à outras tendências nem se tornaria panfletário demais, o que garantiria sua longevidade, durando até 2016.

Para compreender o caminho traçado pelo jornal para a publicação de romances até chegar em *Os Mistérios de Paris*, nos interessa particularmente a publicação, sob o título *Variedades*, do romance *O Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, justamente por ser o primeiro que jornal publicaria. Embora antes da publicação da obra de Dumas, já houvessem sido publicados romances em partes na França, e antes de Villeneuve o rodapé do jornal já fosse usado para publicar literatura, o folhetim, ainda no começo do século XIX, era um espaço dedicado à publicação de entretenimento, como piadas, charadas, receitas, críticas a peças de teatro, dentre outros, nos jornais parisienses. Nessa seção *Variedades*, além do romance-folhetim, era comum também a publicação de outros elementos, como ensaios leves ou contos⁴¹. O próprio termo “*feuilleton*” tinha um significado genérico, e os temas presentes nesses espaços migraram, aos poucos, para as Magazines, volumes que passaram a contar exclusivamente com os conteúdos que no jornal tinham apenas o espaço do rodapé. No Brasil, o *Jornal do Commercio* foi o primeiro a publicar os romances aos poucos, fatiados, em 1838. Segundo Marlyse Meyer, não muito tempo depois, o “continuar-se-ha”, expressão escrita logo ao fim dos capítulos do folhetim, já estava consolidada.⁴²

Faltava ainda a cereja do bolo: embora o formato já existisse, levaria um tempo para que esse característica passasse a impregnar completamente o romance. Foi apenas na década de

⁴⁰ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012., p. 161;

⁴¹ MOLINA, op. cit., p. 240;

⁴² MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 59;

1840 que surgiu o que é pejorativamente chamado de romance “rocambolesco”, um romance produzido para ser publicado no rodapé do jornal, repleto de repetições para lembrar o leitor que perdera a última parte, que deixa tramas propositalmente inconclusas de modo a prender o leitor ao próximo volume. Nesse momento, o romance, e em consequência, seu espaço no jornal, deixa de ser periférico na publicação e torna-se o carro-chefe do periódico. Todos os novos romances passam a ser publicados no folhetim, e até mesmo velhas obras já consagradas também têm seu espaço. Na década de 1840, o folhetim já se tornara o principal meio de publicação e leitura de romances, compartilhando esse espaço principalmente com os Gabinetes de Leitura, espaços presentes em muitas grandes cidades em que era possível alugar livros por assinaturas.⁴³ Esses gabinetes, que continuaram a existir após o advento do folhetim, incorporaram muito desses romances ao seu próprio catálogo, após sua edição também em livro.⁴⁴

Existe, porém, um ponto crucial para a compreensão do fenômeno: quase todo romance era publicado em folhetim, mas nem todo romance era um romance-folhetim. Em outras palavras, embora todos os romances, dos mais variados autores, dos mais aos menos consagrados pela crítica, dos diversos temas, fossem publicados no rodapé do jornal, nem todos eram pensados para tal, ou ainda, “fabricados” para tal. Dois autores são extremamente importantes nesse contexto: Alexandre Dumas e Eugène Sue. Dumas, dramaturgo já consagrado, publicou seu primeiro romance no folhetim do *Le Siècle* ainda na década de 1830. *O Capitão Paulo* é um romance curto, mas que já apresentava elementos centrais do romance-folhetim: reviravoltas, tramas paralelas, idas e vindas no tempo, e o uso de um momento histórico como pano de fundo. Com essa fórmula bem sucedida, Dumas, que já vinha do teatro sabendo muito bem como “retalhar” uma obra, começou a publicar aceleradamente nos próximos anos, chegando ao seu auge com *O Conde de Monte Cristo*, romance extenso que contava uma história de vingança, porém recheada com elementos da história francesa das últimas décadas. Com o sucesso estrondoso que alcançou em sua terra natal, a obra de Dumas atravessou o Atlântico e desembarcou no Rio de Janeiro, sendo publicada no *Jornal do Commercio* quase simultaneamente às suas edições parisienses.

Seu colega e contemporâneo, Eugène Sue, gozou de sucesso semelhante. Publicando nos mesmos jornais obras tão extensas quanto as de Dumas, Sue usou o formato folhetim para

⁴³ PAIXÃO, Alexandre Henrique. The Literary Taste for Novels in the Portuguese Subscription Library in Rio de Janeiro. In: ABREU, Márcia. **The Transatlantic Circulation of Novels Between Europe and Brazil: 1789-1914**. Campinas: Márcia Abreu, 2017. p. 40;

⁴⁴ MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura do império: esquecidos da censura? In: ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de letras, 1999. p. 406;

se consolidar nesse novo mercado. Assim como a história de Edmond Dantès cruzou os mares, *Os Mistérios de Paris*, *Magnun Opus* de Sue, também foi publicada por quase todo o globo e constantemente imitada. Contando uma narrativa social, tornando públicas as mazelas sofridas pela população trabalhadora da capital francesa, Sue conseguiu sucesso internacional.

É preciso, portanto, observar esse termo, “folhetim”, sob várias óticas, distintas definições que, embora se aproximem, possuem diferenças cruciais: o folhetim pode ser, como inicialmente apareceu na imprensa brasileira, o espaço do rodapé do jornal, onde não necessariamente seriam publicados somente romances, como também críticas de teatro, comentários variados e textos literários mais curtos; o termo também pode ser usado para descrever o próprio romance produzido especificamente para ocupar o rodapé do jornal, sendo chamado de romance-folhetim, folhetinesco, ou simplesmente, folhetim; embora muitos dos textos publicados fossem romances e aparecessem nos folhetins, nem todos foram caracterizados como romance-folhetim, dado o sentido pejorativo que o termo adquiriu, como veremos a seguir. Assim, Eugène Sue, Felix Pyat, Ponson du Terrail e Paul de Kock, para citarmos alguns dos esquecidos pelo tempo, são, quando lembrados, definidos como folhetinistas, enquanto Victor Hugo, Balzac ou George Sand, que também construíram suas carreiras no e para o folhetim, receberam outros adjetivos.

Como vimos, Sue foi um autor de expressivo sucesso comercial no século XIX. Suas obras foram não apenas muito bem vendidas no formato folhetim, como também em livro⁴⁵, além de incentivarem imitações pelo mundo todo. *Os Mistérios de Paris* inaugurou toda uma onda romances “misteriosos”. Nelson Schapochnik, em *Edição, recepção e mobilidade do romance Les Mysteres de Paris no Brasil oitocentista*⁴⁶ nos mostra como após a publicação do romance de Sue, vários romances intitulados “Os mistérios de...” foram escritos e publicados pelo mundo todo. Várias cidades, dentro e fora da Europa, ganharam sua própria versão dos mistérios. Até mesmo o consagrado Emile Zola publicou, em 1867, sua versão: *Les mystères de Marseille*. Com o tempo, no entanto, Sue foi desaparecendo. Embora na época tenha sido bem sucedido também no Brasil, hoje suas obras sequer são reeditadas em português, e quem desejar ler esse romance em nossa língua pode ou lê-lo como foi publicado aqui há mais de 150

⁴⁵ Os romances de Sue, em especial *O Judeu Errante* e *Os Mistérios de Paris*, foram sendo editados em livro pouco após serem publicados em folhetim. Não eram incomuns anúncios destacados de compra e venda desses romances. As obras do autor eram constantemente reeditadas pelas tipografias cariocas. Para mais, ver: SILVA, Hebe Cristina da. **A Ascensão do Romance no Brasil** - considerações acerca da presença do gênero em anúncios do Jornal do Comércio.. In: Congresso Internacional ABRALIC 2006., 2006, Rio de Janeiro-RJ.. Caderno de Resumos do Encontro Internacional ABRALIC-2006., 2006;

⁴⁶ SCHAPOCHNIK, Nelson, op. Cit. ;

anos atrás, através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁴⁷, como fizemos, ou tentar a sorte e buscar alguma edição centenária em algum sebo, muitas vezes divididas em vários volumes.

Dumas, outro pioneiro do folhetim, teve sucesso semelhante. Seus romances foram publicados e imitados mundialmente. Rosângela Maria Oliveira Guimarães⁴⁸ estuda também um fenômeno que vai além da imitação, a falsa atribuição de autoria. No Brasil, o romance *A Mão do Finado* foi publicado como continuação da trama de *O Conde de Monte Cristo*, supostamente assinado por Dumas mas realmente escrito pelo português Alfredo Passolo Hogan. A posteridade, porém, foi um pouco mais generosa com Dumas. Ao longo do século XX, diversas de suas obras foram adaptadas, reeditadas, representadas em teatro, cinema, musicais, e até mesmo em telenovelas, espaço do nosso tempo tão frequentemente comparado com o próprio folhetim. Mas ainda que Dumas tenha sobrevivido ao tempo, sua obra não foi igualmente colocada no mesmo rol de seus contemporâneos. Victor Hugo e Balzac, franceses contemporâneos de Sue e Dumas, gozaram e ainda gozam de uma reputação enquanto escritores muito maior que a de seus colegas. Hugo jaz no panteão de Paris desde sua morte em 1885, porém Dumas só teve seu lugar reservado em 2002. Sue ainda não teve essa honra.

Dentre os temas comuns nos romances-folhetins, temas nos quais Eugène Sue também se aventurou, está a história. György Lukács, em *O Romance Histórico*⁴⁹, faz um importante tratado onde levanta uma extensa lista de autores dos séculos XVIII e XIX que contribuíram para esse gênero, como os já citados Hugo e Balzac, além de outros como Walter Scott e Stendhal. À Sue e Dumas são dedicadas apenas menções esporádicas, ainda que Dumas tenha se dedicado, durante toda a sua carreira, à escrita de romances em que o passado tem um espaço central. Lukács destaca a origem do Romance Histórico na virada do século XVIII para o XIX. Segundo o autor, os fenômenos desse período, nomeadamente a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, haviam sido capazes de mostrar aos camponeses mudanças drásticas em curtos períodos de tempo, provocando uma consciência de que a história era afetada pelos eventos que se desenrolavam ao mesmo tempo em que afetava também a vida presente. Além disso, a guerra, antes reservada a um pequeno grupo de aventureiros, havia se tornado uma experiência de massas, que levaria camponeses de um lado ao outro do continente europeu.

⁴⁷ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 01/09/1844 a 20/01/1845;

⁴⁸ GUIMARÃES, Rosângela Marília Oliveira. **A publicação do falso romance-folhetim “A Mão do Finado” em jornal brasileiro e a polêmica da autoria**. V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0063-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁴⁹ LUKÁCS, György. **O Romance Histórico**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011;

Esses fenômenos levariam ao nascimento e popularização do romance histórico. Lukács vê Walter Scott, romancista escocês famoso por tratar do passado das ilhas britânicas, como o modelo ideal de se fazer um romance histórico, que se distinguia de formas anteriores de como fazer literatura sobre o passado. A novidade do Romance Histórico consiste, segundo Lukács, na construção da psicologia de um determinado período e local, indo além de retratar a cronologia e nomes de famosos conflitos. Se antes a verossimilhança das roupas, no caso do teatro, e os “fatos” eram peças importantes na narrativa histórica, a preferência agora era dada à psicologia, ao modo de pensar e agir dos personagens, tornando esse aspecto a principal característica do Romance Histórico.⁵⁰

Dan Ungurianu, ao pesquisar fato e ficção nos romances históricos do romantismo russo, que em muito se inspiram no romances da Europa ocidental, chega à conclusões semelhantes às de Lukács. Segundo Ungurianu, os autores do romance histórico vivem em uma constante contradição entre verdade e ficção, em que ao mesmo tempo que usam notas quase acadêmicas para embasar os eventos históricos de seus romances, lavam as próprias mãos ao afirmar que muitos dos acontecimentos de suas narrativas são inventados. Vários recursos são utilizados para este fim, como notas que destacam quais partes são verídicas ou inventadas e mudanças drásticas de tom, que quebram a imersão do leitor e lembram-no que estão a ler um romance.⁵¹

Além disso, Ungurianu indica que o romancista tem também a liberdade para contrariar fatos históricos bem consolidados. Assim como Lukács, Ungurianu considera a composição do *Zeitgeist* da época mais importante do que a factualidade. O autor retoma Belinski: “a verdade histórica não consiste na precisa representação dos fatos, mas no retrato preciso do desenvolvimento do espírito humano nessa ou naquela época.”⁵² Em outros termos, se é necessário ou desejoso o sacrifício da exatidão de fatos históricos bem conhecidos ou não, assim o seja, desde que a verdade histórica, psicológica, não seja afetada. Essa questão, também contraditória, muda ao se deparar com o romance histórico realista. Em *Guerra e Paz*, de Tolstói, essas contradições dão lugar a uma tentativa irrestrita de recompor a realidade.⁵³

Se passando poucos anos antes do período em que é publicado, *Os Mistérios de Paris* não é um romance geralmente classificado como histórico, nem pelo autor, que poderia se render ao hábito de intitulá-lo como “um romance/novela histórico(a)”, nem pelos jornalistas

⁵⁰ LUKÁCS, op. cit., p. 83;

⁵¹ UNGURIANU, Dan. **Fact and Fiction in the Romantic Historical Novel**. *The Russian Review*, [s. l.], v. 57, n. 3, p. 380-393, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/131953>. Acesso em: 18 abr. 2022, p. 386;

⁵² UNGURIANU, op. cit., p. 387. Original: “historical truth consists not in the accurate rendering of facts, but in The accurate portrayal of the development of human spirit during this or that epoch.”

⁵³ UNGURIANU, op. cit., p. 392;

contemporâneos, que não raramente acrescentavam esse subtítulo ao anunciar o romance. Estes, assim como a bibliografia que analisamos e analisaremos nesta dissertação, preferem o termo *social*. Mesmo assim, Sue estava em constante diálogo com autores que escreviam predominantemente para esse gênero, além de ele mesmo ter escrito romance sobre o passado, de modo que muitos dos elementos enumerados por Ungurianu se fazem ver nas páginas de Eugène Sue. As notas explicativas, presentes desde o começo, se tornam cada vez mais intensas no decorrer do texto, que também passa a acrescentar quebras bruscas que versam sobre questões legais e até mesmo históricas, como veremos com mais detalhe em outro momento. Tal qual os grandes romancistas históricos, Sue busca deixar de lado os grandes nomes em prol de heróis anônimos, criando fatos em busca de alcançar uma verdade maior, o sacrifício do *true*, que seria a narrativa fiel aos fatos, pela *truth*, aquela que melhor representa e psicologia dos indivíduos, nos termos de Ungurianu⁵⁴. Marilene Weinhardt, em ensaio sobre o Romance Histórico que também parte de Lukács, cita, como outra característica, justamente este elemento: os grandes nomes seriam qualidade das epopeias, enquanto o romance histórico se ocuparia da “ressureição poética dos seres humanos que passaram por essa experiência histórica”.⁵⁵ Daí talvez possamos extrair indícios da omissão de Lukács em relação à Alexandre Dumas, tão histórico e mais popular que muitos de seus contemporâneos. Preocupado com seus Luíses da França e com as aventuras de grandes homens, distanciou-se do conceito lukácsiano. Já Sue, que deixara de lado o passado, trazia elementos que, embora não pudessem o trazer para debaixo do guarda-chuva do romance histórico, puderam pelo menos aproximá-lo, citando-o mais do que o autor de *Os Três Mosqueteiros*. Não obstante, nem todos os seus contemporâneos deixaram Sue fora da alcunha “histórico”. No periódico *Minerva Brasiliense*, critica-se justamente as características negativas dos romances de Sue, em texto que foi uma das primeiras críticas negativas ao autor que encontramos na imprensa fluminense. Dentre outros elementos, critica-se justamente a falta da história em Sue, e que tais obras não deviam ser usadas como objeto de consulta para reger a França, coisa que o autor considera estar em cogitação.⁵⁶ Ainda que o autor diga que Sue não seria histórico, esta afirmação só se justifica se implicarmos que havia de fato quem considerava a obra de Sue como histórica, ou ao menos com alguma relevância social. Além disso, como veremos no terceiro capítulo, a carreira de Sue é frequentemente dividida em algumas etapas, dentre elas, principalmente os períodos marítimo,

⁵⁴ UNGURIANU, op. cit., p. 393;

⁵⁵ WEINHARDT, Marilene. **Considerações sobre o romance histórico**. Letras, Curitiba, n. 43, p. 49-59, 1994, p. 51;

⁵⁶ LITTERATURA, *Minerva Brasiliense*, 01/10/1844, p. 26;

histórico e social, sendo o último onde se encaixaria o principal romance aqui analisado. Este flerte de Sue com o passado não se encerraria aí, chegando em seu auge no ambicioso romance “*Os Mistérios do Povo*”, em que o autor buscou construir a história de uma família de operários desde o império romano até o século XIX, buscando, assim, unir o social ao histórico.

Outros motivos são possíveis para esse esquecimento desses autores entre os críticos e estudiosos. Marlyse Meyer, ao analisar o impacto de Sue e Dumas no século XIX mais tardio, mostra que o sucesso comercial do segundo é um ponto importante para a crítica negativa.⁵⁷ Ao descrever sua obra, verificamos que Dumas é muitas vezes caracterizado como um autor próprio para o divertimento, para o deleite, não sendo sua obra considerada uma literatura tão séria quanto a de seus colegas. Até mesmo contemporâneos seus, como Eugène de Mirecourt, não poupam Dumas: em *Maison Alexandre Dumas et Compagnie*⁵⁸, Mirecourt faz uma extensa crítica à escrita rápida (Dumas produzia romances com milhares de páginas em pouquíssimo tempo, o que era possibilitado por ajudantes) do autor. Não obstante Dumas enfrentou processos de direitos autorais movidos pelo seu mais célebre ajudante, Auguste Maquet, que reivindicava a autoria de suas mais importantes obras.

Walburga Hülk, em *Spectacular, Spectacular: Early Paris Mysteries and Dramas*, nos indica como outros célebres contemporâneos também não tinham a literatura folhetinesca em alto valor. George Sand se mostra insatisfeita com os cortes produzidos por seus editores, que contrariariam seu ideal romântico do gênio e da arte pela arte.⁵⁹ Já críticos como Saint-Beuve e o poeta Charles Beaudelaire também demonstrariam seu descontentamento com o que chamavam de literatura industrial. Segundo Saint-Beuve, palavras vazias e descrições inúteis haviam sido dobradas, tudo com o objetivo de ampliar as histórias, inclusive com autores escrevendo somente em diálogos, com o objetivo único de ganhar mais linhas e portanto melhor angariar financeiramente. Segundo o crítico, a literatura industrial, em que um autor escreveria como ganha pão não seria em si um problema, visto sua existência desde a invenção da imprensa, mas o mal está na dominação que esta literatura havia conquistado no século XIX, chegando aos leitores primeiro pelos jornais, e não pelos livros.⁶⁰

Vemos, portanto, como há uma separação entre a literatura comercial e não comercial, separação essa que influenciou a análise que se fez dela contemporaneamente e na posteridade, embora autores e autoras como Umberto Eco, Jesús Martin-Barbero e Judith Lyon-Caen, no

⁵⁷ MEYER, op. cit., p. 286;

⁵⁸ MIRECOURT, Eugène de. **Maison Alexandre Dumas et Compagnie**. Paris: Hauquelin et Bautrughe, 1845;

⁵⁹ HÜLK, op. cit. 52;

⁶⁰ Ibidem, p.51;

exterior, e Nelson Schapochnik, Marlyse Meyer e Maria Lúcia Dias Mendes no Brasil, para atermos a alguns nomes, vêm estudando a importância de autores como Sue e Dumas. Jesús Martín-Barbero nos mostra justamente como essa distinção pode prejudicar a análise do impacto da obra no seu espaço social. Indo além dos pontos já citados, Barbero nos indica como o meio em que o folhetim é publicado é também diretamente influenciado pela lógica do jornal. Os empresários, enquanto donos dos periódicos, bem como seus editores foram os pensadores da fórmula do folhetim, o que estabelece uma distinta relação entre editor e autor, que tem sua obra influenciada por todo o aparato do meio jornalístico. Assim, o romance sofre influência da nova condição do autor, que passa a ser um trabalhador assalariado, pago por um empresário, implementando uma nova dinâmica de produção: quanto mais longo, melhor. Assim, enquanto *Le Capitaine Paul* de Dumas, publicado em 1838, contava com uma centena de páginas e ocupava um curto intervalo no jornal, o *Conde de Monte Cristo*, já de 1844, levou longos meses para se encerrar. Segundo Barbero, o novo formato acaba “expondo o escritor, revelando seu modo de trabalhar, ao erguer entre escritor e texto uma *mediação institucional com o mercado* que reorienta, rearticula a intencionalidade ‘artística’ do escritor.”⁶¹

Essa mediação mercado-autor provocaria uma corrupção da obra, para Barbero isso seria: “um gesto não ‘nobre’”, que “impede que atinjamos as pulsações do social que se manifestam pela lógica do mercado mas que de modo algum nela se esgotam, além da significação cultural dos dispositivos com que se materializa”.⁶² Assim, podemos pensar que, ao reduzir o folhetim apenas a um simples produto mercantil, encarando-o como mero produto da ideologia dominante, perdemos uma dimensão social importante para o estudo dessas fontes. Criticando Marx, que lê *Os Mistérios* como uma cilada populista⁶³, Barbero nos indica que o estudo do folhetim é de fato um importante meio para melhor compreender a dialética entre o social e a cultura de massas nesse contexto. Se as obras de Sue e de Dumas são ou não de fato de uma qualidade ou genialidade atribuídas a autores como Hugo, Balzac ou Stendhal, não é uma questão para nós. Neste trabalho, o que as torna importante é o fato de serem obras profundamente impactantes e impactadas pelo meio em que foram produzidas.

Barbero, embora estabeleça importantes rompimentos com o conceito de cultura de massas consagrado pela escola de Frankfurt, ainda se vale do termo “massa”. Existem diferenciações substanciais entre o uso do termo por Martín-Barbero em contraste com outras

⁶¹ BARBERO, Jesus M. *Dos Meios às Mediações; comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003, p. 175;

⁶² *Ibidem.*, p. 175;

⁶³ *Ibidem*, op. cit., p. 187;

escolas de pensamento. Theodor Adorno e Max Horkheimer, dois importantes expoentes da escola de Frankfurt, fizeram estudos valiosos para o campo da indústria cultural e cultura de massas. Para esses autores, a indústria cultural cumpre um papel homogeneizador, igualando toda a produção cultural por ela produzida. Essa indústria sequer poderia produzir arte, visto que apresenta a si mesma como um negócio: “O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem.”⁶⁴ Nesse sentido, as mídias, reféns indefesas daqueles que exercem o poder economicamente, seriam inevitavelmente padronizadoras e reprodutoras. Enquanto isso, aqueles que consomem o produto dessa indústria cultural não seriam mais do que espectadores. Com a atividade intelectual reduzida por uma arte previsível, cujo objetivo é legitimar a indústria cultural como uma parte da totalidade do capitalismo - que tem os Estados Unidos na dianteira – os espectadores são apresentados como meros reféns do consumo.⁶⁵ A acessibilidade e reprodutibilidade dos produtos culturais - que para os autores não devem ser chamados de arte – não devem ser confundidas com a democratização do acesso à cultura, mas sim com o nível de expansão do entretenimento de forma massiva, cujo objetivo é a distração e manutenção das classes dominantes.

Martín-Barbero, em diálogo com pensadores latino-americanos da Teologia da Libertação, como Gustavo Gutierrez e da Educação Libertadora, representada por Paulo Freire, contribui com uma outra perspectiva sobre o tema.⁶⁶ Segundo Martín-Barbero, há uma relação dialética entre o público e a cultura de massas. Aqueles que consomem essa cultura não são meros receptáculos, como apontava a escola de Frankfurt, mas detêm o poder de ditar certos padrões que a indústria cultural deve seguir. Isto significa que a indústria não tem o poder absoluto sobre a mente dos consumidores, que aceitariam passivamente aquilo que lhes é oferecido, mas antes, dialoga constantemente com os desejos destes. Para Barbero, o folhetim é um pioneiro e importante espaço onde é possível observar esse fenômeno.⁶⁷ Ao elevar a produção dos romances e das edições de jornais a nível industrial, o folhetim se torna um produto de massa, porém sua relação com o público e as influências que um exerce sobre o

⁶⁴ ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. “A Indústria Cultural; o Iluminismo como mistificação das massas” in: *Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos*, 1947;

⁶⁵ *Ibidem*, p. 7;

⁶⁶ GOMES, Pedro Gilberto. Dos meios às mediações: Jesús Martín-Barbero na teoria da comunicação da Unisinos. *MATRIZES*, São Paulo, v. 12, ed. 1, p. 189-202, jan/abr 2018. P. 190;

⁶⁷ BARBERO, op. cit., p. 170;

outro, fazem com que essa troca seja muito mais complexa do que uma força unilateral que partiria de cima para baixo.

Martín-Barbero dá à ideia de cultura de massas um novo fôlego, atribuindo à ela uma maior complexidade, que vai muito além da mera apropriação passiva pelas massas da cultura que para ela é produzida. Nesse sentido, a produção cultural em massa é também um espaço de disputa, onde o consumidor encontra, de certa maneira, possibilidades de expressar sua própria voz. Pensaremos, a partir de Barbero, como essa disputa se dá dentro do contexto do romance-folhetim, pensado por ele como espaço inaugural da cultura de massas.

Barbero, no capítulo *Das massas à massa*, nos mostra o caminho percorrido pelos autores do romance-folhetim para encontrar um novo local, distinto do posteriormente atribuído aos romancistas. Segundo ele, agora os autores estariam sob a lógica assalariada, como já comentamos, o que altera profundamente a produção do romance. Esse novo meio de produção teria sido pensado pelos empresários e editores, e não pelos próprios romancistas. Todos esses fatores fundariam uma nova relação entre o autor, o editor e a obra, trazendo a marca da própria oralidade, característica importante do folhetim.⁶⁸ Essa nova relação possibilitava ao folhetim a incorporação de práticas e experiências legitimadas socialmente ao mesmo tempo que sinalizava certa liberdade em relação ao julgamento dos críticos e suas classificações em termos de atribuir-lhe o estatuto de arte/ literatura. Nas palavras do autor:

Vendido pelas ruas ou distribuído de casa em casa pelos entregadores, o folhetim se inscreve nesse outro modo de circulação que passa do popular ao massivo sem passar pelo 'culto', ou melhor, pelos lugares 'de culto' da cultura⁶⁹.

O autor descrevendo minuciosamente como o romance *Os Mistérios de Paris* de Eugène Sue e sua recepção são representativos da dialética entre escritura e leitura que marca a relação entre a cultura de massas e seu público. Barbero cita um trecho de Umberto Eco que é descrito pelo mesmo como sintetizador desse movimento:

Embora escrito da perspectiva de um dândi para contar ao público as excitantes experiências de uma miséria pitoresca, o folhetim *Os Mistérios de Paris* foi lido pelo proletariado como uma descrição clara e honesta de sua opressão. Quando percebeu isto, o autor continuou a escrevê-lo voltado para esse mesmo proletariado. (...) O livro realiza uma misteriosa viagem pelo ânimo de alguns leitores que voltaremos a encontrar nas barricadas de 1848, empenhadas em fazer a Revolução porque, entre outras coisas, tinham lido *Os Mistérios de Paris*.⁷⁰

⁶⁸ BARBERO, op. cit., p. 175;

⁶⁹ BARBERO, op. cit., p. 176;

⁷⁰ BARBERO, op. cit., p. 177;

Vemos, portanto, como há uma influência bilateral entre leitura e leitores: Sue vê sua própria intencionalidade se alterar na medida em que encontra seus leitores onde a princípio não imaginava, no proletariado. Vira-se, então, para esse outro público, dando à sua obra um outro tom. Passa a se disfarçar de trabalhador pelas ruas da cidade em busca de temas e motivações para seu romance, e até mesmo muda de discurso: deixa de descrever essa população parisiense como apenas um grupo exótico, dando a ela um protagonismo que a princípio não pretendia. Apesar dessa mudança de postura tomada por Sue ter sido criticada por alguns leitores mais conservadores do jornal onde o romance foi inicialmente publicado (*Journal des Débats*), essa reprovação não foi suficiente para cessar a continuação da história. Ao contrário, vemos como a leitura provocou nos editores - cujo intuito é angariar leitores - a necessidade mercadológica de manter a publicação de um romance bem sucedido, ainda que este contrarie as ideias políticas do jornal.⁷¹

Isso fica particularmente claro na terceira fase do folhetim. A fase da qual até agora falamos, que se dá entre as décadas de 1830 e 1840, é chamada por Barbero e Meyer de romance-social, e é também seu auge. Na virada do século XIX para o XX, é possível observar uma virada conservadora nos romances, que acaba enfim provocando sua própria decadência⁷². Ainda que uma narrativa conservadora possa ser desejosa para jornais e editores conservadores, por possivelmente provocar em seu público o gosto pelos trabalhos que lhes convêm, é importante notar também que o público detém certo poder sobre o que ele mesmo consome.

Nesse sentido, pode-se pensar que o romance social de Sue é influenciado pela catarse pré- Revolução de 1848, ao mesmo tempo em que é um ponto chave provocador da mesma. Essa dialética observada por Barbero é essencial para a compreensão do romance-folhetim. Para compreender ainda melhor esse fenômeno, é preciso analisar também os diferentes níveis de influências dos leitores, enumeradas pelo que autor.

Esses níveis – composição tipográfica, fragmentação da leitura, sedução e reconhecimento – podem ser considerados dispositivos para ampliar as vendas dos periódicos onde se encontram os romances. Assim, certas características tipográficas, como o tamanho e o espaçamento das letras e a fragmentação dos capítulos com pausas em momentos decisivos são mecanismos que não apenas cumprem o papel claro de ampliar as vendas, como também o de responder às próprias exigências dos leitores. As letras garrafais não significam apenas uma

⁷¹ BARBERO, op. cit., p. 178;

⁷² MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

maneira de vender “menos romance” em “mais espaço”, mas também um modo que torna a leitura mais acessível e menos cansativa.⁷³ As unidades em que são divididas o romance também são cruciais para o formato:

(...) essas unidades, enquanto articularam o discurso narrativo, permitem dividir a leitura do episódio em uma série de leituras sucessivas, sem que se perca o sentido global da narrativa. Isso nos remete novamente a um modo peculiar de leitura, à quantidade de leitura contínua de que é capaz um público cujo os hábitos de leitura são mínimos. (...) boa parte do sucesso ‘massivo’ do folhetim reside aí: numa fragmentação do texto escrito que incorporava os cortes ‘produzidos’ por uma leitura não-especializada como é a leitura popular.⁷⁴

O nível da sedução também é extremamente importante. Como vimos, os folhetins vão se tornando cada vez mais longos, e mesmo quando acabam, conseguem provocar o desejo por uma continuação. *Os Três Mosqueteiros*, obra já extensa de Alexandre Dumas, ganha outras duas continuações ainda mais longas sobre a saga de D’Artagnan, seu protagonista. As *Aventuras de Rocambole*, de Ponson du Terrail, torna-se uma série de vários romances. Como já citamos, a própria obra de Sue provoca imitações, além de ter sido alongada em relação ao seu plano inicial. Assim, na medida em que o folhetim se arrasta ao longo de meses, podemos observar o fenômeno que ocorre com a obra de Sue: o leitor, que acompanha a vida dos personagens em conjunto com a sua, espaçadamente, passa a poder também influenciá-la: “É através da duração que o folhetim consegue ‘confundir-se com a vida’, predispondo o leitor a penetrar a narração, a ela se incorporando mediante o envio de cartas individuais ou coletivas e assim interferindo nos acontecimentos narrados.”⁷⁵

Hülk não deixa de observar o mesmo fenômeno: especulava-se que, na época, mais de mil cartas das mais variadas pessoas foram enviadas a Sue. Embora esse número possa ter sido exagerado, é possível saber que dessas, 351 foram recuperadas, além de 51 respostas de Sue⁷⁶. Entre as cartas, muitas enviadas por membros de círculos socialistas (é importante lembrar que esse não era o público que Sue inicialmente tencionava atingir, afinal, Eco classifica a leitura de Sue pelo público um exemplo de “leitura aberrante”, que foge do propósito do leitor⁷⁷), magistrados, oficiais e filantropos, é possível encontrar sugestões de como continuar a história ou até mesmo acrescentar novos enredos à já extensa trama. Não sem propósito o folhetim é

⁷³ BARBERO, op. cit., p. 180;

⁷⁴ BARBERO, op. cit., p. 181;

⁷⁵ BARBERO, op. cit., p. 181;

⁷⁶ HÜLK, Walburga. Op. cit.;

⁷⁷ ECO, Umberto. El lector modelo. In: ECO, Umberto. Lector in Fabula: La cooperacion interpretativa en el texto narrativo. 3. ed. Barcelona: Lumen, 1993. cap. 3, p. 83;

frequentemente comparado às atuais telenovelas tão populares na América Latina, paralelo que o autor também faz.

O quarto nível enumerado pelo Barbero é o suspense, que também deve ser casado com a novidade. O romance tradicional, geralmente com um eixo, vê aqui um rompimento. O folhetim, que precisa ser acompanhado também por aqueles que começaram a lê-lo pela metade, precisa inserir na narrativa elementos de novidade que podem ser acompanhados por aqueles que não conhecem os detalhes anteriores da história, ao mesmo tempo que não perdem de vista o leitor de longa data. Isso fica claro na obra de Alexandre Dumas, por exemplo. Não só em *O Conde de Monte Cristo*, como em diversas outras obras, o autor insere histórias menores, que contam a trajetória de personagens que rapidamente cruzam o caminho dos protagonistas. Essas histórias por si só poderiam ser apreendidas de maneira independente por um leitor casual, ao mesmo tempo em que cumprem um papel na narrativa principal para o leitor ansioso para saber o desenrolar dos destinos dos protagonistas. É assim que Dumas conta a história de Luigi Vampa, um bandido romano que por alguns capítulos rouba o espaço dos protagonistas. Nos dando uma descrição detalhada do carnaval romano, nos conta toda a história do tesouro da família Spada, dentre outros⁷⁸. Sue usa o mesmo recurso, e durante a leitura dos *Mistérios*, somos constantemente apresentados a novos personagens. Essa característica é outro ponto crucial para Barbero, pois:

Sabe-se que o *feedback*, ao criar a sensação de participação, aumenta o número de leitores, e portanto o negócio; mas algo de outra ordem, e de outro calibre, intervém aqui: é o modo desviado, aberrante, da relação que as classes populares estabelece com o formato-narrativa que configura a burguesia como ‘narrador’, isto é, o romance.⁷⁹

Outro importante diálogo que Barbero estabelece entre o popular e a cultura de massas, é a fronteira tênue que esses dois universos têm, a princípio. Como vimos, Barbero demonstra que o folhetim não passa pela aprovação do meio culto, e como também explicamos, a cultura de massas não é uma mera imposição unilateral das classes dominantes. De onde vem então a cultura de massas, ou mais especificamente no nosso caso, o romance-folhetim?

Para responder essa pergunta, Martín-Barbero recorre à própria cultura popular. Segundo ele, a cultura de massas surge exatamente em um momento em que a cultura popular passa por um processo de tentativa de converter-se em cultura de classe.⁸⁰ As novas condições

⁷⁸ Em monografia previamente publicada analisamos mais detidamente essa dimensão no romance de Dumas. É importante no entanto salientar que essa análise não foi feita levando em consideração as chances de leitura proporcionados por Martín-Barbero. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28404>

⁷⁹ BARBERO, op. cit., p. 182;

⁸⁰ BARBERO, op. cit., p. 169;

de existência, de reprodutibilidade e as inovações técnicas dão a esse processo um novo sentido. O aspecto dominante, em que a cultura projeta a submissão, passa a se tornar uma espécie de consenso. Assim, a cultura de massas não faz antagonismo a cultura popular, mas sim vem da própria:

A cultura de massa não aparece de repente, como uma ruptura que permite seu confronto com a cultura popular. O massivo foi gerado lentamente a partir do popular. Só um enorme estrabismo histórico e um potente etnocentrismo de classe que se nega a nomear o popular como cultura pôde ocultar essa relação, a ponto de não enxergar na cultura de massa senão um processo de vulgarização e decadência da cultura culta.⁸¹

Barbero inverte, portanto, as relações: a cultura de massas não é uma versão decadente da cultura culta, da verdadeira literatura, por exemplo, mas sim se origina a partir da cultura popular, sem necessariamente se opor a ela, o que não deve tomar um sentido pejorativo, sob risco de cair no que ele aqui denomina etnocentrismo de classe.

As reflexões de Martín-Barbero nos dão um poderoso arcabouço teórico-metodológico para analisar caso a caso a escrita e recepção dos inúmeros romances-folhetim publicados ao longo do século XIX. No nosso caso, em que pretendemos estudar a recepção dos romances de Eugène Sue no Brasil, encontramos ainda assim alguns desafios e questionamentos. O folhetim social do qual fala Barbero e que obteve um sucesso na Europa na década de 1840, foi exportado para o Brasil encontrando aqui semelhante êxito. Dumas encontrou no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, ainda que independente da sua vontade, um poderoso espaço para suas publicações. Antes do folhetim, as peças do autor já haviam sido representadas em solo carioca algumas vezes,⁸² mas após a publicação do primeiro romance seguiram várias outras obras em prosa do autor, que são publicadas nesse mesmo jornal sucessivamente. *Paulina* (1839); *Othon, o Archeiro* (1839); *Mestre Adam, o Calabrez* (1839); *Legendas de Pedro-o-Cruel* (1839); *Paschal Bruno* (1840); *A Capella Gothica* (1844); *Gaetano Sferra* (1844); entre outros. Esses são romances do autor publicados no folhetim, muitas vezes sem sequer dar fôlego para que outro escritor se apresentasse nos intervalos. Sue, um pouco mais modesto, não teve tantas peças de teatro ou romances, mas seu *Os Mistérios de Paris* ocupou meses do folhetim do *Jornal do Commercio*, sendo pouco depois acompanhado pela obra-prima de Dumas, *O Conde de Monte Cristo*. Sue voltou a aparecer pouco tempo depois com seu *O Judeu errante*.

⁸¹ BARBERO, op. cit., p. 169;

⁸² Para lista de peças ver: SANT'ANA, Mateus Ribeiro de. O Brasil de Alexandre Dumas: Crítica, recepção e circulação de O Conde de Monte-Christo no Jornal do Commercio. A MARGem, Uberlândia, v. 17, ed. 1, jan/jun 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/amargem/article/view/56338/29508>. Acesso em: 15 dez. 2020;

Dumas, já velho conhecido do público carioca, publicou em *O Conde de Monte Cristo* uma obra apologética ao legado do imperador Napoleão Bonaparte. No romance - que narra a desgraça e conseqüente vingança de um jovem humilde de futuro promissor - o protagonista, Edmond Dantès, preso por motivos políticos, é acusado de conspirar em favor da volta de Napoleão ao trono francês, então reocupado pela monarquia Bourbon. O jovem, inocente dessa acusação que lhe foi imputada por seus algozes, decide vingar-se, o que faz com maestria após encontrar um tesouro que o transforma em um homem poderoso, capaz de provocar a ira daqueles que o traíram, e gratificar aqueles que o protegeram. Embora o personagem em momento algum explicita uma posição política – pelo contrário, o personagem em vários momentos tem uma atitude misantrópica -, aqueles que o rodeiam e são tratados como vilões, geralmente são defensores da coroa Bourbon, não por convicção, mas por arrivismo. Os bons, que ajudam o protagonista, são humildes, populares e se manifestam abertamente em favor de Napoleão Bonaparte, que é retratado como um representante dessas pessoas. O protagonista, esse personagem providencial, gratifica portanto os bonapartistas e desgraça os realistas.⁸³

Essa visão lisonjeira que Dumas constrói de Napoleão é positivamente analisada pelos seus leitores no *Jornal do Commercio*. Antes mesmo da publicação de *O Conde de Monte Cristo*, outras obras de Dumas que trazem a figura de Napoleão são positivamente criticadas levando em forte consideração a aparição positiva desse personagem histórico, o que é observável na crítica a seguir:

A morte de Napoleão é o episódio mais transcendente da história, animado e posto em cena: é a vida e a morte do último e mais ilustre membro dessa liga de heróis, Alexandre, César e Napoleão, a quem todos os séculos pagarão o seu tributo de admiração. (*Jornal do Commercio*, p.1, 2 jan. 1837)⁸⁴

Além do dinheiro a se ganhar com a publicação do romance, é possível ver outros motivos para a publicação de Dumas no *Jornal do Commercio*, afinal, o jornal havia sido fundado por franceses auto exilados, insatisfeitos com os Bourbons e saudosos dos tempos do imperador.

Eugène Sue, no entanto, troca Napoleão pelas misérias das vielas parisienses. Lido frequentemente como socialista, inclusive pela própria crítica do *Jornal do Commercio*, Sue consegue ser publicado mesmo assim, graças ao sucesso que alcança com seu romance ante um público mais inflamado. Martín-Barbero, a partir de sua proposta dialética entre cultura de

⁸³ Esse ponto também fica melhor esclarecido na monografia citada na nota 23;

⁸⁴ SANT'ANA, Mateus Ribeiro de. O Brasil de Alexandre Dumas: Crítica, recepção e circulação de O Conde de Monte-Christo no *Jornal do Commercio*. A MARgem, Uberlândia, v. 17, ed. 1, jan/jun 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/amargem/article/view/56338/29508>. Acesso em: 15 dez. 2020;

massas e o popular, nos ajuda a entender as razões das publicações da obra de Sue, apesar de seu teor ideológico. Isso pode, até certo ponto, ser transportado para o Brasil, porém deixa lacunas que deveremos buscar resolver em busca de hipóteses.

Como Barbero apontou, uma importante dimensão do folhetim é a possibilidade de *feedback*, que possibilita ao leitor ter alguma influência sobre a narrativa. Os *Mistérios* (1844), de Sue, só chegam no folhetim do Rio de Janeiro meses após a conclusão da narrativa em Paris. Quando o *Monte Cristo* (1845) de Dumas aparece na França, Villeneuve, talvez mais experiente por causa da publicação da grande saga anterior, inicia a publicação do mesmo ainda antes da conclusão da história no *Journal des Débats*. Ainda assim, existe um intervalo relativamente longo entre a publicação de cada capítulo na capital francesa e na corte brasileira. Portanto, em que medida é possível dizer que os leitores dos trópicos influenciavam a lógica da publicação editorial em Paris e a pena de Eugène Sue? Seria portanto a leitura folhetinesca na periferia um pouco menos propositiva e apenas receptiva?

De certa maneira, é possível responder positivamente a essa questão. É importante lembrar, porém, que ainda que a leitura carioca pouco ou nada influa na escrita que se dá em Paris, as ressignificações das obras aqui podem tomar dimensões enormes. Como vimos, a obra do próprio Dumas teve continuações não autorizadas, enquanto Sue foi copiado pelo mundo inteiro. Embora Sue não tenha mais controle algum sobre o diálogo que estabelece com seus leitores além-mar, é possível pensar que essa recepção, e aqueles que tomam sua fórmula para construir novos romances, estabeleça sim alguma dialética que retira o romance-folhetim do espaço de imposição da classe dominante. Afinal, qual seria o interesse desse jornal conservador em trazer esse pensamento francês para as praias cariocas?

Outra questão importante é a massificação do folhetim no Brasil. Com uma população com enorme maioria analfabeta – não tão diferente de onde o romance foi originalmente publicado -, é possível dizer que o romance foi lido em massa? Lido, possivelmente não, porém muitos estudiosos do folhetim, dentre eles Marlyse Meyer, assim como o próprio Martín-Barbero, apontam para a oralidade:

Em muitos casos, o autor dita para seu ajudante, e esse dispositivo do ditado adquire uma significação preciosa: para além dos interesses pecuniários do 'autor', o ditado revela tudo que o folhetim tem de oral, sua proximidade de fundo com uma literatura na qual 'o autor fala mais do que escreve e o leitor escuta mais do que lê' ⁸⁵

⁸⁵ BARBERO, op. cit., p. 175;

Isso demonstra que a apreensão do público dessa literatura passa por ainda mais intermédios do que poderíamos pressupor. Boa parte do público carioca não teria lido um original em francês, ou sequer uma tradução escrita, mas sim uma versão oral, que passa ainda por outro filtro. Diferentemente do contexto de publicação original, seria importante observar outros pontos para analisar como aqueles que recebem a obra o fazem de uma maneira ativa.

1.2 – Eugène Sue torna-se Eugênio Sue: escolhas editoriais em *Os Mistérios de Paris*

Como vimos, Martín-Barbero, Meyer, Hülk e Eco apontam para a forte influência que a leitura tem no processo de escrita do autor da obra. O romance de Sue em especial é um bom exemplo desse processo, sofrendo modificações a medida em que era escrito, se moldando às respostas que o público dava, ainda que o autor nem sempre correspondesse completamente a todos os anseios dos seus variados leitores. O jornal tem, portanto, como espaço de publicação, grande influência na obra que nele é publicada, assim como também está em diálogo intenso com o mundo social e político ao seu redor. Refletir acerca da importância do jornal como objeto para o historiador nos auxilia a entender como a publicação de Sue no Brasil não é meramente passiva, e como se dá essa transformação de uma obra, então publicada em um determinado contexto, em outra obra relativamente diferente, lida e editada em outro local e em outro momento.

Mark Parker, ao fazer a análise de magazines literárias britânicas do início do século XIX, compartilha importantes reflexões a respeito do uso de periódicos quando se trata de literatura. Em *Literary Magazines and British romanticism*⁸⁶, Parker considera que devemos observar um texto em um periódico tendo em mente sempre dois aspectos: contexto e política.⁸⁷ Na prática, isso significa que ler um texto originalmente publicado em periódico sem considerar o meio em que foi publicado acarreta em uma importante perda de significado do próprio texto:

O que é perdido ao ler contribuições individuais fora da órbita do periódico não é simplesmente um contexto imediato do trabalho, mas um molde de emergência que afeta radicalmente o significado de um ensaio, crítica, poema ou romance. (tradução nossa)⁸⁸

⁸⁶ PARKER, Mark. Introduction: the study of literary magazines. In: LITERARY Magazines and British Romanticism. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 1-29;

⁸⁷ Ibidem, p. 2;

⁸⁸ What is lost in reading individual contributions outside the orbit of the periodical is not simply an immediate context for the work but a mode of emergence which radically affects the meaning of a particular essay, review, poem, or novel (PARKER, op. cit. P. 3;)

A intenção do autor ao escrever um texto é apenas um dos elementos atribuidores de sentido, o que apresenta inclusive uma dificuldade para o historiador que, muito distante da obra que analisa, pode apresentar dificuldades ao perceber insinuações específicas do contexto em que o texto foi originalmente escrito. Dialogando com o conceito de leitor modelo de Eco⁸⁹, o historiador, quase duzentos anos distante do texto e do periódico, está longe de ser o leitor ideal pensado pelo autor.

Assim, o texto publicado em periódico deixa de ser somente daquele que o escreve diretamente, e passa a pertencer também aos editores, tornando-se um trabalho de muitas mãos.⁹⁰ Transferindo essa ideia para o Brasil, a situação ganha ainda mais camadas: os editores brasileiros recebem da Europa um texto já editado, e tem a liberdade de fazê-lo novamente, redesenhá-lo, traduzi-lo, recortar os capítulos como bem entendem. Como já apontado por Barbero, o início do século XIX vê o nascimento de uma literatura que opera sob a lógica de mercado. A era dos mecenas ilustrados do século XVIII dava lugar ao escritor contratado, que escrevia e editava sua obra sob a influência (insistimos, não completamente impositiva) de um mercado nascente.⁹¹ Se antes os livros tinham tempo para ganharem leitores e respeito literário, os periódicos não podem esperar o reconhecimento da posteridade. O mercado demanda uma resposta imediata, é necessário que a magazine ou o folhetim responda financeiramente o quanto antes, e aqui a opinião dos críticos se torna bem menos relevante.⁹²

Esse mercado ainda estava, no entanto, em desenvolvimento, e uma questão bastante importante ainda estava por ser resolvida: a dos direitos autorais. Durante boa parte do século XIX o comércio internacional de textos não passava por esse impedimento, dando aos escritores e editores brasileiros liberdade para reproduzir e modificar obras produzidas na Europa sem necessariamente pagar pelo direito de republicá-las.⁹³ Isso tem consequências também na recepção desses textos. Nos anúncios de peças de teatro, que muitas vezes são adaptações de romances já conhecidos, é sempre destacado o nome da obra e até mesmo sua natureza, porém muitas vezes o autor é omitido. Nos primeiros folhetins publicados ao fim da década de 1830 e início de 1840, vemos como o autor é ocultado, principalmente se o texto não possuía uma mão tão célebre por trás. No folhetim de 3 de Abril de 1842, no *Jornal do Commercio*, é iniciada, sem maiores cerimônias, a publicação de *Tomada de Lisboa*, um texto que contaria um episódio

⁸⁹ ECO, op. cit. p. 74;

⁹⁰ PARKER, op. cit. p. 5;

⁹¹ Ibidem, p. 6;

⁹² Ibidem, p. 12;

⁹³ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros e sociedade: a formação de leitores no século XIX. Teias (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 31-37, 2001. P.2;

das guerras de reconquista da idade média. Nem no início nem ao fim da publicação há qualquer indicação do autor da narrativa, o que continua pelos números seguintes.⁹⁴ Ramicelli também nos indica como os textos que navegam da Inglaterra para a França para depois ancorar no Brasil passam por alterações nos títulos, traduções e adaptações extremamente livres:

Mistura-se a origem geográfica (...) com as transformações por que o texto foi passando em seu périplo pela França e pelo Brasil (por exemplo, o título da narrativa e o da série), enredando tudo numa coisa só, sem qualquer distinção, — porque isso não seria relevante nem constituía uma preocupação à época, — entre os níveis de apropriação e usos específicos do texto, através da tradução.⁹⁵

Esteves, falando mais especificamente das traduções, nos indica que os tradutores se aproveitavam da falta de fiscalização da “metrópole” para remexer no texto original como quisessem:

Houve casos em que, no Brasil, os tradutores assumiram a função dos próprios autores. Por um problema nos meios de transporte, um folhetim francês teve sua entrega suspensa por um período de vários dias, durante o qual o tradutor, no intuito de não frustrar os leitores com a interrupção da narrativa, continuou a história por conta própria. Quando a remessa do jornal francês foi normalizada, o tal tradutor precisou “consertar as coisas” para tornar a história coerente.⁹⁶

Esses exemplos nos ajudam a perceber o quão aberto era o cenário da publicação de romances em periódicos na primeira metade do século XIX. Não havia reverência ou qualquer respeito às histórias originais, que poderiam ser chacoalhadas e recontadas como fosse bem entendido. Ainda que os leitores não pudessem escrever cartas ao autor que alterariam o rumo do personagens ao receber esse retorno, aqueles envolvidos na publicação dos romances no Rio de Janeiro tinham o poder de alterá-los sem represálias da fonte original, e não havia hesitação ao usar essa prerrogativa.

Para concretizar essa análise, faremos uma comparação entre as duas publicações do romance de Sue que nos interessam. Primeiro, no seu original, publicado no *Journal des Débats* entre 19 de Junho de 1842 e 15 de Outubro de 1843, e depois, na sua primeira versão em português, publicada no periódico carioca *Jornal do Commercio*, entre 1 de Setembro de 1844 a 20 de Janeiro de 1845. Logo a princípio, encontramos uma drástica diferença entre as duas publicações, no *Journal des Débats* o romance leva cerca de 17 meses para ser publicado,

⁹⁴ FOLHETIM: A tomada de Lisboa. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 3 abr. 1842, p. 1;

⁹⁵ RAMICELLI, op. cit. p. 97;

⁹⁶ ESTEVES, L. R. A TRADUÇÃO DO ROMANCE-FOLHETIM NO SÉCULO XIX BRASILEIRO. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 42, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639377>. Acesso em: 5 jun. 2021, p. 141;

enquanto sua versão brasileira levou cerca de 5 meses, ou seja, menos de 1/3 do tempo necessário para a publicação original.

Esse ritmo acelerado pode se ter dado por alguns motivos. Primeiro, e mais óbvio, o romance já estava pronto. Como vimos, Sue ia escrevendo o texto na medida em que ia sendo publicado, esticando-o com o passar do tempo conforme achasse necessário. Como consequência, esse método poderia resultar em atrasos, visto que a produção do texto estaria relacionada à condição material do autor e seus ajudantes de escrevê-los. A publicação brasileira não passou por esse processo, já que iniciou-se mais de um ano depois do fim da versão original. Além disso, o romance completo já estava em circulação no Rio de Janeiro, em sua língua original. No próprio jornal não era incomum encontrar edições do romance vendidas por livreiros:

LES MYSTÈRES de Paris, suivi de GÉROLSTEIN, par Eugène Sue, 1 beau vol. In-8° à 2 col., illustré de gravures sur bois: prix 10\$000. On vend à le libraire Belge-Français, rue dos Ourives n. 73⁹⁷

Essa explicação porém não satisfaz. Havia ainda o trabalho da tradução, que no caso de *Os Mistérios de Paris*, foi feita especialmente para o folhetim, o que implica em um longo e rápido trabalho, quase tão dispendioso quanto o do autor original. Por estar pronto, conhecia-se também a extensão do romance, muito mais volumoso se comparado com outros publicados no folhetim anteriormente. O romance anterior, *Valente*, por Julio Sandeau, havia sido publicado entre 20 e 30 de Agosto de 1844, compartilhando alguns números com críticas literárias. Retrospectivamente, *O homem sisudo*, de Charles de Bernard, de 8 de Julho a 19 de Agosto de 1844. *A irmã de Rembrandt*, de Henry Berthoud, entre 26 de Junho 7 de Julho, sendo que dentro desse intervalo alguns números não tiveram a presença do folhetim. *Theresa*, sem autor nomeado, de 10 à 22 de junho, também com interrupções. Ainda que o texto de Sue extrapolasse em muito as políticas editoriais tomadas pelo jornal até então, ainda assim o romance foi publicado. A equipe do jornal, que frequentemente replicava notícias direto do *Journal des Débats*, sem dúvida estava ciente do sucesso que o romance havia feito em terras francesas, e isso poderia explicar a ousadia em iniciar a arriscada publicação de um romance tão extenso em comparação com os que haviam sido anteriormente publicados. Villeneuve já esperava que o livro fizesse sucesso entre seu público, e decidiu anunciar, ainda antes do fim da publicação de *Valente*, a iminente chegada dos *Mistérios*:

⁹⁷ ANÚNCIOS, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11/03/1844, p. 4;

Concluiremos amanhã ou depois a publicação da linda novela *Valente*, cuja continuação damos hoje.

Domingo, 1º de Setembro, principiaremos a dar à luz uma obra volumosa, que interessará vivamente nossos leitores. É, no seu gênero, a melhor produção da literatura moderna, e foi recebida na Europa e nos Estados- Unidos com frenesi. Publicada a princípio pelo *Jornal dos Debates* de Paris, cujos leitores comoveu profundamente, foi logo traduzida em inglês, e lida em Inglaterra e na América com a mesma avidez. Além disto, tiraram-se em separado muitas edições, quer baratas quer de luxo, que foram rapidamente esgotadas: tal é o entusiasmo com que a obra foi recebida!

Confiamos que o público brasileiro acolherá com a mesma aceitação esta brilhante e enérgica pintura. É composição de Eugenio Sue, e tem por título os MYSTERIOS DE PARIS.⁹⁸

O sucesso do romance em Paris e no mundo anglófono parecem motivar a publicação de obra tão extensa. O anúncio, que pode ser interpretado como uma mera tentativa de incitar o público, é também uma forma de jogar para os leitores o dever de apreciar um romance tão bem sucedido no mundo dito civilizado, sob pena de ficar fora dessa mesma civilização. A publicação dos *Mistérios* é uma aposta e uma novidade na política dos folhetins do *Jornal do Commercio*, pois, como vimos anteriormente, os romances até então publicados eram muitas vezes mais curtos. Ainda assim, a princípio, a obra segue um ritmo de publicação semelhante à seu original, publicando somente um capítulo por dia no rodapé.

No primeiro dia de publicação, somente o *Capítulo I* é publicado, sob o nome *O Estendal*, tradução de *Le Tapis-Franc*, uma espécie de taverna onde alguns dos protagonistas se encontram pela primeira vez. O romance original é repleto de dialetos, o que é indicado logo nas primeiras linhas: *Un tapis-franc, en argot de vol et de meurire, signifie un estaminel ou un cabaret du plus bas étage*⁹⁹. Traduzido pelo *Jornal do Commercio* como: Um Estendal em gíria ou algaravia de ladrões e assassinos, significa uma tasca ou botequim da ínfima classe.¹⁰⁰ O uso dessas gírias demandou no romance original uma série de notas de rodapés para o próprio leitor do jornal, alheio a esse vocabulário, o que também aconteceu na versão brasileira, que se preocupou em traduzir literalmente nomes de alguns personagens que Sue pescou do *argot* parisiense. O *Chorineur*, segundo o autor, seria um “*donneur de coups de couteau*”, o que é explicado em nota¹⁰¹. O nome é traduzido como Churinada, mas na nota brasileira ele é descrito apenas como “faquista”, omitindo qualquer descrição mais precisa. *La Goualeuse*, descrita na nota como *la Chanteuse* (cantora) se torna a Gueladeira, e há uma nota explicativa também

⁹⁸ JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 29/08/1844, p. 2;

⁹⁹ FEUILLETON DU JOURNAL DES DÉBATS, *Journal des Débats*, Paris, 19/06/1842, p. 1;

¹⁰⁰ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 01/09/44, p. 1;

¹⁰¹ Aquele que dá golpes de faca. (tradução nossa)

desse nome, porém se encontra ilegível na versão que temos. Os termos são muitas vezes traduzidos ao pé da letra. Ainda no primeiro capítulo, um dos personagens usa o termo *meg des megs* para se referir a *Dieu*, como é explicitado na nota. O tradutor não foi muito longe, usando o termo *magos dos magos*, explicitando, também em nota, que se tratava de *Deus*. Outras notas, no entanto, são ocultadas. Somente na segunda página do primeiro capítulo, encontramos, na versão francesa, quinze notas explicativas curtas, enquanto a versão brasileira apresenta somente seis. Em alguns casos, enquanto a edição francesa utiliza *argot* que demanda alguma explicação, a edição brasileira utiliza palavras de uso comum. No mesmo parágrafo, o personagem diz “*Ah ça! Mais qui es tu donc?... tu divides les jars comme père et mère!*”¹⁰², e o trecho *tu divides ler jars*, posto no texto em itálico, é traduzido em nota como “*tu parles argot*”, ou seja, faz uso de gírias. A versão brasileira traduziu a mesma frase como “quem és tu, que destrinças a gíria, como pai e mãe?”¹⁰³, tornando desnecessária qualquer nota explicativa.

Em outros casos, o tradutor escolhe substituir o *argot* francês por gírias brasileiras, não traduzindo-as literalmente. No segundo capítulo, um personagem questiona sobre o paradeiro de *Maitre-d'École*, o Mestre-Escola: “*avec sa nouvelle largue?*”, a palavra *largue*, que aparece em destaque, é descrita em nota como “*sa nouvelle femme*”¹⁰⁴, ou seja, sua nova mulher. Na versão em português, o personagem pergunta “com sua nova *gage?*”. *Gage*, em itálico, também é explicada em nota, simplesmente como “mulher”.¹⁰⁵ *Largue* e *gage*, no entanto, não tem o mesmo significado, pelo menos não oficialmente. *Largue*, em verbete do *Dictionnaire de l'Académie Française* de 1835, significaria “*de Marine, usité principalement dans cette locution, Vent large, Le vent qui s'écarte au moins d'un quart de vent de la route de l'on tient.*”¹⁰⁶. É, no entanto, um termo marítimo, usado informalmente como sinônimo de “mulher”. Já o *Diccionario da Lingua Brasileira*¹⁰⁷ de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, define *gage*, o termo utilizado pelo tradutor dos *Mistérios* para traduzir *largue*, como “o que se dá em penhor. Soldada, salário. O lucro: que se tira além do salário.” Um termo, portanto, de caráter econômico, com nenhuma conexão aparente com *largue*, o que nos indica que o autor não fez uma mera tradução literal da palavra. O tradutor, portanto, pode ter escolhido esse termo por possivelmente significar, em linguagem informal, mulher. Como vimos, na edição brasileira, o

¹⁰² FEUILLETON, *Journal des Débats*, 19/06/1842, p. 2;

¹⁰³ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, 01/09/1844, p. 2;

¹⁰⁴ FEUILLETON, *Journal des Débats*, 21/06/1842, p. 2;

¹⁰⁵ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, 02/09/1844, p. 2;

¹⁰⁶ *Dictionnaire de l'Académie Française*. 6ª Ed. Paris, 1835

¹⁰⁷ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. 1º Ed. Ouro Preto, 1832.

tradutor também escolhe por inserir uma nota explicando o sentido desejado para a palavra, o que nos permite inferir que parte do público poderia não compreender tal uso.

Além das notas, ora traduzidas literalmente, ora adaptadas e muitas vezes simplesmente omitidas, a edição brasileira também teve seu próprio método de recortar o romance. Na publicação do capítulo *VII – A bolsa ou a vida (La bourse ou la vie)* vemos um desvio em relação ao original. No *Débats*, esse capítulo se inicia ainda no mesmo número do anterior, sendo interrompido no meio e continuado no número seguinte, quebrando a prática de publicar um capítulo por número. Já o *Jornal do Commercio* manteve esse costume, juntando o capítulo VII em um número só, separando-o do que o acompanhava anteriormente. Caso semelhante acontece com o décimo primeiro capítulo, que no *Débats* é publicado em conjunto com o capítulo anterior, mas no *Jornal do Commercio* aparece sozinho em um número. Essas pequenas alterações acabam provocando desencontros entre as versões. O capítulo *XVIII – Les Adieux* aparece como uma numeração diferente: *XIX – A despedida*. Ainda assim, a publicação no Brasil se dá de forma ligeiramente mais rápida: ao contrário da contraparte francesa, a versão brasileira é publicada quase diariamente, sem interrupções. Mesmo publicando críticas à peças de teatro no rodapé, o que só ocorre no dia 14 de Setembro, o romance ainda tem um capítulo publicado na segunda e terceira página do jornal.

A primeira interrupção só acontece no dia 17 de Setembro, data em que nada foi publicado no folhetim. Isso se repete nos dias 24 e 26 do mesmo mês, logo após a primeira parte do romance ter se encerrado. No *Journal des Débats*, após o término da primeira parte, lê-se um comunicado: “dentro de dez dias no mais tardar, nós iniciaremos a publicação da segunda parte dos Mistérios de Paris, que será continuada sem interrupção (nota do redator)” (tradução nossa)¹⁰⁸. Essa promessa não se cumpriria, pois a segunda parte do romance só iniciou-se quase dois meses depois, enquanto o rodapé era ocupado por crítica teatrais e outros textos. No Brasil, os editores do *Jornal do Commercio* fizeram uma pausa de apenas uma dia, no dia 26 de Setembro, mas logo essa pausa foi sentida por aqueles que acompanhavam o desenrolar da história. No dia seguinte o jornal publicou a seguinte nota:

O *Jornal do Commercio* apareceu nos dias 24 e 26 sem folhetim, e esta falta valeu nos muitas reclamações e queixas da parte dos nossos assinantes. Estas queixas, filhas sem dúvida do extraordinário interesse com que tem sido acolhidos os *Mysterios de Paris*, não tem fundamento razoável. Nunca publicamos com tanta rapidez nenhum outro romance, e o *Jornal dos Debates*

¹⁰⁸ *Dans dix jours au plus tard, nous commencerons la publication de la seconde partie des Mystères de Paris, quis era continuée sans interruption (Note du Rédacteur).*

FEUILLETON DU JOURNAL DES DÉBATS, *Journal des Débats*, 13/07/1842, p. 3;

de Paris, que primeiro publicou a obra de E. Sue, andou mais vagaroso do que nós.

Para satisfazer porém a impaciência dos leitores, procuraremos dar, d'ora em diante, com a maior extensão possível, a continuação dos *Mysterios de Paris*.¹⁰⁹

De fato o jornal brasileiro havia publicado a primeira parte alguns dias mais rápido que o francês, e também por mais tempo que os romances anteriormente publicados no periódico. Ainda assim, a sede dos leitores não foi satisfeita e o trabalho de tradução e simultânea publicação do romance continuou, sem nenhuma pausa longa como havia feito o *Journal des Débats*. Esta atitude implicou na diminuição de outros elementos que também eram publicados no Folhetim, como críticas à peças de teatro, e até mesmo outros romances menores. Para atender aos pedidos aos quais o jornal responde, este precisou mudar o próprio espaço do rodapé, dedicando-o inteiramente e constantemente a um só romance. Esse ritmo se manteve semelhante nas próximas partes, com poucas e curtas interrupções, e com a publicação de um capítulo por número, que aparecia sempre no rodapé das duas primeiras páginas do jornal, embora eventualmente pudessem se estender para a terceira página ou se encolher somente na primeira, a depender das necessidades do jornal. Se o *Journal des Débats* fazia longas pausas ao fim de cada parte e interrupções frequentes entre os capítulos, motivados talvez pelo tempo que Sue precisava para escrever cada capítulo, o *Jornal do Commercio*, livre dessa amarra, tinha a liberdade para publicar no ritmo que quisesse, podendo acelerar ou desacelerar a história de acordo com as demandas do público e do próprio jornal. Enquanto isso, a tipografia de Villeneuve aproveitava para editar versões em livro do romance. Logo após a conclusão de cada parte, não demorava muito para que a tipografia anunciasse a venda da mesma parte em um volume só, o que era anunciado em destaque no próprio jornal.¹¹⁰ Outros livreiros também aumentaram os anúncios dos volumes ainda não traduzidos no folhetim. Tal qual na Europa, o romance de Sue se tornava um fenômeno no contexto carioca, e a tipografia do *Jornal do Commercio* buscava publicar o romance à sua maneira, aproveitando-se da excitação que o romance causava.

Ao publicar as duas últimas partes do romance, o *Jornal do Commercio* rompeu drasticamente com a prática de até então, tomando liberdades mais drásticas em relação à publicação original. A sétima parte do romance, que consistia em trinta capítulos no original, foi dividida em dois na versão brasileira, dando ao romance nove partes além do epílogo, uma

¹⁰⁹ JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 27/09/1844, p.2;

¹¹⁰ SILVA, op. cit. p. 8;

a mais que o original. O motivo dessa escolha nos parece obscuro. Na França o fim de cada parte representava uma pausa de até dois meses até a continuação, pausa essa que no Brasil não se deu. Pelo contrário: o último capítulo da sétima parte foi publicado no mesmo número em que o primeiro da parte seguinte, tornando essa divisão basicamente sem efeitos.¹¹¹ A suspensão da narrativa criada pelo autor entre uma parte e outra desaparece completamente. Assim, se o autor intentava deixar o leitor apreensivo ao não terminar determinado episódio dentro de um capítulo, obrigando o angustiado leitor a esperar o próximo número, recurso tão característico do romance folhetinesco, o *Jornal do Commercio* mudava completamente essa dinâmica, entregando, muitas vezes o início, meio e fim de uma determinada cena dentro do mesmo número.

No dia 23 de Dezembro, por exemplo, três capítulos extremamente tensos são publicados em um único dia. A Loba, antiga colega de prisão da Gueladeira, percebe que tanto sua amiga quanto seu amante, Martial, foram sequestrados pela família do segundo, que intentava mata-los. No primeiro capítulo, a família de Martial planeja matar o irmão de fome e a Gueladeira afogada, criando uma enorme tensão com a possibilidade da morte de ambos os personagens. Até esse momento, a Loba, única capaz de salvá-los, não sabe da condição de ambos, o que alimenta essa suspensão. No capítulo seguinte, vemos a Loba feliz indo ver seu pretendente, ignorando completamente seu sequestro. Ao ser informada da situação, é tomada por uma força surpreendente, tendo que escolher entre salvar a Gueladeira ou Martial, ambos em grave risco. Ainda antes do fim do capítulo, vemos que a personagem sucede em salvar sua amiga, mas seu amante permanece em perigo. A cena em que ela o reencontra se dá somente no capítulo seguinte. Ao publicar, originalmente, os três capítulos em números distintos, o *Journal des Débats* e Sue obrigam o leitor a aguardar a resolução dessa movimentação. O *Jornal do Commercio*, publicando tudo em um único número, permitiu ao leitor carioca que este acompanhasse toda a epopeia da Loba em um só fôlego.

Esse ritmo acelerado, que se repetiu em vários números a medida em que o romance avançava, pode ter seus motivos. No natal de 1844 e nos dias 10 e 16 de janeiro de 1845, foi publicado, além das habituais quatro páginas do jornal, um suplemento de duas páginas, das quais uma e meia foram utilizadas para a publicação do romance. Embora raros, esses suplementos já haviam sido publicados antes, mas como uma ampliação de outras seções do jornal, como debate da câmara dos deputados ou notícias do exterior, mas nunca do folhetim. Mais surpreendente ainda é a cada vez mais frequente aparição do folhetim em três ou quatro

¹¹¹ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26/12/184;

folhas do jornal, que antes raros agora se tornaram regra, o que acarretou na publicação de vários capítulos em um dia só. Nos dias 25 e 26 de Dezembro o romance chega a ocupar todas as duas primeiras páginas do jornal, além de três quartos da terceira, publicando até seis capítulos por dia!¹¹² O folhetim deixava o espaço do rodapé não só figurativamente, como literalmente.

Para manter esse ritmo acelerado, que por vezes chegava a ocupar quase um terço do espaço do jornal, e várias vezes o espaço que o folhetim costumava ocupar, os editores precisaram fazer certas escolhas. Embora pudessem variar, algumas seções do *Jornal do Commercio* costumavam se repetir em quase todos os números. A seção *Exterior*, frequentemente usada como espaço para reprodução de textos da imprensa estrangeira, principalmente europeia, costumava ocupar quase toda a primeira página, como acontece no dia 1 de Setembro de 1844, dia em que *Os Mistérios de Paris* começa a ser publicado. Outras seções, como a *Variedades*, onde são publicados textos de diferentes temáticas, aparecem em alguns números, mas com algumas faltas, a depender da extensão das demais partes, como a *Parte Oficial*, dedicada a publicar comunicados dos ministérios. A segunda página é geralmente dedicada a outros temas diversos, como publicações a pedido, valores de mercadorias na praça, correspondências, declarações, e outras notícias comerciais. Já as últimas duas páginas quase sempre eram dedicadas a anúncios dos mais diversos, como a chegada e saída de embarcações, leilões, compra e venda, principalmente, de escravos, e outros. Quando o romance toma tamanho espaço no periódico, muitas dessas sessões precisaram ser omitidas. No dia 25 de Dezembro de 1844, quando publicou-se seis capítulos do romance em um único número, somente a *Parte Oficial* e alguns anúncios foram publicados, e a falta das seções *Exterior*, *Publicações a Pedido*, *Correspondências*, *Variedades* é notável.¹¹³ Mesmo a seção *Annuncios*, dedicada a compra e venda, que ocupa sete colunas no dia 3 de Setembro, no dia 25 ocupou apenas três colunas e meia. De certa forma, o *Jornal do Commercio*, folha que até então se dedicava principalmente a publicar atos do governo e notícias de interesse comercial e internacional, havia feito de um romance o seu carro chefe. Não há indícios, dentro do jornal, que os assinantes tenha se sentido lesados por essa mudança, pelo contrário, a manutenção desse ritmo até quase o fim do romance e a posterior publicação de textos igualmente longos nos indica que essa decisão editorial havia sido comercialmente bem sucedida para o periódico.

¹¹² FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25 e 26/12 1844;

¹¹³ JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 25/12/1844;

Somente no epílogo é que o ritmo desacelera novamente. Se antes os editores não hesitavam em saciar a sede dos leitores a partir dessa fonte até então inesgotável, o fim iminente do romance parece ter feito Villeneuve recuar. Nos dias 14 e 15 de Janeiro, os assinantes do jornal ficaram dois dias sem a continuação da narrativa, o que logo voltou a acontecer nos dias 17 e 18. Dois dias depois, a epopeia da Gueladeira e Rodolpho se encerra no dia 20 de janeiro de 1845, sem grandes cerimônias. Após tamanho fôlego gasto em um livro só, somente no dia 4 de Fevereiro o jornal voltou a publicar outro texto literário no seu rodapé, desta vez uma peça de teatro sob o nome *A manhã de um ministro (esboço de costumes políticos)*, sem indicação de autoria.

A partir dessa análise vemos como a versão brasileira tomou suas muitas liberdades na hora de publicar o romance de Sue no Brasil, de acordo com o que agradava o público e também com as necessidades e possibilidades do jornal. Vemos, portanto, que mesmo que um romance europeu chegue na costa brasileira com seu capítulo final pronto, isso não significa que esse processo seja completamente impositivo. O romance é sim capaz de produzir leituras “aberrantes”, citando novamente Eco, que vão muito além do que o escritor intencionava. E não só o editor tem o poder absoluto sobre a obra que cai em suas mãos, mas o leitor (e também os ouvintes, considerando a característica oral do folhetim) faz ouvir suas demandas, obrigando o editor a fazer reajustes com o objetivo de agradar.

O romance social de Sue, tão querido no Brasil, que ao chegar já havia causado discussão na França, veio também cheio de significado político. Assim como vários romances nacionais ou estrangeiros da época, *Os Mistérios de Paris* possuía seu conteúdo moralizante de forma tão clara (ou mais) que seus contemporâneos. A moral de Sue, que foi rotulado de socialista, se distingue da proposta de muitos outros textos de seus colegas folhetinistas. O resultado desse debate, posto no papel a partir da influência de tantos fatores externos sobre a mão de um homem, é o que veremos no próximo capítulo.

2 - Social(ismo?) nas páginas de *Os Mistérios de Paris*

*Para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário.*¹¹⁴

Ao discorrer sobre o folhetim, vimos como *Os Mistérios de Paris* pertencem a esse jeito particular de escrever romances, ainda embrionário no momento em que Sue iniciou sua carreira, mas que teve no autor um importante contribuinte que moldou e foi moldado pelo romance folhetinesco, tornando-se um dos principais expoentes do mesmo em sua primeira fase. Sue pôde ser, em conjunto com outros, um dos pioneiros da narrativa seriada, que com o passar das décadas saiu das páginas dos livros para tomar as telas dos mais variados aparelhos. Esse não foi, no entanto, a única característica marcante e relativamente inovadora dos capítulos dos *Mistérios*. Além de estar entre os primeiros romances propriamente folhetinescos, a narrativa de Sue também foi pioneira em seu caráter urbano, um romance com algo de antropológico, que busca entender um grupo distinto daquele do autor, e ao mesmo tempo social, que buscava observar características podres dentro de uma determinada cidade com o objetivo de sugerir possíveis curas.

Marie-Joseph Eugène Sue nasceu em Paris em 1804, filho do cirurgião militar Jean-Joseph Sue, o que garantiu que fosse apadrinhado por Joséphine Bonaparte, esposa do então cônsul Napoleão Bonaparte e futura imperatriz da França. Seguindo os passos do pai, Sue também seguiu uma carreira médica e militar, principalmente no mar. A partir dessas experiências, o autor iniciou sua carreira com romances marítimos, como *Kernok, le Pirate* (1830), *Atar-Gull* (1831) e outros mais, publicados após a herança de seu pai, falecido em 1829, ter permitido sua instalação permanente na capital francesa. Após se estabelecer com esses romances sobre a vida no mar, passou a escrever sobre a vida mais calma, porém ainda emocionante, em terra firme, o que o garantiu o status de um dos mais bem sucedidos folhetinistas da década de 1840 com seus dois principais romances, *Os Mistérios de Paris* (1842) e *O Judeu Errante* (1844). O autor seguiu publicando até o fim da década, o que o providenciou apoio político suficiente para que fosse eleito deputado na Assembleia Legislativa da Segunda República Francesa, em 1850. Com o golpe de estado do então presidente, Luís Bonaparte, Sue exilou-se no ducado de Saboia, onde continuou escrevendo até a sua morte em 1857.

¹¹⁴ BLOCH, March. **Apologia da História**: ou, o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 58;

Possivelmente, o romance mais marcante da carreira do romancista é *Os Mistérios de Paris*, publicado no *feuilleton* do *Journal des Débats* entre 1842 e 1843. Como muitos romances-folhetim do período, resumir sua narrativa é um trabalho árduo, não só pelo seu tamanho monumental, como também pelas teias de narrativas que se entrelaçam, tornando difícil escolher entre os personagens quais deverão ser omitidos ou não, quais histórias ficarão de lado ou não. Permitam-nos uma tentativa. Ao ver o ataque de um criminoso contra uma jovem mulher nas ruelas de Paris, um homem age impedindo a concretização da violência que ali se desenhava, humilhando o criminoso e salvando a jovem moça. O homem misterioso, de uma força e uma habilidade descomunal, senta com ambos em uma taverna para ouvir suas tristes histórias. A partir daí, o personagem, que se apresenta simplesmente como Rodolpho, penetra cada vez mais profundamente as camadas populares, não revelando nem a nós nem aos personagens qual seria seu real intuito. Com o desenrolar da narrativa, descobrimos que o homem é Rodolpho de Gerolstein, príncipe e líder de um fictício principado alemão cujo nome ele carrega. Seu objetivo é filantrópico, busca compreender as condições do trabalhadores da cidade para melhorá-la, de modo que cria uma fazenda modelo, a herdade de Bouqueval, com o objetivo de receber aqueles que estivessem dispostos a trabalhar e receber de maneira justa. Rodolpho também não é livre de inimigos, sendo Sara a principal articuladora de seus infortúnios, tendo o seduzido ainda jovem, fazendo-o casar-se com ela a despeito do seu pai, o que havia feito que Rodolpho o matasse, além de sequestrar e dar como morta a filha e herdeira do casal. Ao fim, Rodolpho descobre que a jovem que havia salvado no início do romance é sua filha perdida, que na realidade estava viva e havia sido prostituída em Paris, ganhando o apelido de Gueladeira. Os principais vilões, articulados por Sara, têm seu fim trágico: Jacques Ferrand, notário responsável pela falsificação da morte, padece em delírio; a Coruja, que havia prostituído a Gueladeira em sua infância, é morta pelo seu parceiro no crime; e Sara, morre assassinada pela Coruja, que havia cumprido alguns trabalhos para ela. Alguns heróis, por outro lado, têm seu final feliz: Risoletta, costureira e amiga de Rodolpho, se casa com seu amado; a Loba, amiga da Gueladeira, ganha uma colônia na Argélia; Sra. d'Harville, amiga e apaixonada por Rodolpho, também consegue concretizar seu amor. Dois dos heróis, no entanto, têm um final amargo. O Churinada, vilão que Rodolpho humilha no início, se redime: torna-se guarda-costas de seu salvador, ofício que o levou à morte. Já a Gueladeira, após anos de prostituição e violência, é levada para Gerolstein, onde lhe são restituídos seus títulos nobiliárquicos e seu verdadeiro nome, Amélia. Seu passado, porém, nunca a abandonou, sucumbindo pela culpa ao

final do romance. Rodolpho, o parricida que havia saído em busca de redenção, pagou com a morte da própria filha.

O tratamento dado por Sue à população trabalhadora e criminosa rendeu ao romance muitos elogios pela sua sensibilidade social. Suas propostas, que passavam pela criação de fazendas modelo, bancos para trabalhadores desamparados e até mesmo reformas no sistema prisional, dialogavam com as ideias socialistas que circulavam no começo da década de 1840. Nesse capítulo, veremos com mais exatidão como o romance de Sue incorpora esses elementos: quais problemas sociais o autor identifica, quais as soluções? Como suas posições foram vistas por seus contemporâneos? Com essas questões em mente, poderemos entender o que exatamente desembarcou nos portos brasileiros na década de 1840 e quais debates se desdobraram a partir da publicação do romance no Rio de Janeiro.

2.1 – *Os Mistérios de...* enquanto fórmula: o romance urbano

Os Mistérios de... Esse título pode soar genérico ao leitor do século XXI, tal qual *As aventuras de...*, tão usado até hoje para nomear sagas de heróis. Essa sensação não é puramente estética, mas é causada por um desgaste desse pequeno texto. Em 1843, quando iniciou-se a publicação de *Os Mistérios de Paris*, essa fórmula, que já se apresenta no título, estava longe do esgotamento. Somente a partir dessa data é que esse tema começa a se repetir pelo mundo todo, trocando apenas a palavra final, Paris, por uma diferente localidade no globo. Marie-Ève Thérénty nos explica esse fenômeno, denominado por ela, assim como por contemporâneos de Sue, de misteriomania. Segundo a autora, Eugène Sue teria fundado uma espécie de romance urbano que romperia com alguns elementos presentes na literatura de seu tempo, que voltava-se mais para questões nacionais, como é o caso de Balzac, para focar em elementos urbanos e sociais que ultrapassariam inclusive essas fronteiras.¹¹⁵ Por esse motivo, o romance de Sue, além de se tornar extremamente popular de maneira muito rápida, sendo editado e traduzido pelo mundo todo quase de imediato, ganhava também outras versões ou imitações nas grandes cidades, produzidas por autores locais a partir da mesma fórmula do original. Thérénty identifica outros 74 mistérios franceses, 27 italianos, 24 americanos, 13 espanhóis, 12 portugueses, 12 brasileiros, cinco de Montreal, entre outros não enumerados.¹¹⁶ Em suma, a trajetória de

¹¹⁵ THÉRENTY, Marie-Ève. **Misteriomania**: difusão e limites da globalização cultural no século XIX. Escritos, Rio de Janeiro, ed. 8, p. 27- 43, 2014. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero08/artigo02.php>. Acesso em: 6 out. 2021, p. 28;

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 30;

Rodolpho de Gerolstein desdobrou-se em muitas outras. Para a autora, esse desenvolvimento se dá graças ao caráter adaptável da obra original, que apesar de conter em seu nome uma localização específica, tratava de temas que se reproduziam principalmente nas grandes cidades da metade do século XIX.

Mas o que seria, afinal, esse romance? Em seus primeiros capítulos, Sue deixa clara sua intenção inicial: escrever uma história sobre os frequentadores do que ele chama de *tapis-franc*, traduzido pelo *Jornal do Commercio* como Estendal, um tipo de taverna frequentada por ladrões e pessoas vis de última classe, nas palavras do autor.¹¹⁷ Nesses lugares, habitam as pessoas violentas, prostituídas, em resumo, o pior tipo de gente que há de se encontrar em Paris. Em dado momento, aparece um homem de bons modos, heroico, que ajuda os personagens que ele considera dignos a encontrarem a redenção. É através dos olhos desse homem, que aos poucos vai se revelando para o leitor como um rico príncipe alemão, que Sue figura o submundo parisiense, seus problemas, seus crimes, e também suas possíveis soluções.

A obra, como de costume para um romance-folhetim, vai se desenrolando muito além da história principal, que nos é apresentada nos primeiros capítulos. O leitor é constantemente apresentado a novos personagens ou vê uma mais profunda narrativa explorando aqueles que a princípio pareciam apenas secundários. Desse modo, o autor consegue construir vários retratos diferentes com suas problemáticas, como se expusesse várias verdades, enfim, vários mistérios de Paris. Começa com a jovem prostituída, passando pelo ladrão que sofrera violência desde a infância, pelo homem epilético cuja condição leva-o ao suicídio, pelo trabalhador miserável que é levado à loucura, pela jovem violentada e indefesa diante do patrão, pela mulher também agredida pelo marido bêbado, pelas duas crianças crescendo no seio de uma família de ladrões, entre outros. Todos esses personagens são construídos com uma determinada profundidade. Todos são explorados, todos tem sua história contada individualmente, quase como uma coleção em que cada texto pode ser lido sozinho sem prejudicar em muito sua compreensão. O fio que os liga é alguma conexão, mais ou menos profunda a depender da história, com o Grão-duque de Gerolstein.

Histórias como essa terem surgido em Paris, capital da França e uma das maiores cidades europeias do período, têm seus motivos. Maria Stella Bresciani, em seu ensaio sobre a pobreza enfrentada em dois dos grandes centros europeus, Londres e Paris, nos mostra como a literatura ligou-se fortemente com a industrialização que se concretizava nessas cidades. Segundo Bresciani, o público leitor em formação exigia encontrar sua imagem nos romances,

¹¹⁷ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19/06/1844, p. 1;

pedido atendido, na França, por nomes como Victor Hugo, Baudelaire, Zola e Sue.¹¹⁸ A classe dominante, porém, não se sensibilizava com a extrema pobreza que exalava daqueles grupos oprimidos, mas temia, com a Revolução (ou revoluções) Francesa na memória, que estes grupos novamente tomassem o poder institucional e o dessem rumos inesperados. Havia, portanto, um temor das classes laboriosas, ditas perigosas, medo esse que se justificava desde 1789.¹¹⁹

Segundo Thérenty, esse modelo seria tão amplamente adaptado graças aos fenômenos sociais e econômicos semelhantes vivenciados pelas grandes cidades principalmente na Europa e nos Estados Unidos: “Os mistérios urbanos encenam o cruzamento do urbanismo galopante com o aumento da criminalidade por meio do vetor essencial: a ralé.”¹²⁰ Se esse fenômeno explica a difusão dos mistérios nos grandes centros do capitalismo, em outros lugares, a situação se dá por meio da representação, um afastamento da realidade:

De fato, a capacidade dos escritores para fazer romance urbano em zonas pouco urbanizadas comprova que a urbanização é fruto da representação, ou da fantasmagoria, e não tanto do fato. Os autores de mistérios de pequenas cidades acreditam que a única diferença é de escala, que o mal está presente por toda parte.¹²¹

Essa perspectiva pode nos ajudar a entender como pode ter ecoado o romance em uma cidade como o Rio de Janeiro que, embora capital do império, não se comparava em tamanho e industrialização com os grandes centros europeus. Além da possibilidade de adaptação a partir do ambiente em que se passa a história, a autora indica também que o romance é politicamente volátil:

Pouco importa, então, o posicionamento ideológico dos autores – conservadores preocupados com a criminalização das classes populares e com o cosmopolitismo das cidades, radicais desejosos de denunciarem a má distribuição da riqueza, filantropos preocupados com a revolta: atrás de cada cidade se esconde uma interrogação inquieta sobre a modernidade. Na falta de metrópole, basta um vilarejo.¹²²

Dessa forma, podemos observar que a leitura e adaptação do romance de Sue pode ser feitas de diversas formas, sendo adaptadas conforme as necessidades de cada local e cada extrato social da população. Segundo a autora, a fórmula dos mistérios é consequência de uma

¹¹⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 127 p. (Tudo é história, 52), p. 7;

¹¹⁹ Ibidem, p. 107;

¹²⁰ THÉRENTY, op. cit., p. 31;

¹²¹ Ibidem, p. 33;

¹²² THÉRENTY, op. cit., 34;

inquietação ao tentar ler o mundo e a modernidade, resolvida a partir da tentativa de pintar um quadro social. Assim, embora a fórmula tenha sido exportada, isso não implica que haja uma homogeneização da cultura, pelo contrário, graças às confusas ou inexistentes leis de direitos autorais, o texto é livremente adaptado ou imitado conforme as necessidades e desejos locais.

Os autores desse movimento, assim como boa parte dos autores de romance-folhetim, não eram avaliados como os mais bem dotados escritores por boa parte da crítica. Como vimos no capítulo anterior, o forte envolvimento desse tipo de romance com o modelo industrial fez com que este fosse jogado para o escanteio da arte, diminuído. Embora essa discriminação possa parecer prejudicial para os autores ou para o próprio gênero, ela ajudou a conferir aos autores uma liberdade antes limitada. Se o “grande romancista” precisava estar em sintonia com as demais penas de seu tempo, agradando esteticamente outros autores e intelectuais, aquele que se entregava completamente ao rodapé do jornal encontrava outro juiz para o seu trabalho: o público leitor. Assim, questões antes excluídas da literatura finalmente ganhavam espaço, desde que tivessem potencial para agradar esses novos leitores do jornal, enquanto a estética se afastava da antiga literatura e se adaptava à linguagem jornalística.

Essa virada permitiu que pessoas pouco ambiciosas em relação ao mundo das letras pudessem se tornar escritoras bem sucedidas, desde que tivessem um bom mistério para contar. Quase todos os leitores o tinham, o que era visível nas cartas recebidas pelo próprio Sue levantadas por Hülk¹²³, recheadas de sugestões para o desenrolar dos personagens ou pedidos de nova tramas. Essa liberdade fez com que os autores se distanciassem de uma suposta ficção, embarcando cada vez mais em uma pretensa realidade. Não havendo mais compromisso a zelar com a arte, estabeleceu-se um novo compromisso com o social. O deleite é substituído por uma nova motivação, assumidamente política.¹²⁴ O próprio *Os Mistérios de Paris* é uma boa amostra desse fenômeno. O romance se inicia pintando um quadro pouco lisonjeiro dos trabalhadores, descrevendo-os como ladrões vis, e somente depois é que ele passa a interagir completamente com o jornal, citando notícias, leis e valendo-se de relatos supostamente reais, além de sempre fazer interlúdios em que o autor retira a máscara de narrador, explicando com todas as palavras a lição a ser tirada dos episódios do romance. O autor se aproxima dos trabalhadores à medida que a história é escrita e lida. Os mistérios urbanos estão ligados “à tensão que o jornal instaura

¹²³ HÜLK, Walburga. **Spectacular, Spectacular: Early Paris Mysteries and Dramas**. In: STEIN, Daniel; WIELE, Lisanna. *Nineteenth-Century Serial Narrative in Transnational Perspective, 1830s–1860s: Popular Culture –Serial Culture*. Londres: Palgrave Macmillan, 2019. cap. 3, p. 49-64;

¹²⁴ THÉRENTY, op. cit., p. 40;

entre realidade e ficção”¹²⁵ e “se caracterizam quase sempre por uma forma híbrida entre jornalismo e ficção.”¹²⁶ Esse caráter missionário da obra de Sue é reconhecido por ele e pelos leitores, que o indicavam em suas cartas:

Nenhuma das cartas recebidas pelo escritor celebra o seu talento literário, exceto para o definir imediatamente pelo valor moral do sujeito e do projeto atribuído ao escritor, e para fazer dele o precursor de uma "nova literatura", correspondente a um uso social que não é o mero prazer estético das "classes altas".¹²⁷

Com o tempo, autores romanescos como Sue vão sendo superados, dando lugar à obras que objetivavam cada vez mais se aproximar uma suposta realidade. Esse processo, porém, logo sofre um revés. Enquanto nos primeiros romances urbanos havia uma mistura entre aventura misteriosa e social, a ficção triunfa ao fim do século XIX, deixando para trás a pretensão política e reforçando o romanescos, o que é assumido por autores como Émile Zola, que também deu sua releitura para a fórmula ao escrever *Les mystères de Marseille*.¹²⁸

De certa maneira, a narrativa urbana, em que o autor perde sua autonomia, ainda sobrevive fora do romance. Embora o autor dos primeiros mistérios, em Paris, tenha praticamente sumido com o tempo, sua fórmula ainda sobrevive. Se Thérenty indica o gosto dos alemães pela fórmula de Sue, a Berlim do século XXI ainda é palco para alguns mistérios urbanos em séries policiais como *Babylon Berlin* ou *Dogs of Berlin*, tão queridas pelo público germânico. Quanto à Sue, sua falta de controle em relação à leitura de seu romance faz com que ele apareça novamente entre os pioneiros, dessa vez do romance urbano e social, abertamente político e com pouca pretensão artística. Essa virada tem como consequência a carreira política de Eugène Sue fora dos jornais.

2.2 - Da pena à tribuna

O formato folhetinesco e o romance urbano servem como palco para o trabalho de Sue. Com o tempo, o autor vai passando por uma verdadeira transformação no tocante aos temas de

¹²⁵ Ibidem, p. 39;

¹²⁶ Ibidem, p. 49;

¹²⁷ Aucune des lettres reçues par l'écrivain ne célèbre son talent littéraire si ce n'est pour le définir aussitôt par la valeur morale du sujet abordé et du projet attribué à l'écrivain, et faire de lui le précurseur d'une «nouvelle littérature», correspondant à un usage social qui ne soit pas la simple jouissance esthétique des «classes supérieures». THIESSE Anne-Marie. L'éducation sociale d'un romancier. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 32-33, avril/juin 1980. Paternalisme et maternage. p. 65;

¹²⁸ THÉRENTY, op. cit., p. 42;

seus romances. Se antes Sue era somente um *dandy* que usava sua pena para descrever histórias marítimas, após publicar *Os Mistérios de Paris* o autor se vê rotulado com um adjetivo que, embora rodeado de controvérsias¹²⁹, não tenha adotado a princípio. Que o romance traz questões sociais não há dúvida, mas socialista? É assim que muitos dos seus contemporâneos teriam lido e avaliado sua obra.

Sue não nasceu nas fileiras dos trabalhadores. Membro de uma família de notáveis médicos, teria encontrado ainda em seu berço alguma relação com a família Bonaparte. É exercendo como aprendiz a profissão de seu pai que o autor vive as experiências marítimas que futuramente serviriam como fonte inspiradora para seus primeiros romances. Taciana Martiniano de Oliveira¹³⁰ monta um panorama da trajetória de Sue que nos ajuda a compreender a transformação de médico para autor, e de autor para político.

Seu primeiro romance marítimo, *Kernok le pirate*, publicado em 1830 pelo periódico *La Mode*, é bem acolhido pela crítica. Segundo Oliveira, o texto “critica a superficialidade do julgamento da sociedade e da Igreja, aos olhos das quais somente o dinheiro e a posição importam”.¹³¹ No mesmo ano e jornal é publicado *El Gitano*, também com críticas à burguesia e à igreja, apresentando um anti-herói trágico, de coração nobre, porém incapaz de viver em sociedade, tão corrompida e imoral quanto ele.¹³²

No ano seguinte, é a vez de outro romance marítimo, *Atar-Gull*, ser publicado. Se as duas obras anteriores criticavam alguns aspectos gerais e a hipocrisia da sociedade, *Atar-Gull* faz uma crítica à todas as etapas do mercado escravista, desde os povos africanos que vendem seus inimigos, passando pelos contrabandistas que os levam para as Américas, chegando enfim aos proprietários de terras que os tratam como animais. O protagonista torna-se, com o desenvolver do romance, um personagem vingativo, amargo e dissimulado, em contraste com sua personalidade inicial que demonstrava justiça e integridade.¹³³ Com *Salamandre*, de 1832, Sue se torna um dos autores de histórias marítimas mais lidos da época, e no ano seguinte, o autor publica *La vigie de Koat-Ven*, primeira obra que apresenta um quadro histórico.

¹²⁹ Jean-Louis Bory, grande biógrafo de Sue, relata que este teria se autodenominado socialista após visitar a casa de um trabalhador, anedota retomada também por Eco. Outros autores, que serão nomeados mais adiante neste texto, veem uma transição lenta de Sue para essa perspectiva política, que partiria muito mais de uma denominação vinda de fora do que declarada pelo próprio romancista. BORY, J.-L. **Eugène Süe, dandy mais socialiste**. Paris: Hachette, 1962

¹³⁰ OLIVEIRA, T. M.. Eugène Sue, o esquecido rei do romance-folhetim. LETTRES FRANCAISES (UNESP ARARAQUARA), v. n.º18(2), p. 263-276, 2017;

¹³¹ Ibidem, p. 265;

¹³² Ibidem, p. 266;

¹³³ Ibidem, p. 267;

A partir de Oliveira, vemos que já é possível enxergar, mesmo nos romances marítimos, alguns traços que seriam posteriormente destacados nos mistérios. A crítica às instituições religiosas, presentes em *Os Mistérios de Paris* e que alcançaram seu auge em *O Judeu Errante*, já cumpriam seu papel desde *Kernok le pirate*, publicado mais de uma década antes. Em *Atar-Gull*, é possível ver um esboço de uma das principais teses da sua epopeia parisiense, a ideia de que o homem é corrompido pelo meio, que ao ser violentado com frequência, não desenvolve nenhum sentimento que não a indiferença e o desejo por vingança.

Ainda ao longo da década de 1830, Sue continua publicando, porém abandonando o romance marítimo e adotando o que Oliveira chama de “romance de costumes”, representados por obras como *Arthur*, de 1838, e *Mathilde*, de 1841.¹³⁴ Nesses romances, que flertam com o realismo social, Sue novamente faz críticas às hipocrisias da igreja e da burguesia, porém dessa vez tocando em temas mais domésticos, como desigualdade de gênero nos casamentos e o divórcio.¹³⁵ Esses textos, em conjunto com os romances históricos também publicados pelo autor no mesmo período, já indicavam temas que apareceriam nos romances sociais de Sue. Segundo Oliveira,

nestas duas obras (...) a presença da crítica social que, embora tímida se comparada às futuras obras, já revela a mudança que se opera em Sue. Em *Leautréamont*, criticando abertamente a aristocracia, Sue rompe definitivamente os tênues laços que ainda mantinha com a burguesia e os salões.¹³⁶

Nenhum desses textos era, no entanto, tributário do já analisado modelo de romance-urbano. Somente com *Os Mistérios de Paris* é que Sue passa a de fato se tornar um escritor frequentemente lido como social e urbano. Ao se distanciar da aristocracia, Sue conseguiu um novo espaço, passou a ser bem quisto por um grupo que até então o autor não almejava atingir, a classe proletária. Seu texto ultrapassa a fronteira do mero “divertimento” e passa a circular como um objeto político, vítima, portanto, de críticas de alguns grupos e objeto de louvor por outros. Ainda que seus textos, como toda obra literária, sejam completamente envolvidos no mundo político, mesmo que com uma pretensa imparcialidade, é somente com os *Mistérios* que a política de fato tira sua fantasia e passa a se mostrar completamente despida.

¹³⁴ Ibidem, p. 268;

¹³⁵ Ibidem, p. 269;

¹³⁶ Ibidem, p. 270;

Essa mudança não é isolada. Sue não foi o único folhetinista a publicar uma obra eminentemente política. Em “*A literatura fora da lei*”, Vera Maria Chalmers nos mostra como o texto folhetinesco era frequentemente usado pelos autores e editores como espaço de debater política. Chalmers também sustenta a tese de que o autor, agora livre do regime do mecenato, se via servo de um novo modelo de produção, em que o mercado seria o novo chefe:

O dinheiro entretanto apareceu como o único valor permanente e universal. Com o declínio dos grandes salões intelectuais a vida literária desceu para as ruas, repartida entre as correrias das redações dos jornais, as peregrinações às editoras e as livrarias, a frequência aos cafés e aos bastidores dos “vaudevilles”. A vida pública dos escritores misturou-se à dos políticos, dos atores e das prostitutas.¹³⁷

Essa politização não é sem consequência. Em 1850, discute-se na Assembleia Nacional francesa leis para limitar a circulação de romances nos jornais.¹³⁸ Já vimos como Umberto Eco¹³⁹ e Martín-Barbero¹⁴⁰ veem em Sue um exemplo em que a cultura sofre uma forte influência dos leitores, e é dessa forma que a obra de Sue começa a abertamente politizar-se. Segundo Judith Lyon-Caen, com a popularidade que o romance alcança após sua guinada social, Sue

(...) muda a sua postura e começa a intervir no debate público através dos meios da literatura, com uma eficácia inédita para um romancista. A posição política moderada de Eugène Sue, próxima dos filantropos reformistas, bem como a visibilidade do seu folhetim e da sua identidade indecisa entre artigo de jornal e coluna literária, permitiu que o escritor iniciasse o debate sobre a questão social.¹⁴¹

Assim, Sue se torna uma importante voz nas páginas dos jornais, consolidando cada vez mais seu espaço como uma voz das ideias sociais, tornando-se uma espécie de representante do

¹³⁷ CHARLMES, Vera Maria. **A literatura fora da lei**: um estudo do folhetim. Coleção remate de males, n. 5, 1985, p. 138;

¹³⁸ LYON-CAEN, Judith. **UN MAGISTÈRE SOCIAL: EUGÈNE SUE ET LE POUVOIR DE REPRÉSENTER**. *Le Mouvement Social*, [s. l.], n. 224, p. 75 - 88, 2008. DOI <https://doi.org/10.3917/lms.224.0075>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-mouvement-social1-2008-3-page-75.htm>. Acesso em: 6 out. 2021, p. 75;

¹³⁹ ECO, Umberto. **El lector modelo**. In: ECO, Umberto. *Lector in Fabula: La cooperacion interpretativa en el texto narrativo*. 3. ed. Barcelona: Lumen, 1993. cap. 3, p. 73-95;

¹⁴⁰ BARBERO, Jesus M. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003;

¹⁴¹ Ce faisant, Sue change de stature et se met à intervenir dans le débat public par les moyens de la littérature, avec une efficacité inédite pour un romancier. Le positionnement politique modéré d'Eugène Sue, proche des philanthropes réformateurs, ainsi que la visibilité de son feuilleton et son identité indécise entre article de journal et rubrique littéraire, permettent à l'écrivain de se poser en initiateur du débat sur la question sociale. LYON-CAEN, op. cit., p. 80;

povo, elegendo-se posteriormente como deputado, embora seu desempenho nessa última atividade tenha sido pouco satisfatória.¹⁴²

Se por um lado, Sue é acolhido pelos trabalhadores e alguns intelectuais socialistas, conservadores condenam a obra do autor, não somente usando como arma seu caráter social, mas também atacando-a através do viés industrial, ou seja, argumentando que sua obra seria apenas um texto vendável, com pouca qualidade literária.¹⁴³ Embora hoje seja possível argumentar, como faz Anaïs Goudmand¹⁴⁴, que a escrita industrial não necessariamente significa uma escrita pobre de significado, essa perspectiva fez com que Sue fosse jogado cada vez mais nos braços dos socialistas, em seu movimento de rompimento com os círculos aristocráticos e burgueses dos quais anteriormente desejava participar. Sendo abraçado por trabalhadores e socialistas, assumindo ser influenciado por Victor Consideránt, não demorou para que Sue jogasse abertamente nesse mundo divergente.

2.3 – Divórcio, monarquia, igreja e justiça: o pensamento social de Sue

Como foi possível ver, Sue vai se aproximando do socialismo na medida em que avança em sua carreira de escritor. Grupos socialistas passam a trocar correspondências com ele e não sem frequência ele é descrito como tal nos próprios jornais em que publica e em outros. Isso se deu na França, mas também no Brasil, o que veremos no capítulo posterior. Anne-Marie Thiesse descreve Sue como pouco inovador, apenas um representante do socialismo doutrinário, ao citar uma fala do próprio autor em 1850:

Os teóricos agitam questões de doutrina pura e formulam à sua maneira os princípios abstratos da ciência social. Assumi outro papel: esforcei-me por popularizar as ideias gerais do socialismo e os aspectos práticos de cada escola.¹⁴⁵

¹⁴² Ibidem, p. 83;

¹⁴³ Ibidem, p. 80;

¹⁴⁴ GOUDMAND, Anaïs. **Le roman-feuilleton ou l'écriture mercenaire: l'exemple des Mystères de Paris**. Cahiers de Narratologie, [s. l.], v. 31, 2016. DOI 10.4000/narratologie.7589. Disponível em: <http://journals.openedition.org/narratologie/7589>. Acesso em: 6 out. 2021;

¹⁴⁵ THIESSE, op. cit., p. 60: Les théoriciens agitent des questions de pure doctrine et formulent à leur manière les principes abstraits de la science sociale. Je me suis tracé un autre rôle : je me suis efforcé de populariser les idées générales du socialisme et ce qu'il y a de pratique dans chaque école.;

Lyon-Caen também o insere no rol dos socialistas, como presente na “horizontalidade das redes e das solidariedades socialistas”.¹⁴⁶ Segundo Claudine Grossir o autor estaria em consonância com os socialistas de seu tempo ao pautar a questão da igualdade.¹⁴⁷

Embora a questão do socialismo possa parecer resolvida após uma breve apresentação da bibliografia sobre o tema, é necessário ainda se atentar a outro ponto. Como Grossir aponta, Sue estava em concordância com os socialistas de seu tempo, e não podemos cair na armadilha de atribuir à Sue e seus leitores os ideais que hoje são atribuídos ao campo socialista. É importante lembrar que, em 1842, ano em que inicia a publicação de *Os Mistérios de Paris*, muitas das atuais referências socialistas, como Marx, Engels, Proudhon ou Bakunin, ainda não haviam amadurecido seus pensamentos. Se ainda hoje é difícil achar um consenso sobre o significado de socialismo, na Europa pré-1848 a situação não era distinta.

Por esse motivo faz-se necessária uma atenta leitura de *Os Mistérios de Paris*, com o objetivo de identificar o que exatamente pode ter sido lido como socialista pelos leitores contemporâneos da obra, o que não necessariamente seria considerado socialista hoje. Goudmand nos indica que o modelo de escrita de Sue, seriado, repleto de anedotas que permitem várias narrativas distintas, gera uma série de consequências e tensões literárias. É justamente nessas histórias paralelas que encontramos a maior parte das ideias políticas sobre as quais o autor escreve. Esse modelo permite que o autor toque em vários pontos. Assim, *Os Mistérios de Paris* não é só sobre uma jovem órfã, mas sobre uma série de problemas sociais que precisam ser tratados. Quais seriam esses problemas e quais soluções possíveis é o que exploraremos nos pontos a seguir.

Rodolpho, o Grão-Duque de Gerolstein, em sua justa missão, não livrou-se de formar seu próprio par romântico ao longo da obra. No começo do romance, conhece Flôr-de-Maria, conhecida como Gueladeira¹⁴⁸, graças ao seu hábito de cantarolar. Prostituída e com uma história de vida triste, sem pai nem mãe, que é contada no capítulo de nome autoexplicativo *A História da Gueladeira*, é salva por Rodolpho após ser levada para uma herdade, uma espécie

¹⁴⁶ LYON-CAEN, op. cit., p. 77: 'horizontalité des réseaux et des solidarités socialistes.;

¹⁴⁷ GROSSIR, Claudine. **DU FEUILLETON À L'ASSEMBLÉE NATIONALE: EUGÈNE SUE ET LES MYSTÈRES DE PARIS**. Romantisme, [s. l.], ed. 141, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-romantisme-2008-3-page-107.htm>. Acesso em: 6 out. 2021, p. 116;

¹⁴⁸ Traduzido do francês *Goualese*, aquela que canta. Sue descreve como sinônimo para *chanteuse*, cantora. Atualmente, tanto a palavra francesa quanto sua versão brasileira só são encontradas referenciando a personagem do romance. Além dos apelidos, muitos dos nomes próprios são também traduzidos, como costumeiro na época. Assim *Rodolphe* se torna Rodolpho, *Clemence* se torna Clemência, *Sarah* se torna Sara, e até mesmo *Eugène Sue* (na época frequentemente também *Süe*), se torna Eugênio Sue. Ao longo do texto daremos preferência para a versão em português traduzida pelo *Jornal do Commercio*.

de fazenda, onde poderia viver em paz com outros trabalhadores. A Gueladeira admira Rodolpho desde o princípio, e poderíamos crer na possibilidade de um romance entre os dois, porém, na medida em que mistérios vão sendo revelados e novos personagens vão surgindo, torna-se gradualmente claro que a Gueladeira na verdade é a filha, até então julgada como morta, de Rodolpho. Enquanto isso, ainda ignorando essa informação, Rodolpho se envolve com Clemência d'Harville, uma jovem aristocrata.

A Sra. D'Harville é casada, e Rodolpho aproxima-se dela justamente a partir de seu marido, o marquês D'Harville. Esse casamento, no entanto, não é feliz. Na realidade, o casamento arranjado entre D'Harville e Clemência era fruto de mais um dos criminosos planos de um dos principais antagonistas da história, o médico italiano Polidori. Nos princípios da quarta parte do romance, Clemência conta a Rodolpho como a Sra. Roland, uma amiga de seu pai, havia envenenado sua mãe, a Sra. d'Orbigny, com o objetivo de casar-se com ele. Esse envenenamento foi executado pelas mãos de Polidori, que o ocultava como tratamento para as doenças da mãe de Clemência. A Sra. Roland, agora tornada Sra. d'Orbigny, havia ainda planejado mais uma vingança contra Clemência: havia arranjado um casamento aparentemente feliz com o marquês d'Harville, um jovem rico, porém de aspecto triste. Posteriormente revela-se que a causa da tristeza de d'Harville é sua condição médica. Portador de epilepsia, o marquês tem ataques constantes que além de afetá-lo, passaram a castigar também a filha que veio a ter com Clemência.

Clemência muito lamenta seu destino e o destino da filha, sentindo a princípio rancor do marido por ter ocultado essa informação. É assim que a marquesa d'Harville passa a se envolver com outros homens, e Rodolpho evita que ela seja descoberta por seu marido, o que teria uma consequência violenta. Essas informações não são tão rapidamente entregues ao leitor. Toda essa narrativa se divide em cinco capítulos cheios de suspense, deixando o leitor sem saber se o médico dos d'Orbigny é o mesmo Polidori que também havia desgraçado Rodolpho, além de deixar o segredo do Sr. d'Harville também sem revelação imediata.¹⁴⁹

É somente posteriormente, que o casal d'Harville alcança uma certa harmonia. Vivem juntos, e embora o amor do marido não seja correspondido pela esposa, ele não nutre grandes ressentimentos em relação a ela. Esse clima de aceitação revela-se na verdade mascarar um obscuro plano mortal. O Sr. D'Harville passa a simular uma felicidade, exprime fazer planos futuros de curto à longo prazo e chama amigos para um encontro em casa. Nesse encontro, d'Harville brinca com uma arma, dizendo não estar carregada, e afirmando querer provar seu

¹⁴⁹ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 18 a 21/10/44;

ponto, dispara fatalmente contra a própria cabeça. A súbita morte do marquês é apreendida por todos como um trágico acidente, a infeliz morte de um homem, justamente no momento em que este finalmente encontrava algum consolo. Ao leitor é revelada a verdade: d'Harville havia arquitetado sua morte para que fosse percebida dessa forma pelos demais, não desejando que Clemência se culpasse pelo suicídio do infeliz marido.

Ao contar a história dos d'Harville, Sue busca mostrar como a impossibilidade do divórcio leva a desenrolares trágicos. Assim teria morrido a mãe de Clemência que, estando no meio entre o Sr. D'Orbigny e a Sra. Roland, era um obstáculo para a última, que não teria escolha que não enviuar o seu alvo. A situação dos d'Harville não era tão distinta. Aristocratas, especialmente impossibilitados de recorrer ao divórcio, o Sr. d'Harville teve que resolver com a própria vida a questão do casamento, livrando sua esposa dos votos matrimoniais. D'Harville reflete consigo mesmo:

Não amo, nem posso amar senão a uma pessoa no mundo a minha mulher.....Seu proceder nobre e sublime mais ainda aumentaria minha louca paixão, se possível fosse subir ela de pronto.....E essa mulher, que é minha esposa, jamais me pôde pertencer.... Tem o direito de desprezar-me e aborrecer-me.... Enganei-a com infame covardia, para encadeá-la na flor dos anos à minha detestável sorte.... Estou arrependido..... que me cumpre agora fazer por ela? Liberta-la dos laços odiosos que lhe impôs o meu egoísmo. Esses laços só minha morte os pode desatar....portanto é mister que eu me suicide...¹⁵⁰

Após a reticente reflexão de d'Harville, como se a própria narrativa não fosse suficiente como argumentação, Sue se coloca claramente no romance. Logo após o monólogo do suicida, o narrador faz seu próprio discurso a respeito do divórcio:

E eis o motivo por que o marquês d'Harville tinha cumprido esse grande e doloroso sacrifício. Se fosse o divórcio autorizado por lei, ter-se-ia esse infeliz suicidado? Não! Podia reparar em parte o mal que tinha feito, restituir sua mulher a liberdade, permitir-lhe que encontrasse a ventura em outra união.... A inexorável imutabilidade da lei forma pois muitas vezes tantas faltas irremediáveis, ou, como neste caso, não deixa resgata-las senão perpetrando um novo crime.¹⁵¹

A ideia de Sue é clara: a ilegalidade do divórcio, que obriga casais a permanecerem juntos à revelia dos seus desejos individuais, é um mal que precisa ser pautado imediatamente, sob risco de provocar tragédias muito maiores. Adiante no romance, o autor se manifesta sobre ele novamente. Flôr-de-Maria, a Gueladeira, descobre-se filha de Rodolpho com Sara

¹⁵⁰ Ibidem, p. 22/11/1844;

¹⁵¹ FOLHETIM, Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 22/11/1844;

MacGregor, uma nobre escocesa que havia se-casado com Rodolpho secretamente por interesse, e havia forjado a morte da própria filha em outro momento, provocando portanto sua condição miserável. Após Sara ter sido gravemente ferida por outro personagem, a Coruja, Rodolpho, crendo em sua morte, pede Clemência em casamento. A saúde de Sara logo sofre um revés: apresentando sinais de recuperação, sua vida ameaça os planos do Grão-Duque, pois seria necessário casar-se com ela para legitimar o nascimento de Flôr-de-Maria. Demonstrando enorme sacrifício, a Sra. d'Harville encoraja Rodolpho a fazê-lo. Por sorte dos envolvidos, Sara acaba por morrer mesmo assim, logo após seu casamento, dessa vez oficial, com Rodolpho, o que deixou o caminho aberto para ele e a Sra. d'Harville aberto, bem como legitimou o nascimento da Gueladeira.¹⁵²

Dessa vez, não há um claro discurso, por parte do narrador, a respeito do divórcio, mas toda a problemática dos protagonistas, Sra. D'Harville, Rodolpho e Flôr-de-Maria, está na necessidade da legitimação do nascimento da filha, possível somente com o infeliz casamento entre Sara e Rodolpho. Se possível fosse o divórcio, o casamento poderia ser legitimado e logo desfeito.

Sue não estava isolado ao propor o divórcio, que já havia sido colocado em questão em outros momentos críticos da história francesa. Segundo Francis Ronsin, a separação legal era debatida desde 1792, sendo estabelecida no código napoleônico apenas para ser novamente ilegalizada com a Restauração Bourbon em 1814. Em 1830 e 1848, haviam debates sobre o tema que pareciam poder novamente estabelece-lo, mas foi somente em 1884 que o divórcio foi novamente legalizado na França, sendo uma questão que sempre voltou à tona nos momentos chaves da história francesa do século XIX.¹⁵³ Segundo Stephanie Coontz, ao analisar as origens do divórcio moderno, esses impulsos foram provocados pelo surgimento do amor romântico, capaz de colocar qualquer emoção e identidade no casal, abandonando qualquer relacionamento emocional fora desse mesmo espaço, o que era novidade na Europa ocidental. Esse ideal, fruto do pensamento iluminista e individualista posto em prática nas revoluções americanas e francesas, seria criticado pelos conservadores, que enxergaria no casamento baseado em companheirismo e amor o seu próprio fim.¹⁵⁴ Sue baseia todo a relação dos d'Harville em interesses mais conservadores, selecionados pela família de ambos. Quando,

¹⁵² Ibidem, p. 06 e 07/01/1845;

¹⁵³ RONSIN, Francis. **Du divorce et la separation de corps en France au 19eme siècle**. Orientador: Jacques Perot. 1988. Tese (História) - Université Paris Diderot - Paris 7, Paris, 1988.

¹⁵⁴ COONTZ, Stephanie. The origins of modern divorce. **Family Process**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 7-16, 2006. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2006.00188.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1545-5300.2006.00188.x>. Acesso em: 25 ago. 2022.

porém, Rodolpho se apaixona pela viúva, o único interesse em questão é o próprio amor, colocando a trágica morte de d'Harville na mão dessa instituição, o casamento, que deveria ser reformada.

Segundo Claudie Bernard, a defesa do divórcio seria uma das formas de justiça que Sue propõe no romance, uma justiça distributiva.¹⁵⁵ Acima de tudo, Sue ataca a igreja católica. A França católica, em 1842 ainda regida pela monarquia, aqui aparece como possível objeto das reformas do autor. Tanto Sara quanto Rodolpho são estrangeiros, ela escocesa, ele, alemão. O Grão-Ducado de Gerolstein, fictício, é de religião protestante, enquanto Sara, escocesa, é católica. Ainda assim, essa não é a principal questão: além de criticar o catolicismo, Sue aponta uma aproximação de um valor religioso como política de estado. Como vimos na penúltima citação, Sue critica em específico o caráter legal que a impossibilidade do divórcio tem: “Se fosse o divórcio autorizado por lei, ter-se-ia esse infeliz suicidado?”¹⁵⁶ Assim, a questão do divórcio torna-se mais que meramente moral, é também uma questão legal.

Além de atacar a sagrada instituição do matrimônio, Sue vai além na sua crítica anticlerical. Embora esse aspecto do autor esteja mais explicitado na obra seguinte, *O Judeu Errante*, o padre e médico italiano Polidori não é um bom exemplo de cristão. Se Rodolpho é o herói envolvido em todas as tramas que se desenvolvem no romance, Polidori é, em conjunto com Jacques Ferrand e Sara o vilão. Seu primeiro trabalho é atuar como mentor de Rodolpho, ainda jovem. Nesse momento, Polidori tem o objetivo de desvirtuar o jovem príncipe, e em conluio com Sara e seu irmão, arranja esse casamento que em nada o beneficia e é desaprovado por seu pai. Além desses atos horrendos do padre, a própria visão de mundo do clérigo nos ajuda a levantar questões interessantes. Enquanto o narrador nos apresenta o personagem, nos revela um pouco do que Polidori buscava ensinar ao seu pupilo:

Afirmava a esse desgraçado menino, que o escutava com funesta avidez, que as voluptuosidades, ainda excessivas, tanto não desmoralizavam um príncipe de índole feliz, que até as mais das vezes o tornavam clemente e generoso, por isso que as belas almas nunca se acham tão predispostas à benevolência e a afeição como quando felizes.

Luiz XV, o bem amado, era disso prova irrecusável.¹⁵⁷

¹⁵⁵ BERNARD, Claudie. LES FORMES DE LA JUSTICE DANS LES MYSTÈRES DE PARIS. Poétique, [s. l.], ed. 152, p. 403-422, 2007. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-poetique-2007-4-page-403.htm>. Acesso em: 7 out. 2021, p.416;

¹⁵⁶ FOLHETIM, Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 22/11/1844;

¹⁵⁷ FOLHETIM, Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 03/10/1844;

O movimento do autor aqui é duplo. Criticando os ensinamentos do padre, que buscam inutilizar o jovem príncipe de modo a ter controle sobre ele quando ascendesse ao trono, o narrador critica também as ideias políticas propostas pelo padre. Após sempre adjetiva-lo negativamente e provocar um suspense em relação aos horríveis atos do personagem, o autor o imputa de uma admiração pelo absolutismo francês. Atribui a Luís XV características que, embora na visão do padre sejam positivas, não devem ser percebidas dessa forma pelo leitor. Outro problema atribuído a Polidori é o fato de ter sido designado como mentor de um príncipe protestante. De maneira bem interessante, Sue parece construir uma oposição entre França e Alemanha que é benéfica para o segundo. Ao mesmo tempo em que coloca os Bourbons como exemplo de *bon-vivant*, os príncipes germânicos são descritos como guerreiros e nobres. O objetivo de Polidori era justamente impedir que Rodolpho admirasse esses nobres príncipes:

Sabendo que os heróis da predileção do grão-duque eram Gustavo Adolpho, Carlos XII e o grande Frederico (Maximiliano Rodolpho tinha a honra de pertencer de muito perto à regia dinastia de Brandemburgo), pensava Rodolpho com razão que seu pai, que professava tão profunda admiração por esses reis guerreiros, sempre de botas e esporas, cavalgando e guerreando, consideraria perdido o seu filho se o soubesse capaz de querer substituir, na sua corte, à gravidade tudesca, o viver fácil e libertino da regência.¹⁵⁸

Além disso, em trechos do romance são citadas brevemente as qualidades do grão-ducado de Gerolstein, uma espécie de utopia governada pela família de Rodolpho. Embora tenha chamado a atenção para Luís XV, Sue volta ainda mais no tempo. Diz que o desejo de Polidori era ser o Richelieu de Rodolpho, aludindo portanto ao poder do cardeal sobre o rei Luís XIII, dois séculos antes. A presença do cardeal Richelieu é interessante, pois se trata do principal antagonista de um romance que viria pouco tempo depois, *Os Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas. Nele, o cardeal é um personagem extremamente vilanesco. No nosso caso, embora Sue não discorra longamente sobre o ministro de Luís XIII, a admiração que recebe de Polidori pode ser vista como uma negatização da monarquia dos luíses e de seu mentor.

Além de tentar desvirtuar Rodolpho, outras ações ajudam a derreter qualquer boa imagem que poderíamos construir de Polidori. Às vezes disfarçado como Bradamanti, Polidori quase fez um aborto em Luisa, jovem que fora estuprada pelo patrão. O médico é também o mesmo que havia trabalhado na morte da mãe da Sra. d'Harville. Aqui, a moral cristã é um pouco retomada: Luisa não concretiza o aborto voluntariamente, mas ao imputar o papel de

¹⁵⁸ Ibidem, 03/10/1844;

carrasco à Polidori, novamente negativa a ideia. Por fim, Luisa só perde seu filho quando este é assassinado após o nascer. Seu último ato é frustrado: em conluio com a Sra. Roland, tenta torna-la viúva ao assassinar o Sr. D'Orbigny. Após ser pego nessa tentativa, o padre e médico é castigado por Rodolpho, sendo obrigado à realizar caridades. Ainda que Polidori seja um personagem unilateralmente mal, ele não é o único representante da igreja no romance. Um outro, bem mais tímido, aparece na herdade de Bouqueval. Esse padre acolhe Flôr-de-Maria após esta ser salva da rua por Rodolpho. A perspectiva cristã aparece no romance como bem mais limitada: não deve ter papel no estado senão o de incentivar a caridade.

Quando se trata da monarquia, Sue parece tomar uma posição dúbia. Embora critique os Bourbon e a monarquia francesa dos séculos XVII e XVIII, não faz uma crítica contundente ao regime em sua essência. Embora escreva durante o reinado de Luís Felipe, um Órleães coroado após revolução de 1830, Sue em momento algum questiona o regime. Pelo contrário, ao caracterizar o grande herói do romance como um príncipe, fica aberta a possibilidade de um principado justo, o que é realizado em Gerolstein. Ainda mais: talvez seja preferível um príncipe justo, que atuaria ativamente como promotor da justiça social.

Sue poderia ser mais republicano ao escrever seus heróis como burgueses bem intencionados, mas escolhe um elenco quase todo aristocrático, não só através do protagonista, como também boa parte dos demais personagens. As famílias d'Harville, D'Orbigny, Fermont, Lucenay, Montebriçon, Herkausen-Odenlzaal, todas aristocráticas, com títulos como duques, marqueses, condes, dentre outros, não contêm nenhum grande vilão da história. Pelo contrário, muitos se simpatizam com a causa dos trabalhadores, como é o caso da Sra. d'Harville, que decide ajudar mulheres presas, e o duque St. Remy, que se retirou da sociedade e voltou apenas para repreender o filho e ajudar a salvar a vida de Flôr-de-Maria.

Os personagens “de baixo” são muitas vezes descritos como vis, problemáticos, que precisam ser salvos e de alguma forma conduzidos. Isso não acontece com a Gueladeira. Enquanto presa, por exemplo, Flôr-de-Maria é vista como uma pessoa de modos mais puros, deslocada, que não deveria estar em um lugar como uma prisão. Ajuda a salvar as demais prisioneiras, como a Loba, ensinando-as que a caridade é um caminho alternativo à violência.¹⁵⁹ Embora o leitor já soubesse que a personagem era filha de Rodolpho, isso ainda era oculto aos personagens. A Gueladeira, nobre ainda que ignorando essa informação, agia como tal, diferente das outras. Essa nobreza parece de fato ter sido atribuída ao sangue de Flôr-de-Maria, bastando apenas ser novamente acessada para que recuperasse toda sua majestade. Embora

¹⁵⁹ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25/11/1844;

Bory¹⁶⁰ e Oliveira¹⁶¹ aleguem que Sue tenha rompido com a aristocracia da qual intencionava fazer parte, vemos no romance que esse rompimento tem seus limites. O autor ainda crê na virtude da aristocracia, porém reformula seu papel na sociedade.

Uma das mais fortes e radicais opiniões apresentadas no romance está na justiça. Constantemente reforçada nas várias histórias que compõem a obra, a prisão atravessa a vida de muitos personagens, e quase nunca é vista de uma maneira positiva. Quase todos os “protagonistas”, já que cada personagem é protagonista de sua história, acabam em algum momento sendo presos, na maioria das vezes, injustamente. Claudine Grossir mostra que o folhetim possibilita ao autor falar das prisões de várias formas, voltando sempre ao mesmo “tema” ou “motivo”, que torna o romance um mosaico, se assemelhando bastante à escrita jornalística.¹⁶² Usaremos algumas dessas prisões como exemplo para compreender como Sue avalia as penalidades e quais soluções propõe para seus problemas.

Algumas prisões são nomeadas no romance, todas reais, dentre elas S. Lázaro¹⁶³, uma prisão feminina; e A Force¹⁶⁴ uma prisão masculina. Começemos pela prisão de S. Lázaro, por onde passaram três importantes personagens femininas: Flôr-de-Maria, Luiza Morel e a Loba, além de outras que o leitor conhece apenas dentro da prisão. Flôr-de-Maria ou Gueladeira, como vimos, é uma jovem inocente que já havia sido presa enquanto criança. Agora, aos 16 anos, vai novamente para a prisão após escapar de uma tentativa de sequestro. Anteriormente, vimos que a personagem tem um caráter que chama a atenção das demais, por ser elevada e de uma calma contrastante. Essa característica chama a atenção da Loba, uma espécie de líder de um grupo de prisioneiras que tem como diversão perturbar as companheiras mais tímidas e fracas. Vítima dessa agressão é a prisioneira conhecida como Mont-Saint-Jean. Flôr-de-Maria intercede pela colega, conversando com a Loba e convencendo-a de que há um mundo possível fora da prisão, onde ela poderia viver em paz com seu amado.

Por fim, a Gueladeira convence a malfeitora a deixar as colegas em paz, a partir da sua pureza que faz com que sonhos sejam despertados na personagem da Loba, que até então parecia puramente má. Com o discurso da personagem, a vilã sofre uma virada. O leitor descobre que na verdade ela é uma mulher com sonhos, com o desejo de ter uma vida de esposa, e que usa a violência como forma de poder na prisão não por gostar, mas por não ter outra

¹⁶⁰ BORY, J.-L. *Eugène Süe, dandy mais socialiste*. Paris: Hachette, 1962

¹⁶¹ OLIVEIRA, op. cit.;

¹⁶² GROSSIR, op. cit., 110;

¹⁶³ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23/11/1844;

¹⁶⁴ *Ibidem*, 26/12/1844;

alternativa. O discurso de Flôr-de-Maria despertou na Loba esse seu lado adormecido, que havia sido afogado graças à sua experiência na prisão. O narrador reconhece essa capacidade de convencimento da personagem de uma forma pedagógica, dizendo que esta só compreendia a Loba por ela mesma já ter passado pelos mesmos males. Após passar por Bouqueval, uma colônia sobre a qual discorreremos a seguir, Flôr-de-Maria aprende coisas que usaria para levar uma vida mais justa. São esses aprendizados que ela repassa para a Loba: “os sentimentos que havia despertado no coração da Loba tinham sido, em circunstâncias quais idênticas, despertados no seu”.¹⁶⁵

O autor segue fazendo um longo monólogo a respeito da prisão, expressados através das palavras do narrador. Segundo o narrador, a sociedade seria até relativamente justa com aqueles que realizam o mal, punindo-os, mas a grande injustiça estava na relação que tinha com os justos, que jamais eram recompensados:

O povo vê bem uma justiça para o crime, composta de homens firmes, íntegros, ilustrados, sempre ocupados em indagar e recompensar a gente honrada.
Tudo lhe diz – Treme!...
Nada lhe diz – Espera!...
Tudo o ameaça...
Nada o consola...
O estado gasta anualmente muitos milhões para o estéril castigo do crime. Com essa quantia enorme mantém presos e carcereiros, galés e guardas, cadafalsos e carrascos.¹⁶⁶

Essa falta de recompensa para com os justos os desmotivaria, levando-os aos crime ao não ver uma recompensa possível para a honestidade. Para estes, resta apenas o trabalho sem recompensa. O autor faz uma proposta: “Não aconteceria outra coisa se, quase quotidianamente, tivesse o povo à vista o exemplo de algumas grandes virtudes altamente glorificadas, MATERIALMENTE remuneradas pelo ESTADO.”¹⁶⁷

Sue não propõe, portanto, qualquer superação do regime ou organização social, mas um reconhecimento material para alguns trabalhadores honestos. Ele levanta que os opositores de sua ideia usariam um argumento religioso, em que a recompensa divina deveria bastar aos justos, não sendo necessária uma versão terrestre. Logo em seguida, Sue expõe a contradição desse argumento: se a recompensa deve ser somente divina, porque não também o castigo?

¹⁶⁵ Ibidem, 27/11/1844;

¹⁶⁶ Ibidem, p. 27/11/1844;

¹⁶⁷ Ibidem, p. 27/11/1844;

Outra personagem que vai para St. Lázaro, também injustamente, é Luiza Morel. A jovem é uma das presas de Jacques Ferrand. O tabelião é um dos principais antagonistas do romance e quase sempre está presente quando algum infortúnio acontece com algum outro personagem. Ferrand, aproveitando-se da pobreza da família de Luiza, havia a contratado em um regime bastante fechado. Ela não deveria abandonar sua casa ou ter contato com a família. Com o tempo, Ferrand passa a abusar de Luiza, que eventualmente engravida. Ao nascer da criança, o tabelião a assassina e culpa Luiza, que é então levada para a mesma prisão. Luiza, assim como a Loba e Flôr-de-Maria, é uma personagem virtuosa. Renunciou à própria liberdade para poder trabalhar e ajudar a família, que já não se sustentava com o trabalho do pai. Nessa jornada em busca de trabalho é que se torna uma presa fácil para Ferrand, um funcionário público visto por todos como um homem pio.

A outra importante presa de St. Lázaro é a Loba, da qual já falamos. Essa, em contraste com as demais, não havia sido presa injustamente. Era sim uma mulher violenta, forte, noção que pode ser compreendida a partir do apelido que ganha. Também em dissonância com Luiza e Flôr-de-Maria, é o local em que conhecemos essa personagem. Antes de serem levadas ao cárcere, sabemos do caráter de Luiza e da Gueladeira, que são jovens inocentes e trabalhadoras. A Loba já não teve direito a essa apresentação privilegiada. A conhecemos já dentro da prisão, atormentando a inocente Mont-Saint-Jean, principal vítima de suas demonstrações de força e poder.¹⁶⁸ É somente após a já citada conversa com Flôr-de-Maria que a personagem passa pela iniciação de um processo de redenção, em que imagina uma vida digna e pacífica fora da prisão. Sua trajetória se fecha nos últimos capítulos do romance, novamente através de Flôr-de-Maria, que foi salva pela Loba após sofrer um atentado por afogamento.¹⁶⁹ Assim, ao salvar a protagonista, a Loba salva a si mesma.

Longas cenas também acontecem na Force, prisão masculina primeiramente apresentada pelo autor já na reta final do livro.¹⁷⁰ Conhecemos o local a partir de Francisco Germano, uma outra vítima de Ferrand. Funcionário do tabelião, Germano havia sido acusado de roubar uma generosa soma do notário. A acusação era, em partes, injusta. Germano havia de fato roubado algum dinheiro de Ferrand, porém com o objetivo de ajudar Luiza, que sofria nas mãos do funcionário público. Ainda assim, havia logo em seguida repostado o dinheiro, crendo que Ferrand sequer pudesse perceber a ação. Como consequência, o tabelião não somente

¹⁶⁸ Ibidem, p. 24/11/1844;

¹⁶⁹ Ibidem, p. 23/12/1844;

¹⁷⁰ Ibidem, p. 26/12/1844;

acusou Germano de roubo como multiplicou o valor da quantia roubada, levando Germano para a prisão.

Germano era portanto vítima da própria virtude. Buscando ajudar Luiza, acabou preso. La Force é apresentada ao leitor como um lugar mais violento que a já citada St. Lázaro. Antes mesmo de começar a descrição do local, o autor se desculpa, mas reitera a necessidade e a importância de conhecer a Force. Mais do que objeto de deleite literário, seu estudo da Force era uma questão pública:

(...) parece-nos porém que, especialmente agora que importantes questões penitenciárias, questões que tocam no vivo estado social, estão em vésperas de ser, senão resolvidas (os nossos legisladores terão o cuidado de evita-lo), ao menos discutidas, parece-nos que o interior de uma cadeia, pavoroso pandemônio, lúgubre *termômetro* da *civilização*, seria de oportuno estudo. Em suma, as diversas fisionomias dos presos de todas as classes, as relações de família ou afeição que ainda os prendem ao mundo de que os separam os muros da cadeia, nos parecerão dignas de interesse. Desculpar-nos-ão pois se reunimos em redor de muitos presos personagens conhecidas desta história, outras secundárias destinadas a fazer sobressair e pôr em relevo certas ideias críticas, e a completar essa iniciação ao viver na cadeia.¹⁷¹

Esse trecho é de especial interesse pois, além de servir como exemplo para corroborar a tese de Lyon-Caen e Thérenty sobre a escrita folhetinesca de Sue, ligada ao jornal e às discussões políticas do tempo presente, nos mostra um interessante recurso do autor para pautar a discussão sobre a prisão. Sue não simplesmente nos mostra um bando de criminosos, bandoleiros, ladrões e assassinos como dignos de uma justiça melhor, mas cria um degradê que sai dos personagens inocentes, porém presos (como Germano, a Gueladeira, e Luiza), passando por personagens com a moral um pouco mais abalada, porém redimíveis, como o caso da Loba ou do Churinada, chegando enfim aos personagens praticamente irrecuperáveis, os principais vilões do romance, como Ferrand, Mestr'Escola, a Coruja ou o Esqueleto, sobre o qual veremos agora. O objetivo do autor com esse recurso talvez seja justamente possibilitar uma empatia com os personagens inocentes que poderia ser estendida também aos culpados, também merecedores da justiça, não meramente punitiva, mas capaz de promover a redenção. Os acontecimentos que se desenrolam entre Germano, o Avinagrado, o Esqueleto e o Churinada são exemplares desse movimento.

¹⁷¹ Ibidem, 26/12/1844;

Assim como o período da prisão da Gueladeira, a passagem de Francisco Germano pelo cárcere também é descrita com riqueza de detalhes. Não demora muito para que o rapaz seja vítima de terríveis ideias de seus companheiros de prisão. O Esqueleto, um dos principais vilões da Force, estava convencido de que Germano fosse uma espécie de espião, uma pessoa que havia sido presa ao entregar um colega de crime. Segundo o autor - e as ações do personagens são descritas de forma a corroborar essa ideia - o delator seria o tipo mais odiado pelos criminosos. Com essa ideia em mente, o sanguinário Esqueleto trama o assassinato de Germano, convencendo também os colegas. Um importante personagem, no entanto, é deixado de fora do conluio: o Avinagrado. Fortunato Gobert, seu verdadeiro nome, é um contador de histórias, sempre pronto para entreter os outros presos e guardas com seus contos.¹⁷² Diferente de Germano, que é inocente, e o Esqueleto, um sanguinário, o Avinagrado encontra-se no meio. Havia sido preso após cometer furtos e falsificações de moedas. Embora seu primeiro crime tenha sido a contragosto, sua prisão acabou provocando um ciclo sem fim de novos delitos, visto que seu tempo no cárcere o impedia de arrumar nova ocupação honesta. Em determinada ocasião, enquanto o Avinagrado distraía todos com uma história, o Esqueleto ataca Germano com a intenção de mata-lo. Por sorte lá estava o Churinada, que passando por seu processo de redenção, acabou por salvar Germano da morte certa nas mãos do assassino.

Embora essa narrativa pareça simples, é importante lembrar que o desenrolar desses fatos se estende por vários capítulos, criando sempre novas tensões que demoram cada vez mais para serem resolvidas. A descrição da Force começa no capítulo XV, no XVI descreve-se o Avinagrado e assim por diante, de modo que a história é contada aos poucos ao longo de onze capítulos. Na edição original francesa cada capítulo é publicado individualmente, um por dia. Já na brasileira, como vimos no capítulo anterior desta dissertação, os editores já tomavam a liberdade de publicar vários de uma só vez, inclusive em suplementos do jornal. Dessa forma, entre os dias 26 e 29 de Dezembro de 1844, o leitor brasileiro teve a chance de “maratonar” o drama de Germano, suavizando a suspensão que havia sido criada por Sue e experimentada pelo público francês.

Esse capítulos são de especial importância pois, além de inflar o texto com narrativas paralelas – a história que o Avinagrado conta aos presos também nos é contada com riqueza de detalhes, através de uma história dentro de uma história que por sua vez está dentro do romance – o narrador se interrompe com interlúdios políticos acerca da prisão. Ao iniciar sua descrição da Force, Sue compara a vida do detento com a vida do trabalhador livre. Tomando como

¹⁷⁵ Ibidem, p. 26/12/1844;

exemplo os Morel, a família da já citada Luiza, Sue argumento que o trabalhador vive uma vida sem descanso e sem recompensa, cheia de inquietações. Já o preso

(...) bronzeado pelo vicio, indiferente ao passado, feliz da vida que vive, certo do porvir (pode tê-lo seguro com um delito ou com um crime), sentindo sem dúvida a falta da liberdade, achando porém amplas compensações no bem-estar material de que goza, certo de levar, ao sair da cadeia, uma boa quantia ganha com regular e cômodo trabalho, estimado, isto é, temido pelo seus companheiros em razão do seu cinismo e da sua perversidade: o condenado, pelo contrário, andarás sempre descuidoso e alegre.¹⁷³

O ladrão teria, portanto, uma segurança da qual o trabalhador não poderia desfrutar: um teto para dormir e a alimentação garantida. Embora possa parecer meramente moralista, esse trecho toma outro sentido se analisado em conjunto com outros momentos do romance em que o personagem Avinagrado demonstra não ter nenhuma possibilidade de sucesso estando livre. Após ser preso tantas vezes por tantos anos, mesmo após cumprir suas penas, o personagem nunca pôde ser socialmente perdoado. Em suas palavras, o Avinagrado só tinha seu

título de soltura por única recomendação. Peço que me empreguem conforme a minha força; e como não tinha força, bem adivinhas como me aceitam: aqui ladrão, tratante ali, freguês da cadeia!... Enfim, desde que em alguma parte aparecia, cada qual punha as mãos nas algibeiras para guarda-las...¹⁷⁴

Em seguida o narrador insere uma comparação entre o trabalho livre nas docas com o dos prisioneiros das galés:

Para quem, ao demais, estava affeito aos hábitos da cadêa, e em quem todo o pejo se havia necessariamente esvaecido, as galés não são realmente mais do que uma mudança de condição, uma troca de vestia, como dizia o Avinagrado com pavorosa verdade.

Muitos presos das casas centrais, dando até preferência ás galés por amor da vida ruidosa e animada que nelas se vive, cometem as vezes tentativas de assassinato, para serem mandados para Brest ou para Toulon. (...)

Isso se entende: antes de entrar para as galés tinham quase tanto trabalho conforme os seus officios.

A condição dos mais honestos trabalhadores dos portos não é menos dura do que a dos condenados a galés. Entram nas oficinas e delas saem ás mesmas horas: os catres em que estendem os seus membros quebrados de cansaço não são melhores do que os desses.

Mas são livres! Dir-se-á.¹⁷⁵

O trabalho livre é, portanto, tão duro quanto a rotina de um prisioneiro. Assim, o problema não é exatamente a “qualidade” que a prisão contém, pelo contrário, é a vida

¹⁷³ Ibidem, p. 26/12/1844;

¹⁷⁴ Ibidem, p. 26/12/1844;

¹⁷⁵ Ibidem, p. 26/12/1844;

miserável que o trabalhador leva. Além de nada ter que um prisioneiro não tenha, aquele que é detento, quando solto, não tem condições de se reinserir na sociedade. Assim cria-se um vício: o preso permanece preso, e se solto, volta a ser criminoso.

Junta-se a isso um outro elemento agravante: a sociedade que se vive quando encarcerado. Em vários trechos do romance, o autor argumenta que uma das piores características da prisão é a sociedade que se cria nesse meio. Dentre tantos assassinos e bandidos da pior espécie, vivem também pequenos ladrões ou até mesmo inocentes presos por engano, como é o caso de Germano e outros personagens do romance. Esse convívio levaria a um agravamento das piores qualidades dos presos menores. Segundo o narrador, a prisão seria um lugar onde a virtude era castigada e a crueldade recompensada. Quanto mais temido, melhor, e quanto mais virtuoso, mais ameaçado se estava. É assim que Germano, destoando dos seus colegas, é quase assassinado. Até ele, em conversa com sua companheira Risoletta, confessa que se ficasse mais tempo na prisão, seria capaz de se converter em um verdadeiro criminoso. O convívio entre bandidos cruéis transformava um pequeno furto em nada, entorpecendo a moral do até então honesto personagem.

Além da miséria dos mais pobres, o autor também reconhece a desigualdade com que são tratados os criminosos das diferentes classes. Ainda nos capítulos em que descreve a Force, o autor fala de Boulard, um arrogante funcionário público preso por abuso de confiança, desviando dinheiro de seus clientes. Esse funcionário, que nos é apresentado na mesma seção que o Avinagrado, é constantemente comparado com ele. Ao conversar com um amigo que o visita na Force, o personagem nos confessa seus crimes e o desdém com que trata dos mesmos, além de expressar sua crença na sua superioridade diante dos presos que o acompanhavam e na certeza de sua impunidade.¹⁷⁶ O autor, em mais um dos seus interlúdios morais, nos deixa bem clara a intenção na comparação de Boulard com o Avinagrado:

Agora comparem-se o crime do Avinagrado, reincidente, e o do alcaide Boulard.

Compare-se o ponto de partida de ambos, e as razões e necessidades que os levarão ao mal.

Compare-se enfim o castigo que os aguarda.¹⁷⁷

Ele segue descrevendo a pena que receberia um pequeno criminoso como o Avinagrado, que adentra na ilegalidade por conta da necessidade: 15 ou 20 anos de galés além da exposição. Já aquele rico, instruído, bem estimado, que não rouba por necessidade, mas sim por capricho, e além disso subtrai uma quantidade muito maior, terá uma pena menor, não deverá ser julgado

¹⁷⁶ Ibidem, p. 27/12/1844;

¹⁷⁷ Ibidem, p. 27/12/1844;

como o pobre necessitado. O autor denuncia também a terminologia: homens como o Avinagrado cometem furtos, já homens como Boulard cometem abusos de confiança, não um crime, e sim um delito.

Tanto Luiza quanto Flôr-de-Maria ou Germano vão para a cadeia sendo inocentes, vítimas das tramas de seus inimigos. Por isso, não seria surpreendente que o autor defendesse a tese de que a prisão seria, para elas, uma injustiça. Esses personagens, pobres, porém de bom coração, não saem de suas celas com prejuízos morais: continuam tão boas quanto quando entraram. Mas Sue não se atém somente à rasa crítica ao cárcere contra inocentes. A prisão, como funciona atualmente, não é descrita como positiva nem para os autores dos piores crimes. Por outro lado, analisando outros trechos do romance, é possível ver que a crítica de Sue à prisão tem seus limites e é muito frequentemente contraditória. O autor faz questão de sempre lembrar o leitor de que não condena completamente a existência da prisão. Os 15 anos de galés aos quais o Avinagrado fora condenado são justos, afinal, a propriedade é sagrada e um furto é um furto. O principal ponto da sua crítica reside na desigualdade entre as duas penas para o mesmo crime. Boulard, independentemente de seu prestígio e dinheiro, deveria ser devidamente punido pelo grave crime que cometera. Aqui, o autor chega até a mobilizar uma história supostamente real, em que um pequeno ladrão teria recebido vinte anos de galés, em contraste com os dois meses de prisão de um funcionário público.

Colecionando essas histórias sobre as prisões, o autor constrói e demonstra suas opiniões sobre o tema. Cada história de cada personagem é uma arma, um exemplo de situação que auxilia a comprovar a tese que é exposta imediatamente após. É o que Grossir chama de “máquina de guerra”, induzida por uma retórica da demonstração.¹⁷⁸ Nesse trecho, vemos também em operação o mosaico jornalístico do qual fala Goudmand. Ao mobilizar uma história real, o autor ajuda a legitimar ainda mais a tese que havia anteriormente apresentado. Assim, Sue segue uma estrutura que se repetiria no romance: uma história de injustiça envolvendo os personagens, seguida de um longo discurso sobre a natureza e possíveis soluções para essa injustiça, muitas vezes acompanhada de notícias reais - como o caso do Avinagrado e de Boulard - ou outros documentos que fugiam da narrativa ficcional do romance.

Curiosamente, assim como com outros personagens que escapam da prisão, o autor escolhe dar um fim a Boulard fora da alçada da justiça. Poucos capítulos depois, o personagem, que havia sido introduzido com o claro objetivo exemplar do qual falamos, começa a se ver ameaçado pelos demais prisioneiros. Um deles, antiga vítima de seus golpes, acaba por atacá-

¹⁷⁸ GROSSIR, op. cit., p. 110;

lo. Boulard não morre, sofre apenas uma agressão. Franck, agressor e vítima, é levado pelo guarda sob possibilidade de uma pena maior. Por fim, parece que até mesmo Sue tem dificuldades em punir igualmente seus personagens. Ou seria uma punição irônica?

O Avinagrado, por outro lado, exposto como um personagem injustiçado, cumpre um papel extremamente positivo nessa narrativa. Ao contar sua história para os demais presos, distrai a eles e o guarda, que permanece a ouvir a história e involuntariamente evita o assassinato de Germano. A narrativa, o contar de histórias, é visto aqui como o cumpridor de um papel, é o que salva Germano e redime o Avinagrado, além de humanizar os presos que se interessam por histórias em que os heróis não são criminosos, mas sim suas vítimas. Segundo Goudmand, a história do Avinagrado provocaria uma reflexão ética acerca da narrativa: ela faz com que os presos, antes sedentos pelo sangue de Germano, identifiquem-no com o herói da história do Avinagrado, simpatizando portanto com ele.¹⁷⁹

Se Sue reconhece várias problemáticas de prisões como a Force ou St. Lázaro, porém não avança a ponto de propor uma abolição ou outros meios, qual a reforma possível que propõe? A resposta é clara, embora um pouco surpreendente. Logo no início da seção que estamos tratando, ao descrever a Force, o autor insiste na ideia dos males da prisão, o pior era a vida em uma sociedade em que o crime era recompensado. A correção para essa falha é o isolamento. Ao falar sobre um perigoso bandido recém chegado, o narrador discorre:

Sem dúvida, se o houvessem imediatamente levado para uma cela particular, esse miserável, ainda sob a impressão de sua primeira prostração, a sós com o pensamento de seus crimes, espavorido pelo castigo que esperava, esse miserável teria sentido, senão arrependimento, ao menos susto salutar de que nada o teria distraído.

E quem sabe o que pode em um criminoso produzir a meditação, contínua e obrigada, sobre os crimes que cometeu, e sobre os seus castigos?¹⁸⁰

Nicolau, esse prisioneiro, não havia gozado dessa meditação, pelo contrário, havia sido lançado aos demais prisioneiros, onde só veria se aperfeiçoar sua habilidade enquanto criminoso. Além do caráter reflexivo da cela solitária, que provocaria meditação no preso e o afastaria da sociedade, essa pena é apresentada pelo autor como mais dura que as celas sociais, já que os próprios prisioneiros a veriam como uma condenação muito pior. Uma consequência seria o aumento dos assassinatos, com objetivo de, ao invés de ser punido com a solidão, ser punido com a morte como forma de escape. Assim, a pena de morte deveria ser abolida: o preso deveria ser impreterivelmente condenado à reflexão e possível reinserção na sociedade honesta:

¹⁷⁹ GOUDMAND, op. cit., p. 13;

¹⁸⁰ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26/12/1844;

Acostumado a perversa animação das prisões em comum, de que acabamos de esboçar alguns traços *enfraquecidos*, (...) esses homens, dizemos, vendo-se ameaçados nos casos de reincidência, de ficarem sequestrados da sociedade infame em que tão alegremente pagavam os seus crimes, e de ficarem a sós em suas células com as recordações do passado... esses homens revoltar-se-ão com a ideia desse pavoroso castigo.

Muitos preferirão morrer.

E para incorrer em pena capital não recuarão diante do assassinato – pois, coisa singular, em dez criminosos que quisessem livrar-se da vida, nove haverá que matarão para serem mortos... e só um recorrerá ao suicídio.

(...)

Para retirar aos assassinos esse último refúgio que julgarão achar na aniquilação, abolir-se-á forçosamente a pena de morte.¹⁸¹

Além da solitária, em outros momentos o autor propõe uma solução mais amigável para aqueles que se encontram temporariamente perdidos, porém pouco orgulhados no mundo criminoso: o trabalho social. Ao criticar o prisão, o autor precisa também encontrar uma solução para evitá-la. Assim, faz uma volta completa ao identificar os elementos evitáveis que levam à perdição, assim como possibilidades que trazem a redenção.

Ao propor a solitária como alternativa à pena capital, Sue se inseria em um debate que já havia sido tratado por outro romancista do período. Segundo Andrew Hammel, em obra sobre as discussões em torno da abolição da pena de morte na Europa ocidental, o debate sobre o assunto já estava presente na França desde meados do século XVIII, quando chegou a patamares semelhantes aos debatidos ainda no século XX.¹⁸² Filósofos como Rousseau e Voltaire haviam tornado a pena de morte um assunto obrigatório para todos os demais filósofos, que frequentemente se pronunciavam sobre o tema. Dentre os argumentos utilizados, estava a falta de impacto que a pena de morte causava em potenciais ofensores, enquanto a prisão ou o trabalho perpétuo apresentavam uma perspectiva mais assustadora. Além disso, chegou ao debate na assembleia constituinte da Revolução de 1789 argumentos abolicionistas que citavam a possibilidade de erros na execução das penas. Mesmo assim, a pena de morte permaneceu presente na sociedade francesa, e como solução buscou-se uma alternativa mais humana de executá-la, o que foi encontrado na guilhotina, que permaneceu símbolo da justiça francesa pelo século seguinte.¹⁸³

O debate continuou no século XIX, e entre as principais obras sobre o tema, Hammel identifica o romance *O último dia de um condenado à morte*, publicado anonimamente por Victor Hugo em 1829, que se tornou um clássico abolicionista. O romancista argumenta que a

¹⁸¹ Ibidem, p. 28/12/1844;

¹⁸² HAMMEL, Andrew. Abolition in Germany, Great Britain, and France. In: HAMMEL, Andrew. **Ending the Death Penalty: The European Experience in Global Perspective**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 116;

¹⁸³ Ibidem, p. 119;

pena capital deveria ser abolida independente da culpa ou inocência do acusado, sendo a abolição uma questão de civilização. Para ele, embora os grupos mais educados pudessem perceber a gravidade de tal pena, as massas a veriam apenas como um espetáculo. Como vimos, Sue exprime uma visão semelhante sobre a pena de morte, sequer a considerando uma possibilidade, focando principalmente na dicotomia entre a prisão coletiva em oposição à solitária. Fora isso, usa argumentos semelhantes aos dos abolicionistas das décadas anteriores. Assim como Hugo, que não via a pena de morte como uma forma eficaz de dissuadir possíveis criminosos, Sue não reconhecia essa função não só na pena capital, como também na prisão coletiva. Para realmente horrorizar os mais perigosos dos criminosos, se fazia necessária a pena solitária, capaz de reabilitar o prisioneiro para a vida em sociedade.

Outra característica comum entre os dois romancistas reside no tratamento que ambos enxergam como mais apropriados para solucionar a criminalidade. Em segunda edição do romance, em 1832, em que Hugo reconhece a autoria do texto e acrescenta também um prólogo, diz: “as leis de Cristo enfim penetrarão o sistema legal, e olharemos o crime como uma doença, e os médicos substituirão os juízes, os hospitais substituirão as galés.”¹⁸⁴. Hugo quer, portanto, civilizar, curar, posição compartilhada por Sue em seu romance, como veremos adiante. O objetivo de Sue, com seus personagens, não é punir, mas sim remediar.

Como já vimos ao discorrer sobre o Avinagrado, as condições do indivíduo o levam a situações ilegais dentro da prisão. Esse estado não seria muito diferente do lado de fora. As condições materiais dos miseráveis os levariam para o pior dos mundos. Assim, Sue estabelece o que talvez seja sua principal tese desenvolvida em *Os Mistérios de Paris*: não se nasce mal, torna-se. Essa ideia, familiarmente emprestada de Rousseau através de Fourier – sobre o qual veremos posteriormente - é desenvolvida na quase totalidade dos personagens encontrados por Rodolpho de Gerolstein, do início ao fim de sua epopeia.

Um das principais vítimas dessa cruel estrutura é Flôr-de-Maria, a principal expoente da ideia que o autor sustenta. Como vimos, prostituída e maltratada pela mulher que deveria protegê-la, Flôr sofre constantemente com a pobreza e a violência antes de ser encontrada por Rodolpho. Quando Rodolpho, compadecendo-se do sofrimento da jovem, decide levá-la para sua herdade de Bouqueval, a jovem vê a possibilidade de uma nova existência.

Nessa fazenda, onde vivem camponeses que compartilham o fruto de seu trabalho, a jovem é adotada pela Sra. Georges, que havia perdido seu filho. Embora vivendo em um

¹⁸⁴ Hugo, V. (1840). *The Last Days of a Condemned Man*. London, Smith, Elder & Co. apud. HAMMEL, Andrew. *Abolition in Germany, Great Britain, and France*. In: HAMMEL, Andrew. **Ending the Death Penalty: The European Experience in Global Perspective**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 53-147.

paraíso, os fantasmas de seu passado não abandonam a jovem, que constantemente vê-se como não merecedora de sua nova condição. A Sra. Georges, em conversa com o vigário da herdade, fala de seu passado:

- Tem grandes culpas que expiar, disse com gravidade o vigário.
- Meu Deus! Sr. Padre, desamparada tão menina, sem recursos, sem apoio, quase sem noções do bem e do mal, impelida involuntariamente na estrada do vício, como não ter-se-ia perdido?
- O bom senso moral devia tê-la sustentado, esclarecido. E demais, procurou ela evitar essa horrível sorte? Pois são tão raras em Paris as boas almas?
- Não, de certo: mas onde acha-las? (...) Ah! Acredita-me, conheço a miséria... a menos de um acaso providencial, como o que, ai, tão tarde, fez que Maria fosse encontrada pelo Sr. Rodolpho, a menos de um desses acasos, os desgraçados quase sempre brutalmente repelidos, julgam que não há compaixão; e urgidos pela fome... a imperiosa fome, buscam no vício recursos que perdem esperança de obter da comiseração.¹⁸⁵

Diante do padre, mais rígido, Sra. Georges esclarece de onde surgem os crimes, da impossibilidade da honestidade. Os crimes de Flôr, no entanto, são pequenos e moralizantes. Não havia matado sequer roubado, apenas vivido e se prostituído nas tavernas. Esse seus atos são, no entanto, colocados lado a lado à ações de personagens que já haviam cometidos crimes muito mais graves. Ao longo do romance, no entanto, vemos que a redenção da Gueladeira seria muito mais difícil. Mesmo amparada pela Sra. Georges, Rodolpho e o vigário, a culpa consome a personagem, que se vê, durante quase toda a narrativa, constantemente atormentada pelos fantasmas de seu passado, até o fim.

Outro caso exemplar da corrupção que seria provocada pela miséria está na família Morel, da qual pertence Luiza, citada anteriormente. O patriarca da família é um lapidário miserável que, mesmo trabalhando com pedras preciosas, vive pobremente, sustentando seus filhos, esposa e a sogra com doenças psiquiátricas.¹⁸⁶ A descrição da família Morel é uma das mais pesadas de todo o romance, e até mesmo os outros personagens pobres, como Risoletta, vizinha da família, sentem especial compaixão pelo sofrimento dos Morel. A família é usada como exemplo do que Sue está tentando mostrar, já que sua intenção não é apenas retratar os miseráveis criminosos, mas também aqueles que, apesar das desgraças, se mantêm no trabalho honesto.

¹⁸⁵ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 08/10/1844;

¹⁸⁶ A medicina, na forma da loucura ou da doença física, aparece algumas vezes no romance, provavelmente fruto da formação médica de Sue.

É importante lembrar que Sue não escrevia, ao menos inicialmente, com a intenção de alcançar um público de trabalhadores, mas sim seus iguais.¹⁸⁷ Daí a importância das longas cenas em que busca mostrar um segredo, ou mistério, ainda não revelado para os típicos leitores do periódico em que publica. Em alguns trechos, como o que leremos abaixo, o autor deixa clara essa sua intenção:

Daqui a pouco explicaremos esse modo de dormir tão frequente na casa do pobre. Por agora desenrolemos aos olhos do leitor o painel completo que apresenta a miséria vivenda do lapidário, quando com os olhos se penetra no fundo do aposento onde não expirar esvaecidos os fracos reflexos da vela que o alumia.¹⁸⁸

É uma clara descrição do modo de viver de um outro, aqui denominado pobre. O capítulo do qual este trecho foi extraído, denominado “*Miséria*” é uma longa descrição da família Morel. Os capítulos seguintes seguem a mesma linha. É essa descrição da miséria dos Morel que é posteriormente recuperada para justificar o que faria Luiza, a filha. Essa visão antropológica, ou turística, para usar o termo escolhido por Edward R. Tannenbaum¹⁸⁹, é também constantemente acompanhada de algum discurso moralizante que não só denuncia a miséria, como também a mostra como consequência de alguns elementos da organização social. A matriarca dos Morel, por exemplo, instiga o velho a roubar alguns dos diamantes com que trabalha, sob o argumento de que o valor detido por eles os salvaria a vida, enquanto nas mãos de um rico não passaria de um capricho. O velho Morel, no entanto, resiste.¹⁹⁰

Em outro momento, quando Luiza é presa após parir e ser incriminada pela morte da própria criança – crime cometido por Ferrand –, a jovem conversa com seu pai. Nesse diálogo, a miséria é novamente colocada como causadora dos problemas. É ela que levou a jovem a trabalhar para Ferrand e deixar-se abusar por ele. Luiza relata o que Ferrand a havia dito:

«Vai-te... Se disseres uma só palavra, teu pai está perdido: se procurares sair de casa, está também perdido; se vierem tirar informações de ti, impedir-te-ei de te arranjares, dando a entender que me furtastes direi, de mais, que és péssima criada... » No dia seguinte desta cena vim tudo dizer a meu pai; queria ele que imediatamente saísse eu dessa casa.... mas era impensável à nossa família depois da moléstia de minha mãee as más informações que o Sr. Ferrand me ameaçava de dar, impedir-me-ão de alugar-me em outra casa, talvez por muito tempo....

¹⁸⁷ ECO, Umberto. Socialismo y consolación. In: ECO, Umberto. Socialismo y consolación. Barcelona: Tusquets, 1970. p. 13;

¹⁸⁸ FOLHETIM, Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 23/10/1844;

¹⁸⁹ TANNENBAUM, Edward R. **The Beginnings of Bleeding-Heart Liberalism:** Eugene Sue’s Les Mysteres de Paris.. Comparative Studies in Society and History, [s. l.], v. 23, ed. 3, p. 491-507, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/178486>. Acesso em: 7 out. 2021, p. 500;

¹⁹⁰ FOLHETIM, Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 24/10/1844;

-Sim, disse Morel com acrimônia, tivemos a covardia e o egoísmo de consentir que nossa filha para lá voltasse... Oh! Bem vo-lo-dizia....a miséria..... a miséria quantas infâmias faz cometer!

-Ah! Meu pai, não procurastes todos os modos de vos solver dessa dívida? Não tendo sido isso possível, força foi que nos resignássemos.

- Prossegue! Prossegue! Os teus foram teus algozes; somos mais do que tu culpados da tua desgraça, disse o lapidário ocultando o rosto nas mãos. ¹⁹¹

A conclusão de Luiza nos deixa claro: os honestos Morel haviam feito de tudo. Apenas a miséria extrema havia os deixado vítimas indefesas diante do poder do notário Ferrand. Ainda assim, o pai, muito pio, constantemente se culpa, tal qual a Gueladeira. Sue, ainda que diga com todas as palavras que o problema se encontra nas condições impostas aos miseráveis, insiste em dar aos personagens um castigo moral tão grande que os impede, mesmo quando sua situação material é melhorada por Rodolpho, de superar o trauma da pobreza.

A Loba, companheira de cela e posterior salvadora da Gueladeira, também é vítima do mesmo processo de empobrecimento que a levou ao crime. Abandono parental é uma constante, principalmente nas personagens mulheres. No caso da Loba, acrescenta-se também o incesto. Em dado momento, o narrador relata:

Sim, a ignorância e a miséria levam muitas vezes as classes pobres a essas horríveis degradações humanas e sociais...

Sim, há uma multidão de covis em que crianças e adultos, meninas e meninas, legítimos e bastardos, deitados promiscuamente sobre o mesmo enxergão, como gado em comum curral, tem continuamente à vista abomináveis exemplos de embriaguez, de violência, de deboches e de crimes.

() Terão eles ao menos a ideia de dever, da honestidade e do pudor? Não serão tão lúcios das leis sociais como os selvagens do Novo-Mundo?

Pobres criaturas, corrompidas ao nascer, e que nas prisões, a que as levam tantas vezes a vadiação e o desamparo logo, se acham infamadas com essa grosseria e terrível metáfora: SEMENTES DE GALÉS! E a metáfora é certa.

Essa sinistra predição quase sempre se realiza: galés ou lupanar, cada sexo tem o seu porvir ¹⁹²

Nesse trecho, a prisão novamente aparece como local de corrupção, como complemento ao lar que, quando existe, já é também corrupto, o que transforma a desgraça social em um ciclo difícil de romper. É somente quando a Gueladeira, sob influência de Rodolpho, age sobre a Loba e seu marido, o Martial, é que esses dois personagens finalmente conseguem romper o ciclo de violência que sempre assombrou suas famílias.

Martial, par romântico da Loba, é o único membro honesto em uma família de piratas de água doce do pior tipo. Ele e seus e dois irmãos mais novos são os únicos que resistem à maldição quase genética que persegue a família. O pai havia sido guilhotinado, enquanto a

¹⁹¹ Ibidem, 05/11/1844;

¹⁹² Ibidem, p. 26/11/1844;

viúva e os demais filhos se incomodavam com os sinais de bondade em Martial, o que os levou a tentar matá-lo. Após ser salvo pela Loba, o casal é agraciado por Rodolpho e a Gueladeira com terras para explorar na Argélia.

Ao presentear o casal com terras na colônia, Rodolpho não só salva os dois, como também garante a honestidade dos dois pequenos irmãos de Martial: Francisco e Amandina. Embora crianças, e portanto puras, os dois estavam sob constante risco de se tornarem indivíduos ruins graças ao meio em que viviam. Francisco, poucos anos mais velho, era o que mais sofria com a possibilidade e já demonstrava sinais de que não acreditava no trabalho honesto. Martial acreditava que o trabalho, através do aprendizado de um ofício, salvaria as duas crianças.¹⁹³

Não podemos ignorar também o racismo colonial presente no texto, embora este não seja nosso principal objeto. Sue compara a imoralidade sexual dos miseráveis e criminosos com a dos nativos americanos, em suas palavras, selvagens. Essa ocorrência não está isolada em *Os Mistérios de Paris*. Segundo Tannenbaum, Sue reforçou uma percepção burguesa das classes operárias como selvagens, dotados de seus próprios costumes e dialetos bárbaros.¹⁹⁴ Esse tratamento é semelhante, tanto para os selvagens internos quanto externos. Mais de uma vez, a questão da Argélia, tão contemporânea para Sue, aparece. A primeira é logo ao fim da primeira parte do romance, quando o Churinada, recompensado por Rodolpho, ganha suas terras na nova colônia francesa em Argel. Ao presentear-lo, o Grão-Duque explica: a região é constantemente atacada por árabes, é preciso ser tão bom soldado quanto lavrador.¹⁹⁵ Já no epílogo, quando a maioria dos personagens conclui sua história, Martial e a Loba vão também para Argel cumprir o papel colonial. Assim como o Churinada, não vão viver a vida pacífica em uma fazenda, mas usarão sua força e violência para combater contra os árabes na região:

Para concluir as notícias da vossa família de agradecidos, senhor, acrescentarei que Germano leu ultimamente nas folhas, que um colono da Argélia chamado Martial, tinha sido apontado com grandes louvores pela coragem que mostra, repelindo a frente dos seus lavradores uma partida de Árabes, e que sua mulher, tão valente como ele, tinha sido levemente ferida estando a fazer fogo como um granadeiro. Desde então, dizem as folhas, puserão-lhe a alcunha da Sra. Clavina.¹⁹⁶

Uma redenção possível para esses personagens fora representar a França em sua mais recente empreitada colonial, esse país que, ainda segundo Sue, seria um exemplo de civilização,

¹⁹³ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11/12/1844;

¹⁹⁴ TANNENBAUM, *op. cit.*, p. 93;

¹⁹⁵ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25/09/1844;

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 16/01/1845;

e por este motivo, dentre tantos outros, seria vergonhoso que os trabalhadores fossem tratados tão mal.¹⁹⁷

2.4 – Sue, Fourier e Marx: distanciamentos, mais do que diálogos.

Curiosamente, apesar das passagens que vimos representarem um nacionalismo francês, que enxerga o país na dianteira do processo civilizatório não só na Europa como também nas colônias, o grande herói do romance não é francês. A utopia socialista de Sue, ainda a ser implantada na França, era uma realidade somente no fictício ducado alemão de Gerolstein, onde reina Rodolpho. Esse elemento, pouco observado pelos estudiosos – comentado rapidamente por Franco Moretti¹⁹⁸ - demonstra mais uma das várias contradições do romance. Ainda que possamos perceber brevemente algumas propostas para a nação francesa no romance, como o avanço do colonialismo como uma possível resposta para a criminalidade interna, ainda precisamos analisar a segunda principal tese de Sue, que trata justamente do papel dos ricos nesse processo.

Retomando a família Morel, uma das que mais sofre pela miséria, podemos ver uma proposta saindo dos lábios do próprio lapidário. Segundo ele, os ricos só não tomam alguma ação em relação a pobreza por ignorar sua existência. Essa perspectiva, colocada na boca de um personagem, apenas legítima e deixa ainda mais claro aquilo que o próprio narrador já havia colocado. Ao expor o Estendal, a casa dos Morel, a Force, a Rua do Templo, e outros espaços onde vivem os miseráveis, o autor tem como objetivo não só denunciar, mas sim apresentar esses cenários inéditos para tantos. Esse movimento é feito tão frequentemente por se fiar na crença de que os ricos só não intercedem em nomes dos mais pobres graças à própria ignorância.

Clemência d'Harville é um personagem exemplar desse movimento. Ela, nobre, jamais havia conhecido a pobreza até ter sido apresentada a ela por Rodolpho. Assim que a personagem conhece a realidade é que ela se comove de tal forma que passa a atuar, tal qual Rodolpho, como uma benfeitora para as prisioneiras de S. Lázaro. A “conversão” de Harville se assemelha a anedota de Bory sobre o próprio Eugène Sue, que teria se auto denominado socialista após uma peça de teatro e ao conhecer a casa de uma família pobre, até então novidade para ele¹⁹⁹. É esse movimento que Sue dá aos seus personagens abastados, que devem atuar como caridosos. Entre esses ricos estão também os legisladores. Segundo Grossir, esses seriam os

¹⁹⁷ SUE, Eugène. **Les Mystères de Paris**. [S. l.: s. n.], 1843. v. 8. p. 257;

¹⁹⁸ MORETTI, Franco. Atlas do romance europeu: 1800-1900. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 112;

¹⁹⁹ ECO, op. cit.p, p. 12;

verdadeiros alvos de Sue, pois seriam justamente ignorantes das injustiças sociais, mas eram muito inalcançáveis pelos trabalhadores.²⁰⁰

A obra de Sue alcança, por meio desse objetivo, seu limite máximo quando se trata da exigência por mudanças sociais. Seu fim público não é incitar uma grande revolta, mas sim comover aqueles que teriam já algum poder para atenuar a situação, tal qual Rodolpho já o fazia. O príncipe é o grande exemplo, e é através de homens como ele que Sue espera que suas reformas sejam conduzidas. Tannenbaum aponta que essa perspectiva seria justamente o que impossibilitaria Sue de ser um verdadeiro socialista, mas sim um liberal com algum senso social:

A ajuda que ele deseja que os ricos dessem aos pobres deveria ser meramente voluntária. Ele não desafia a presunção classista de que a burguesia é a classe mais capaz e portanto deveria tomar conta das coisas; ele simplesmente deseja que essas pessoas usem parte de sua riqueza para ajudar os mais desafortunados.²⁰¹

Essa ajuda da qual Tannenbaum fala foi realizada pelo protagonista de algumas formas. Uma delas é a doação de terras nas colônias. Uma outra, que se dá ao final do romance, seria o empréstimo desinteressado aos mais pobres, uma espécie de banco social inspirado em uma instituição inglesa.²⁰² A grande proposta reside ainda em outro ponto: a herdade de Bouqueval.

Essa fazenda nos é apresentada pela primeira vez em conversa entre Rodolpho e a Gueladeira. Antes mesmo de sabermos de sua existência, a herdade é descrita como um lugar paradisíaco. Após fazer Flôr sonhar com uma bela fazenda onde poderia trabalhar em paz, ter seu próprio lar, comer e beber sem preocupações, Rodolpho revela que esse lugar existia em Bouqueval, nos arredores da capital francesa. E é assim que é descrita também pelo narrador: uma utopia onde todos trabalhariam e viveriam harmonicamente, e embora Rodolpho fosse o proprietário *de jure* do local, os camponeses é quem usufruíam dos rendimentos da fazenda.

No capítulo *Um estabelecimento modelo*²⁰³, Mestr'Escola, um dos vilões do romance, busca se infiltrar na herdade com o objetivo de abduzir a Gueladeira. As primeiras linhas são dedicadas a indicar que a fazenda daria trabalho a todos que o quisessem e precisassem, porém não aceitariam vadios. Assim, alegando estar disposto a trabalhar, Mestr'Escola é aceito sem grandes problemas. Embora o personagem tenha sido, até então, apresentado como puramente mal, o leitor tem uma surpresa: as virtudes da herdade eram tantas que até mesmo esse terrível

²⁰⁰ GROSSIR, op. cit., p. 116;

²⁰¹ TANNENBAUM, op. cit., p. 494;

²⁰² FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 02/01/1845;

²⁰³ *Ibidem*, 12/10/1844;

criminoso havia sido seduzido por elas, e passa a desejar, contrariando seu comparsa, abortar seu sequestro perverso e viver como um honesto camponês na propriedade.

Em outro momento, quando a Flôr-de-Maria tenta convencer a Loba a abandonar a vida desonesta e se tornar uma campesina, ela argumenta que a herdade criada por Rodolpho era a aplicação prática de uma teoria. O narrador confirma:

Julgando reconhecer alguns bons instintos em sua companheira, tinha ela procurado leva-la à honestidade provando-lhe (segundo a teoria de Rodolpho aplicada á herdade de Bouqueval) que era do seu interesse tornar-se honesta, e mostrando-lhe sua reabilitação com risonhas e provocadoras cores ²⁰⁴

Sue usa o diálogo entre a Gueladeira e a Loba como prova cabal de que a perspectiva de uma recompensa pela honestidade seria suficiente para tirar criminosos do crime levando-os para o trabalho honesto. Bouqueval é a *magnun opus* de Rodolpho, é o modelo a ser seguido por todo burguês ou aristocrata que deseje fazer algo para aliviar o martírio dos pobres. Segundo Chalmers²⁰⁵, a proposta socialista de Sue seria essa construção do trabalho agrícola comunitário como forma de evitar o vício da cidade. Mas não só: retirar a possibilidade do crime das classes miseráveis é um bem a si próprio. É uma maneira de controlar essa classe que, sem nada a perder, pouco se importaria em se apropriar violentamente dos bens dos mais abastados. Com tom bastante irônico, Eco levanta que a argumentação de Sue é extremamente moralista, sentimental e pouco revolucionária. Sua grande mensagem seria de que a miséria, ao ser reduzida, provocaria também uma diminuição na criminalidade.²⁰⁶ Tannenbaum distancia *Os Mistérios de Paris* ainda mais do socialismo, argumentando que o romance traria apenas uma variante da ideologia burguesa liberal das décadas de 1830 e 1840.²⁰⁷ A burguesia deveria tomar a dianteira ao fundar espaços como Bouqueval, levando à sociedade a alguma forma de socialismo, porém ainda sob controle dos mais ricos, com o principal objetivo sendo a contenção de qualquer modo de convulsão social.

A herdade de Bouqueval, como um espaço rural onde seria possível uma melhor organização do trabalho e da vida social, é uma forte tributária dos pensamentos de Charles Fourier. Assim como Sue imaginou Bouqueval, Fourier havia concebido, décadas antes, a teoria uma falange rural onde viveria uma sociedade ideal, projetada detalhadamente por ele. Tal qual Sue, Fourier e os fourieristas, como foram chamados seus discípulos, descreveram detalhadamente cada pormenor da vida nesse espaço, como a arquitetura, a gastronomia, a

²⁰⁴ Ibidem, 27/11/1844;

²⁰⁵ CHALMERS, op. Cit., p. 142;

²⁰⁶ ECO, op. cit., p. 14;

²⁰⁷ TANNENBAUM, op. cit., p. 495;

hierarquia social e outros pontos considerados importantes pelo pensador. Segundo Jonathan Beecher, em trabalho monumental sobre a vida e o pensamento de Fourier, este havia ultrapassado Rousseau em sua rejeição da sociedade.²⁰⁸

Além da escrita literária e da crença na importância da literatura, tão apropriada por Fourier²⁰⁹ e criticada por Proudhon²¹⁰, o principal ponto em que podemos comparar o pensamento de Fourier com o que Sue expõe em seu romance é justamente na sua concepção de falange. A falange de Fourier é uma grande propriedade rural onde viveriam famílias a trabalhar tanto enquanto usufruem de seu trabalho. Um ponto importante em sua sociedade ideal é a garantia de condições mínimas para todos, onde nada faltasse a ninguém.²¹¹ Ainda assim, é prevista a existência das classes sociais. Em contraste com a tradição utópica europeia desde Thomas Morus, Fourier não simpatiza com a ideia de posse comunal da propriedade. O direito à herança e à propriedade seriam, portanto, garantidos. O luxo, segundo ele, é algo desejável, pois o grande causador do descontentamento social não era a desigualdade, e sim a miséria. Deste modo, os mais pobres não se incomodariam com o luxo dos mais ricos, desde que tivessem garantidas suas condições existenciais.²¹²

Se Sue não vê na existência da aristocracia ou da burguesia um problema, Fourier também não. Segundo Beecher, Fourier fora muito acusado de não conseguir detalhar como alcançar sua sociedade ideal.²¹³ Deste modo, o autor não imputa à burguesia ou aristocracia o dever moral de contribuir para a construção das falanges, embora perceba esta como a única forma de construir sua propriedade ideal em seu presente. Sue, por outro lado, faz essa atribuição através dos personagens Rodolpho e Clemência, como vimos.

A educação, como é de se esperar, tem um papel importante para Fourier. Segundo o autor, embora ainda haja diferenças de classe na falange, todas as crianças devem ter uma educação igual, com o objetivo de igualá-las se não socialmente, pelo menos através do ensino. Essa educação seria especialmente importante como forma de impedir a criminalidade. Nos primeiros anos dessa sociedade, ainda seria possível encontrar criminosos, oriundos do mundo

²⁰⁸ BEECHER, Jonathan. **Charles Fourier**: The visionary and his world. London: University of California Press, 1986, p.1;

²⁰⁹ Ibidem, p. 9;

²¹⁰ LYON-CAEN, op. cit., p. 86;

²¹¹ BEECHER, op. cit., p. 247;

²¹² Ibidem, p. 248;

²¹³ Ibidem, p. 241;

exterior e que ainda não se adaptaram completamente ao novo modo de viver. Essa digressão seria, porém, impossível em crianças nascidas e educadas dentro da falange.²¹⁴

Sue aproveita muito desse modelo educacional ao tratar das prisões. Embora pouco fale da educação infantil, no item anterior vimos como as prisões e seu papel pedagógico ocupam um espaço central para adultos já criminosos. Se a prisão cumprir esse papel, o crime se torna extremamente evitável. Isso, aliado à redução da miséria, que tanto para Sue quanto para Fourier são os principais causadores da violência e do conflito social, levaria à sociedade a um estado quase perfeito. Perfeito para Fourier, que sequer se dedica muito sobre a questão da penalidade justamente por prever que em sua falange o crime seria quase impossível. Lidando com uma situação mais concreta das ruas de Paris, Sue vê que além da herdade de Bouqueval, ainda há um mundo com o qual precisa ser lidado, e nele a prisão precisa cumprir seu papel.

O autor de *Os Mistérios de Paris* não foi o único tributário das falanges na década de 1840. Ainda segundo Beecher, o fourierismo se tornaria uma das principais formas de socialismo nesse período, e Sue teria se associado não somente com círculos fourieristas, mas com autores semelhantes, como Saint-Simon e Victor Considerant.²¹⁵ Esse pensamento não tardou a ser criticado por outros socialistas. Karl Marx e Friedrich Engels, ainda na mesma década, atacam constantemente os autores do que eles denominam “socialismo utópico”, alcunha que até hoje sobrevive como rótulo do socialismo pré-1848. Martin Buber, ao analisar esses pensadores, afirma que Engels os via, a princípio, como reformadores, que criavam suas utopias não para desenhar uma nova sociedade, mas como forma de manter viva a que já existe.²¹⁶ Em busca de cientificizar o socialismo, classificou-se o anterior como utópico.

Não é nosso objetivo entrar nos detalhes das diferenças entre o pensamento de Sue e Marx, mas é importante perceber que, ainda na década de 1840, haviam disputas a respeito do próprio significado de socialismo em um momento de debate.²¹⁷ Não à toa Marx e Engels dedicaram algumas páginas de *A Sagrada Família*²¹⁸ à crítica ao pensamento social e moral proposto em *Os Mistérios de Paris*. Além de denunciar o caráter moralista do romance, os autores discorrem sobre a visão social do romance. Os autores indicam com dados concretos que várias das propostas de Sue, como Bouqueval e o Banco dos Pobres, já existiam ou são

²¹⁴ Ibidem, p. 255;

²¹⁵ LYON-CAEN, op. cit., p. 81;

²¹⁶ BUBER, Martin. O socialismo utópico. São Paulo: Perspectiva, 1971. p.10;

²¹⁷ Ibidem, p. 11;

²¹⁸ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Die heilige Familie: oder Kritik der kritischen Kritik gegen Bruno Bauer e consorten.. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Berlin: Dietz Verlag, 1962. v. 2.;

extremamente inviáveis.²¹⁹ Para eles, o pensamento social de Sue poderia ser resumido em seis “revelações”, sendo as mais importantes:

Terceira revelação: a herança e a propriedade privada são e devem ser sagradas e invioláveis.

Quarta revelação: o rico está moralmente obrigado a prestar conta aos trabalhadores do emprego de sua propriedade. (...) ²²⁰

Vemos, aqui, uma diferença crucial e básica entre o que Sue e Marx percebem como sociedade ideal. Segundo Eco, além da acusação de reformismo, Sue seria um reacionário propriamente dito²²¹, o que é expressado através da morte do Churizada ao final da última parte, e de Flôr-de-Maria ao final do prólogo, essa coda desafinada ao fim do romance. Afinal, se os personagens que durante toda a narrativa buscam por uma redenção, não a alcançam, apesar de toda a ajuda filantrópica externa, quais as reais possibilidades de melhoria para os miseráveis por meio dessa mesma ajuda? Até mesmo Proudhon, também muito criticado por Marx, escrevia já em 1840 sobre a necessidade do fim da propriedade privada.²²² Em *Os Mistérios de Paris*, Sue jamais toca na possibilidade de intervir no acúmulo de capital.

Embora essas críticas duras e irônicas tenham sido feitas a princípio, tanto Marx quanto Engels reconheceram posteriormente o papel do fourierismo dentro do socialismo, ainda que, sendo elaborado antes do desenvolvimento pleno do capitalismo, não seria capaz de compreendê-lo completamente.²²³ Vera Maria Chalmers explica que no caso de *O Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, haveria uma visão observadora por parte do personagem Franz D’Epinay.²²⁴ Rodolpho, protagonista de Sue, traz essa mesma visão, que não é tão distinta da visão do próprio Sue. A própria posição do autor nos ajuda a entender esse caráter observador e reformista criticado por Marx e reconhecido quase unanimemente pelos autores que analisaram sua obra.

Thiesse nos indica que Sue propõe uma análise da sociedade a partir de um olhar médico, distante e cirúrgico. Ele proporia, dessa forma, a prisão como tratamento, não como penalidade, tal como vimos em Victor Hugo anteriormente. O povo seria formado por uma série

²¹⁹ Ibidem, p. 211;

²²⁰ Dritte Enthüllung: Die Erbschaft und das Privateigentum sind und müssen unverletzlich und geheiligt sein. Vierte Enthüllung: Der Reiche schuldet moralisch den Arbeitern Rechenschaft von der Anwendung seines Vermögens. Ibidem, p. 208;

²²¹ ECO, op. cit., p. 17;

²²² PROUDHON, Pierre-Joseph. A propriedade é um roubo. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. A propriedade é um roubo: e outros escritos anarquistas. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998. p. 20-31;

²²³ BUBER, op. cit., p. 10;

²²⁴ CHALMERS, op. cit., p. 136;

de indivíduos cuja doença seria a miséria.²²⁵ Segundo a autora, essa visão tratava-se de uma estratégia pequeno-burguesa de atrair para si um olhar supostamente técnico, trocando a antiga oposição entre civilização e barbárie pela oposição entre população sã e doente. É o etnocentrismo de classes de Sue, que vê na burguesia a capacidade de resolver os problemas sociais.²²⁶ Essa perspectiva seria vista por estudiosos como pouco socialista e muito mais liberal. Tannenbaum identifica Sue como representante de um *bleeding-heart Liberalism*, um liberalismo *laissez-faire*, popular entre a burguesia da Monarquia de Julho.²²⁷

Se o socialismo de Sue era tão liberal, por qual motivo haveria tamanha comoção em torno do romance? Ainda segundo Tannenbaum, as demais correntes liberais acreditavam que a culpa da miséria residia somente nos pobres, não tendo a burguesia responsabilidade alguma sobre a mudança dessa situação.²²⁸ Acrescentamos a isso, porém, a tese representada por Eco, em que Sue perdera o controle sobre a leitura que era feita de sua obra. Embora tenha sido escrita a princípio repleta de um etnocentrismo de classe e com poucas ideias radicais, a sua exposição das classes perigosas havia provocado tamanho fervor que havia levado o próprio autor à mudar sua orientação política dentro do próprio romance. Assim, levantando bandeiras e armas em 1848, os trabalhadores franceses levavam em mente a epopeia de Rodolfo, queira o autor ou não.

Sue fora, ao publicar *Os Mistérios de Paris*, um socialista, e dessa forma havia sido interpretado pelos seus pares e leitores no momento em que escrevia, ainda que seu socialismo nos pareça um liberalismo ligeiramente sensível. Isso não implica, no entanto, em imaginar que o romance esteja cheio de propostas revolucionárias a respeito da socialização dos meios produtivos. Antes da revolução de 1848, a própria autoridade sobre o termo “socialismo” estava em disputa em diversos grupos de pensadores, como a Liga dos Justos. Sue fora de fato rejeitado por Marx, mas encontrava espaço entre os círculos fourieristas, vertente socialista que dominou boa parte da década de 1840, mas em breve veria sua decadência após o fim da Monarquia de Julho.²²⁹

A compreensão do significado de socialismo ao tratar de Eugène Sue se faz importante ao analisar a leitura de sua obra também no Brasil. O termo, sendo impresso nos jornais brasileiros ao mesmo tempo que *Os Mistérios de Paris*, aparece associado ao autor e sua obra. Compreender do que exatamente se fala ao criticar ou elogiar o socialismo, se torna

²²⁵ THIESSE, op. cit., p. 62;

²²⁶ Ibidem, p. 63;

²²⁷ TANNENBAUM, op. cit., p. 495;

²²⁸ Ibidem, p. 499;

²²⁹ BUBER, op. cit., p. 10;

fundamental para analisar com precisão essa recepção e como o romance é lido em termos políticos nas terras brasileiras.

Outras questões também nos parecem possíveis, e estão longe de serem esgotadas neste trabalho. Sue, pouco controlador da sua própria vida e também obra, talvez tenha atraído o público mais pelo diagnóstico daqueles que buscava curar do que seus tratamentos e terapias. Por fim, ele se veria muito mais transformado do que transformador. O homem que inicia sua carreira escrevendo aventuras marítimas, se vê feito em um representante do sofrido povo parisiense, torna-se um deputado tímido e pouco ativo,²³⁰ se exila após a curta vida de mais uma efêmera república francesa, e morre distante das cidades dos mistérios. Sua última obra, *Les Mystères du Peuple*, é um trabalho colossal que levou 8 anos para ser concluído e trata de uma família de trabalhadores ao longo dos séculos. Em seu último suspiro literário, Sue toma um viés mais revolucionário, tirando o trabalhador da posição passiva e tornando-o provocador da mudança em sua própria situação. Esse romance, embora bem menos popular que suas obras anteriores, fora proibido em vários países.

Seu socialismo pouco agradável à burguesia e pouco radical para os comunistas, aliado ao seu estilo literário pouco valorizado pelos seus pares, teriam sido possíveis causas de seu esquecimento nos séculos seguintes.²³¹ Ainda assim, Sue continuou sendo um importante personagem da literatura francesa nas décadas de 1840 e 1850. No próximo capítulo buscaremos compreender como sua obra e sua visão política haviam sido lidas no Brasil, onde era discutido, tal qual em Paris, as soluções para os seus mistérios. Se sua carreira literária não fora ignorada pela imprensa brasileira, sua carreira política também não o será.

²³⁰ LYON-CAEN, op. cit., p. 76;

²³¹ THIESSE, op. cit., p. 80.

3 – Antes e depois da primavera: a transformação do romancista pela imprensa.

Eugenio Sue era republicano, foi do número daqueles que tiveram que deixar a França depois de 1851. Pode suceder que não perdure muita coisa dos seus escritos. Mas algumas de suas obras, no momento de sua oposição, causaram tal escândalo, tal admiração, e fizeram tanto ruído, que seu nome viverá ligado a história literária de França entre 1840 e 1850.²³²

Os capítulos anteriores se dedicaram a demonstrar como a carreira política e literária de Eugène Sue se construiu ao longo das décadas de 30 e 40, passando pelos jornais que funcionaram como sua *Alma Mater*, em Paris, atravessando o mar e chegando ao Rio de Janeiro. Se na França, sua terra natal, Sue conseguiu lastro o suficiente para bater os conservadores na guerra eleitoral da breve Segunda República Francesa, o autor já alcançava sucesso também na corte do Império do Brasil.

No primeiro capítulo vimos como um dos seus principais romances, *Os Mistérios de Paris*, foi tão bem sucedido que mudou a forma com que o *Jornal do Commercio*, periódico que primeiramente traduziu e publicou a obra e um dos principais jornais da década de 1840, passou a tratar o romance-folhetim e seu espaço no jornal. O impacto dos *Mistérios* não se encerrou às páginas do jornal de Villeneuve, transbordando para outros periódicos, o teatro, bibliotecas, livrarias e até mesmo para a câmara dos deputados. No segundo, vemos quais os temas tratados no romance e como eles dialogam com os socialismos da década de 1848. Neste, uniremos as duas coisas: veremos como o romance de Sue foi recebido pela imprensa fluminense e como ele se relacionou com as ideias políticas, principalmente socialistas, também em circulação no Rio de Janeiro.

No *Diário do Rio de Janeiro*, outra marcante obra do autor aparece no Folhetim ainda em 1844, no dia 29 de outubro, menos de dois meses depois do início dos *Mistérios de Paris* no *Jornal do Commercio*. Reconhecendo o impacto positivo que este romance causava no jornal concorrente, o *Diário* iniciou a publicação de *O Judeu Errante* antes mesmo que ele fosse completamente publicado na capital francesa, o que implicava em assumir riscos de interrupções, o que foi deixado claro ao leitor logo no primeiro dia em uma espécie de prefácio²³³. Ainda assim, não era com o *Judeu Errante* que o *Diário* apresentava Sue aos seus assinantes, já que o romance *O Hotel Lambert* já havia sido publicado no Folhetim em Julho do mesmo ano.²³⁴ Após essa publicação, referências ao autor não são raras no jornal: no ano

²³² EXTERIOR, Correio Mercantil 09/09/1857, p. 2;

²³³ FOLHETIM, *Diário do Rio de Janeiro*, 29/10/1844 06755 p. 1;

²³⁴ FOLHETIM, *Diário do Rio de Janeiro*, 11/07/1844, p. 1;

seguinte, um poema assinado por Mendes Leal Junior aparece elogiando o autor e seu *Judeu Errante*²³⁵; em 1846, em notícias particulares, o personagem e grande vilão Jacques Ferrand, dos *Mistérios*, é usado para desqualificar e caluniar um sujeito²³⁶; em debate sobre jesuítas na câmara de Londres, o jornal nota que M. O'Connell citava Sue como exemplo negativo de representação dos missionários jesuítas, enquanto seu opositor, M. Colquhoun, atacava os representantes da Companhia de Jesus e defendia o retrato da ordem produzida pelo romancista.²³⁷ Os anúncios também não são raros. Romances como *Mathilde*, *Salamandra*, *Os Mistérios de Paris*, *O Monte do Diabo ou o Aventureiro*, *Plik e Plok*, *Os Mistérios do Povo*, entre outros, são constantemente vendidos nas mais variadas edições, além das versões em francês que chegam muitas vezes antes do romance traduzido e seguiram circulando mesmo após alguma edição em português já estar disponível.

Já no *Jornal do Commercio*, veículo por meio do qual *Os Mistérios de Paris* foi publicado pela primeira vez, a situação não foi diferente. Antes mesmo da primeira aparição de Sue em Folhetim, a obra *Mathilde*, de Sue e de seu colega Félix Pyat, já aparecia em forma de teatro sendo anunciada no jornal, enquanto o *Coronel de Surville* e *Theresa de Dunoyer*, obras mais raras do autor, também aparecem à venda²³⁸. Até mesmo outro jornal, o *Gazeta Official do Imperio do Brasil*, notificou quando a tipografia de Villeneuve se dedicou à publicação do folhetim de *Artur*, de Sue, comentando também os principais elementos desse e de outros periódicos.²³⁹ Antes mesmo de sua primeira publicação em português no folhetim do jornal, *Les Mystères de Paris* já circulava pelos anúncios em sua edição em francês. Após sua tradução, o romance apareceu em vários outros formatos, ultrapassando até mesmo as barreiras da literatura. Ainda em 1844, jogos baseados no romance já eram vendidos, e nos anos posteriores se fazem notar bonecos, peças de teatro com base no texto original, encadernações luxuosas e gravuras. Até mesmo uma curiosa publicação à pedido aparece requisitando a devolução de um volume do *Mysterios* que fora roubada em 1848. No mesmo ano, *Os Sete Pecados Capitais*, outra das obras mais populares do autor, aparece no jornal ao mesmo tempo em que as notícias de exterior estão recheadas de detalhes à respeito da chamada primavera dos povos.

Além de anúncios de peças e outros produtos relacionados à obra de Sue, o autor aparece constantemente referenciado em debates políticos nas câmaras e nas próprias páginas do jornal. Em 1845, a Câmara de Deputados debate sobre uma possível tentativa de envenenamento de

²³⁵ FOLHETIM, *Diário do Rio de Janeiro*, 12/06/1845p. 1;

²³⁶ NOTÍCIAS PARTICULARES, *Diário do Rio de Janeiro*, 27/05/1846 p. 4;

²³⁷ EXTERIOR, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/07/1846 p. 1;

²³⁸ VENDAS, *Jornal do Commercio*, 04/04/1842 p. 4;

²³⁹ GAZETA OFFICIAL, *Gazeta official do Imperio do Brazil*, 21/09/1847, p. 4;

Sue por parte dos jesuítas, que se sentiram ofendidos graças ao *Judeu Errante*.²⁴⁰ O jornal *O Portuguez Recopilador* traz, na primeira página do dia 19 de Janeiro de 1845, um texto em que propõe debater alternativas à pena de morte, criticando a cegueira como uma possibilidade. O autor do artigo faz constantes alusões ao caso do Mestr'Escola, um dos vilões de *Os Mistérios de Paris*, que é punido por Rodolpho com a perda da visão.²⁴¹ Já o *Marmota na Corte*, em 1850, publica um artigo dedicado à figura do carrasco para fazer uma crítica à pena de morte. Nesse texto, a cegueira proposta por Sue é vista de forma mais benevolente.²⁴² Também ao tratar da política na França, Sue é citado. Ao identificar motivos pela qual Monarquia de Julho teria caído, *O Povo Soberano* indica que o rei *Luís Felipe* havia ignorado a situação dos trabalhadores tão bem descrita por Sue em *O Judeu Errante*.²⁴³

Todos esses exemplos, que inclusive não se esgotam na pequena seleção citada, nos indicam como os romances de Eugène Sue, principalmente *Os Mistérios de Paris* e *O Judeu Errante*, tiveram amplo lastro na imprensa do Rio de Janeiro nas décadas de 1840 e 1850 e ora motivavam debates, ora eram usados como argumentos nesses debates. Esse sucesso nos leva a outro questionamento: quais motivos podem ter levado uma obra tão profundamente parisiense a conseguir tamanha popularidade no Rio de Janeiro? Se os mistérios urbanos falam de trabalhadores livres, de industrialização, da aristocracia e burguesia francesa em uma grande metrópole europeia à beira de mais uma revolução, como pode ter acontecido tamanha identificação no Rio de Janeiro, em uma sociedade escravista e rural? Até mesmo em termos populacionais, a diferença é notável: em 1872, no primeiro censo, calculava-se cerca de 270 mil pessoas no Rio de Janeiro²⁴⁴, enquanto Paris já alcançava seu primeiro milhão na década de 1840, ao mesmo tempo em que Sue escrevia.

No capítulo anterior, vimos que a misteriomania analisada por Thérenty nos dá indícios das causas desse sucesso, mas outros autores nos ajudam a reforçar essa argumentação. Danielle Christine Othon Lacerda, em sua dissertação *Entre crimes e mistérios: uma análise comparada das dinâmicas de mercado nas apropriações de romances-folhetins franceses no Rio de Janeiro (1840 – 1860)*²⁴⁵, rejeita a ideia de que o sucesso do romance-folhetim francês seja uma mera

²⁴⁰ RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, 19/07/1845 p. 2;

²⁴¹ PORTUGAL, *O Portuguez Recopilador* 19/01/1845 p. 1;

²⁴² O CARRASCO, *A Marmota na Corte*, 12/07/1850, p. 2;

²⁴³ AMARGA COINCIDENCIA, *O Povo Soberano*, 06/06/1858 p. 4;

²⁴⁴ Publicação crítica do recenseamento geral do Império do Brasil de 1872. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica - NPHEd. Janeiro de 2012. Acesso em 05 de Agosto de 2022;

²⁴⁵ LACERDA, Danielle Christine Othon. **Entre crimes e mistérios: uma análise comparada das dinâmicas de mercado nas apropriações de romances-folhetins franceses no Rio de Janeiro (1840 – 1860)**. Orientador: Prof. Dr. José Costa d'Assunção Barros. 2018. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

imposição da cultura dominante. Em sua introdução, a autora argumenta que diversos elementos que entornam o próprio produto textual compõem as causas desse acolhimento positivo, como a estética gótica dos romances, a temporalidade, o *habitus* (a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu) dos determinados locais e as representações sociais.²⁴⁶

Francisco Ferreira Júnior, no artigo *Les Mystères de São Salvador ou quando a vida imita a arte: crime, literatura e representação no Brasil do século XIX*²⁴⁷, analisa, a partir do conceito de representação de Roger Chartier, as significações que o falsário José Maria Cândido Ribeiro, que, além de pintor, falsificava moedas na província da Bahia, fazia de si mesmo a partir da leitura de *Os Mistérios de Paris*. Segundo Ferreira Júnior, Salvador, cidade onde viveu Cândido Ribeiro, reproduzia, à sua maneira, as tramas das metrópoles europeias. Uma mudança especial operaria quando pensamos na transposição dos *Mistérios de Paris* para Salvador: os operários que sofrem com o processo de industrialização são substituídos pela classe popular brasileira, que consistia em africanos escravizados, libertos, além de pardos e brancos pobres. A semelhança se encontra na visão que se tem desses grupos, tanto na Europa quanto na América, de que se tratam de classes perigosas.²⁴⁸ Marlyse Meyer já havia pensado a partir da mesma ideia. Indo além da ideia de Chevalier, que via o sucesso do folhetim na condição das classes operárias pós revolução industrial, Meyer prefere usar o binômio classes laboriosas/classes perigosas, que seria capaz de abranger a situação dos trabalhadores na sociedade escravocrata brasileira.²⁴⁹

Márcia Abreu indica também que as práticas de leitura são extremamente semelhante nos dois lados do Atlântico.²⁵⁰ Mesmo com discrepâncias em relação ao número de alfabetizados nos países que a autora analisa (França e Inglaterra têm uma população alfabetizada muito maior que a de Portugal, que por sua vez é bem maior que a do Brasil), além da quantidade de publicações em cada país seguir a mesma tendência, ainda mais agravante no caso do Brasil, que sequer publicava antes de 1808, a comunidade letrada transnacional possuía valores, hábitos e formação poética extremamente semelhantes, de maneira que a distinção se dava apenas em termos de escala. Passando pela mesma formação poética, tendiam a ver os

²⁴⁶ Ibidem, p. 29;

²⁴⁷ FERREIRA JUNIOR, Francisco. *Les Mystères de São Salvador ou quando a vida imita a arte: crime, literatura e representação no Brasil do século XIX*. Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon., v. 19, p. 153-177, 2017;

²⁴⁸ Ibidem, p. 175;

²⁴⁹ MEYER, Marlise. Um fenômeno poliédrico: o romance-folhetim francês do século XIX. *Rev. Brasil. Lit. Comparada*, n. 2, p. 124-135. Disponível em: <www.revista.abralic.org.br> Acesso em: 08/08/2020, p. 127;

²⁵⁰ ABREU, Márcia. A Transnational Literate Community: Reactions to Novels in Europe and Brazil. In: ABREU, Márcia (ed.). **The Transatlantic Circulation of Novels Between Europe and Brazil, 1789–1914**. [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2017. p. 15-38. E-book;

mesmo problemas de maneira semelhante, o que os levou ao incômodo constante provocado pela leitura popular dos romances. Os livros que circulavam e criticavam os nomes romances desde as últimas décadas do século XVIII, eram os mesmo em todos os países citados.²⁵¹

Em resumo, vemos que apesar das diferenças entre as sociedades francesa e brasileira, os valores literários semelhantes e as condições dos trabalhadores, sejam eles escravizados no campo ou assalariados em uma fábrica, possibilitam aproximações que se encontram justamente no espaço do romance-folhetim, a partir da leitura das obras francesas e consequente discussão e produção a partir dos moldes da mesma. Afinal, o medo das classes perigosas por parte da burguesia e aristocracia encontrava-se presente no velho e no novo mundo, e o ambiente das cidades europeias tem sua versão em miniatura nas Américas. Se a burguesia europeia temia os levantes populares das grandes cidades, a elite escravista brasileira tinha seus motivos para temer revoltas dos cativos, como melhor veremos adiante. Os problemas sociais citados por Sue puderam ser apreendidos pelos dois grupos, mas como seriam elas seriam vistas pela imprensa brasileira? Como vimos anteriormente, Sue é constantemente enxergado como um autor socialista, personagem presente na revolução de 1848 e na Segunda República. Seriam esses ideais problemáticos para a imprensa brasileira, e causariam tanto impacto quanto causaram entre os franceses?

3.1 - O que era o socialismo no Rio de Janeiro? (Socialismo utópico, romântico, colonial, homeopata.)

A palavra socialismo ganha gradativamente seu espaço no Rio ao longo da década de 1840. Em buscas por ocorrência no acervo da Biblioteca Nacional, verificamos que a cada ano o termo se torna cada vez mais frequente, aparecendo mais vezes e em um número maior de jornais. No entanto, como exposto no capítulo anterior, é preciso se atentar ao significado que esse termo toma nessa década, ainda com um significado um tanto quanto distinto do que ganharia ao longo dos séculos XIX e XX e que hoje predomina.

Vamireh Chacon, em sua *História das Idéias socialistas no Brasil*, faz uma breve exposição à respeito do uso do termo no país, embora não se atenha somente aos momentos em que a própria palavra fora usada, enxergando as comunidades guaranis formadas pelos jesuítas como um elemento do que chama de “pré-história” do socialismo no Brasil, procurando o ideal

²⁵¹ Ibidem, p. 26

antes mesmo da chegada da palavra²⁵². É somente em 1832 que o “socialismo” aparece primeiro na França no sansimoniano *Le Globe*. Assim como no caso da própria literatura folhetinesca, muito do que foi importado para o Brasil veio justamente através da língua francesa, e essa francofilia, que buscava se distanciar do domínio colonial português ainda tão recente, serviu como suporte para as ideias que corriam pela imprensa francesa.

Em 1848 os “*quarante-huitardes*” pernambucanos, fortemente inspirados pela nova revolução que se desenrolava na Europa, colocaram as ideias socialistas francesas em jogo pela primeira vez com um sentido revolucionário. É por meio destes que o Brasil passa a encarar um influxo laico e socialista, que busca, por meio dos ditos “utópicos” franceses (Fourier, Saint-Simon, Proudhon, entre outros), uma mais justa distribuição dos frutos que a revolução industrial trazia.²⁵³ Essa francofilia não deixava também de importar seus pares mais conservadores, extremamente populares nos jornais da capital, como veremos adiante. Enquanto os franceses chegavam rapidamente, pensadores de outras nacionalidades demoraram ainda algumas décadas para chegar ao Brasil. Marx, por exemplo, só apareceria de forma tímida na década de 1880²⁵⁴, o que também pôde ser verificado por Lacerda²⁵⁵ e pela busca por ocorrências no acervo da Biblioteca Nacional, que só localiza o pensador alemão ao final do século XIX. O mesmo se daria com pensadores socialistas do Estados Unidos, embora o liberais anglófonos fossem mais comuns desde antes da independência, com ideais intervencionistas semelhantes ao socialismo de Fourier, que chegou nas décadas seguintes.²⁵⁶

Fania Fridman, ao pesquisar sobre o impacto da ideias socialistas nos projetos urbanos do Rio de Janeiro no século XIX, faz uma importante contribuição sobre a história do termo no país. A autora contraria o uso do termo socialismo utópico, preferindo o adjetivo romântico, graças à forte relação deste com o movimento artístico.²⁵⁷ As primeiras manifestações desse pensamento são encontradas no periódico *O Globo*, sansimoniano fortemente inspirado no seu equivalente francófono, *Le Globe*. Dentre as principais ideias promovidas pelo jornal, Fridman destaca o fim da escravidão, o direito ao descanso nos domingos e a igualdade das mulheres, propondo como meio para alcançar esses objetivos a colonização.²⁵⁸ Fortemente ligado a esse

²⁵² CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 13;

²⁵³ Ibidem, p. 14;

²⁵⁴ Ibidem, p. 17;

²⁵⁵ LACERDA, op. Cit.;

²⁵⁶ CHACON, op. Cit. 20;

²⁵⁷ FRIDMAN, Fania., **Socialismo romântico e a cidade do Rio de Janeiro**. REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, v. 1, p. 17-41, 2017, p. 20;

²⁵⁸ Ibidem, p. 23;

pensamento que chegava ao Brasil estava a ideia de sociedades de auxílio mútuo, forma legal de organização laboral que funcionava de forma previdenciária, atuando como um auxílio financeiro aos associados em situações mais vulneráveis, algo parecido com o Banco dos Pobres que Sue sugere em seu romance e que fora criticado por Marx.

A autora identifica também posicionamentos expressados pelos vários jornais que tratavam do tema nas décadas de 1840 e 1850. O *Echo da Imprensa*, de 1856, seria o primeiro jornal operário. Benoit Mure, fourierista francês, editava *O Socialista da província do Rio de Janeiro*, de 1845, enquanto a *Revue Socialiste* circulava simultaneamente, também de inspiração fourierista. Muitos periódicos também publicavam, inspirados em Mure, - que tornou-se além de socialista, um pioneiro da homeopatia no Brasil -, textos que viam nesse método uma possibilidade de higienização e socorro das classes trabalhadoras, como *O Brasil* (1852), *A Nova Minerva* (1845-46) e *A Marmota na Corte* (1849).²⁵⁹ *O Correio Mercantil*, periódico de maior duração, identifica o socialismo como a ciência social, cuja palavra é usada pelos reacionários na França como espantalho. A autora indica ainda outros periódicos que tratariam o socialismo de forma positiva, geralmente como uma forma de melhor redistribuir os recursos e higienizar as classes laboriosas. Apesar de importado da França, esses textos tratam dessas mesmas questões à brasileira, trazendo como ponto central o fim da escravidão. Um caso exemplar é o do general José Inácio de Abreu e Lima, autor do livro *O Socialismo*, de 1855, obra anunciada no *Correio Mercantil*²⁶⁰ e até mesmo no mais conservador *Jornal do Commercio*.²⁶¹ Segundo Fridman, o general se identificaria como “sansimonista, fourierista, comunista, abolicionista, anti-racista, defensor da propriedade privada limitada pelos interesses sociais e monarquista”²⁶². Uma curiosa mistura de elementos, mas que nos ajuda a identificar o quão o campo do socialismo ainda estava se definindo também no Rio de Janeiro.²⁶³

Esse socialismo de Fourier, Saint-Simon e outros, classificado por Marx como utópico e por Fridman como romântico, poderia ser classificado também, de forma ambígua, como colonial. Primeiro por ser majoritariamente importado da França, muitas vezes pelos próprios franceses que passaram a atuar na capital do Império. E em segundo lugar por ter, como previa a falange de Fourier, a intenção de organizar pequenas colônias onde se construiria essa

²⁵⁹ Ibidem, p. 27;

²⁶⁰ ANNUNCIOS, *Correio Mercantil*, 23/08/1855, p. 4;

²⁶¹ ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, 07/06/1855, p. 4;

²⁶² FRIDMAN, op. Cit., p. 29;

²⁶³ Sobre o general, ver RODRIGUES, Thamara de Oliveira. **Sobre a impossibilidade da reconciliação: Abreu e Lima e a negação do passado nacional.** Orientador: Valdeci Lopes de Araujo. 2019. 172 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

sociedade mais justa. O Brasil havia sido, na década de 1840, o local selecionado para algumas dessas colônias francesas.

Dr. Mure, homeopata francês, foi pioneiro ao conduzir a colônia do Saí na então província de Santa Catarina. Fourierista, Mure acreditava, tal qual seu inspirador, que a instalação das falanges, colônias socialistas, seriam tão bem sucedidas que levariam toda a sociedade a crer na sua eficácia, fazendo com que os demais abandonassem seu atual modelo social e econômico, tornando o mundo uma grande mosaico de falanstérios fourieristas. Segundo Hoyêdo Nunes Lins, a França passava por um período de baixa moral em relação ao seu papel no globo. Incapaz de alcançar a Inglaterra em sua industrialização e corrida colonial, a França teria perdido a disputa com os britânicos que se desenrolou durante o século XVIII.²⁶⁴ Assim, homens como Mure buscaram outras alternativas de organização social fortemente alinhadas ao pensamento fourierista discutido no capítulo anterior, como a crítica à monogamia e à industrialização bem como a crença no cooperativismo e na morte natural do estado e do capitalismo, que se daria sem o uso das armas, mas com a gradual instalação dos falanstérios.

Já o recém fundando Império do Brasil passava por outro contexto, em que era possível ver a chegada de alguns idealistas franceses como algo positivo. O *Jornal do Commercio*, um dos principais meios pelo qual Mure descreveu suas intenções à população carioca, publicou alguns artigos do francês antes e durante sua empreitada em Santa Catarina. O periódico, do também francês Junius Villeneuve, se mostrou bem entusiasmado com a ideia, assim como a própria gerência da província-alvo, que só rendia elogios à chegada dos industriais franceses. Por fim, ainda que a o socialismo fourierista de Mure previsse a superação da sociedade escravista vigente, o Império foi pouco resistente à implementação da falange, concedendo até mesmo apoio financeiro por parte do imperador e terras pelos líderes locais.²⁶⁵ Esse socialismo foi percebido por essa elite menos como uma ameaça e mais como um bom negócio que potencialmente promoveria a industrialização da região.²⁶⁶ Em resumo, caso a colônia fosse bem sucedida, o império ganharia um modelo de indústria onde a escravidão não tinha lugar, e caso desse errado, teria promovido a imigração de franceses qualificados que posteriormente se espalhariam pelo país. Não se via possíveis consequências negativas, e um real perigo revolucionário não parecia estar no horizonte.

²⁶⁴ LINS, Hoyêdo Nunes, **Fourierismo no Brasil meridional: a saga do Falanstério do Saí (1841-1844)**. História Econômica & História de Empresas (ABPHE), v. XIII, p. 31-72, 2010, p. 42;

²⁶⁵ Ibidem, p. 52;

²⁶⁶ Ibidem, p. 45;

O sonho de Mure, porém, logo começou a se desmontar. Conflitos entre as lideranças acabaram por gerar dissidentes que fundaram uma outra colônia, além de outros membros que abandonaram o ideal por completo, um deles virando as costas de tal forma para sua antiga ideologia, que se tornou traficante de escravizados.²⁶⁷ Em 1843 o empreendimento já estava acabado. Mure já havia voltado ao Rio como homeopata, enquanto os demais tentavam a sorte, cada um à sua maneira.²⁶⁸ Embora o falanstério do Saí tenha sido amplamente comentado no *Jornal do Commercio*, essa colônia não foi a única instalação de inspiração socialista surgida no período. Outro médico francês, Jean Maurice Faivre, havia fundado experiência semelhante no Paraná, a colônia Thereza Cristina, também na década de 1840. A debandada dessas colônias não significaria a morte do ideário fourierista no Brasil, pelo contrário. Segundo Gallo, os remanescentes mais convictos teriam continuado com sua militância no Rio de Janeiro, fundando, por exemplo, o jornal *O Socialista*.²⁶⁹ O pensamento socialista, enquanto empreitada colonial e industriosa por parte de alguns franceses, permaneceria como tema na imprensa brasileira.

É importante que nos atentemos à semelhança da experiência do Saí com a herdade de Bouqueval proposta por Sue em *Os Mistérios de Paris*. Ambas bebem da mesma fonte e são pensadas como instalações modelo por meio das quais se provaria a superioridade das falanges. Afinal, no próprio romance afirma-se que a Bouqueval seria uma experiência social de Rodolpho, tal qual o Saí seria a experiência de Mure, ainda que hajam algumas distinções entre as duas. Aquele que lia *Os Mistérios de Paris* no *Jornal do Commercio* entre 1844 e 1845, mantinha em sua lembrança a epopeia do Saí, amplamente transmitida pelo mesmo jornal.

Observando os debates em torno do termo socialismo no *Jornal do Commercio* vemos que, na década de 1840, o termo socialismo está fortemente associado não só ao fourierismo, como na França, como a empreendimentos como o do Saí ou ao próprio nome de Mure. Na edição do dia 1 de Abril de 1841 era possível encontrar, na segunda página do jornal, um artigo de Mure falando sobre a organização industrial que pretendia “trazer ao Brasil 100 famílias industriosas e honestas” e fazer com que o “socialismo suceda ao odioso individualismo”.²⁷⁰ Em 1845 anunciava-se em vários números o lançamento dos periódicos *O Globo* e *O Socialista*, cujo objetivo estava, dentre outros, tratar de temas como o próprio socialismo e a homeopatia²⁷¹.

²⁶⁷ GALLO, Ivone Cecília D'Avila. **A Aurora do Socialismo: Fourierismo e o falanstério do Saí (1839-1850)**. Orientador: Edgar Salvadori de Decca. 2002. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 221;

²⁶⁸ LINS, op. Cit., p. 64;

²⁶⁹ GALLO, op. Cit., p. 222;

²⁷⁰ *Jornal do Commercio*, 01/04/1841 p. 1;

²⁷¹ ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, 09/08/1845 p. 4;

É somente no ano seguinte, na seção Exterior, é que fala-se, pela primeira vez, do socialismo como um fator ameaçador. O correspondente trata da tensão política corrente no cantão suíço de Vaud, tensões essas que, segundo o autor, seriam preocupantes para todo o mundo caso se dessem em um país influente como a França. O clero havia perdido uma disputa jurídica em que acusava 42 revoltosos que acabaram sendo absolvidos. O que acusa maior revolta no autor é, porém, a reação da maioria da população, que teria se regozijado com esse desfecho. É somente ao final do texto que o autor conclui que, nesse degenerado cantão, já era possível “julgar o valor das novas doutrinas socialistas e comunistas que, dentro de tão pouco tempo, puderam conduzir um povo civilizado, instruído e feliz a tão deplorável desmoralização”.²⁷²

É aos poucos que o *Jornal do Commercio* passa a redesenhar o termo “socialismo”, transformando-o de uma mera forma de colonizar para um elemento degenerador cujo objetivo era suplantar a boa ordem vigente. Mure, embora não mais se envolvesse diretamente com a colônia do Saí na segunda metade da década de 1840, sofrera uma mudança de julgamento do *Jornal do Commercio* sobre sua pessoa. Em 1846 é publicada uma crítica direta ao pensamento do “Sr. Dr. Mure”, motivada inicialmente pela sua atividade como homeopata, mas que logo desemboca ao falar de sua perspectiva de socialismo. Incomodado com um curso oferecido por Mure ter se auto intitulado como curso de medicina, o autor recorta um trecho do francês em que Mure argumenta que o Sr. Dr. Antonio da Costa só se incomodava com a homeopatia pelo fato de Mure ter dado ensinado medicina ao trabalhador comum que vivia no Saí. Com uma

argumentação dúbia, o autor busca horrorizar o leitor ao dizer que Mure compararia a homeopatia com o cristianismo e sua própria figura com Jesus Cristo. O autor cita Mure novamente, acusando-o de atacar a organização social e natural das coisas, separando as pessoas entre classes obreiras (os trabalhadores) e classes ociosas (as elites, que não trabalham). É essa separação que o crítico chama de socialismo, comunismo ou sansimonismo. Por fim, critica o apoio dado a Mure pelas autoridades e clama, em um longo parágrafo, que todos que se enquadrassem no conceito de classes ociosas proposto por Mure se posicionassem contra o mesmo, em especial os médicos, que estavam sendo atacados também através da homeopatia.²⁷³

Alguns dias depois, em 15 de Abril, um artigo assinado por J. R. de Mattos traz uma perspectiva semelhante sobre os pensamentos de Mure. Também motivado pela crítica à homeopatia, o texto retoma argumentos já feitos ao método desde 1842 e lamenta o debate ainda existente a respeito de um tema tão rebatido pela química e física. Ao contrário do autor

²⁷² EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 20/01/1846 p. 1;

²⁷³ RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, Ano 1846, p. 2;

do artigo citado anteriormente, Mattos se atém à crítica da homeopatia de Hahnemann²⁷⁴ da qual Mure era tributário. Somente em um curto trecho é que ironiza o socialismo falanstérico, tratando tanto a homeopatia quanto o socialismo como superados na Europa: “(...) o outro mundo está muito ferrugento, e vai no regresso: já não tem parafusos, nem Arquimedes, definham as falanges, morreu Fourier, não produzem os glóbulos, adinamizou-se Hahnemann!”²⁷⁵ No dia 12 de Maio é publicado na seção *Comunicados* um texto assinado por *O Licenciado*, em que crítica a teoria social de Fourier, a medicina de Hahnemann e a pedagogia de Jacotot²⁷⁶. Segundo ele, os três seriam ingratos que negariam tudo o que vinha sido construído anteriormente pela ciência em nome de suas próprias ideias. Acusa Fourier e os demais de reclamar para si o título de únicos conhecedores da ciência, que consistiria em alcançar a igualdade de classes dentre os socialistas, abolindo a hierarquia, a moral e a igreja para igualar o mecânico ao científico.²⁷⁷ Curiosamente, as ideias atribuídas à Fourier pelo Licenciado não necessariamente coincidem com a já citada análise de Beecher sobre a utopia do francês, que ainda via a desigualdade social como necessária. Ainda assim, o acusador atribui a abolição das classes ao autor, possivelmente com a intenção de tornar ainda mais escandalosas suas propostas.

Com esses trechos, localizados através de uma busca pelo termo “socialismo” e relacionados, vemos que Mure, socialismo e homeopatia quase sempre andam juntos nas páginas do *Jornal do Commercio* até 1848. A situação não era muito distinta no *Correio Mercantil*. Publicado somente a partir de 1848, nesse mesmo ano vemos que, ao falar da revolução em Portugal, há uma caracterização das falanges como objetivo final do socialismo.²⁷⁸ No mesmo ano, na Câmara dos Deputados, debate-se sobre a colônia Vergueiro, em São Paulo, que é comparada com a experiência do Saí e outras experiências semelhantes nos Estados Unidos. O Sr. Taques²⁷⁹ se posiciona em favor dessa colonização, embora critique seu teor socialista, afirmando que tais experimentos eram aceitáveis na época do Saí, quando

²⁷⁴ Christian Friedrich Samuel Hahnemann (1755 – 1843), médico alemão considerado fundador da homeopatia. Mure teria participado da fundação do periódico o Hahnemannista, batizando em homenagem ao homeopata.

²⁷⁵ *Jornal do Commercio*, Ano 1846/Edição 00104 p. 1 e 2

²⁷⁶ Joseph Jacotot (1770 – 1840), educador francês a quem é atribuída a criação do método de emancipação intelectual, baseado em três princípios: todos os homens tem igual inteligência, todos receberam de Deus a habilidade de se auto instruir e tudo está em tudo. O Licenciado do *Jornal do Commercio* atribui a Jacotot a ideia de que até mesmo o pai mais estúpido poderia instruir o filho, tornando desnecessárias escolas e universidades.

²⁷⁷ COMUNICADOS, *Jornal do Commercio*, 12/05/1846, p. 3;

²⁷⁸ EXTERIOR, *Correio Mercantil*, 14/01/1848 p. 2;

²⁷⁹ Embora o jornal não precise exatamente, suspeitamos que se trate de Benevenuto Augusto de Magalhães Taques (1818-1881), que foi deputado e posteriormente presidente de algumas províncias do império.

pouco se sabia sobre o socialismo, mas que agora semelhantes associações deveriam ser veemente repreendidas, ainda que sob pena de impedir que famílias se reúnam livremente.²⁸⁰

A princípio, assim como nos indicaram Gallo e Lins, essas colônias ditas socialistas traziam poucas ameaças aos posicionamentos defendidos pelas autoridades brasileiras ou pelo próprio jornal, que abriu espaço para as ideias de Mure em suas páginas e relatou o início de sua trajetória no Brasil com entusiasmo. É somente após o fracasso do Saí e sua volta ao Rio de Janeiro, sua atuação como homeopata e sua participação na fundação de jornais de cunho fourierista é que seu nome e as ideias associadas a ele passam a se tornar um problema. É importante observar que, até aqui, não encontramos nenhuma associação sequer entre esses três elementos com Eugène Sue ou sua obra, *Os Mistérios de Paris*. A aparente falta de conexão entre o romance e o socialismo de Fourier e Mure faz parecer desnecessária essa exposição a respeito da trajetória da palavra “socialismo” na década de 1840, mas é importante lembrar da forte ligação que Sue manteve com esse ideário fourierista e a forma com que ele mesmo foi rotulado na França. Mesmo assim, ainda que o leitor do *Jornal do Commercio* conhecesse a colônia do Saí enquanto lia sobre a herdade de Bouqueval no folhetim, não há indícios que a relação entre as duas experiências tenha sido feita, ainda que seja impossível inferir que esta conexão não tenha tido lugar fora do jornal. Embora possa parecer decepcionante a princípio, a frente veremos como a falta dessa relação torna ainda mais interessantes os desdobramentos que se dão após os as revoltas de 1848 e a participação direta de Eugène Sue na política institucional.

3.2 – Antes da primavera.

Embora Sue já escrevesse e fosse publicado na França desde o início da década de 1830, a primeira referência ao autor que encontramos na imprensa carioca data do início da década seguinte. Em um anúncio na última página do *Jornal do Commercio* de 4 de Abril de 1842, o romance *O Coronel de Surville* divide o espaço com obras de Balzac e outros autores menos conhecidos, descritos no anúncio como os melhores escritores modernos da escola romântica. E. e H. Laemmert, responsáveis pelo anúncio, chamam os interessados para a rua da Quitanda n. 77, onde seria possível adquirir essa e 21 outras novelas.²⁸¹ O escritor só reaparece novamente no ano posterior, ainda de forma tímida: o *Diário do Rio de Janeiro*²⁸² e o *Jornal do Commercio*

²⁸⁰ ASSEMBLÉA GERAL, Correio Mercantil, 27/07/1848, p. 2;

²⁸¹ ANNUNCIOS, Jornal do Commercio, 04/04/1842 p. 4;

²⁸² THEATRO, Diário do Rio de Janeiro, 28/10/1843 p.3;

anunciam²⁸³, ao longo do mês de Outubro, a representação da peça *Mathide, ou traição conjugal*, assinada por Sue em conjunto com Félix Pyat, outro importante folhetinista francês, no teatro São Pedro de Alcântara. No periódico *O Brasil*, da tipografia de Francisco de Paula Brito, é publicado o texto *Os Javalis-Marquezes* no corpo do jornal, não no folhetim, assinado por Eugênio Sue ao final. Se de fato o texto for de Sue como indicado, o que é questionável dada à facilidade e a prática comum de atribuir textos à autores que não os produziram, seria a primeira vez em que o autor teria suas palavras diretamente publicadas em um jornal no Rio de Janeiro, mesmo que a essa altura *Os Mistérios* já fossem um sucesso na França e sua publicação estivesse quase encerrada no *Débats*. Após esse aparecimento, é no ano seguinte que o fenômeno atingiria de fato o Rio de Janeiro.

O Diário do Rio de Janeiro inicia a publicação do folhetim *O Hotel Lambert*.²⁸⁴ Logo em seguida anuncia-se, com grande cerimônia, a publicação de *O Judeu Errante*. Em um longo prefácio do juiz português Antonio Feliciano de Castilho, que duraria alguns números do folhetim, o jornal explica e justifica o uso da tradução portuguesa produzida pelo *Restauração de Lisboa*, tornando o prefácio quase um curto tratado sobre tradução, em que se defende a necessidade da mesma ser pouco literal, transportando o texto do autor para o local que ele pretende atingir. Especialmente importante para nós é o início desse prefácio, que fala sobre as intenções e efeitos da obra. Segundo Castilho, o principal objetivo do romance não era simplesmente divertir, mas sim engendrar uma nobre tarefa, o que já havia sido feito nos *Mistérios*. O autor atribui duas características a Sue: sua alta razão social e sua primorosa capacidade imaginativa. Segundo ele, *O Judeu* cumpriria o importante trabalho de colocar em debate a situação dos trabalhadores e das prostitutas ao mesmo tempo que possuía uma qualidade poética rara aos folhetinistas do tempo. Castilho deixa ainda uma interrogação: diz não saber quais as soluções de Sue para os problemas sociais, mas durante todo o texto se mostra extremamente aberto a descobri-las.²⁸⁵ *O Diário* parece bem entusiasmado em fazer essa ponte entre Sue e o Brasil, pois inicia a publicação do *Judeu* antes mesmo do fim da publicação original, assumindo o risco de uma provável interrupção. Não muito tempo depois anuncia a publicação dos *Mistérios de Paris* em uma outra folha chamada *Mercantil*. *Os Mistérios* ainda estavam sendo publicados pelo *Jornal do Commercio*, mas mesmo assim estava anunciada a

²⁸³ THEATRO, *Jornal do Commercio*, 27/10/1843 p. 2;

²⁸⁴ FOLHETIM, *Diario do Rio de Janeiro*, 11/07/1841 p. 1;

²⁸⁵ FOLHETIM, *Diario do Rio de Janeiro*, 29/10/1844 p. 1

promessa de ultrapassar a velocidade de publicação do concorrente que, como vimos no primeiro capítulo, já era bastante acelerada.²⁸⁶

Já vimos que o entusiasmo do *Jornal do Commercio* era semelhante, modificando drasticamente a política do jornal em relação à publicação dos folhetins. Além disso, anúncios de outros romances do autor, principalmente em francês, não eram raros, e até mesmo jogos baseados em personagens do romance são comercializados.²⁸⁷ Até esse momento, a crítica a Sue parece unanimemente positiva. A política presente no romance e sua capacidade como escritor não são questionadas, mas sim elogiadas. Mesmo quando se fala sobre a intenção de Sue em provocar mudanças sociais, é reconhecido o bom caráter dessas ideias, como no prefácio de *O Judeu Errante* publicado no *Diário*. Somente a revista *Minerva Brasiliense* ousou tecer alguns ataques ao autor. Em um artigo criticando a *Revue des deux mondes*, periódico francês que havia então publicado um texto pouco elogioso em relação ao Brasil, o autor critica o *Jornal do Commercio* por publicar *Os Mistérios de Paris*, afirmando que o romance, de qualidade duvidosa, era amplamente reconhecido como histórico ainda que se tratasse somente de uma ficção.²⁸⁸ O autor distingue dois tipos de leitores: os mais letrados, que poderiam ler Sue e reconhece-lo como divertimento, e o mais ignorantes, que veriam o romance como um retrato da realidade. Como vimos no caso do juiz português Castilho, o segundo tipo de leitor não deixa de transparecer no jornais.

Essa primeira crítica, no entanto, pode ter sido envenenada por uma aversão aos franceses provocada pelo texto da *Revue*. Segundo Mario Carelli, Araújo Porto-Alegre, o autor desse texto que servia como resposta à *Revue de Deux Mondes* era partidário de um movimento nacionalista que critica principalmente os relatos de viajantes franceses que publicavam suas impressões sobre o Brasil. Carelli aponta para o pioneirismo da crítica de Porto-Alegre, que buscava criticar os franceses de uma forma praticamente inédita no período²⁸⁹. Embora mais motivada pelo posicionamento nacionalista do autor do que pelo texto de Eugène Sue em si, a crítica não deixa de ser um importante primeiro passo ao constante questionamento que Sue sofreria como escritor, assim como o incômodo que seu sucesso provocaria nos que se consideravam mais ilustrados.

Referências a Sue ao tratar da realidade se tornariam mais comuns nos anos seguintes, mas já em 1844 *O Português Recopilador* publica um artigo em que, ao falar de uma moça que

²⁸⁶ OBRAS PUBLICADAS, *Diário do Rio de Janeiro*, 28/12/1844\Edição 06804 p. 2

²⁸⁷ ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, Ano 03/11/1844 p. 4;

²⁸⁸ LITTERATURA, *Minerva Brasiliense*, 01/10/1844, p. 26;

²⁸⁹ CARELLI, Mario. **Culturas Cruzadas**: Intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: Papirus, 1994, p. 107;

havia se desgraçado em um vilarejo, lembra que cada cidade, cada vila, teria seus mistérios, e as dores e verdades nesses locais seriam tão ou mais reais que as dos romances.²⁹⁰ Tal qual Thérenty, que nos mostra que um dos fatores que tornaram possível a transposição da misteriomania era justamente sua universalidade em diferentes escalas, os próprios contemporâneos compreendiam a possibilidade haver centenas de miniaturas de Paris nas mais variadas localidades.

O ano de 1845 continuou sendo extremamente frutífero para Sue. Suas duas principais obras lançadas até então, *O Judeu Errante* e *Os Mistérios de Paris*, continuaram aparecendo à venda em anúncios de variados jornais, principalmente o do *Commercio* e o *Diário*. Outros produtos relacionados, como bonecos, jogos e versões ilustradas também se faziam notar, o que nos indica a capacidade das narrativas do romance de escaparem do texto original, se transformando em outras formas. Outros romances, como *Salamandra*, *Mathilde* (publicado na revista *Jardim Romântico*) e *O Monte do Diabo ou o Aventureiro*, também seguiram sendo anunciados pelos periódicos. Edições em espanhol, francês e português de *Os Mistérios de Paris* foram anunciadas no *Jornal do Commercio*. Até mesmo em intrigas à respeito de direitos autorais Sue se vê envolvido. Em editorial, o *Jornal do Commercio* acusa o *Mercantil da Bahia* de roubar suas traduções de *O Conde de Monte Cristo*, bem como o *Correio Mercantil* de publicar o romance *O Artista e o Soldado* e a primeira parte de *Os Mistérios de Paris* com pouquíssimas alterações.

Quais são porém essas alterações? Ei-las: substituiu a palavra vermelho pela palavra encarnado, e vigário por cura! No mais altera e deturpa completamente e ridiculamente os nomes próprios: assim Rodolpho passa a chamar-se Rodolido, a Coruja passa a ser Cotia, Braço-Vermelho chama-se Braço-Verdugo, Cesar Bradamanti chama-se Bradameiro.²⁹¹

Em capítulo anterior vimos como a falta de leis de proteção de direitos autorais permitiram que os romances ganhassem traduções extremamente livres, que poderiam alterar passagens, incluir ou excluir notas, entre outras alterações. O Jornal quer, porém, ter controle sobre sua própria tradução, evitando cópias exatas ou deturpações. Talvez pela arte, afinal, argumenta que as alterações são ridículas e despropositadas, mas possivelmente também (e cremos que principalmente) para manter certo monopólio da circulação do romance em português.

Este ano também veria uma série de situações em que Sue se encontraria no meio do debate político, por causa, principalmente, de *O Judeu Errante*. Danielle Lacerda, em sua

²⁹⁰ O Portuguez Recopilador, 22/12/1844, p. 4:

²⁹¹ RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, 24/12/1845, p. 1;

dissertação sobre a recepção de Sue na imprensa fluminense, traz importantes informações sobre as polêmicas que envolveram *O Judeu Errante*. Apesar do nome, o foco central do romance estava na crítica aos jesuítas. Segundo Lacerda, o romance tem como vilão o padre jesuíta Rodin, que estaria tentando roubar a velha herança da família protestante Rennpont. No meio do caminho, o padre e seus companheiros usariam de inúmeros artifícios para alcançar seu objetivo, mostrando-se corruptos e imorais, tendo somente consideração pelo seu objetivo ganancioso. Os jesuítas são retratados como uma sociedade com enormes tentáculos capaz de penetrar vários espaços para cumprir seus fins. Segundo a autora, Sue seria ainda mais radical do que nos *Mistérios de Paris*, munindo-se agora de um prestígio adquirido com o romance anterior, o que o garantiu a possibilidade de atuar com críticas mais agressivas.²⁹²

A polêmica em torno do romance, fervorosa na França, também apareceu por meio da imprensa no Rio de Janeiro. No *Diário do Rio de Janeiro*, o mesmo que publicou o romance, chegam notícias sobre a repercussão do texto em Portugal. Na seção exterior, localizada na primeira página, notícias de Portugal falam sobre o jesuitismo no país. Segundo o autor do curto artigo, uma pregação na igreja de Madalena em Lisboa teria sido palco de um crítico do romance de Sue em prol dos jesuítas, taxando a obra como subversiva. O autor denuncia essa pregação como anti-moral e anti-social, elogiando o texto de Sue como uma justa denúncia dos atos dos jesuítas. Por fim, o autor comemora: felizmente todo o mundo já via o mal causado pela ordem, e na Suíça sua instalação causava geral descontentamento.²⁹³ No dia 12 do mês seguinte aparecia, no rodapé, um curioso poema assinado por Mendes Leal Júnior, sob o título “*O Judeu Errante – Tributo à Eugenio Sue*”. O poema evoca a lenda do Judeu Errante, homem que teria negado ajuda à Jesus em sua paixão e seria castigado a vagar eternamente, sem descanso. Apesar disso, o texto nada fala sobre as críticas de Sue aos jesuítas, atendo-se somente à lenda que nomeia o romance, mas não sua trama. Mendes Júnior homenageia Sue na dedicatória, mas o tom do poema parece indicar uma tentativa de embarcar na fama do romance, usando seu título mas pouco pegando de seu conteúdo.

No *Jornal do Commercio*, Sue é referenciado na câmara dos deputados. O deputado Rodrigues dos Santos inicia um debate a respeito de uma missão religiosa de Paris que desejava se assentar na Serra do Caraça, na província de Minas Gerais. O deputado argumenta que o modo com que a missão adentrava o país não estava amparado pela legislação do império. Após longa exposição de artigos que amparavam seu pensamento, dos Santos argumenta que essa

²⁹² LACERDA, op. Cit., p. 124;

²⁹³ EXTERIOR, *Diario do Rio de Janeiro*, 05/05/1845

missão na verdade seria uma expedição jesuíta disfarçada. Santos vê de forma negativa a instituição, culpabilizando-a por diversos males nos séculos anteriores e imputando-a com derramamentos de sangue que estavam voltando a ocorrer na França. Após mais algum tempo a discorrer sobre o tema, dos Santos admite a impressão que *O Judeu Errante* havia deixado sobre ele:

Conheço que o Judeu Errante está em moda, não tenho dificuldade, nem me envergonho de confessar que as ideias propagadas nesse livro cheio de espirito e de erudição tem feito impressão em mim, e não hesito em declarar que em minha opinião o autor de *O Judeu Errante* tem feito e há de fazer muitos benefícios á humanidade.²⁹⁴

Sob protesto de outros deputados, dos Santos segue sua argumentação, agora abertamente em oposição aos jesuítas. O deputado diz que essa organização maligna havia envenenado Eugène Sue, deixando-o em estado moribundo, o que seria apenas mais uma artimanha maligna dos jesuítas, ainda que não houvesse provas. No Brasil, sua ação também seria maligna. Embora não diga diretamente quais malfeitos teriam sido realizados pelos jesuítas da Serra do Caraça, relata que estes não cumprem sua missão manifesta de catequizar e alfabetizar os indígenas.

O Sr. Marinho se torna o principal opositor de Rodrigues dos Santos, apontando a falta de evidências que ligam a missão do Caraça aos jesuítas, bem como o envenenamento de Sue pelos jesuítas. Marinho é constantemente interrompido, não por opositores, mas por colegas como Sr. Manoel e Sr. Ferraz que lhe dão gritos de apoio que o jornal fez questão de transcrever. Marinho ridiculariza o discurso de dos Santos, argumentando que sua acusação se baseia apenas no suposto envenenamento de Sue por parte dos jesuítas.²⁹⁵

A mera citação de Sue em debate sobre tal tema já seria digna de nota, mas além disso observamos dois elementos importantes. Rodrigues dos Santos começa seu discurso de forma tímida, não nomeando abertamente nem os jesuítas nem a Sue, baseando sua argumentação na legislação. É só ao final de sua exposição é que cita o autor e a Companhia de Jesus. Essa estrutura dá ao discurso de dos Santos um tom de admissão um tanto quanto envergonhada, entregando aos seus colegas que a motivação de sua crítica é a obra de Sue: cita uma série de leis que serviriam como empecilho para os missionários do Caraça, mas o único crime que imputa diretamente aos jesuítas é o suposto envenenamento do autor. Sue não é um mero reforço das opiniões de dos Santos, mas parece provocar suas inquietações. Antes mesmo de qualquer acusação por parte de seus opositores, o deputado diz não se envergonhar ao

²⁹⁴ RIO DE JANEIRO, Jornal do Commercio, 19/07/1845, p. 2

²⁹⁵ RIO DE JANEIRO, Jornal do Commercio, 19/07/1845 p. 2

reconhecer a influência de Sue em sua opinião, mas ao fazê-lo nos demonstra que poderiam haver, de fato, motivos para se constranger.

Já Marinho, embora saia em defesa dos jesuítas, não ataca Sue, como poderíamos esperar. Em nenhum momento acusa *O Judeu Errante* de mentiras, pouco citando Sue em sua contra argumentação, que se baseia principalmente na importância das ordens religiosas no Brasil independente. Suas menções à Sue se resumem ao questionamento do envolvimento dos jesuítas no envenenamento do romancista. Curiosamente, não sabemos a fonte de Rodrigues dos Santos a respeito do envenenamento de Sue. Em nossas pesquisas no acervo da Hemeroteca Digital e da Gallica da Biblioteca Nacional Francesa não foi encontrado nenhum texto a respeito de alguma tentativa de assassinato do autor, tão pouco que este estaria a beira da morte. No dia seguinte, a discussão continuaria. Um novo ator, o Sr. Machado, saiu em defesa de Rodrigues dos Santos contra Marinho. A argumentação de Machado se baseia principalmente em termos legais e na crítica da posição eclesiástica tomada por Marinho. Ao contrário de dos Santos, cita Sue periféricamente, dizendo não ser necessário ler *O Judeu Errante* para se conhecer os jesuítas, já que a obra do autor até mesmo adoça a verdade asquerosa da ordem religiosa por meio da literatura.

A continuação do debate foi transcrita no jornal no dia 30 de Julho. O Sr. Marinho, ainda em defesa dos jesuítas, enumera e desqualifica uma série de crimes imputados aos jesuítas nos séculos anteriores. Além disso, em tom de ironia, se intitula ignorante por não reconhecer a autoridade de Sue sobre o assunto:

(...) por esta minha ignorância que eu cometa o gravíssimo erro de não querer a venerável autoridade de Chateaubriand, de Montesquieu abaixo da autoridade do romancista Eugène Sue. Eu reconheço que me falta a capacidade para poder aquilatar, avaliar a diferença que pode existir entre a ilustração de Chateaubriand e de Montesquieu, e do romancista Eugène Sue.²⁹⁶

Pouco antes no texto, Marinho havia afirmado que ainda que respeitasse homens como o historiador e opositor dos jesuítas Adolphe Thiers, dava-se a liberdade de discordar dele em relação aos missionários. Estes trechos representam um questionamento por parte de Marinho da autoridade de Sue, mas também dos romancistas, com a intenção de separá-los de outros autores. Dos Santos, que desde o início usou Sue em sua argumentação, sai em sua defesa. O deputado não só tenta revalidar a argumentação de Sue, como também recolocá-lo juntos à autores respeitáveis, citando novamente Thiers e também Dupin e Cousin como autores atuais que combatem os jesuítas. Sem citar diretamente, dos Santos diz que obras contra os jesuítas

²⁹⁶ Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 30/07/1845, p. 1;

também estavam sendo publicadas na “esclarecida Alemanha, não estou certo se na Áustria ou na Prússia.”²⁹⁷. O deputado se esforça em dizer que Sue em nada deve aos autores citados:

Estas autoridades não são inferiores as que o nobre deputado cita. Mesmo creio que não há muito apurada delicadeza na sua crítica literária quando cita Eugène Sue, designando-o com a qualidade de romancista, parece que querendo assim representa-lo com uma insignificância em literatura. A palavra romancista em algum tempo muito remoto podia exprimir pouca coisa, mas aquele que se distingue neste gênero de literatura no século atual, não pode nunca ser comparado aos romancistas antigos, que, salvo poucas exceções, nunca tinham um pensamento social em suas obras, que mais abundavam em frases alambicadas do que em ideias. Para escrever romances semelhantes aos de Eugène Sue, é preciso ter cabedal de luzes e vasta literatura que distingue este escritor e outros que escrevem no mesmo gênero.²⁹⁸

Este trecho extremamente rico indica vários esforços por parte de dos Santos: colocar os romancistas de seu tempo no mesmo patamar em que os demais pensadores; distinguir os romancistas contemporâneos dos anteriores, imputando nos últimos uma falta de sensibilidade social, característica reparada por nomes como o de Sue; e validar os textos de Sue no debate a respeito dos jesuítas, o que poderia ser eventualmente estendido também à outras questões. Ainda que Marinho, menos simpático à Sue, tome uma posição diferente, este debate é extremamente ilustrativo da importância que a literatura folhetinesca havia tomado no debate político. Uma discussão com a argumentação baseada em leis iniciada a respeito de padres do Caraça que sequer se identificavam abertamente com a Companhia de Jesus havia se transformado em um debate sobre o caráter dos jesuítas, tema em pauta graças (pelo menos em parte) ao romance de Sue. Usando o autor como central em sua argumentação, dos Santos também levou o debate sobre a qualidade dos romances do período e sua validade no debate político.

Esse debate em torno dos jesuítas não se dava de fórmula isolada. Banida em 1773 e novamente autorizada pelo Papa Pio VII, a atuação dos jesuítas não era objeto somente da literatura de Sue. Segundo Simone Tiago Domingos, o ressurgimento da Companhia de Jesus, coincidente com a construção de uma nação brasileira, fez com que a história dessa ordem precisasse ser reavaliada. Dentre os que se comprometeram a avaliar esse passado está o IHGB, que desde sua fundação se ocupava em interpretar a presença dos jesuítas na América Portuguesa e criar sentidos sobre essa ordem no presente²⁹⁹. Segundo Domingos, o cônego

²⁹⁷ Ibidem, p. 3;

²⁹⁸ Idem;

²⁹⁹ DOMINGOS, Simone Tiago. O retorno da Companhia de Jesus no Segundo Reinado: representações dos jesuítas nas páginas da revista do IHGB. Revista História e Cultura, Franca, v. 3, n. 2, p. 338-355, 2014. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiacultura/article/view/995>. Acesso em: 8 ago. 2022, p. 340;

Pinheiro, que escreveu alguns artigos sobre os jesuítas para a revista do instituto, atribuía aos jesuítas um papel fundamental na civilização dos povos indígenas. Embora na década de 1840 esse papel tenha sido visto de maneira mais positiva, a década de 1850 havia observado os jesuítas mais a partir de suas faltas do que suas contribuições.³⁰⁰ A consequência dessa reavaliação resultaria em duas conclusões: os jesuítas, ainda que com muitas falhas, haviam contribuído na construção da civilização brasileira; seu poder paralelo ameaçava o estado brasileiro, e portanto não teria espaço no século XIX.

O passado, sabemos, não é patrimônio exclusivo do institutos históricos. Assim como os artigos do IHGB haviam feito seu julgamento dos missionários de Loyola, as conclusões de um romancista poderiam ser tão levadas a sério quanto as de um historiador ou geógrafo. O debate entre dos Santos, Marinho e Machado é exemplar: vemos, afinal, que o romance ocupa um espaço central em um debate na câmara dos deputados, o que acontecerá mais de uma vez. Além das polêmicas entorno de *O Judeu Errante*, *Os Mistérios do Paris* também havia sido citado na câmara dos deputados. Em discussão sobre o direito ao voto, o deputado Sr. Alvares Machado argumenta que, com a possibilidade da desvalorização da moeda, como já ocorria nos Estados Unidos e Buenos Aires, não demoraria para que, caso a renda mínima para o voto fosse reduzida, o sufrágio universal fosse alcançado:

Se a constituição não quis dar ao país o voto universal, não será um absurdo conceder-se que a constituição previu, quase que um momento chegasse, em que um homem que tivesse de renda 4\$rs em prata pudesse ter o direito de votar? Senhores, quem no Brasil não pode ter 4\$rs em prata durante um ano? Qual é o mendigo que não possa contar com 4\$rs?³⁰¹

Como fica claro no trecho, o Sr. Alvares Machado não vê com bons olhos as possíveis consequências dessas reduções, que levariam populações marginalizada a votar. É importante lembrar que Meyer³⁰², Tannenbaum³⁰³, e Therenty³⁰⁴ veem no romance de Sue o desenho de uma clara classe perigosa, habitante das ruelas das grandes cidades, e que um dos objetivos do autor, ao menos a princípio, era alertar a elite sobre o perigo que esses grupos ofereciam. Alvares Machado parece estar em alerta a respeito desse suposto perigo, dado seu temor daqueles que chama de mendigos. Após algumas interrupções o deputado questiona o desejo

³⁰⁰ Ibidem, p. 342;

³⁰¹ RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, 25/02/1845, p.1;

³⁰² MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 59;

³⁰³ TANNENBAUM, Edward R. *The Beginnings of Bleeding-Heart Liberalism: Eugene Sue's Les Mysteres de Paris.. Comparative Studies in Society and History*, [s. l.], v. 23, ed. 3, p. 491-507, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/178486>. Acesso em: 7 out. 2021

³⁰⁴ THÉRENTY, Marie-Ève. *Misteriomania: difusão e limites da globalização cultural no século XIX*. Escritos, Rio de Janeiro, ed. 8, p. 27- 43, 2014. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero08/artigo02.php>. Acesso em: 6 out. 2021.

dos legitimistas e aristocratas franceses pelo voto universal. Segundo ele, os demagogos apenas desejariam alcançar o voto desses grupos, mas que esse pensamento logo se viraria contra eles:

É porque os capitães do partido legitimista entendem que podem comprar o voto das últimas classes, que podem ir a esses bulevares ter com os homens dos *Mistérios de Paris*.

(...) Eu vi no tempo da revolução francesa toda essa classe solta; e contra fatos não há argumentos.”³⁰⁵

Vemos que, ainda que timidamente, *Os Mistérios de Paris* habita o imaginário de Álvares Machado que, quando pensa em mendigos e na “classe” da Revolução Francesa, está pensando nos Churinadas de Eugène Sue. O romancista não aparece deslegitimado nem acusando de socialismo ou de qualquer simpatia por essas classes, mas aos olhos de Machado, seu romance apresenta uma classe que deve ser temida, mantida longe do poder, sob pena de uma revolução. O deputado apresenta uma leitura possível dos romances sociais do autor: embora curto, seu discurso não revela desejo algum de melhorar as condições dos trabalhadores. Não entende que, para evitar a revolução, seria necessário algum nível de justiça para essas classes, como Sue parece querer demonstrar em seu romance, desejando apenas empurrá-las para longe das instituições políticas.

Um determinado grupo, porém, é completamente ignorado nas considerações do deputado Álvares Machado. Em contraste com os trabalhadores assalariados da metrópole francesa, a grande força trabalhadora no Brasil encontrava-se na mão dos escravizados. Enquanto o romance de Sue era publicado nas duas primeiras páginas do *Jornal do Commercio*, a última se encontrava repleta de anúncios da compra e venda dessa mão de obra. É uma distinção crucial entre os Churinadas de Paris e os do Rio de Janeiro, que possuíam não só uma diferente condição de classe, mas também de raça. Segundo Tannenbaum, Sue reforça a percepção da população trabalhadora enquanto uma raça de selvagens, detentora de seu próprio dialeto, cultura e até mesmo gueto³⁰⁶. Esse etnocentrismo de classe do autor poderia ter tomado novos ares ao desembarcar em uma recém-nascida nação em que os trabalhadores tinham, de fato, línguas, cores, religiões e origens distintas daquelas dos senhores. Esse fator, no entanto, é completamente ignorado pelo deputado Álvares Machado, que limita-se a tratar aqueles que não devem ter acesso ao voto como mendigos. Tratando do voto censitário, o deputado possivelmente sequer pensava na massa escravizada enquanto grupo capaz de alcançar esse baixo critério econômico. Essa deliberada ignorância não significa que este não temia o poder político da população escravizada, mas sim uma possível tendência dos deputados a

³⁰⁵ RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, 25/02/1845, p. 2;

³⁰⁶ TANNENBAUM, op. Cit., p. 493;

disfarçar temas relacionados à escravidão no intuito de evitar uma ampliação do debate público sobre o assunto, o que se tornará mais evidente mais adiante. O medo dos Churinadas negros, no entanto, estava lá. Segundo Flávio Gomes, em *Experiências transatlânticas e significados locais*, desde as primeiras revoltas na então colônia de Saint Domingue em 1792, o medo de uma revolta escrava capaz de tomar o controle de toda a colônia se apresentava.³⁰⁷ Citando o Comodoro inglês Bowles, Gomes lembra que em 1817 temia-se que a Revolução Pernambucana resultasse na expulsão dos brancos e instauração de uma república negra. O haitianismo, o temor dos senhores que os países escravistas passassem por uma revolução da população escrava que culminasse no extermínio ou expulsão dos brancos, como havia ocorrido no Haiti, não havia sido esquecido. As impressões sobre o Haiti permaneceram até mesmo no imaginário dos escravizados na década de 1840, que viam a revolução do país como um exemplo de liberdade. Ainda que as elites, nesse caso representadas por Alvares Machado, não mais citassem diretamente o país caribenho, o temor em relação à revolta de escravizados permaneceria na câmara dos deputados do império, como veremos adiante.

O Portuguez Recopilador, que já havia citado Sue no ano anterior, apresentava no dia 19 de Janeiro de 1845 um debate a respeito da pena de morte. Sob o título *Análise sucinta à substituição que se pretende fazer da pena de morte, a cegueira* A. A. Garcia de Lima responde um texto já publicado no jornal de autoria de Mendes Leal, o mesmo que havia escrito o poema *Judeu Errante*, do qual tratamos anteriormente. Infelizmente, nem todos os números da folha estão disponíveis, o que impediu o acesso ao texto original de Leal. Garcia de Lima já inicia o texto lembrando de Sue:

Esta ideia apresentada e seguida no número 136 pelo Sr. Mendes Leal, copiada do célebre romancista Eugène Sue nos seus *Mistérios de Paris*, acho-a de tal forma repugnante ao coração humano e aos interesses da sociedade, que chego a admirar que a fonte de onde ela emana seja um tão distinto literato, um hábil médico conhecedor do homem em todo o seu organismo (...)³⁰⁸

Garcia de Lima referencia o episódio do romance em que um dos principais vilões, o Mestr'Escola, é cegado pelo herói Rodolpho como punição pelos seus crimes. De forma interessante, vemos como, antes de sequer iniciar de fato sua argumentação, de Lima deixa bem claro que todo o debate orbita e foi estimulado graças ao romance de Sue. Ainda que não tenhamos acesso ao texto original de Mendes Leal, não é impossível inferir que, considerado

³⁰⁷ GOMES, Flávio. *Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista*. Tempo, (13),209-246. Acesso em 8 de Agosto de 2022. ISSN: 1413-7704. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018088008>, p. 211;

³⁰⁸ *Análise sucinta à substituição que se pretende fazer da pena de morte, a cegueira*, O Portuguez Recopilador, 19/01/1845;

que este já havia publicado textos que referenciavam a obra de Sue (*O Judeu Errante*), ele também tenha tomado *Os Mistérios de Paris* como ponto de partida. Ao contrário de Leal, no entanto, Garcia de Lima busca criticar essa alternativa à pena capital. Diz que a vantagem exemplar da pena não compensa os males causados por ela, que mais do que uma pena, seria uma vingança. Além disso, indica também que tal punição não seria suficiente para impedir a perpetração de novos crimes. Para ilustrar seu argumento, usa o próprio romance: O Mestr'Escola eventualmente faria novos crimes com sua comparsa, a Coruja, apenas para mata-la na reta final da história. Portanto, se o medo da potencial perda da vida não inibiria o criminoso, a perda da visão também não o faria.

Em sua análise, Garcia de Lima cita Mendes Leal somente no início e no fim do texto. Toda a argumentação é construída em torno do caso do Mestr'Escola e das opiniões de Sue expostas no romance, exceto em alguns trechos em que usa o termo vago “filósofos e moralistas”, sem citar nomes ou obras específicas sobre o tema. Assim como o deputado Alvares Machado, Garcia de Lima ignora totalmente a questão da escravidão. Nesse caso em especial é extremamente significativo que o autor construa todo um texto sobre a pena de morte sem citar, em algum momento, a escravidão. Ricardo Pirola, em sua tese *Pena de Morte e Escravidão*, mostra como a pena capital no império brasileiro está intimamente ligada aos castigos adotados contra os escravos insubordinados.³⁰⁹ Segundo o autor, em 10 de Junho 1835 foi assinada uma lei que regulamentava a pena capital especialmente para escravos que matassem ou ferissem gravemente membros da família senhorial ou livres diretamente associados à administração das fazendas. A lei previa ainda que a pena fosse executada publicamente, com o objetivo de horrorizar os demais cativos. Embora a pena capital também existisse para homens livres, a criação dessa lei deixa clara a intenção de desenvolver um diferente tratamento para os mesmos crimes cometidos por escravos. Distinguia também não só quem cometia o crime, mas também a vítima: contemplados estavam a família senhorial e membros da administração da produção, mas o atentado físico à outros escravizados ou livres não estavam previstos nesse projeto.

Seria possível argumentar que, apesar da íntima ligação entre pena de morte e escravidão, esse tema tenha sido evitado pelos comentadores graças à falta de debate sobre o tema na própria obra de Sue. Este seria, no entanto, um erro. Quando Rodolpho finalmente captura um dos antagonistas, o Mestr'Escola, decide puni-lo com a cegueira no lugar da morte,

³⁰⁹ PIROLA, Ricardo Figueiredo. **A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte**. Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes. 2012. 444 p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

o que é criticado por Garcia de Lima. Quem executa essa pena é David, um médico negro que causa certa impressão nos demais personagens. Murph, escudeiro de Rodolpho, reserva algumas páginas para nos contar a origem de David. No capítulo *História de David e de Cecília*, publicada no *Jornal do Commercio* no dia 28 de Setembro de 1844, menos de um mês antes do início do folhetim, Murph conta que ele e Rodolpho de Gerolstein, em viagem aos Estados Unidos, haviam sido muito bem recebidos pelo Sr. Willis, um senhor de escravos “estúpido, mal, sensual e déspota como são quase todos os seus iguais”³¹⁰. Embriagado, Willis narra ao protagonista a história de David, um escravo que após ter demonstrado talento como curandeiro, havia sido enviado para a França com o objetivo de aperfeiçoar seus conhecimentos e seguir trabalhando em sua fazenda. Murph diz que, uma vez na França, David seria automaticamente livre, porém sua lealdade e o desejo de aliviar a vida de seus colegas de cativeiro o haviam feito voltar para o senhor. Com grande sucesso, David havia cumprido seus serviços ao Sr. Willis. Após conhecer Cecília, uma jovem escrava que por ele se apaixona, o médico pede ao seu senhor que autorizasse o matrimônio entre os dois. Willis, aqui descrito como “Sultão nas Américas”, nega o pedido pois ele mesmo tinha interesse na jovem Cecília. A partir daí um conflito escala entre senhor e o seu doutor “escravo”, e após muita insistência de David e a resistência de Willis, o médico lembra que, por pisar na França, seria legalmente um homem livre. Willis mesmo assim o manda açoitar e o lança no calabouço junto com Cecília.

A história de David e Cecília não é muito diferente das várias lamúrias sofridas pelos pobres de Paris no romance. Assim como os franceses, o cativo David segue sempre conformado: volta para a fazenda de Willis mesmo legalmente livre; após ser açoitado, continua cuidando de seu senhor que novamente o lança ao calabouço; se encanta com as ideias de liberdade e igualdade que havia conhecido ao estudar na França, mas em momento algum fala em sedição. Ao voltar, David passa a agir quase que como um missionário entre seus companheiros:

falava-lhes de Deus que tanto ama o branco como ao preto, e de outro mundo não povoado de senhores escravos, porém de justos e de réprobos; de outra vida... e essa eterna... em que uns não eram mais gado, propriedade de outros, mas em que as vítimas desta terra eram tão felizes que até imploravam no céu pelos seus algozes.

David apenas instrui os seus que aguardem pacientemente um outro mundo, sequer terreno, em que a escravidão não mais existisse. No mínimo contraditório, para um autor que no mesmo capítulo reconhece a superioridade da França, onde quem lá pisa se torna livre, e os

³¹⁰ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, 28/09/1844 p. 1;

Estados Unidos. Sue, na verdade, parece nutrir enorme respeito pela legislação americana ainda que criticasse a escravidão e seus perpetradores, o que é demonstrado também por David em sua obediência. Rodolpho, ao ouvir a história de Willis, decide libertar o médico e sua amada. Ordena que alguns de seus homens os levem do calabouço e vai até o quarto de Willis, onde o indeniza pelo “roubo” que cometia. Não somente paga o preço regular por dois escravos, mas reembolsa o dinheiro investido por Willis na educação de David. Mesmo após tamanha generosidade com o senhor, ainda assim se justifica: “À vossa violência que mata oponho a violência que salva: entre nós julgará Deus!” Murph, atuando como narrador, também justifica: ainda que sejam descumpridas as legislações locais, o estado de David e Cecília, a beira da morte na prisão, justificava o ato.

Ainda que a crítica de Sue à escravidão seja extremamente limitada e generosa com aqueles que a cometiam, a imprensa brasileira decidiu ignorar esse elemento do romance. Ainda que a pena de Mestr’Escola seja executada pelo ex-escravo David, que essas duas histórias estejam tão bem conectadas, quando se fala de uma, os comentaristas convenientemente esquecem da outra. Esse comportamento não parece isolado. Segundo Pirola, os debates a respeito de 1835 nas câmaras pouco foram comentados pela imprensa da época: “O grande temor de que as discussões públicas sobre a escravidão pudessem agitar a população cativa possivelmente influenciou na decisão de evitar o debate da questão nos jornais.”³¹¹ Essa omissão nos parece essencial, pois ainda que pareça existir alguma compaixão com os trabalhadores de Paris, visto os numerosos elogios que citavam o caráter social da obra de Sue, os comentaristas da imprensa brasileira ignoravam seus equivalentes nas Américas. Segundo João Luiz Ribeiro, se na Europa a pena de morte estava ligada à consolidação da propriedade privada, que se consolidou contra o proletariado, no Brasil, a mesma coisa acontece graças ao triunfo o projeto escravista³¹². Na história de David e Cecília, a elite brasileira se encontra bem mais próxima de Willis do que do herói Rodolpho.

Trata-se de mais um caso em que a narrativa de Sue é usada como motivadora do debate político, mas não só. As histórias do autor, sejam elas sobre os crimes dos jesuítas, as classes perigosas ou as penalidades, são vistas também como ilustrativas de situações reais, quase como exemplares que em nada devem às ocorrências do mundo real. Vemos também que exceto nos

³¹¹ PIROLA, op. Cit., p. 30;

³¹² Ribeiro, João Luiz, *No meio das galinhas, as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835, os escravos e a pena de morte no Império do Brasil (1822-1889)*, Rio de Janeiro: Renovar, 2005, apud PIROLA, Ricardo Figueiredo. **A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte**. Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes. 2012. 444 p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012;

discurso do Sr. Marinho na Câmara dos Deputados, a reputação de Sue é pouco questionada. Em momento algum o autor é acusado de se aliar à determinado grupo político, pelo contrário, a leitura de sua obra pelos autores que analisamos é bastante diversa. Marinho o vê como um romancista de calibre menor que outros filósofos; dos Santos o interpreta como um romancista de grande importância social cuja obra deve ser levada a sério politicamente; o Sr. Alvares Machado vê em *Os Mistérios de Paris* um fiel e temível retrato das classes perigosas que poderiam tomar o poder; e Garcia de Lima, ainda que discorde do autor, escreve um texto debatendo um importante tema social a partir das impressões que um romancista expôs através de um romance. Até mesmo Marinho, que se opõe ao autor, não reconhece Sue e sua obra como perigosos, apenas pouco significativas.

No ano seguinte, Sue passa a ser citado de forma ainda mais direta em textos publicados nos diversos periódicos. Seus romances continuaram a ser vendidos e anunciados em várias das folhas fluminenses: romances um pouco mais antigos, como *Mathilde* (1841) e *O Monte do Diabo, ou o Aventureiro* (1842), seguem sendo repetidamente anunciados no *Diário do Rio de Janeiro*. O *Jornal do Commercio* anuncia a venda, por parte de Laemmert, de figuras referentes aos *Mistérios de Paris*. Na tipografia de Bintot vende-se também o romance *O Hotel Lambert, História Contemporânea* (1842). Embora publicado antes dos *Mistérios* e de *O Judeu Errante*, o anúncio anuncia que em breve sairia a segunda parte do romance pela mesma tipografia. O anúncio também faz questão de lembrar que o autor deste era o mesmo que já havia escrito as duas obras mais populares: “*O Hotel Lambert* é uma das brilhantes produções de E. Sue que mais honra lhe faz: o célebre autor dos *Mistérios de Paris* e do *Judeu Errante* não desmereceu neste romance”³¹³. Essa indicação nos mostra que o sucesso dos romances mais recentes do autor havia também aumentado a procura pelos seus mais antigos, motivando os tipógrafos a produzir novas edições. O mesmo se deu com o romance *Theresa Dunoyer* (1842), anunciado pelo jornal no dia 23 de Maio do mesmo ano. Desta vez o anúncio é relativamente extenso, com alguns parágrafos dedicados à descrever o romance como um testemunho do gosto e da habilidade do autor dos *Mistérios* e do *Judeu*. Parte do texto também se dedica a falar da tradução, e embora o nome do tradutor não seja sequer citado, sendo a assinatura (o romance seria vendido em volumes) feito na casa da Paula Brito, não é impossível que este tenha sido o tradutor.³¹⁴

³¹³ ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, 25/03/1846, p. 4;

³¹⁴ ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, 23/05/1846, p. 4;

Além das costumeiras citações em anúncios, vemos a primeira biografia do autor publicada. A revista *A Nova Minerva*, em sua edição de Janeiro de 1846, publica um texto extraído do francês *Courrier de l'Europe*, classificando Sue principalmente como o autor do *Judeu Errante*. A biografia começa lembrando os antepassados de Sue, sua relação com a família Bonaparte (Josephine, esposa de Napoleão, foi sua madrinha), e a carreira médica de seu pai, que havia publicado obras acerca da pena de morte. Após resumir as aventuras de Sue como marinheiro, o artigo fala sobre como o autor teria começado sua carreira literária por meio do conselho de um amigo: “Os romances de Cooper estão muito em voga: deverias escrever tuas memórias, e introduzir em França o romance marítimo”. A ideia agradou ao autor. Deixou o pincel, pegou na pena e publicou *Kernock, o Pirata*.³¹⁵ O artigo divide a obra de Sue em algumas categorias: romances marítimos, história marítima, romances históricos, romances de costumes, dramas e romances filosóficos e sociais, sendo essa última onde se classificam *Os Mistérios de Paris* e *O Judeu Errante*.

A biografia não faz longa reflexão a respeito das primeiras etapas da vida literária de Sue, contentando-se em dizer que estas seriam “livres de preocupações, uma natureza simpática e ardente.”³¹⁶, e que somente nos seus dois grandes romances que o autor demonstraria de um fato uma sensibilidade social: “ninguém expõe mais sabiamente o vício da sociedade atual, nem oferece uma indicação mais clara das vias da verdadeira reforma.”³¹⁷ Vemos, portanto, uma divisão entre os romances sociais e também políticos e contraste com os anteriores, “neutros”. Podemos questionar as conclusões desse texto. Como nos indica Taciana de Oliveira, os romances marítimos de Sue são tão políticos quanto *Os Mistérios* ou o *Judeu Errante*, ainda que de maneira menos explícita. *Kernok, le Pirate* (1830), por exemplo, já tece críticas à igreja e à burguesia, enquanto *Atar-Gull* (1831) tematiza e critica diretamente todo o processo de escravidão.³¹⁸ Como veremos, essa interpretação se torna senso-comum entre aqueles que interpretam a carreira do autor. Os ditos romance-sociais são vistos como elevados graças à sua sensibilidade em analisar e resolver diretamente os problemas da Europa do século XIX, hierarquizando as etapas da vida do autor.

A polêmica em torno do *Judeu Errante* e dos jesuítas segue sendo motivo de debate. No número de 2 de Julho de 1846 o *Diário do Rio de Janeiro* publica, na primeira página sob a rubrica exterior, uma discussão sobre liberdade religiosa na câmara dos comuns britânica. Os

³¹⁵ BIOGRAPHIA, *A Nova Minerva*, Janeiro de 1846, p. 10;

³¹⁶ Idem, p. 10

³¹⁷ Idem p. 11

³¹⁸ OLIVEIRA, Taciana Martiniano de. **Eugène Sue, o esquecido rei do romance-folhetim**. LETTRES FRANCAISES (UNESP ARARAQUARA), v. n° 18(2), 2017, p. 265 e 266;

legisladores ingleses debatem sobre a possibilidade de aceitar jesuítas exilados de seus países católicos de origem. Assim como na versão brasileira do mesmo debate que havia se dado no anterior, referências literárias também são usadas. M. Colquhoun se opõe aos padres jesuítas, não negando sua possibilidade de entrar no país, desde que medidas sejam tomadas para que seu poder eclesiástico não supere o poder civil. M. O'Connell, seu opositor, diz que não há lei na Inglaterra que justifique tal tratamento contra os jesuítas que, para ele, tinham a virtude como único crime. O'Connell, ainda que não cite nomes, argumenta que os jesuítas haviam em muito contribuído para a literatura, apenas para atacar literatos pouco simpáticos aos missionários, mas sem desvalidar a literatura por inteiro. Entre os nomes que critica, está o de Eugène Sue:

Pascal era um grande escritor, do talento o mais insinuante, apesar deste talento de fascinação, julgo que não há em seu livro um argumento, que eu não possa destruir. Michelet não é autoridade que mereça ser citada a respeito dos jesuítas. Nada mais atroz que seu livro. Quanto a Eugène Sue, o autor de romances da natureza a mais atroz, não cita fato algum contra os jesuítas. Conseguiu mediante grandes esforços da imaginação, fazer de suas obras o romance mais grosseiro e o mais contra a natureza.³¹⁹

Assim como a discussão entre o Sr. Marinho e Sr. dos Santos, o debate orbita a literatura. Sue é pareado com o historiador Michelet, embora mais duramente criticado. Até então, com exceção do artigo da *Minerva Brasiliense* contra a *Revue des deux Mondes*, nenhum artigo crítico de Sue tão inflamado havia sido encontrado na imprensa fluminense. Ainda que seja a tradução de um debate estrangeiro, a relação com eventos no Brasil pode ter motivado sua transcrição, bem como a semelhança entre as fontes usadas. A motivação do britânico O'Connell, tal qual a de Araújo Porto-Alegre, poderia ter sido mais por questões que fogem à leitura das questões sociais propostas na obra de Sue. Embora não seja citado no Diário, O'Connell, de família irlandesa, liderava a *Repeal Association*, organização que buscava alcançar independência legislativa para a Irlanda sob a coroa britânica, o que envolvia também um maior envolvimento da igreja católica no processo. O debate reproduzido no jornal trata da *Roman Catholic Relief Bill*³²⁰, projeto de extrema importância para os nacionalistas irlandeses. Desta forma, vemos que a crítica de O'Connell à Sue reside mais em sua posição anti-clerical, especialmente católica, e não nas demais críticas relacionadas à prisão ou desigualdade social.

A polêmica dos jesuítas é novamente lembrada pelo português Almeida Garrett, que tem o texto *Viagens na Minha Terra* publicado ao longo de vários números também no *Diário*

³¹⁹ EXTERIOR, Diário do Rio de Janeiro, 02/07/1846;

³²⁰ Os debate em torno da *Bill* encontram-se disponíveis em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1846/mar/11/roman-catholic-relief-bill#S3V0084P0_18460311_HOC_25> Acesso em 09/08/2022;

do Rio de Janeiro. Publicado originalmente em 1843 na *Revista Universal Lisbonense*, o texto do liberal português trata de comentários diversos relacionados a experiências em suas viagens por Portugal. Não é publicado no rodapé do *Diário*, mas sim na parte superior da primeira página, com destaque sob a rubrica *Varietades*, enquanto Frederic Soulié aparece no *Folhetim*. O texto, que na verdade faz comentários jocosos em defesa dos frades, cita Sue rapidamente, limitando-se a dizer que o autor havia errado ao atribuir aos Jesuítas os males do mundo.³²¹

O ano de 1847 vê uma diminuição de polêmicas referentes ao autor na imprensa. No *Folhetim Apontamentos de um Caixeiro*, publicado também no *Diário do Rio de Janeiro* mas sem identificação do autor, o eu-lírico se queixa da escassa descrição de seu personagem, um caixeiro, na literatura. Dentre os pensadores que haviam cometido essa falta, são lembrados Almeida Garrett, Buffon, Hobbes e Eugène Sue.³²² No dia 21 de Maio, em seu terceiro capítulo, o caixeiro cita Sue e seu romance *Salamandra* novamente, bem como o *Han d'Islândia* de Victor Hugo, comparando-se aos protagonistas de ambos os romances de maneira rápida.³²³ Movimento semelhante é feito no dia 28 de Junho na continuação do mesmo texto.³²⁴ No *Jornal do Commercio* encontramos apenas alguns anúncios de obras do autor.

Essas aparições de Sue na imprensa nos indicam alguns elementos importantes sobre sua carreira política e literária no Brasil. Vemos que o autor, nesse momento, é considerado pouco ofensivo politicamente. A crítica, embora eventualmente cite seus romances chamados marítimos, o consideram pouco politizados, ainda que possamos, é claro, discordar dessa classificação. Já *Os Mistérios de Paris*, romance tantas vezes classificado como socialista pela bibliografia das últimas décadas, não parece ter sido imediatamente classificado como tal pelos seus contemporâneos brasileiros. Ou ainda, considerando que boa parte das análises do autor não são brasileiras, como é o caso dos portugueses Castilho, Almeida Garrett, Mendes Leal, da biografia publicada no *A Nova Minerva* retirada do francês *Courrier de l'Europe*, ou a polêmica em torno dos jesuítas que chega da *House of Commons* ao *Diário do Rio de Janeiro*. Tanto os simpatizantes quanto os poucos críticos não parecem associar o autor às ideias socialistas de qualquer classe, ainda que o romance seja fortemente influenciado pelo socialismo fourierista já velho conhecido da imprensa, como visto anteriormente.

³²¹ VARIETADES, *Diário do Rio de Janeiro*, 12/08/1846 p. 1;

³²² FOLHETIM, *Diário do Rio de Janeiro*, 10/05/1847, p. 1;

³²³ FOLHETIM, *Diário do Rio de Janeiro*, 21/05/1847, p. 1;

³²⁴ FOLHETIM, *Diário do Rio de Janeiro*, 28/06/1847, p. 1;

Um termo que aparece, com certa frequência, é social. Dentre os elogiosos, como o deputado dos Santos, o juiz português Castilho e o escritor Mendes Leal, a qualidade dita social dos romances é motivo de louvor, uma qualidade ainda inédita entre os romancistas contemporâneos. Até mesmo entre os que têm medo das massas, como caso do deputado Alvares Machado, o fator social não é motivo de desqualificação, mas sim uma ferramenta pela qual se pode alertar sobre o perigo da participação política por parte da população empobrecida.

Já as críticas negativas residem principalmente em três pontos: a qualidade literária, o ataques aos jesuítas e a cegueira como alternativa à pena de morte. A qualidade literária é citada por Araújo Porto-Alegre contra a *Revue des deux Mondes*, pelo Sr. Marinho em defesa dos jesuítas no Brasil, e pelo britânico O'Connell, em busca de aumentar a tolerância aos católicos no Reino-Unido. Não coincidentemente, tanto O'Connell quanto Marinho, que escrevem após a publicação de *O Judeu Errante*, atacam o anticlericalismo presente especialmente nesta obra de Sue, enquanto a questão principal de Porto-Alegre é outra: criticar os viajantes franceses e suas impressões sobre o Brasil. Nesses casos, é possível que a crítica ao estilo e técnica de Sue seja apenas mais uma forma de invalidá-lo no debate, atacando-o por diferentes frentes. A motivação principal das críticas são elementos variados, alheios à forma ou estilo, mas que usam desses elementos para engrossar o coro da crítica.

Desses debates, *Os Mistérios de Paris* saiu praticamente ileso. Não vemos, mesmo entre os críticos, nenhum ataque à posição política do autor no que tange à prisão ou distribuição de terras. A crítica de Garcia de Lima à cegueira como pena é até mesmo leve, sempre elogiosa ao autor, buscando apenas argumentar que a cegueira seria igual ou mais cruel do que a morte, além de incapaz de impedir novos crimes. Sobre escravidão, fortemente ligada à pena de morte, nada se diz. Essas críticas serão suaves são comparadas com as que virão nos anos seguintes.

3.3 - O florescer dos povos

Como vimos, Sue transitava pela imprensa carioca enquanto o socialismo também fazia sua aparição. Como vimos em Lins³²⁵ e Fridman³²⁶, o *Jornal do Commercio* tratava o socialismo, no começo da década, como algo positivo, noticiando e promovendo o empreendimento do fourierista Benoît Mure na província de Santa Catarina. O que encontramos

³²⁵ LINS, Hoyêdo Nunes, **Fourierismo no Brasil meridional: a saga do Falanstério do Saí (1841-1844)**. História Econômica & História de Empresas (ABPHE), v. XIII, p. 31-72, 2010, p. 42;

³²⁶ FRIDMAN, Fania., **Socialismo romântico e a cidade do Rio de Janeiro**. REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, v. 1, p. 17-41, 2017, p. 20;

no *Jornal do Commercio* até 1848 não foi uma grande surpresa: além das referências à colônia do Saí, estavam presentes também associações do termo ao francês Charles Fourier. Em 1844 encontramos um anúncio chamando amigos e discípulos de Fourier para comemorarem o aniversário de sua morte. No ano seguinte repetem-se algumas vezes o anúncio da folha *O Globo, chronica do progresso social*, em que se pretendia “mais difundir as ideias do grande socialista francês”³²⁷. Esse mesmo periódico, ora denominado também como *O Socialista*, infelizmente não está ao nosso alcance.

Os eventos que se desenrolaram em 1848 na Europa foram extensos e de uma complexidade que não tentaremos explicar em sua completude aqui. Como vimos, as elites temiam os Churinadas, as Lobas e os Martial que rondavam Paris por toda a década de 1840, as chamadas classes perigosas. A monarquia de Julho, como ficou conhecido o reinado de Luís Felipe na França, havia caído e dado lugar à uma República. Ainda insatisfeitos com o desenrolar do novo regime, trabalhadores novamente erguiam barricadas não só na França, como em boa parte da Europa ocidental. As flores dessa primavera, porém, logo murchariam. Segundo Eric Hobsbawm, a convulsão social havia assustado liberais burgueses, fazendo-os recuar e preferir um governo conservador à incerteza do que as ruas trariam.³²⁸ No mesmo ano, era eleito presidente da nova república Luís Bonaparte, sobrinho do imperador que havia balançado o continente europeu. Nessa república haviam sido eleitos Victor Hugo, do lado conservador, e Eugène Sue, pela Montanha. Em 1851, com a proximidade do fim de seu mandato, Luís se coroa Napoleão III por meio de um golpe de estado, sufocando os ideais que circulavam na década de 1840 e que resultaram nas barricadas de 1848. O movimento revolucionário havia por fim terminado com uma vitória conservadora, como havia testemunhado e descrito Karl Marx³²⁹ e outros tantos intérpretes do período. Dentre os exilados do novo regime estavam nossos romancistas Victor Hugo, que havia apoiado Napoleão III a princípio e se aliado ao partido da ordem; Alexandre Dumas, motivado também por uma crise financeira pessoal; Felix Pyat, que havia se exilado ainda antes, após manifestações contra a eleição do então presidente; e Eugène Sue, que havia se mudado para a Saboia na ocasião do golpe. Todos esses eventos, ainda que rápidos, haviam gerado impacto também na imprensa brasileira que, como vimos, acompanhava de perto o palco político francês. As próximas linhas se dedicarão a analisar a reação dos espectadores da imprensa brasileira a esses eventos que mudariam drasticamente a visão até então predominante sobre Eugène Sue, o socialismo e a

³²⁷ ANNUNCIOS, *O Globo*, 06/08/1845, p.4;

³²⁸ HOBBSAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009;

³²⁹ MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011;

relação que se fazia entre os dois. Veremos que os eventos de 1848 foram decisivos para a mudança na percepção sobre o socialismo na imprensa brasileira.

No início de 1848, as colônias de inspiração fourierista ainda apareciam nos jornais. Uma diferença que se põe em relação aos anos anteriores é a caracterização do termo socialista de forma negativa. Em debate sobre a colônia Vergueiro na câmara dos deputados que lemos através do *Correio Mercantil*, como vimos no início do capítulo, o deputado Taques parece até consciente dessa mudança que já operava:

Lembre-se que já se fez um ensaio semelhante, o da colônia do Saí. Creio que no país havia nessa época muito pouco conhecimento dessas ideias societárias; hoje porém elas são mais conhecidas. Poderei desculpar aqueles que consentiram a colônia do Saí pelo pouco conhecimento que tinham das doutrinas e das vistas sob as quais elas iam se estabelecer, porém não posso desculpar da mesma maneira os Srs. que se propuseram estabelecer em São Paulo uma colônia societária e fazer um ensaio semelhante ao que Owen fez, nos Estados Unidos, em New Lamark.³³⁰

O deputado não identifica mudança alguma no conceito de socialismo, mas atribui uma alteração da percepção dos demais, antes baseada na ignorância sobre esses ideais. O número, publicado em 27 de Julho de 1848, foi lançado após os primeiros desenrolares da Revolução na França, e os receios de Taques e outros deputados podem ter sido influenciados pelas consequências desses novos eventos, que supostamente revelariam os verdadeiros objetivos da colonização socialista. Em outros momentos, o termo socialismo também aparece quase como sinônimo de republicanismo. Em texto vindo da França e publicado em Dezembro, vemos que o correspondente escolhe transcrever um discurso proferido em um banquete de comemoração aos 57 anos da república de 1792. Nesse discurso, lembra-se que república e socialismo são erroneamente confundidos pelos inimigos da primeira, sendo ela a responsável pelo fim de direitos feudais na revolução e a garantia do direito ao trabalho, e não o socialismo. Ledru-Rollin, responsável pelo discurso, segue fazendo uma defesa da república em ataque à monarquia. Novamente vemos uma perspectiva mais negativa sobre socialismo, com o revolucionário enfaticamente se esforçando em distingui-lo da república, buscando evitar uma interpretação muito comum dentre os conservadores do período, muitas vezes monarquistas, como veremos diante. Rollin faz questão de atribuir todos os ganhos da revolução de 1789 à república, e embora o correspondente não comente o texto de Rollin, a própria escolha desse discurso, dentre tantos outros sobre o tema que circularam em 1848, é significativa. É clara uma preferência por textos que caracterizavam o socialismo de forma negativa.

³³⁰ ASSEMBLÉA GERAL, *Correio mercantil*, 27/07/1848, p.1;

O mesmo discurso de Ledru-Rollin seria também comentado pelo *Jornal do Commercio* um mês antes, em novembro. O texto, retirado do britânico *Times*, de 26 de Setembro, não reproduz integralmente o discurso do revolucionário, atendo-se a comentários e algumas citações diretas. Faz questão de lembrar que o Châlet, onde acontecia o banquete, estava muitos graus abaixo da primeira classe de Paris. O autor enfatiza várias vezes a necessidade de Rolin de distinguir republicanismo de socialismo, de “reprovar todas as loucuras imputadas àquele credo”³³¹, mas com a necessidade também de não ofender os socialistas, também republicanos: “queria o suco de seu apoio político, desprezando o bagaço das suas ilusões utopistas”. Lembra a afirmação de Ledru-Rollin de que, se assistencialismo fosse socialismo, até o rei Luís Felipe o seria. Mesmo assim, o autor associa seu pensamento as ideias de Fourier, Proudhon e Louis Blanc, descritos aqui como “honrados comunistas”, adjetivo esse também frequentemente usado como sinônimo de socialista. Em correspondência extraída do periódico

Standard, possivelmente da Inglaterra, outro nome de 1848 é associado ao socialismo: Alphonse de Lamartine, membro da recém formada Assembleia Nacional. Ao discutir a possibilidade de uma guerra, o que é desejado pelo exército francês, o correspondente afirma que Lamartine está do lado do desejo nacional, seja ele a guerra, ou até mesmo o comunismo.³³²

As notícias sobre as revoluções na Europa não haviam reduzido drasticamente os anúncios dos romances de Eugène Sue, embora o fôlego de fato não fosse mais o mesmo. *Os Mistérios de Paris* e *O Judeu Errante* são menos anunciados, mas *Os Sete Pecados Capitais*, que havia começado a ser publicado no ano anterior, aparecia com mais frequência. Dentre as citações a esse romance, está uma espécie de crônica assinada por Braz Tizana, sob o título *Cartas de Braz Tizana, boticário de Lisboa, ao barbeiro*. Neste documento, oriundo de Portugal e publicado em 24 de Fevereiro no *Diario do Rio de Janeiro*, o pseudônimo de José de Sousa Bandeira comenta em tom informal e irônico alguns dos eventos que se desenrolavam na Europa. Tizana informa ao seu interlocutor que uma folha literária publicava *Os Sete Pecados Mortais*, mas faz questão de dizer que estes não eram os pecados franceses de Eugène Sue, mas sim os portugueses de Sr. A. R. de S. Por fim, cita uma máxima de latim duvidoso: *Nos quoque gens sumus, et omnes cavalgare sabemus*³³³, que se traduz em algo como: “Nós que também somos gente, também sabemos cavalgar”. Dado o nome do autor da suposta obra, composto somente por iniciais, e o uso dessa expressão, é possível inferir que na realidade esta obra sequer existia, tratando-se uma brincadeira de Braz Tizana com a expressividade do romance francês.

³³¹ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 21/11/1848, p. 1;

³³² EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 22/06/1848, p. 1;

³³³ *Cartas de Braz Tizana, boticário de Lisboa, ao barbeiro*, *Diario do Rio de Janeiro*, 24/02/1848, p. 2;

Um mês antes, no dia 27 de Janeiro, o *Jornal do Commercio* também havia publicado uma carta de Braz Tizana ao barbeiro. Esta edição, anterior a citada anteriormente, comenta que Sue estaria perdendo seu crédito, não alcançando com seu novo romance o mesmo sucesso que já havia atingido com *O Judeu Errante*.³³⁴ Sobre o socialismo, Tizana também dá sua contribuição. Adotando um discurso republicano um tanto quanto inflamado, lamenta o recuo de Lamartine e Ledru-Rollin:

Eu logo vi que o tal Lamartine com suas poesias, o Arago com as suas astronomias, e o Ledru-Rollin com as suas utopias não faziam coisa que tivesse jeito! Com efeito, os tais republicanos são uns tralhões! Os de Milão, em vez de correr às armas e exporem a maçã do peito às balas dos tiranos e dos déspotas, ocupam-se em intrigar e discutir; e mal que lhes cheira a esturro, correm a pedir ao Cavaignac que lhes acuda pelo amor de Deus, e quanto antes! (...) Que republicanos somos nós que temos medo de uma mão de ferro que parece de estopa! E que só pregamos a fraternidade, o comunismo e o socialismo nos jornais, nas praças e nos cafés? Meus amiguinhos, se isto continua nesta pasmaceira, largo a sacristia, entrego os trastes à feira da Ladra, embarco para os Estados Unidos, e faço-me cidadão da Pensilvânia.³³⁵

Tizana estava enfurecido com a derrota dos revolucionários de 1848, atribuindo-a principalmente a sua covardia. Aqui vemos que, como muitos, usava república, comunismo e socialismo como sinônimos, inclusive atribuindo a Ledru-Rollin, que já havia negado o termo, as ideias utópicas. Termina o texto também lamentando e enumerando os vários fracassos da Europa revolucionária: o Rei da Prússia não havia se tornado imperador da Alemanha, a Irlanda havia piorado sua situação, a Itália permanecia desunida e, destacadamente, a França havia perdido uma monarquia constitucional e instaurado uma república militar sob Cavaignac, o que em sua visão era um regresso. O socialismo e o comunismo, nas palavras de Tizana, permaneceriam na cabeça de seus autores.

Além das textos assinados por Braz Tizana, com uma perspectiva mais republicana, os desenrolares de 1848 alcançam a imprensa principalmente através das seções especialmente dedicadas à correspondentes do exterior ou semelhantes dos diversos jornais. Essas seções geralmente são compostas de relatos da própria imprensa europeia, e também transcrições da Assembleia Nacional francesa. Nesses casos, encontramos, no *Jornal do Commercio*, uma série de referências ao termo socialismo. No dia 7 de Novembro de 1848, enquanto *Os Sete Pecados Mortais* de Sue eram publicados no folhetim, logo acima o jornal reproduzia um discurso de Adolphe Thiers, historiador e célebre político conservador francês do século XIX. Thiers critica longamente o comunismo e o socialismo, também os colocando sob o mesmo guarda-chuva

³³⁴ Cartas de Braz Tizana, boticário de Lisboa, ao barbeiro, *Jornal do Commercio*, 27/01/1848, p. 2;

³³⁵ Cartas de Braz Tizana, boticário de Lisboa, ao barbeiro, *Jornal do Commercio*, 29/10/1848, p. 2;

enquanto negação da propriedade e da liberdade. Criaria uma sociedade de preguiçosos: “o Estado, segundo o comunismo, com receio de que o homem seja rico ou pobre, ilustrado ou ignorante, encarrega-se dos destinos do homem.”³³⁶ Em outro momento, Thiers reconhece a diversidade das ideias sociais, mas não especifica exatamente qual autor estaria a criticar. No entanto, não nos parece tratar de Fourier, visto que não cita os falanstérios nem sequer as associações coloniais. Parte depois para a crítica do que chama de associação, o que atribui a Proudhon, não presente naquele dia na Assembleia, embora fosse também deputado. O que nos chama a atenção não são exatamente as ideias de Thiers, mas a forma com que o texto é reproduzido sem nenhum comentário ou qualquer aparte da oposição. Thiers faz um longo monólogo, com pequenas pausas entre os parágrafos em que se lê “aprovação”, “apoiado, apoiado”, ou ainda travessões dizendo “É verdade, é verdade!”. Em contraste com o momento em que o mesmo *Jornal do Commercio* havia publicado o discurso do republicano Ledru-Rollin, cheio de adjetivações um tanto quanto negativas, o monólogo de Thiers recebia apenas comentários de aprovação.

O correspondente do *Jornal do Commercio* comenta o discurso de Thiers somente alguns dias depois, em 10 de Novembro. Na primeira página, lamenta que a questão direito ao trabalho tome tanto tempo do debate. Diz-se que a reprodução completa do discurso de Thiers tornava desnecessária uma análise, mas reforça seus ideais citando outros conservadores, dentre eles Alexis de Tocqueville, que

vai diretamente ao coração do socialismo, e fere-o mortalmente no próprio centro de sua vitalidade. Quem diz direito ao trabalho diz organização do trabalho, e quem diz organização do trabalho diz concentração nas mãos do Estado de todas as forças individuais da sociedade, ou, por outras palavras, socialismo.³³⁷

Aqui e em Thiers vemos que o socialismo agora pouco tem a ver com as “inocentes” colônias fourieristas financiados pelo estado, mas havia se tornado uma ameaça que suprimiria a individualidade e formaria uma sociedade preguiçosa controlada pelo estado, em sua perspectiva. O correspondente também o associa a república: “Trata-se portanto de decidir se a revolução de fevereiro foi feita unicamente substituir a república à monarquia, ou se a sua intenção real e secreta foi de que a república servisse de transição ao socialismo.”³³⁸

No dia 12 do mesmo mês, também na seção Exterior, o *Jornal do Commercio* transcreve um texto do *Journal des Débats* que tratava da colonização da Argélia, então colônia da França.

³³⁶ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 07/11/1848, p.1;

³³⁷ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 10/11/1848, p. 1;

³³⁸ Idem;

Nos *Mistérios de Paris*, esse tema não é deixado de fora. Ao final da primeira parte do romance, o Churinada é enviado por Rodolpho para a Argélia, onde deveria cuidar de sua própria colônia. Já ao final da última parte, o país africano também é visto como um lugar de repouso para os heróis: a Loba e Martial também se tornam colonizadores com a ajuda de Rodolpho, e a sua proeza ao matar os árabes nativos é visto como algo elogioso.³³⁹ A dominação militar e consequente colonização da África e possivelmente outros povos não parecia um problema para os socialistas fourieristas, e o romance de Sue tratava esse imperialismo como uma possível forma de redenção. Deste modo, a imprensa também não recuou diante da possibilidade de associação entre socialismo e colonialismo, ainda que a visse com maus olhos. No trecho mencionado, por exemplo, o ministro da guerra argumenta que os socialistas poderiam fazer suas colônias na Argélia, se assim o desejassem, mas não deveriam esperar nenhum apoio do estado francês. O debate foi então rapidamente resolvido. Nas palavras do autor, “um projeto de lei tal como o que na sessão de ontem foi tão rapidamente discutido e votado pela assembleia nacional teria sido a um ano objeto de longos debates.”³⁴⁰ Esse trecho nos revela que a própria imprensa da época reconhecia que as percepções sobre o socialismo haviam mudado. A colonização socialista da Argélia, que antes poderia ser objeto de debate, agora era quase unanimemente rejeitada. O trecho também representa mais um exemplo de que o *Jornal do Commercio* continuamente publicou textos críticos às ideias socialistas, o que se repetirá nos anos seguintes, mas que não será exatamente a tradição entre todos os jornais.

Essa classificação negativa do socialismo como consequência de 1848 custaria caro à Sue. Vimos que nas biografias e textos contemporâneos que comentavam Sue e eram publicados na imprensa carioca, o autor era classificado como social, mas não como socialista, ainda que seus ideais sobre prisão e colonização fossem os mesmos que a imprensa chamava de socialista desde 1842. O social de Sue ganhou um novo sufixo justamente no momento em que, pelo menos entre a parte mais conservadora da imprensa carioca, isto se tornara uma espécie de ofensa. Na revista *Iris, Periodico de Religião, Bellas-Artes, Sciencias, Lettras, Historia, Poesia, Romance, Noticias e Variedades*, publica-se um texto falando de alguns dos romancistas contemporâneos. Eugène Sue ganha um curto parágrafo, onde seus romances são descritos como “textos com a finalidade de popularizar alguns princípios de política e

³³⁹ Para mais detalhes ver o segundo capítulo desta mesma dissertação;

³⁴⁰ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 12/11/48, p. 1;

socialismo.”³⁴¹ Ainda assim, seu valor não é diminuído. Ao ser comparado com Dumas, o autor diz que Sue não tem tanta presteza, porém possui ideias mais profundas.

No ano seguinte, as discussões sobre socialismo e república foram se aprofundando e cada vez mais se aproximando, enquanto o falanstério fourierista seguia cada vez menos relevante. Esses debates, continuamente vindos da França, seguiam sendo publicados nos impressos brasileiros principalmente na seção exterior e se aproximando cada vez mais da literatura de nosso autor. No *Correio Mercantil*, há certo espaço para discordância. Alguns dos textos publicados são duramente críticos do socialismo, enquanto outros enxergam a ideia como necessária, consequência direta da miséria. Em 12 de Setembro de 1849 é publicado, na seção exterior, um texto do *Estandarte* de 25 de Julho, em que se comenta os resultados parciais das eleições na capital francesa. Neste texto, o autor não identificado lamenta a derrota do socialismo, mas afirma que a sua força ainda não havia se esgotado: “o socialismo é hoje o mesmo que era ontem, e não acrediteis que tenha menos força. (...) a única força do socialismo é a miséria, que é necessário acabar, não com palavras, mas com atos, não com processos, mas com leis.”³⁴² A derrota era atribuída a falta de união entre a Montanha, partido onde se reuniam os chamados socialistas.

Em 16 de Setembro o jornal publicaria um texto do seu próprio correspondente no exterior. Ao comentar a recém formada república, diz que Victor Hugo, o romancista agora feito deputado, havia proferido um “admirável discurso” em que dizia que “o mal da época era social, que se devia quanto antes ocupar-se das questões sociais para acabar com a miséria, destruir o socialismo, tomando-se dele o que há de praticável, e deixando-se de parte o que não passa de utopia”.³⁴³ Victor Hugo, vale lembrar, era membro do partido da ordem, conservador, opondo-se aos socialistas republicanos. Ainda assim, da mesma forma que o texto anteriormente citado reconhecia as origens e a força do socialismo na miséria, o texto da oposição também o fazia. O tema da miséria, tão presente em *Os Mistérios de Paris*, estava ainda presente no debate. No final de Setembro, o jornal publica outro texto novamente do lado socialista. Sob o título *Uma vista d’olhos sobre os sucessos contemporâneos, e o estado presente da Europa*, o autor critica o autoritarismo dos regimes europeus, que em sua opinião são desejados por muitos no Brasil. A vitória da reação, no entanto, seria temporária: “não se iludam com os triunfos prematuros e efêmeros da reação”. À essa introdução segue um longo

³⁴¹ IRIS, Periodico de Religião, Bellas-Artes, Sciencias, Letras, Historia, Poesia, Romance, Noticias e Variedades segundo semestre de 1848, p. 303;

³⁴² EXTERIOR, Correio mercantil, 12/09/1844, p. 1;

³⁴³ EXTERIOR, Correio mercantil, 16/09/1844, p. 1;

artigo que ocupa metade da primeira página, a segunda página inteira e ainda uma coluna da terceira. No texto, o autor, novamente não identificado, argumenta que o socialismo havia deixado de ser “uma disputa filosófica para ser um elemento do governo”. Defende também o termo ao dissociá-lo de outros com conotação negativa: “O socialismo, que não é anarquia, que não é igualdade absoluta, que não é a lei agrária, tão vituperada, quanto mal compreendida, há de mostrar aos optimistas da Europa que o progresso é possível. (...)” Teme também uma forte reação conservadora, associando também o socialismo ao republicanismo: “a maioria da assembleia legislativa não professa o republicanismo senão nas formas, ansiosa de que soe a hora do extermínio liberal, para que as facções se postem em redor das bandeiras monárquicas³⁴⁴”. Interessantemente, vemos aqui uma associação ainda não realizada nos documentos em que analisamos. Além de associar novamente república ao socialismo, coloca no mesmo campo o termo liberalismo. O autor teme também um golpe. Ao citar César, Cromwell e Napoleão I, exemplos históricos de pretensos salvadores da República que acabaram por findá-la, questiona: “E Luiz Napoleão o que fará?”. Este é possivelmente o texto mais radical publicado até o momento nos jornais analisados. Vê o socialismo como a única forma possível de defender a recém fundada república de um retorno da monarquia ou de alguma outra forma de ditadura. Fala em termos caros à política brasileira do momento, questionando a monarquia e até mesmo a extensão territorial do império, comparando seu domínio extenso com a ocupação inglesa da Irlanda ou a russa da Polônia.

Nem todos os textos publicados no *Mercantil* eram simpáticos ao socialismo que se desenhava em Paris. Na seção Política Interna, sob o título *Bom Senso*, um texto de autor também desconhecido comemora a suposta inexistência de socialistas entre os brasileiros: “não há no Brasil felizmente um só liberal que nutra simpatias pela causa desses homens”, e reclama que a oposição conservadora coloca a “oposição liberal brasileira na mesma linha em que figuram as falanges comunistas e desorganizadoras dos Barbès e dos Proudhons!”³⁴⁵ Vemos, portanto, que o texto anterior não estava isolado ao associar socialismo ao liberalismo. Desta vez buscou-se distanciá-los, distinguindo os verdadeiros liberais dos destrutivos socialistas. Associações como esta não são raras, e republicanos e liberais mais moderados frequentemente buscavam descolar-se dos socialistas, termo que vai se tornando cada vez mais pejorativo. Nesses textos, vemos que Proudhon, hoje interpretado como um dos fundadores do anarquismo do século XIX, era aqui colocado dentre os líderes do socialismo na assembleia nacional, deixando

³⁴⁴ EXTERIOR, Correio mercantil, 27/09/1849, p. 2;

³⁴⁵ POLÍTICA INTERNA, Correio Mercantil, 26/05/1849, p.1;

de lado o velho Fourier, que perdia cada vez mais espaço. Ao comentar sobre as eleições, outro texto extraído da imprensa francesa comenta que a minoria obtida pelo socialismo não deve assustar, pois acalmaria os socialistas e despertaria a classe média sobre o seu perigo. Diz ainda que o combate contra essa ideologia se daria ao cumprir promessas às partes oprimidas e legítimas da sociedade.³⁴⁶

Já o *Jornal do Commercio*, responsável pelo sucesso de *Os Mistérios de Paris* e pela divulgação da colônia do Saí no início da década, trazia uma posição muito menos flexível em relação aos eventos da nova república. No dia 4 de Fevereiro de 1849, o correspondente do periódico em Lisboa diria que “o brado do socialismo e do comunismo levantado em França por Cabet, Proudhon, Raspail e Louis Blanc é o sinal do alarme, que na Europa faz pender para o lado da autoridade monárquica os que tem alguma coisa a perder, e que não estão disposto a deixar-se expoliar”³⁴⁷. Cita a famosa frase de Proudhon, *la propriété c'est le vol* (a propriedade é roubo), e argumenta que esta seria típica de um ladrão. Vemos que o correspondente está ciente da intenção de Proudhon de abolir a propriedade privada, ideia esta extremamente contrastante com a divulgada por Sue e Mure alguns anos antes. Mesmo assim, ambos os “socialismos” são colocados sob o mesmo teto. No trecho a seguir, veremos que a ideia do socialismo enquanto um regime de ladrões viria a se repetir posteriormente: “se Considerant e os falansterianos, Leroux e os socialistas defendem o direito que os ladrões tem a serem eleitos deputados, obram logicamente, a ninguém lhe pode levar a mal.”³⁴⁸ Este texto, também do correspondente do jornal, é mais um exemplar de sua posição reacionária e monarquista, que deverá se repetir nos anos seguintes, além de demonstrar uma grande confusão entre as diferenças entre os principais teóricos dos socialismos. Como vimos, Fourier não condenava totalmente a desigualdade e muito menos a propriedade privada, mas o correspondente não hesita em encaixar esse leque distinto de pensadores em torno da abolição da propriedade. No dia 10 de Agosto, o correspondente torna a falar de socialismo. Diz que, desde que apareceu o socialismo, aquele que realiza caridade é visto como um ladrão que dava uma metade para ficar com a metade roubada. Esse pensamento precisava ser eliminado, e a filantropia deveria voltar a ser vista como algo bom, que tiraria as ideias socialistas do pensamento do mais pobre³⁴⁹. O interessante deste texto é o elogio da filantropia. Como vimos, poucos meses antes, outro texto do correspondente criticava Fourier com a mesma gravidade que atacava Proudhon, porém

³⁴⁶ EXTERIOR, Correio Mercantil, 11/07/1849, p. 1;

³⁴⁷ EXTERIOR, Jornal do Commercio, 04/02/1849, p. 1;

³⁴⁸ EXTERIOR, Jornal do Commercio, 18/04/1849, p. 1;

³⁴⁹ EXTERIOR, Jornal do Commercio, 10/08/1849, p. 1

agora, o mesmo autor via a filantropia, defendida amplamente pelos fourieristas, como uma maneira de combater o socialismo.

Um dos poucos textos menos duros publicados no jornal é publicado na seção *Variedades* no dia 6 de Abril. Ao falar da imigração política para a Inglaterra, o autor faz um elogio à Monarquia de Julho, destacando seu caráter reformista, que “não se arrogava o direito de despojar o capitalista em proveito do pobre, porém proporcionava o capital ao pobre por meio da instituição das caixas econômicas”³⁵⁰, medida característica de uma pacífica aplicação do socialismo pelo rei Luís Felipe. Este texto suaviza o socialismo, tirando dele suas ideias mais radicais, e aproximando-o do rei recentemente desposto, da mesma forma com que Ledru-Rollin, em seu discurso também comentado pelo *Jornal do Commercio*, havia afirmado que, se alguma distribuição de renda seria socialismo, até o rei o teria sido. Esta não é exatamente uma defesa dos ideais socialistas, mas se aproxima uma tentativa de desradicalizar o termo, apartando-o de seu caráter transformador da sociedade.

Ao contrário do ano anterior, Sue aparece menos nos jornais em 1849. Seu nome surge junto a alguns anúncios de seus já conhecidos romances, porém pouco associado à temas políticos. A análise desses documentos é rica na medida em que nos mostra que já operava uma radical mudança na perspectiva da imprensa sobre o socialismo. Por bem ou por mal, deixaram de ver este ideal como apenas mais uma forma de empreender a colonização, e o viram como uma ideia capaz de inflamar nas classes trabalhadoras o ideal da mudança. Ainda que com confusões teóricas, que misturavam diferentes socialismos, muitas vezes opostos, sob o mesmo guarda-chuva, o *Jornal do Commercio* se esforçava em dissuadir o leitor de qualquer aproximação dos ideais que causavam na França uma grave revolução.

Em 1850, aconteceriam dois eventos que deixariam graves consequências na imagem de Sue na imprensa brasileira. Um deles era o início da publicação do romance *Les Mystères du Peuple*. Como o nome sugere, o romance tem uma intenção mais ambiciosa do que se antecessor, buscando desta vez abranger a vida de uma família de trabalhadores por séculos de história. Como vimos no segundo capítulo, trata-se de um romance mais radical do que o primeiro, que transferia o potencial da mudança da burguesia para os próprios trabalhadores, que desta vez haviam de fato se tornado os heróis centrais da narrativa.³⁵¹ O outro evento era a

³⁵⁰ VARIÉDADES, *Jornal do Commercio* 06/04/1849 p. 2;

³⁵¹ Essa leitura é feita principalmente através dos intérpretes do romance, como Oliveira. O acesso ao mesmo é ainda mais difícil que *Os Mistérios de Paris*. Embora o *Mercantil* tenha iniciado sua publicação, a proibição do romance não possibilitou que o periódico o levasse até fim. Alia-se a isso o longo intervalo em que ele foi publicado, tendo suas últimas páginas somente no ano da morte do autor, em 1857.

candidatura e consequente eleição de Sue para a Assembleia Nacional da República Francesa, finalmente colocando o autor dentro da política institucional.

O *Diário do Rio de Janeiro* não faz grande celeuma ao anunciar a publicação, em Paris, de *Os Mistérios do Povo*, o fazendo ao lado de romances de Dumas e Sand.³⁵² Dois meses depois, em Abril, o jornal publica na seção *Exterior* uma série de notícias da França. Dentre elas, nosso personagem aparece como deputado e romancista, duramente criticado. Seu último trabalho, *Os Mistérios do Povo*, o havia garantido uma desgraçada reputação, e esta seria uma obra tão infame que seria impressa secretamente, pois não nenhum livreiro a venderia e nenhum outro autor gostaria de ter seu nome associado à mesma. A obra seria repleta de “todas as falsidades, calúnias e blasfêmias, que atacam ao mesmo tempo a religião, os princípios de autoridade e os respeitos às leis e à ordem.”³⁵³ Além disso, o texto declara que Sue agradecia os socialistas que o haviam nomeado para concorrer a seu novo cargo, no entanto sem criticar seus romances mais antigos e até mesmo sua atuação enquanto socialista. Em 5 de Junho o jornal optaria por um tom mais ácido. O correspondente, ao falar sobre os possíveis candidatos “vermelhos” para uma cadeira na assembleia, cita três alternativas. Jacques Charles Dupont de l'Eure, republicano que já havia sido ministro da república, é uma candidatura aceita pelo jornal revolucionário de Proudhon, que fingiria moderação apenas para cooptar a burguesia. A segunda opção seria Emile de Girardin, responsável pelo *La Presse* e pela difusão do formato folhetinesco. Segundo o correspondente, o interesse de Girardin na verdade era sempre seu sucesso pessoal, tendo mudado de lado algumas vezes antes de chegar ao socialismo. Por fim, cita Eugène Sue, um “romancista famoso pela perversidade e imoralidade de suas obras”, que havia saído na frente da disputa. Ao contrário dos demais, o autor representa a imagem de Sue de forma tão negativa que se recusa pintar qualquer quadro mais profundo sobre ele, resumindo-o a um homem “sem coração e de má fama”. Diz que só falaria sobre o candidato caso sua nomeação fosse confirmada.³⁵⁴

“Fomos batidos, batidos completamente. O candidato socialista, Eugène Sue, obteve uma maioria de mais de 8 mil votos em 250 mil votantes. Decididamente Paris pertence aos demagogos.”³⁵⁵ Assim o correspondente inicia sua lamentação provocada pela vitória de Sue, lamentação esta que duraria ainda alguns parágrafos repletos de adjetivos, classificando os revolucionários como bandidos, ladrões, tratantes e anarquistas, mas capazes de votar em

³⁵² EXTERIOR, *Diário do Rio de Janeiro*, 10/02/1850;

³⁵³ EXTERIOR, *Diário do Rio de Janeiro*, 18/04/1850 p. 1;

³⁵⁴ EXTERIOR, *Diário do Rio de Janeiro*, 05/06/1850, p. 1;

³⁵⁵ EXTERIOR, *Diário do Rio de Janeiro*, 18/06/1850, p. 1;

uníssono, em contraste com o partido da ordem que se dividia. Por fim, cumpre sua promessa, pintando o retrato de Sue que havia prometido alguns números antes. Aqui classifica *Os Mistérios de Paris*, *O Judeu Errante* e *Martin, o Enjeitado* como “obras monstruosas que mostram ao mesmo tempo profunda imoralidade e a mais perversa imaginação”. Vemos, finalmente, um crítico da política de Sue retornando a seus romances mais antigos e atribuindo a eles adjetivos até então pouco frequentes. Seguiu dizendo que o *Journal des Débats* e o *Constitutionnel* se arrependiam de darem o primeiro espaço ao romancista, que agora publicava outro romance “no qual a insurreição é pregada a cada linha”. Por fim, ironiza o estilo de vida do autor: “este propagador da doutrina comunista ostenta um luxo escandaloso, e é o mais refinado sensualista”. Diz também que o presidente da república, Luiz Bonaparte, se preparava para um golpe, caso necessário fosse: “O presidente nada fará para apressar uma luta, porque quer conservar-se na legalidade, mas está pronto para a batalha, se os vermelhos quiserem dá-la”.

As críticas que aqui analisamos no *Diário do Rio de Janeiro* se repetirão algumas vezes em outros periódicos. Acusações que miravam na ironia do estilo de vida *dandy* de Sue e o caráter supostamente imoral de todos os seus romances foram constantemente aproveitados pela imprensa conservadora que buscava destruir o grande romancista que haviam ajudado a construir. Eugène Sue, antes pouco associado ao socialismo fourierista pela imprensa brasileira, embora compartilhasse muitos de seus ideais, agora passava a ser ligado ao socialismo revolucionário, termo pouco elogioso e muito distante dos romances que o trouxeram à fama.

Assim como o *Diário*, o *Jornal do Commercio* passou a fazer críticas cada vez mais duras ao autor dos *Mistérios*. Publica, no dia 17 de Abril, uma versão mais completa de um texto bem semelhante ao que o *Diário* publicaria no dia seguinte, e que já analisamos, provavelmente retirado da mesma fonte europeia. Assinado por “Corresp. do Times”, o texto diz que o sucesso de Sue é um atestado da decadência da literatura francesa, ao mesmo tempo em que afirma que suas obras já estavam sendo esquecidas, assim como tudo que é imoral. Passa então a falar sobre os *Mistérios do Povo*, obra tão perversa que transformaria *Os Mistérios de Paris* e *O Judeu Errante* em romances de “elevada moralidade”. Ao longo do texto, chama Sue de socialista algumas vezes, mas por fim questiona esse mesmo rótulo:

O Sr. Eugène Sue é coadjutor sincero dos mestres socialistas? (...) O Sr. Sue é socialista de fresca data, e nenhum escritor tem menos razão de queixa da sociedade do que ele. Os seus primeiros romances regurgitam com afetação de elevada educação, de maneiras delicadas e de alta sociedade. (...) O autor da *Salamandra*, da *Vigia de Koat-Ven* e de *Mathilde* não teve sempre as grandes simpatias que tem hoje pelos sofrimentos dos pobres, nem sempre se ocupou com os problemas do trabalho e da miséria. (...) Reconhecendo que

não conseguia o que mais ambicionava, isto é, ser tido por membro distinto do mundo elegante, tornou-se plagiário de São Vicente de Paulo e de Fourier, e vendo que na representação deste novo papel era bem sucedido, foi descendo degrau a degrau, até os *Mistérios do Povo*.³⁵⁶

Assim como a versão do *Diário*, o texto insinuava uma falta de sinceridade de Sue, argumentando que este ignorava a miséria em seus primeiros romances. Em junho, ainda antes de sua eleição, texto com teor semelhante é publicado e assinado da mesma forma que o anterior. Ao falar de um memorial que seria feito a Sue, o correspondente novamente critica seu status social:

‘Ninguém tem direito ao supérfluo enquanto existe alguém que não tem o necessário a vida’. Neste memorial pedir-se-á que ao Sr. Sue que prove praticamente a sinceridade de sua declaração, e que ponha à disposição de seus pobres irmãos socialistas a sua esplêndida quinta de Bordéus e os férteis terrenos que a circundam.³⁵⁷

O candidato Sue havia feito esquecer qualquer elogio que a imprensa carioca já fizera ao romancista na década anterior. Sua posterior eleição não havia melhorado a situação, e assim como o *Diário* havia relatado, a presença de um tão inflamado socialista na Assembleia Nacional justificaria uma ação militar mais incisiva. Dessa vez na primeira coluna da primeira página, o correspondente do próprio *Jornal do Commercio* se desesperava diante desse cenário. Cita novamente seu palacete em Bordéus e diz não compreender o afeto que os socialistas tinham para com um autor de caráter tão aristocrático. Insinua até mesmo invasões internacionais: “de duas uma: ou as províncias se hão de ligar para salvar a França da tirania da capital, ou os Cossacos hão de vir a Paris para ensinar aos proletários parisienses a ter juízo”.³⁵⁸ No dia 12 de Agosto o correspondente escreveria sobre a eleição de Girardin, criticando-o da mesma forma que criticava Sue, questionando a autenticidade de seu socialismo e acusando-o de mudar de ideologia com constância, do bonapartismo para o orleanismo chegando ao socialismo.

Apesar das duras críticas dos correspondentes, tanto o *Diário* quando o *Jornal do Commercio* não deixaram de lucrar com os romances de Eugène Sue. Se antes poderiam usar sua ingenuidade para justificar a publicação de textos supostamente tão imorais, o próprios periódicos não mais permitia tal interpretação, dado o teor que os textos publicados pelo jornal haviam tomado. Mesmo assim, romances de Sue seguiram sendo publicados e vendidos. No dia 12 de Dezembro inicia-se o folhetim *Os Filhos do Amor*, de Sue.³⁵⁹ Dois dias depois duas

³⁵⁶ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 17/04/1850, p. 1;

³⁵⁷ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 12/06/1850, p. 1;

³⁵⁸ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 18/06/1850, p. 1;

³⁵⁹ FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, 12/12/1850, p. 1;

peças de teatro baseadas em romances do autor são representadas no teatro de S. Pedro e anunciados no jornal, enquanto o de S. Januário já havia anunciado *Os Mistérios de Paris*. Alia-se a isso os anúncios de romances, dos mais velhos aos mais novos, que seguem aparecendo. Apesar das graves acusações de imoralidade e incitação revolucionária, a epopeia de Rodolpho de Gerolstein segue sendo lida e assistida.

Outros periódicos também fizeram sua crítica ao novo deputado. O jornal *O Brasil* publicou, no dia 18 de Junho, um artigo do *Times* que o próprio *Jornal do Commercio* já havia publicado, artigo este em que se lamentava a vitória do socialista Sue³⁶⁰. O ataque ao sufrágio universal, responsável por eleger os socialistas, bem como o uso de forças militares para conter esse mesmo avanço, também são vistos com bons olhos. O *Correio da Tarde* segue linhas semelhantes aos periódicos citados anteriormente, muitas vezes reproduzindo os mesmos artigos, oriundos principalmente do *Times* britânico. Sob o título *Cartas de Londres*, publicase, no dia 25 de Junho, um texto alarmista a respeito da eleição do escritor: “a eleição apresentou-se com um tal carácter de perversidade, que os amigos da paz do mundo se comoveram; e na verdade, qual seria o futuro de uma nação que se colocasse sob o domínio de tais ideias?”³⁶¹ O texto segue caracterizando Sue como um destruidor da propriedade e da família, herdeiro das ideias postas em ação a partir de 1789. Curiosamente, o *Correio* publica no dia 19 de Julho, em sua primeira página, uma notícia que não aparece com frequência nos demais periódicos, anunciando a apreensão da tradução alemã de *Os Mistérios de Paris* pela polícia de Berlim.³⁶² Em 1852 o jornal noticiaria também a inserção de toda a obra de Sue, bem como a de Proudhon, no índice de livros proibidos pela igreja católica de Roma.³⁶³

Além destes, vemos também uma resposta ao *Correio Mercantil*, que havia criticado o elogio do *Correio da Tarde* ao general Rosas, militar argentino que havia dirigido o país. Na resposta, o *Correio* reforça seu elogio ao general, argumentando que “quem acaba com um estado de sanguinolenta anarquia, (...) merece toda a afeição de todo o homem que detesta os furores revolucionários.”³⁶⁴ Por fim, o texto ironiza as atitudes do *Mercantil*, que nesse momento publicava *Os Mistérios do Povo*: “Conte conosco para lhe dar extração a um exemplo da clássica tradução dos *Mistérios do Povo*: queremos possuir esse último catecismo do comunismo.” Essa ironia nos mostra a disputa travada entre um periódico conservador, como o *Correio da Tarde*, contra outro jornal que ainda estava mais aberto às ideias socialistas e

³⁶⁰ EXTERIOR, *O Brasil*, 18/06/1850, p. 1;

³⁶¹ CARTAS DE LONDRES, *Correio da Tarde*, 25/06/1850, p. 2;

³⁶² EXTERIOR, *Correio da Tarde*, 19/07/1850, p. 1;

³⁶³ EXTERIOR, *Correio da Tarde*, 23/04/1852, p. 3;

³⁶⁴ CORREIO DA TARDE, *Correio da Tarde*, 21/06/1850, p. 3;

consequentemente às obras de Eugène Sue. O *Correio Mercantil*, em contraste com a grande maioria da imprensa fluminense do período, decidiu permanecer do lado do autor mesmo após sua candidatura e eleição como deputado. É o único jornal que abre espaço para a mais nova e polêmica obra de Sue, *Os Mistérios do Povo*.

No dia 13 de Maio, o *Mercantil* inicia a publicação de *Os Mistérios do Povo*, o mais novo romance de Sue que, como vimos, havia sido duramente criticado por todos os periódicos que analisamos e que dedicaram a ele algumas linhas. Essa posição demandou certa explicação, e no mesmo dia em que o folhetim se iniciava, o próprio jornal defendeu sua posição. O editorial diz que, graças à boa fama de *O Judeu Errante* e *Os Mistérios de Paris*, o jornal já desejava publicar o novo romance. Graças aos artigos do *Times* reproduzidos pelo *Jornal do Commercio*, o periódico havia decidido se debruçar no texto original, com objetivo de decidir se este de fato era tão subversivo como argumentavam seus competidores. Por fim, o *Mercantil* decidiu manter a decisão pela publicação, criticando os periódicos (*Times* e *Revue des deux Mondes*) que haviam tecido tantas críticas ao romance:

Deste exame, que foi feito em uma reunião de amigos prudentes e de gosto literário, resultou-se a convicção de que o *Times*, ou seu correspondente, sem ler o distinto romancista, havia-se somente baseado (porque até copiaram as mesmas palavras) em outro artigo da *Revista dos Dois Mundos*, publicado em Paris no mês de Fevereiro, publicação esta cujos redatores são pela maior parte ou aristocratas encanizados, ou criaturas aferradas a gente do regime que galgou o poder subindo pelas barricadas de Julho de 1830³⁶⁵

O texto desmente a informação de que o romance teria sido proibido na França, atribuindo qualquer possível dificuldade em adquiri-lo no “estado de liberdade em que vive a república francesa sob a presidência do príncipe Luiz Napoleão (...)”, partindo para inúmeros elogios ao caráter de Sue e do romance. A leitura do periódico sobre os eventos da República Francesa nos deixa bem claro que os elogios ao autor e seu romance não se dão puramente por questões meramente estéticas, mas também e principalmente pela política contida no romance. Em contraste com a maioria dos demais periódicos, o *Mercantil* não vê a eleição de Sue com olhar apocalíptico. Ao anunciar a possível eleição do romancista, diz que a verdadeira tragédia que estaria trazendo caos a república francesa seria a presidência de Luiz Bonaparte. O texto critica os monarquistas acusando-os de não estarem em paz com a república, atuando constantemente contra ela, enquanto os socialistas agiam de acordo com suas regras.³⁶⁶ Dois dias depois o correspondente ataca indiretamente seus competidores. Munido de uma pretensa

³⁶⁵ FOLHETIM, *Correio Mercantil*, 13/05/1850, p. 1;

³⁶⁶ EXTERIOR, *Correio Mercantil*, 06/06/1850, p. 1;

imparcialidade, o autor argumenta que o objetivo não é acusar nem defender, mas mostrar que os relatos dos demais correspondentes falavam contra a política do futuro graças apenas à espírito de partido. Posteriormente, assopra as possíveis feridas que poderia provocar no jornal dos Villeneuve, mas segue duro com o outro opositor:

Temos muito respeito ao transcendente talento do correspondente do *Jornal do Commercio*, posto que lastimemos, quando o vemos olhar para o passado, quando poderia ser uma luz do futuro. Pelo que toca ao correspondente do *Diario do Rio*, é homem que tem aqui tão pouca importância, que não julgamos que possa ter muito mais no Brasil.³⁶⁷

As posições tomadas por esses jornais nos ajudam a ver alguns elementos. Primeiramente, a mudança de postura dessa imprensa em relação à Sue e ao socialismo está diretamente ligada aos eventos desencadeados pela revolução de 1848, sendo portanto completamente política. Embora em muito critiquem a qualidade literária e moral do romancista, a verdadeira motivação desses ataques reside na política, visto que, antes de 1848, seus estilos e temas eram raramente criticados e constantemente prezados pela mesma imprensa. Em segundo lugar, vemos que, ainda que majoritariamente negativa, ainda não havia unanimidade sobre o julgamento do autor. *O Correio Mercantil* toma justamente a posição de bastião de Eugène Sue, publicando e defendendo seus textos mais controversos enquanto os mais conservadores acirravam cada vez mais seus ataques. Embora os textos de Eugène Sue fossem sempre políticos, mesmo desde os seus romances marítimos, era só agora que toda a imprensa parecia perceber as implicações concretas que esses textos poderiam ter. Horrorizados diante dessas consequências, que em suas palavras seriam a revolução, a anarquia, o socialismo e o comunismo, os editores usavam seus correspondentes e textos do exterior para destruir a imagem positiva de um autor que eles mesmos haviam ajudado a construir.

A posição mais amigável ao socialismo tomada pelo *Correio Mercantil* fica evidente também em textos que não falam diretamente de literatura. Em texto de março do mesmo ano, o correspondente classifica o socialismo e o comunismo não como problemas, mas sim como versões do liberalismo com reformas econômicas capazes de beneficiar os mais pobres.³⁶⁸ Não devemos, porém, acreditar que o *Mercantil* se colocava totalmente em defesa do assim chamado socialismo e do autor que o representava. Para anunciar a eleição de Sue, escolhe reproduzir um texto do *Times*, periódico muito usado pelo *Jornal do Commercio* e que tratava como uma ameaça a vitória do novo deputado.³⁶⁹ Em Dezembro, um anônimo que assina como *O*

³⁶⁷ EXTERIOR, *Correio Mercantil*, 08/06/1850, p. 2;

³⁶⁸ EXTERIOR, *Correio Mercantil*, 22/03/1850, p. 2;

³⁶⁹ EXTERIOR, *Correio Mercantil*, 16/06/1850, p. 1;

Catholico Romano, vê no *Mercantil* um espaço para publicar suas críticas ao *Jornal do Commercio* na seção *Correspondências*. O autor critica a publicação do romance *A Sobrinha do Cônego*, de J. J. Teixeira, no folhetim do periódico, condenando sua representação dos religiosos. Para tal, indica que a literatura possuía enorme influência na interpretação do mundo, lembrando que muitos tinham dos jesuítas somente a imagem pintada em *O Judeu Errante*. O autor, no entanto, limita a crítica à Sue, considerando-o um “exímio autor dos *Mistérios do Povo*”, folhetim que estava sendo publicado no rodapé do *Mercantil*.³⁷⁰

Um raro periódico fluminense que celebra a vitória de Sue sem pestanejar é *O Século*. Sendo um jornal menor, e que portanto interpreta as notícias do exterior por meio dos demais periódicos do Rio, o que é admitido pelo próprio impresso, considera a vitória de Sue um grande triunfo. Quanto às intenções golpistas do presidente Bonaparte, tão elogiadas pelo *Jornal do Commercio* e pelo *Diário do Rio de Janeiro*, *O Século* chama de “loucura”: “Luís Napoleão não se querará desenganar de que a França não pode mais sofrer o peso de uma monarquia?”³⁷¹ *O Americano*, outro periódico menor, demonstra sua simpatia ao falar do autor-deputado. Em 31 de agosto reproduz uma biografia publicada inicialmente pelo português *Revista Universal Lisbonense*. No texto, são lembradas as aventuras militares da juventude do autor, e ao falar de sua carreira literária, a já repetida divisão entre romances marítimos e sociais também é reproduzida. Elogia seus dois grandes romances, *Os Mistérios de Paris* e *O Judeu Errante*, e lamenta a posição tomada pelos jornais que o publicaram graças à sua posição política. Até mesmo responde aos ataques à sua mansão, qualificando esses comentários como “mais ou menos desagradáveis”, mas incapazes de atingir sua honra pessoal.³⁷²

O ano que seguiu não trouxe grandes novidades em relação a virada que já vinha operando desde 1848. *O Mercantil* permanece mais simpático ao autor, o que é expressado, por exemplo, por meio da crítica de uma representação de uma peça baseada nos *Mistérios de Paris* encenada em julho de 1851. A crítica trata principalmente da parte da peça sobre a família Morel, os pobres miseráveis vítimas dos maiores infortúnios do romance, considerando esse núcleo de extremo interesse social.³⁷³ A peça é representada novamente em março, na ocasião da comemoração de 27 anos da constituição. Em nova crítica, a boa moral social do romance inspirador seria novamente lembrada, enquanto as críticas residiam principalmente na confusão feita pelos dramaturgos, que excluía personagens e modificavam o nome de outros.

³⁷⁰ CORRESPONDÊNCIAS, *Correio Mercantil*, 05/12/1850, p. 2;

³⁷¹ EXTERIOR, *O Século*, 04/07/1850, p. 2;

³⁷² VARIÉDADES, *O Americano*, 31/08/1850, p. 1;

³⁷³ THEATRO, *Correio Mercantil*, 19/07/1851, p. 2;

O Corsário, periódico menor, também havia elogiado a peça, dedicando um curto parágrafo elogioso para cada ator³⁷⁴. Essa opinião não era compartilhada pelo demais jornais. *O Marmota na Corte*, por exemplo, lamenta que tenha sido escolhida uma peça “imoral e de qualidade literária duvidosa”, acentuando ainda que em um evento como este, o vigésimo sétimo aniversário constituição, com presença da família imperial, seria digno de peças mais recentes.³⁷⁵

O Jornal do Commercio, que há muito cumpria papel de duro crítico do autor, decidiu apenas noticiar a representação, abstendo-se de qualquer crítica posterior, o que não significa uma possível desistência do debate: nesse mesmo ano, vários artigos de jornais europeus continuavam tratando da forte relação entre literatura e socialismo e a prensa de Villeneuve seguia publicando-os. Além destes, textos produzidos pelo próprio jornal também tinham seu espaço. No primeiro dia de 1851, o editorial deu boas-vindas ao novo ano lembrando o caráter detestável do que o autor chama de três formas de socialismo: nivelador, panteísta e um terceiro tipo que buscava apenas melhorar as reconhecidamente difíceis condições dos trabalhadores. Ainda assim, dizia: “Que pois resta das utopias, das pretensões e promessas dos revolucionários modernos? Sangue, ruínas, agitação, desconfiança, miséria e pobreza.” Sobre Sue, em texto reproduzido dos *Débats*, segue repetindo a ideia de que o autor seria um hipócrita, um socialista que possuía suas mansões.³⁷⁶ *O Correio Mercantil*, em contra partida, seguiu em defesa do autor e do socialismo. Seu correspondente comemora a fraqueza que o monarquismo ganhava nas províncias, e que Sue havia sido nomeado para uma comissão na Assembleia Nacional.³⁷⁷ Em outro número o jornal anuncia, na seção miscelâneas, que gazetas alemãs haviam queimado publicamente cópias de *Os Mistérios do Povo*. Mesmo assim, o mesmo romance seguia sendo publicado em seu rodapé, e embaixo do título do romance, Eugênio Sue aparecia com a alcunha “representante do povo.”³⁷⁸

A ligação do nome do autor ao socialismo havia sido consolidada ao longo da Revolução de 1848 e principalmente após sua eleição para a Assembleia Nacional, que havia de fato selado sua relação com as ideias revolucionárias, para o bem ou para mal. Seus romances, mesmo os mais antigos, haviam sofrido as consequências dos posicionamentos posteriores do seu autor, perdendo velhos adjetivos positivos e ganhando negativas alcunhas também atribuídas ao

³⁷⁴ THEATRO, *O Corsário*, 29/03/1851, p. 2;

³⁷⁵ THEATRO, *A Marmota na Corte*, 28/03/1851, p. 2;

³⁷⁶ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 07/06/1851, p. 1;

³⁷⁷ EXTERIOR, *Correio Mercantil*, 10/05/1851, p. 1;

³⁷⁸ FOLHETIM, *Correio Mercantil*, 31/05/1851, p. 1;

socialismo. Em 1852 e 1857, novos eventos trariam mais uma vez o nome do autor-deputado para as prensas cariocas.

3.4 - 18 Brumário

A deposição de Luís Felipe e a instauração de uma República. A eleição de Eugène Sue para a Assembleia Nacional francesa. Dois eventos da política institucional francesa que marcaram a biografia, não só do autor, mas também de seus romances, e que eram assistidos de perto pela imprensa carioca. Mais um ainda teve seu lugar, e tomaria um lugar não tão diferente pelos jornais da capital do império. Em Dezembro de 1851, o príncipe-presidente Luiz Bonaparte dava um *coup d'état* exilando ou executando um número de opositores, o que culminaria na sua coroação como imperador Napoleão III no ano seguinte, encerrando assim o regime republicano. Este novo evento, embora narrado pelo célebre comunista alemão ainda completamente incógnito para a imprensa brasileira, chegava no Rio de Janeiro, como todos os anteriores, através dos correspondentes no exterior e da própria imprensa estrangeira, que por sua vez estavam atentos também aos romancistas. Dentre os exilados, muito dos nossos autores, como Hugo, Sue e Dumas. Seguindo a linha que propunham desde 1848, esses mesmos jornais reagiriam à instauração de um novo regime e ao exílio desses escritores que tanto haviam contribuído com os folhetins do Rio.

Embora a movimentação do então presidente tenha ocorrido em Dezembro de 1851, as notícias chegavam ao Brasil com certo atraso. No dia 9 de Janeiro, em sua primeira página, o *Correio Mercantil* segue sua linha editorial ao reproduzir um texto do *Times* que chama o golpe de Bonaparte de “usurpação de 2 de Dezembro”. O texto denuncia o caráter militar do golpe, nomeando Luiz Bonaparte como ditador repetidas vezes, além de fazer um paralelo histórico: “A usurpação imperial de 2 de dezembro de 1804 foi agora parodiada pela usurpação presidencial de 2 de Dezembro de 1851”. O jornal, não tendo o privilégio que temos sobre o futuro, mal sabia que esta se tratava também de uma usurpação imperial. O autor do *Times* acreditava se tratar de algo pior que uma monarquia: “Não é república, não é monarquia constitucional que Luiz Napoleão tenta estabelecer em França, é sim o despotismo sob a sua forma mais terrível”.³⁷⁹

O *Jornal do Commercio* também se mostrou coerente com suas posições. No dia 05 de Janeiro, transcreveu um texto de uma folha semanal inglesa não nomeada, onde se lia que Luiz

³⁷⁹ EXTERIOR, *Correio Mercantil*, 09/01/1852, p. 1;

Napoleão Bonaparte salvava a França da anarquia, além de reproduções de proclamações do presidente e dos militares. No dia 21 de Fevereiro na primeira página se encontrava um texto do *Courrier des États Unis* que anunciava e celebrava a vitória eleitoral após o golpe:

Bonaparte, no apogeu de sua glória, foi portanto eleito sucessivamente primeiro cônsul em 1799, cônsul por toda a vida em 1802, e imperador em 1804, por maiorias menores do que fizeram seu sobrinho, presidente da república em 1848, e ditador em dezembro de 1851. O prestígio do nome de Bonaparte aumentou, longe de enfraquecer com o tempo.³⁸⁰

Era, além de ditador, termo hoje tão temido pelos presidentes de quepe mas que então rememorava os tão elogiados líderes gregos ou romanos, o homem que salvava a França do socialismo, e a população o devia sua gratidão. Dias depois, um texto do *Débats* era publicado expressando ideia semelhante, celebrando uma derrota do socialismo, ainda que este ainda possa permanecer vivo entre as classes mais populares.³⁸¹ Outros textos que reforçam a ideia são publicados nos meses seguintes. A proclamação do novo império também havia sido celebrada pelo *Jornal do Commercio*. O império teria sido muito bem acolhido³⁸², enquanto a França assistia apática o fim de sua república após anos de anarquia.³⁸³ A posição tomada pelo *Jornal do Commercio* desde 1848 é perfeitamente consonante com sua posição enquanto defensor do governo e da monarquia, como vimos em Molina³⁸⁴ e Hallewell³⁸⁵. Quando a experiência socialista do Saí era vista com bons olhos pelo governo imperial, este noticiava e propagandeava a empreitada com grande entusiasmo, como nos apontou Lins³⁸⁶. Quando o termo passa a representar graves ameaças à monarquia, materializadas na França de 1848, este recua e passa a condenar até mesmo o socialismo colonial que a pouco defendia.

Outros periódicos menores também haviam celebrado o golpe de Luiz Bonaparte, como *O Brasil*, que ironiza os brasileiros que cantavam a Marselhesa e celebravam uma república morta. Anuncia também o apoio dado por líderes de outros estados, o aumento de presos em Cayena, na Guiana Francesa, e o retorno do corpo de Napoleão II, filho do primeiro Bonaparte imperador, à França. Quanto aos exilados, apenas os cita, sem comoção, com uma leve ironia ao dizer que Dumas escrevia muito em Bruxelas por precisar de dinheiro.³⁸⁷

³⁸⁰ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 21/02/1852, p. 2;

³⁸¹ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 28/03/1852, p. 2;

³⁸² EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 10/01/1853, p. 1;

³⁸³ EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 09/02/1853, p. 5;

³⁸⁴ MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1., p. 228;

³⁸⁵ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012., p. 161;

³⁸⁶ LINS, Hoyêdo Nunes, **Fourierismo no Brasil meridional: a saga do Falanstério do Saí (1841-1844)**. História Econômica & História de Empresas (ABPHE), v. XIII, p. 31-72, 2010, p. 42;

³⁸⁷ EXTERIOR, *O Brasil*, 31/03/1852, p. 2;

A vida do nosso autor também sofria sua alteração graças aos eventos de Paris. *Os Mistérios do Povo*, que havia iniciado em 1850 no *Correio Mercantil*, foi interrompido no final de 1852. O folhetim vinha sendo publicado em um ritmo muito mais lento que o *Os Mistérios de Paris*, com longas pausas entre os capítulos e partes. No dia 25 de Outubro, uma nota do próprio Sue, dentro do romance, anunciava que a história avançava para chegar ao período das cruzadas, que se desenvolveria na sexta parte.³⁸⁸ Essa seria a última vez que *Os Mistérios do Povo* apareceria no folhetim. Em 12 de Novembro o jornal anunciava que os bispos de Saboia haviam proibido o romance, mas somente quase um ano depois, em Outubro de 1853, é que encontramos um editorial explicando que a interrupção havia se dado graças à falta dos originais, que logo se revelou ser consequência das proibições que o romance havia sofrido na Europa.³⁸⁹

O Compilador, em 1852, publica uma biografia do autor cuja autoria o próprio jornal diz desconhecer. Nesta biografia, mais uma vez é reproduzida a velha divisão da carreira do autor: romances marítimos, de costumes e os sociais, aqui chamados de filosóficos. O texto diz que Sue se dedicava à literatura graças a sua herança, além de ironizar sua vida de, nas palavras do jornal, aristocrata, embora se declarasse democrata. Sobre *Os Mistérios do Povo*, lê-se que é um romance que subverte a moral e ridiculariza a religião.³⁹⁰ Já o *Periódico dos Pobres* elogia Sue, criticando aqueles que chamam sua obra de ímpia, caracterizando seu trabalho como excelente, com especial destaque para os *Mistérios do Povo* em detrimento dos *Mistérios de Paris*, tendo o primeiro de maneira muito fragmentada chegado ao Brasil por meio do *Mercantil*.³⁹¹ Outros continuavam duramente associando Sue ao socialismo. *A Pátria*, por exemplo, argumenta que a liberdade excessiva seria ruim na França e no Brasil, e que esta havia tentado instaurar as ideias comunistas na França, referindo-se aos movimentos de 1848. Curiosamente, as ideias comunistas não são aqui associados à Fourier ou Proudhon, mas são caracterizadas como “ideias de Sue”.³⁹² Ao falar de socialismo, o texto lembra do autor enquanto referência sobre o tema. *A Semana* o define como um “gênio sinistro a quem a França deve as calamidades de 1848”³⁹³, seria um Lutero, inimigo da igreja. *A União* vê Paris como a Babilônia: Proudhon destrói a ordem, a moral e o direito, enquanto Sue e Dumas são venenosas com sua ficção imoral: “nossas bibliotecas gemem com estas infames bruxuras”.³⁹⁴ *O Diário*

³⁸⁸ FOLHETIM, *Correio Mercantil*, 25/10/1852, p. 1;

³⁸⁹ RIO DE JANEIRO, *Correio Mercantil*, 22/10/1853, p. 2;

³⁹⁰ BIOGRAFIA, *O Compilador*, 24/10/1852, p. 2;

³⁹¹ *Periódico dos Pobres*, 06/04/1852;

³⁹² *A Pátria*, 17/03/1858;

³⁹³ *A Semana*, 18/01/1857;

³⁹⁴ *A União*, 02/04/1853;

do Rio de Janeiro afirma que *Os Sete Pecados Capitais* justificam todos os vícios e crimes.³⁹⁵ *O Jornal das Senhoras*, levantando também outros autores, adjetiva Sue como fortemente socialista, representando as desgraças de todo um povo em *O Judeu Errante*.³⁹⁶ Em muitos periódicos, enfim, o nome do autor seguiu sendo associado ao socialismo e a erupção social de 1848, mais frequentemente de forma negativa, responsabilizando sua literatura pela quebra da ordem vigente. Aos seus trabalhos mais recentes, bem como sua vida no exílio, poucas linhas foram dedicadas, mas ainda assim seus romances seguiram nas últimas páginas dessas mesmos periódicos, na forma de anúncios.

Ao longo do resto da década pouco se falou sobre o autor, com exceção dos usuais anúncios de suas obras junto à outros famosos folhetinistas do período e dos textos citados no parágrafo anterior. O último grande evento da vida do autor, no exílio desde 1852, foi sua morte em 1857, que levaria a imprensa fluminense a novamente comentar o nome de Eugène Sue. *O Correio Mercantil*, destaca já em 11 de Julho daquele ano que o autor estaria gravemente enfermo, mas sendo auxiliado por um dos melhores médicos vindo de Lyon.³⁹⁷ Em 9 de Setembro, o *Mercantil* anuncia que havia recebido do *Midway* notícias da morte de vários célebres europeus, dentre eles Carl Czerny, o famoso compositor e professor de piano, alguns militares e de “Eugène Sue, o ilustre romancista”³⁹⁸. Nenhum comentário mais detido foi feito a respeito.

Somente alguns dias após o impacto inicial da morte do autor é que os correspondentes e outros redatores dos periódicos começaram a prestar seus pêsames ao romancista ao longo do mês de Setembro, cada um a sua maneira. *O Correio Mercantil*, mais uma vez em defesa do autor, logo publica um texto de seu correspondente no número de 14 de Setembro, onde este presta suas condolências e dá uma curta biografia do romancista. É desse texto que retiramos a epígrafe deste capítulo, graças ao seu acerto ao descrever o modo com que a carreira de Sue seria vista pela posteridade: um autor pouco lido, mas cuja obra se tornou parte da história da literatura francesa, tamanha sua expressão em um período importante para essa mesma literatura. Não que o correspondente fosse algum tipo de gênio ou profeta, mas já em 1857 as obras Sue eram vistas como algo do passado: “não que ele não escrevesse muito tempo antes e depois, mas porque esse período de 10 anos foi o de seus maiores triunfos”. O correspondente lembra o tamanho de sua obra, com a fórmula dos *Mistérios* sendo tão imitada e traduzida como

³⁹⁵ Diário do Rio de Janeiro, 16/07/1854;

³⁹⁶ Jornal da Senhoras, 04/03/1855;

³⁹⁷ EXTERIOR, Correio Mercantil, 11/07/1857, p. 2;

³⁹⁸ EXTERIOR, Correio Mercantil 09/09/1857, p. 2;

nunca antes. Elogia também *O Judeu Errante* e explica que seus romances no exílio não haviam alcançado a expressão dos anteriores. Curiosamente, em momento algum classifica Sue como socialista, mas sim como um republicano e democrata, além de alfinetar aqueles que ironizavam a fortuna do autor e seus ideais políticos, dizendo que estes apenas compreendiam a democracia quando esta aparecia em farrapos. Posteriormente, argumenta que Sue só havia tomado a política como profissão após 1848, sendo suas obras anteriores meramente generalistas. Esta visão, como veremos, não seria compartilhada por todos os que noticiaram a morte do autor. *O Mercantil* e seu correspondente, simpáticos ao finado, buscavam associar seu nome ao republicanismo e à democracia, isolando-o do socialismo e limpando suas obras pré-1848 de qualquer caráter político mais profundo.

O *Diário do Rio de Janeiro*, outrora também duro crítico do autor, aliviava seus julgamentos sobre o falecido. Na primeira página de 22 de Setembro, publica um texto do *Courrier de Paris* em que Sue é tratado quase como herói: sua morte teria causado enorme comoção em Paris e Annecy, então parte do reino da Sardenha, onde estava exilado. Lamenta que mesmo a pedido de seus amigos, o império havia negado o traslado de seu corpo para a França, mas pede tranquilidade: “Um dia repousarão os ossos do grande escritor na sua terra natal. Os impérios acabam, mas não acabará a memória de tão ilustre patriota. Horror aos perseguidores póstumos, que nem aos cadáveres perdoam.”³⁹⁹ Esse texto, celebrativo de sua memória, novamente colocava o autor como um símbolo da democracia, mas sem associá-lo ao socialismo. Seus restos não precisariam esperar o fim do império para retornar à França, já que a região da Savóia seria anexada por Napoleão III ainda na década seguinte. Seis dias depois outro texto seria publicado anunciando o falecimento, dessa vez com mais detalhes sobre sua biografia literária, em que ele foi classificado como um dos que haviam cumprido importante papel na geração de 1830, referindo-se aos grandes folhetinistas do período.⁴⁰⁰ *O Correio da Tarde*, que também já havia tomado uma postura mais hostil, buscava fazer comentários pretensiosamente neutros, relembrando a falta de cerimônia religiosa no enterro e a presença de vários refugiados vindo da própria Sardenha e da Suíça.⁴⁰¹

A principal plataforma involuntária de Sue e tantos outros literatos no Brasil, *O Jornal do Commercio*, que há muito já havia dado suas costas ao autor (mas não necessariamente ao lucro gerado por suas obras), havia sido menos suave com o escritor do que os demais. Em sua primeira página e através do conservador correspondente, o texto destacou, tal qual o *Correio*

³⁹⁹ EXTERIOR, *Diário do Rio de Janeiro*, 22/09/1857, p. 2;

⁴⁰⁰ EXTERIOR, *Diário do Rio de Janeiro*, 28/09/1857, p. 2;

⁴⁰¹ EXTERIOR, *Correio da Tarde*, 30/09/1857, p. 2;

da Tarde, o caráter dissidente do próprio enterro: repleto de exilados e sem cerimônia religiosa. Posteriormente, seguiu falando sobre sua biografia militar e literária até relembrar seus mais célebres romances. Ao contrário do *Mercantil*, que sequer citava o socialismo e dissociava suas obras pré-48 da política, o correspondente do *Jornal do Commercio* logo diz: “Abraçando as ideias socialistas que começavam a germinar resolveu introduzir nas suas obras este tema, e deu-lhe o realce do incontestável talento.”⁴⁰² Dessa forma, Sue era socialista desde *Os Mistérios de Paris* e do *Judeu Errante*, que o tornaram severo inimigo do clero. Novamente retoma a crítica já conhecida sobre o patrimônio do autor, dizendo que “o apóstolo socialista viveu como um príncipe”, mas pouco critica sua ação como deputado, dizendo que era pouco orador e que rapidamente havia reconhecido os erros da Revolução de 1848. Por fim, contrariando críticos anteriores, que já haviam dito que seu socialismo era de ocasião, confirma que o autor havia sido sincero, não abandonando seus ideais em 1852 e consequentemente indo ao exílio, ainda que Napoleão III o recebesse caso Sue aceitasse participar de seu séquito. Termina o texto com sabor agridoce, reconhecendo em partes seu talento literário, frequentemente atacado após 1848, mas fazendo ressalvas sutis quanto aos seus ideais políticos: “Quaisquer que sejam os seus erros ou os seus defeitos, é forçoso admirar os seus vastos recursos intelectuais”.⁴⁰³

A obra de Sue continuou a ser comercializada ao longo da década de 1850, e enquanto os correspondentes amaldiçoavam o deputado na primeira página, as tipografias e livreiros anunciavam seus romances na última. Na década de 1860, referências ao autor vão se tornando cada vez mais raras, e aos poucos seu nome e seus romances vão perdendo lugar. A coroa de grande romance sobre a pobreza de Paris é dado à obra de seu colega de pena e tribuna, Victor Hugo, um dos mais longevos dos folhetinistas da geração de 1830. Os motivos dessa escolha podem ser difíceis de rastrear, mas os ideais políticos de Sue podem ser um caminho. Este, tão querido e vendido pela imprensa fluminense com poucas ressalvas, havia rapidamente se transformado em um provocador da anarquia, ainda que os romances do início da década em nada tivessem mudado. *Os Mistérios de Paris* seguia sendo *Os Mistérios de Paris*, mas se as visões do passado são construídas a partir de questões do presente, é possível compreender a reação radical provocada nos conservadores que agora viam o mesmo romance com outra ótica, enquanto liam da França as notícias sobre as barricadas, a república e o socialismo, ainda que o significado do último possa adquirir inúmeros sentidos. O *Jornal do Commercio* publicou *Os Mistérios de Paris* em 1844, e o *Diário do Rio de Janeiro* iniciou o *Judeu Errante* no mesmo

⁴⁰² EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 30/09/1857;

⁴⁰³ Idem.

ano, mas quando seu último grande romance, mais inflamado, *Os Mistérios do Povo*, causava comoção, somente o *Correio Mercantil* ousou traduzi-lo e publica-lo.

Já os socialistas não puderam abraçar o romance. Pouco revolucionário, havia sido duramente criticado por Marx, dando portanto o tom pelo qual *Os Mistérios* seriam lidos (*se* seriam) pelos marxistas das décadas e dos séculos posteriores. Muito revolucionário para os conservadores, e muito conservador para os revolucionários, Sue não teve acesso ao rol dos grandes escritores. Sua obra, no entanto, e principalmente a recepção da mesma, podem ser valiosos para o historiador sob várias óticas, dado o seu impacto e seu iminente caráter político. A transformação do termo socialismo, sua relação com as colônias europeias nas Américas, o uso de seu personagens nos debates na imprensa e nas câmaras são todos movimentos riquíssimamente documentados, o que nos levou a selecionar alguns dos inúmeros debates possíveis neste trabalho, mas que não poderiam ser justamente contemplados dadas as limitações de uma dissertação. Que este texto se some àqueles que já visitaram Sue e sua carreira no Brasil, e ajude a despertar o interesse por um autor que, embora francês, se afundou sem querer na política brasileira.

CONCLUSÃO

Que a nossa visão do passado é construída a partir das nossas experiências presentes não é nenhuma novidade. Essa perspectiva nos traz clareza dos motivos que nos levaram até Eugène Sue, autor que parecia ter trazido para o Brasil escravista ideias aparentemente tão distantes dessa realidade. Folhetinista, socialista, deputado: todos esses adjetivos são constantemente usados quando nos lembramos desse autor morto há mais de 150 anos, mas que apesar da curta carreira, teve sua diversas fases. Ao olharmos retrospectivamente, é fácil esquecermos que Sue, na realidade, são vários. O Sue marinheiro, o dos romances marítimos, dos sociais, o deputado, o exilado e o esquecido. *Os Mistérios de Paris*, sua principal obra, é um texto que, assim como seu autor, se transforma de algumas formas. Fora editado um bom número de vezes ao longo do século XIX, adaptado para o teatro e até mesmo para o cinema, mas não é dessa transformação que falamos. Nos é especialmente importante a alteração das lentes que lêem o texto, que tornam um belo romance social em uma perversa obra socialista; que transformam um autor preocupado com a miséria em um revolucionário inflamado, não porque ele ou seu texto tenha mudado, mas porque as questões que contornavam o texto já não eram as mesmas. No meio desse turbilhão, encontramos ainda uma mina de ouro que não esperávamos encontrar: acompanhávamos não só a transformação de um autor e sua obra, mas de um termo que marcaria todo os séculos XIX, XX e, para a insatisfação dos profetas do apocalipse da história, o XXI. O socialismo, antes singelo, inocente, havia se transformado em um vetor de mudança que fazia tremer as bases da Europa a partir de 1848. Não que não existisse antes dessa data, afinal, o fantasma do comunismo já assombrava o continente, mas é nesse momento que a imprensa conservadora brasileira havia começado a compreender a dimensão dessas novas ideias e os riscos que elas ofereciam para a elite do império.

Chegamos à essas conclusões após extensa leitura, por meio da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, de alguns dos principais periódicos fluminenses das décadas de 1840 e 1850. Utilizamos, para alcançar nossos objetivos, a busca por termos, o que nos possibilitou cobrir um grande *corpus* documental, mas que por outro lado não deve ser visto como um processo neutro. Brasil e Nascimento⁴⁰⁴, que analisam pesquisas realizadas através do mesmo recurso, questionam a atenção (ou falta dela) que os historiadores vêm dando ao uso das

⁴⁰⁴ BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: Reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 33, ed. 69, p. 196-219, jan-abr 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/>. Acesso em: 10 out. 2022.

ferramentas digitais, muitas vezes ocultando o tratamento dessa fonte que, embora se assemelhe à sua versão física, possui especificidades que não podem ser ignoradas.

Segundo os autores, a busca por termos colocaria importantes problemas metodológicos aos pesquisadores, dentre os quais estão principalmente: a busca direta por termos nem sempre abarca todas as ocorrências reais contidas naquela página, graças à eventuais deficiências dos leitores OCD (que transformam arquivos digitalizados em arquivos do texto) ou ilegibilidade dos textos; a capacidade da linguagem de falar sobre determinados temas ou pessoas sem citá-las nominalmente; e por fim a redução da possibilidade de encontrar elementos de forma não intencional, ou seja, se deparar com textos que o historiador não esperava encontrar, visto que a busca por termos pressupõe o que o pesquisador deseja pesquisar.

Problemas como esses são observáveis também em nosso trabalho. Na primeira etapa aqui apresentada, fizemos uma leitura da totalidade do jornal no período em que o romance *Os Mistérios de Paris* é publicado, entre Setembro de 1844 e Janeiro de 1845, buscando relações com outras seções do jornal que não o folhetim. Essa leitura reduz os citados riscos da busca localizada, mas torna impossível o objetivo maior da pesquisa que é rastrear a trajetória de Eugène Sue na imprensa carioca das décadas de 1840 e 1850, o que abarcaria milhares de páginas digitalizadas pela *Biblioteca Nacional*. Ao partir para a busca localizada, foi necessário que nos atentássemos a alguns aspectos de forma consciente.

O primeiro problema citado por Brasil e Nascimento, a incapacidade dos identificadores de caracteres de identificar corretamente todos os termos, esteve presente nessa pesquisa. Não é raro, por exemplo, encontrar o nome “Eugène Sue” em um determinado texto, e logo abaixo o mesmo nome ser repetido, de forma igualmente clara ou até mais evidente, porém passando despercebido pelo leitor OCD. Soma-se a isso uma dificuldade especial de nossa pesquisa que é o curto nome do literato alvo. Na ferramenta disponibilizada pela *Hemeroteca Digital*, é possível buscar de maneira exata, colocando parênteses no termo desejado. A ferramenta, porém, é ineficiente ao buscar palavras curtas como “Sue”, muitas vezes não devolvendo nenhum resultado. Quando o termo é inserido sem parênteses, o leitor confunde “Sue” com a palavra “que”, o que nos leva aos milhões de “que” escritos na imprensa do período selecionado. Uma alternativa seria buscar o nome completo do autor, “Eugène Sue”, o que nos levaria à resultados mais precisos, porém ignoraria todas as circunstâncias em que o autor é referido como “M. Sue”, “Sr. Sue”, ou “E. Sue”, o que, dado aos costumes do século XIX referentes à escrita, era extremamente comum. É possível que tenhamos perdido algumas

dezenas, talvez centenas ou até milhares de menções ao autor espalhadas por toda as páginas digitalizadas, mas essa é uma aflição com a qual teremos que dormir.

Outra prática específica do século XIX a qual devemos nos atentar é a grafia. Embora hoje a tradução de nomes próprios não seja mais difundida, é muito mais comum encontrarmos “Eugênio Sue” no lugar de “Eugène Sue”. A busca pelos dois termos é primordial, visto que as duas grafias são concomitantes e convivem harmoniosamente. O mesmo acontece com a cidade de Paris, o que nos leva a buscar tanto “Os Mystérios de Paris” quanto “Os Mystérios de Pariz”. Do mesmo modo que a busca por termos nos possibilita resultados antes impossíveis, não deixa de apresentar também essas limitações, às quais buscamos sempre nos atentar, sob pena de tentar alcançar uma totalidade impossível, por mais que o poder da digitalização pareça sem limites.

Outra limitação que admitimos é a dificuldade em identificar exatamente os autores de cada trecho de jornal analisado. Os periódicos do período frequentemente deixam como anônimos os textos publicados em suas páginas. Até mesmo a origem, em termos mais gerais, é confusa, nos deixando em dúvida se um texto havia sido produzido no Brasil, se tratava-se de um texto de outro periódico nacional ou até mesmo a tradução de uma folha europeia. Tentamos nos ater, portanto, aos discursos, deixando de lado os autores, pensando a partir dos ideais que cada periódico buscava repetir constantemente em suas páginas, independente da origem. Ainda que muitos textos publicados não partam das redações do *Jornal do Commercio*, *Diario do Rio de Janeiro* ou *Correio Mercantil*, mas sim venham do *Times* ou do *Journal des Débats*, as inúmeras possibilidades de decisão sobre qual e como cada texto seria publicado nos permitiu analisar o tratamento dado por cada periódico ao autor, seu romance e os eventos ao redor.

A extensão do romance também nos fez tomar duras escolhas quanto aos temas a serem tratados. Os diálogos possíveis com os temas políticos no Brasil e na Europa e que aparecem no romance são inúmeros, como a colonização da Argélia, a escravidão, as mudanças políticas na Argentina, a Revolução de 1848 na Europa e em Pernambuco⁴⁰⁵, a escravidão e outros. O romance, portanto, não se esgota nessa dissertação, sendo ainda possível trabalhá-lo sob inúmeras óticas relacionando-o aos diversos eventos com os quais seriam possível estabelecer uma ligação. Esperamos que este trabalho possa contribuir para aumentar os estudos sobre esses folhetinistas que, esquecidos pelo nosso tempo, não deixaram de marcar profundamente o período em que viveram e escreveram. Ainda que o cânone os rejeite, que sejam ou não

⁴⁰⁵ Nesse caso, Danielle Christine Othon Lacerda vem desenvolvendo extensa pesquisa relacionado Sue aos movimentos sociais pernambucanos de 1848.

produzidos industrialmente, que sua qualidade seja ou não atestada, o dado é que foram esses romances os mais lidos nas décadas de 1840 e 1850, e ignorá-los nos faz também ignorar as histórias que empolgaram tantos leitores e também ouvintes brasileiros dos mais diversos grupos sociais.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia. A Transnational Literate Community: Reactions to Novels in Europe and Brazil. In: ABREU, Márcia (ed.). **The Transatlantic Circulation of Novels Between Europe and Brazil, 1789–1914**. [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2017. p. 15-38. E-book, https://doi.org/10.1007/978-3-319-46837-2_2;

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. “**A Indústria Cultural; o Iluminismo como mistificação das massas**” in: *Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos*, 1947. p 57-79.

BARBERO, Jesus M. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003;

BARBOSA, Thalita Moreira. Relação Brasil-França no Oitocentos: fruto de uma empatia cultura ou de um projeto de hegemonia? **Faces de Clio**: revista discente do programa de pós-graduação em história - UFJF, Juiz de Fora, v. 4, ed. 8, p. 227-240, Jul./Dez. 2018. Disponível em: https://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/8_L5_Thalita_227-_240.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

BEECHER, Jonathan. **Charles Fourier**: The visionary and his world. London: University of California Press, 1986, <https://doi.org/10.1525/9780520310261>.

BERNARD, Claudie. **LES FORMES DE LA JUSTICE DANS LES MYSTÈRES DE PARIS**. Poétique, [s. l.], ed. 152, p. 403-422, 2007. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-poetique-2007-4-page-403.htm>. Acesso em: 7 out. 2021, <https://doi.org/10.3917/poeti.152.0403>;

BLOCH, March. **Apologia da História**: ou, o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001;

BORY, J.-L. **Eugène Süe, dandy mais socialiste**. Paris: Hachette, 1962.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: Reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, ed. 69, p. 196-219, jan-abr 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/>. Acesso em: 10 out. 2022, <https://doi.org/10.1590/s2178-14942020000100011>.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982. 127 p. (Tudo é história, 52);

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1971. 201 p.;

CARELLI, Mario. **Culturas cruzadas**: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: Papirus, 1994. 272 p.;

CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 13;

CHALMERS, Vera Maria. **A literatura fora da lei**: um estudo do folhetim. Coleção remate de males, n. 5, 1985, p. 138;

COONTZ, Stephanie. The origins of modern divorce. **Family Process**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 7-16, 2006. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2006.00188.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1545-5300.2006.00188.x>. Acesso em: 25 ago. 2022, <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2006.00188.x>;

Dictionnaire de l'Académie Française. 6ª Ed. Paris, 1835;

DOMINGOS, Simone Tiago. **O retorno da Companhia de Jesus no Segundo Reinado**: representações dos jesuítas nas páginas da revista do IHGB. Revista História e Cultura, Franca, v. 3, n. 2, p. 338-355, 2014. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/995>. Acesso em: 8 ago. 2022, <https://doi.org/10.18223/hiscult.v3i2.995>;

ECO, Umberto. El lector modelo. In: ECO, Umberto. **Lector in Fabula**: La cooperacion interpretativa en el texto narrativo. 3. ed. Barcelona: Lumen, 1993. cap. 3, p. 73-95;

ECO, Umberto. Socialismo y consolación. In: ECO, Umberto. **Socialismo y consolación**. Barcelona: Tusquets, 1970. p. 7-38;

ESTEVES, L. R. A TRADUÇÃO DO ROMANCE-FOLHETIM NO SÉCULO XIX BRASILEIRO. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 42, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639377>. Acesso em: 5 jun. 2021.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros e sociedade: a formação de leitores no século XIX. Teias (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 31-37, 2001;

FERREIRA JUNIOR, Francisco. **Les Mystères de São Salvador ou quando a vida imita a arte**: crime, literatura e representação no Brasil do século XIX. Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon., v. 19, p. 153-177, 2017;

FRIDMAN, Fania., **Socialismo romântico e a cidade do Rio de Janeiro**. REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, v. 1, p. 17-41, 2017;

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. **A Aurora do Socialismo**: Fourierismo e o falanstério do Saí (1839-1850). Orientador: Edgar Salvadori de Decca. 2002. Tese (Doutorado em História) -

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002;

GOMES, Flávio. **Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista**. Tempo, (13),209-246. Acesso em 8 de Agosto de 2022. ISSN: 1413-7704. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018088008>, <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p189-202>

GOMES, Pedro Gilberto. **Dos meios às mediações: Jesús Martín-Barbero na teoria da comunicação da Unisinos**. MATRIZES, São Paulo, v. 12, ed. 1, p. 189-202, jan/abr 2018;

GOUDMAND, Anaïs. **Le roman-feuilleton ou l'écriture mercenaire: l'exemple des Mystères de Paris**. Cahiers de Narratologie, [s. l.], v. 31, 2016. DOI 10.4000/narratologie.7589. Disponível em: <http://journals.openedition.org/narratologie/7589>. Acesso em: 6 out. 2021, <https://doi.org/10.4000/narratologie.7589>.

GRANJA, LÚCIA; SANTANA Jr., O. D. Aquém e além-mar: agentes, textos e estratégias na publicação de romances-folhetim do *Jornal do Commercio* (1827-1863). REVISTA INTERFACES (UFRJ), v. 1, p. 31-46, 2018;

GROSSIR, Claudine. **DU FEUILLETON À L'ASSEMBLÉE NATIONALE: EUGÈNE SUE ET LES MYSTÈRES DE PARIS**. Romantisme, [s. l.], ed. 141, p. 107- 118, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-romantisme-2008-3-page-107.htm>. Acesso em: 6 out. 2021, <https://doi.org/10.3917/rom.141.0107>.

GUIMARÃES, Rosângela Marília Oliveira. **A publicação do falso romance-folhetim “A Mão do Finado” em jornal brasileiro e a polêmica da autoria**. V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0063-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: Sua história**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HAMMEL, Andrew. Abolition in Germany, Great Britain, and France. In: HAMMEL, Andrew. **Ending the Death Penalty: The European Experience in Global Perspective**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 53-147;

HOBBSAWM, E. J. **A era do capital: 1848-1875**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009;

HÜLK, Walburga. Spectacular, Spectacular: Early Paris Mysteries and Dramas. In: STEIN, Daniel; WIELE, Lisanna. **Nineteenth-Century Serial Narrative in Transnational**

Perspective, 1830s–1860s: Popular Culture –Serial Culture. Londres: Palgrave Macmillan, 2019. cap. 3, p. 49-64, https://doi.org/10.1007/978-3-030-15895-8_3.

LACERDA, Danielle Christine Othon. **Entre crimes e mistérios:** uma análise comparada das dinâmicas de mercado nas apropriações de romances-folhetins franceses no Rio de Janeiro (1840 – 1860). Orientador: Prof. Dr. José Costa d'Assunção Barros. 2018. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - UFRJ, Rio

LINS, Hoyêdo Nunes, **Fourierismo no Brasil meridional:** a saga do Falanstério do Saí (1841-1844). História Econômica & História de Empresas (ABPHE), v. XIII, p. 31-72, 2010

LUKÁCS, György. **O Romance Histórico.** São Paulo: Editora Boitempo, 2011;

LYON-CAEN, Judith. **UN MAGISTÈRE SOCIAL: EUGÈNE SUE ET LE POUVOIR DE REPRÉSENTER.** Le Mouvement Social, [s. l.], n. 224, p. 75 - 88, 2008. DOI <https://doi.org/10.3917/lms.224.0075>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-mouvement-social1-2008-3-page-75.htm>. Acesso em: 6 out. 2021, <https://doi.org/10.3917/lms.224.0075>.

MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura do império: esquecidos da da censura?. In: ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura.** Campinas: Mercado de letras, 1999. p. 395-410.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011;

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Die heilige Familie:** oder Kritik der kritischen Kritik gegen Bruno Bauer e consorten.. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Werke. Berlin: Dietz Verlag, 1962. v. 2.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

MEYER, Marlise. **Um fenômeno poliédrico:** o romance-folhetim francês do século XIX. Rev. Brasil. Lit. Comparada, n. 2, p. 124-135. Disponível em: <www.revista.abralic.org.br> Acesso em: 08/08/2020,

MIRECOURT, Eugène de. **Maison Alexandre Dumas et Compagnie.** Paris: Hauquelin et Bautrughe, 1845;

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil:** da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1.,

MOREL, Marco. Le roi, le peuple et la nation: métamorphoses du libéralisme politique en France et au Brésil (1830-1831). **Cahiers du Brésil Contemporain**, [s. l.], n. 23, 24, p. 59-75, 1994.

MOREL, M. Revoluciones y libros: el comercio político de la cultura en el imperio de Brasil. **Istor Revista de Historia Internacional**, Cidade do México, v. 9, 2002 . p. 8-29.

MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu: 1800-1900**. São Paulo: Boitempo, 2003;

OLIVEIRA, T. M.. **Eugène Sue**, o esquecido rei do romance-folhetim. **LETTRES FRANCAISES (UNESP ARARAQUARA)**, v. n.º18(2), p. 263-276, 2017.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. 1º Ed. Ouro Preto, 1832;

PAIXÃO, Alexandro Henrique. The Literary Taste for Novels in the Portuguese Subscription Library in Rio de Janeiro. In: ABREU, Márcia. **The Transatlantic Circulation of Novels Between Europe and Brazil: 1789-1914**. Campinas: Márcia Abreu, 2017. p. 39-60, https://doi.org/10.1007/978-3-319-46837-2_3.

PARKER, Mark. Introduction: the study of literary magazines. In: **LITERARY Magazines and British Romanticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 1-29.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. **A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte**. Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes. 2012. 444 p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Publicação crítica do recenseamento geral do Império do Brasil de 1872. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica - NPHEd. Janeiro de 2012. Acesso em 05 de Agosto de 2022;

RAMICELLI, Maria Eulália. **Folhetim: espaço de intermediação cultural e literária no século XIX**. Miscelânea, Assis, v. 18, p. 81-104, 2015. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/77>. Acesso em: 5 jun. 2021.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Barricadas em rodapés de jornais: Revolta popular e cidadania política na gazeta de notícias. **Revista de História**, São Paulo, ano 2020, n. 179, p. 1-33, 11 fev. 2020. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.150983>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/150983>. Acesso em: 5 jun. 2021, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.150983>;

RIBEIRO, João Luiz. **No meio das galinhas, as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835, os escravos e a pena de morte no Império do Brasil (1822-1889)**, Rio de Janeiro: Renovar, 2005, apud PIROLA, Ricardo Figueiredo. **A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte**. Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes. 2012. 444 p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012;

- RODRIGUES, Tamara de Oliveira. **Sobre a impossibilidade da reconciliação**: Abreu e Lima e a negação do passado nacional. Orientador: Valdei Lopes de Araujo. 2019. 172 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.
- RONSin, Francis. **Du divorce et la separation de corps en France au 19eme siècle**. Orientador: Jacques Perot. 1988. Tese (História) - Université Paris Diderot - Paris 7, Paris, 1988.
- SANT'ANA, Mateus Ribeiro de. **O Brasil de Alexandre Dumas**: Crítica, recepção e circulação de O Conde de Monte-Christo no Jornal do Commercio. A MARGem, Uberlândia, v. 17, ed. 1, jan/jun 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/amargem/article/view/56338/29508>. Acesso em: 15 dez. 2020, <https://doi.org/10.14393/AM-v17n1-2020-56338>;
- SANTOS, Guido Guimarães. **"Comerciais e acidentalmente políticos"?: o Jornal do Commercio, o Diário do Rio de Janeiro e a política internacional do Império (1845-1852)**. 2019. 1 recurso online (184 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637019>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. **Edição, recepção e mobilidade do romance Les Mystères de Paris no Brasil oitocentista**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 591-617, jul. 2010, <https://www.scielo.br/j/vh/a/w5mGSDdYQCQFy5TTQRQwyFBb/?lang=pt>;
- SILVA, Hebe Cristina da. **A Ascensão do Romance no Brasil** - considerações acerca da presença do gênero em anúncios do *Jornal do Comércio*. In: Congresso Internacional ABRALIC 2006, 2006, Rio de Janeiro-RJ. Caderno de Resumos do Encontro Internacional ABRALIC-2006, 2006.
- TANNENBAUM, Edward R. **The Beginnings of Bleeding-Heart Liberalism**: Eugene Sue's Les Mysteres de Paris.. Comparative Studies in Society and History, [s. l.], v. 23, ed. 3, p. 491-507, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/178486>. Acesso em: 7 out. 2021, <https://doi.org/10.1017/S0010417500013463>.
- THÉRENTY, Marie-Ève. **Misteriomania**: difusão e limites da globalização cultural no século XIX. Escritos, Rio de Janeiro, ed. 8, p. 27- 43, 2014. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero08/artigo02.php>. Acesso em: 6 out. 2021.

THIESSE, Anne-Marie. **L'éducation sociale d'un romancier**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 32-33, avril/juin, 1980. Paternalisme et maternage. pp. 51-63, <https://doi.org/10.3406/arss.1980.2079>;

UNGURIANU, Dan. Fact and Fiction in the Romantic Historical Novel. **The Russian Review**, [s. l.], v. 57, n. 3, p. 380-393, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/131953>. Acesso em: 18 abr. 2022, <https://doi.org/10.1111/1467-9434.00030>.

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. **Letras**, Curitiba, n. 43, p. 49-59, 1994, <https://doi.org/10.5380/rel.v43i0.19095>.

FONTES

AMARGA COINCIDENCIA, *O Povo Soberano*, 06/06/1858 p. 4;

ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, 04/04/1842 p. 4;

ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, Ano 03/11/1844 p. 4;

ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, 09/08/1845 p. 4;

ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, 25/03/1846, p. 4;

ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, 23/05/1846, p. 4;

ANNUNCIOS, *Jornal do Commercio*, 07/06/1855, p. 4;

ANNUNCIOS, *Correio Mercantil*, 23/08/1855, p. 4;

ANNUNCIOS, *O Globo*, 06/08/1845, p.4;

A PÁTRIA, 17/03/1858;

A SEMANA, 18/01/1857;

ASSEMBLÉA GERAL, *Correio Mercantil*, 27/07/1848, p. 2;

A UNIÃO, 02/04/1853;

BIOGRAFIA, *O Compilador*, 24/10/1852, p. 2;

BIOGRAPHIA, *A Nova Minerva*, Janeiro de 1846, p. 10;

CARTAS DE BRAZ TIZANA, boticário de Lisboa, ao barbeiro, *Jornal do Commercio*, 27/01/1848, p. 2;

CARTAS DE BRAZ TIZANA, boticário de Lisboa, ao barbeiro, *Diario do Rio de Janeiro*, 24/02/1848, p. 2;

CARTAS DE BRAZ TIZANA, boticário de Lisboa, ao barbeiro, *Jornal do Commercio*, 29/10/1848, p. 2;

CARTAS DE LONDRES, *Correio da Tarde*, 25/06/1850, p 2;

COMMUNICADOS, *Jornal do Commercio*, 12/05/1846, p. 3;
CORREIO DA TARDE, *Correio da Tarde*, 21/06/1850, p. 3;
CORRESPONDÊNCIAS, *Correio Mercantil*, 05/12/1850, p. 2;
DIÁRIO do Rio de Janeiro, 16/07/1854;
Dictionnaire de l'Académie Française. 6ª Ed. Paris, 1835
JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 29/08/1844, p. 2;
Jornal do Commercio, 15/04/1846 p. 1 e 2
EXTERIOR, *Correio da Tarde*, 19/07/1850, p. 1;
EXTERIOR, *Correio da Tarde*, 23/04/1852, p. 3;
EXTERIOR, *Correio da Tarde*, 30/09/1857, p. 2;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 16/09/1844, p. 1;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 14/01/1848 p. 2;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 11/07/1849, p. 1;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 27/09/1849, p. 2;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 22/03/1850, p. 2;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 06/06/1850, p. 1;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 08/06/1850, p. 2;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 16/06/1850, p. 1;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 10/05/1851, p. 1;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 09/01/1852, p. 1;
EXTERIOR, *Correio mercantil*, 11/07/1857, p. 2;
EXTERIOR, *Correio Mercantil*, 09/09/1857, p. 2;
EXTERIOR, *Diario do Rio de Janeiro*, 05/05/1845;
EXTERIOR, *Diario do Rio de Janeiro*, 02/07/1846 p. 1;
EXTERIOR, *Diario do Rio de Janeiro*, 10/02/1850;
EXTERIOR, *Diario do Rio de Janeiro*, 18/04/1850 p. 1;
EXTERIOR, *Diario do Rio de Janeiro*, 05/06/1850, p. 1;
EXTERIOR, *Diario do Rio de Janeiro*, 18/06/1850, p. 1;
EXTERIOR, *Diario do Rio de Janeiro*, 22/09/1857, p. 2;
EXTERIOR, *Diario do Rio de Janeiro*, 28/09/1857, p. 2;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 20/01/1846 p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 22/06/1848, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 07/11/1848, p.1;

EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 10/11/1848, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 12/11/1848, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 21/11/1848, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 04/02/1849, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 18/04/1849, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 10/08/1849, p. 1
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 17/04/1850, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 12/06/1850, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 18/06/1850, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 07/06/1851, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 21/02/1852, p. 2;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 28/03/1852, p. 2;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 10/01/1853, p. 1;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 09/02/1853, p. 5;
EXTERIOR, *Jornal do Commercio*, 30/09/1857;
EXTERIOR, *O Brasil*, 18/06/1850, p. 1;
EXTERIOR, *O Brasil*, 31/03/1852, p. 2;
EXTERIOR, *O Século*, 04/07/1850, p. 2;
FEUILLETON DU JOURNAL DES DÉBATS, *Journal des Débats*, Paris, 19/06/1842, p. 1
FEUILLETON, *Journal des Débats*, 19/06/1842, p. 2;
FEUILLETON DU JOURNAL DES DÉBATS, *Journal des Débats*, 13/07/1842, p. 3;
FOLHETIM, *Correio Mercantil*, 13/05/1850, p. 1;
FOLHETIM, *Correio Mercantil*, 31/05/1851, p. 1;
FOLHETIM, *Correio Mercantil*, 25/10/1852, p. 1;
FOLHETIM, *Diario do Rio de Janeiro*, 11/07/1841 p. 1;
FOLHETIM, *Diário do Rio de Janeiro*, 29/10/1844 06755 p. 1;
FOLHETIM, *Diário do Rio de Janeiro*, 11/07/1844, p. 1;
FOLHETIM, *Diario do Rio de Janeiro*, 29/10/1844 p. 1
FOLHETIM, *Diário do Rio de Janeiro*, 12/06/1845 p. 1;
FOLHETIM, *Diario do Rio de Janeiro*, 10/05/1847, p. 1;
FOLHETIM, *Diario do Rio de Janeiro*, 21/05/1847, p. 1;
FOLHETIM, *Diario do Rio de Janeiro*, 28/06/1847, p. 1;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19/06/1844, p. 1;

FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 01/09/1844, p. 1;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25/09/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 03/10/1844
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 08/10/1844
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 18 a 21/10/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24/10/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 05/11/1844
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22/11/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23/11/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24/11/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25/11/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26/11/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 27/11/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11/12/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25/12/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23/12/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26/12/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 27/12/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28/12/1844;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 02/01/1845;
FOLHETIM, *Jornal do Commercio*, 12/12/1850, p. 1;
GAZETA OFFICIAL, *Gazeta official do Imperio do Brazil*, 21/09/1847, p. 4;
IRIS, Periodico de Religião, Bellas-Artes, Sciencias, Letras, Historia, Poesia, Romance,
Noticias e Variedades segundo semestre de 1848, p. 303;
JORNAL DAS SENHORAS, 04/03/1855;
JORNAL DO COMMERCIO, 01/04/1841 p. 1;
JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 27/09/1844, p.2;
LITTERATURA, *Minerva Brasiliense*, 01/10/1844, p. 26;
NOTÍCIAS PARTICULARES, *Diário do Rio de Janeiro*, 27/05/1846 p. 4;
OBRAS PUBLICADAS, *Diário do Rio de Janeiro*, 28/12/1844 p. 2;
O CARRASCO, *A Marmota na Corte*, 12/07/1850, p. 2;
O PORTUGUEZ COPILADOR, 22/12/1844, p. 4;
PERIÓDICO DOS POBRES, 06/04/1852;

RIO DE JANEIRO, *Correio Mercantil*, 22/10/1853, p. 2;
RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, 25/02/1845, p.1;
RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, 19/07/1845 p. 2;
RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, 30/07/1845, p. 1;
RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, 24/12/1845, p. 1;
RIO DE JANEIRO, *Jornal do Commercio*, Ano 1846, p. 2;
POLÍTICA INTERNA, *Correio Mercantil*, 26/05/1849, p.1;
PORTUGAL, *O Portuguez Recopilador* 19/01/1845 p. 1;
SUE, Eugène. **Les Mystères de Paris**. [S. l.: s. n.], 1843. v. 8. p. 257;
THEATRO, *A Marmota na Corte*, 28/03/1851, p. 2;
THEATRO, *Correio Mercantil*, 19/07/1851, p. 2;
THEATRO, *Diario do Rio de Janeiro*, 28/10/1843 p.3;
THEATRO, *Jornal do Commercio*, 27/10/1843 p. 2;
THEATRO, *O Corsário*, 29/03/1851, p. 2;
VARIEDADES, *Diario do Rio de Janeiro*, 12/08/1846 p. 1;
VARIEDADES, *Jornal do Commercio* 06/04/1849 p. 2;
VARIEDADES, *O Americano*, 31/08/1850, p. 1;
VENDAS, *Jornal do Commercio*, 04/04/1842 p. 4;